



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

**GESTÃO DE CONFLITOS EM PARQUES:
ESTUDO DE CASO DO ENTORNO NORDESTE DO PARQUE
ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO –
PRAIA DA PINHEIRA – SC**

(TESE)

IVONE ADELINA DE OLIVEIRA

FLORIANÓPOLIS
2005

IVONE ADELINA DE OLIVEIRA

**GESTÃO DE CONFLITOS EM PARQUES:
ESTUDO DE CASO DO ENTORNO NORDESTE DO PARQUE
ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO –
PRAIA DA PINHEIRA – SC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas (Área de concentração: Gestão Ambiental).

Orientadora: Prof^a Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dra.

Florianópolis
2005

O48g

Oliveira, Ivone Adelina de

Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC / Ivone Adelina de Oliveira; orientadora: Sandra Sulamita Nahas Baasch. – Florianópolis, 2005.
269 f. Ilustr.

Tese – (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005.

Inclui bibliografia

1. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC) – Aspectos ambientais.
 2. Parques – Construções. 3. Meio ambiente – Administração. 4. Conflitos.
- I. Baasch, Sandra Sulamita Nahas. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.
III. Título.

CDU:658.5

GESTÃO DE CONFLITOS EM PARQUES:
Estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro –
Praia da Pinheira – SC

Ivone Adelina de Oliveira

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção (área de concentração: Gestão Ambiental) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Edson Pacheco Paladini
Coordenador do Programa

Apresentada à comissão examinadora integrada pelos professores e doutores

Profa. Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dra.
Orientadora – UFSC

Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.
Co-orientador e Moderador – UFSC

Dr. Luiz Jorge Ferrão
Membro Externo – Ministério do Turismo (Unidades de Coordenação das Áreas de
Conservação Transfronteiriças) – Maputo/Moçambique

Dra. Cristina Gerber João
Membro Externo – CIDASC/FATMA

Prof. Antônio Carlos Brasil Pinto, Dr.
Membro – UFSC

A minha família.

Com o carinho especial à Olga, minha mãe, que durante todo o tempo cuidou, lutou, acreditou e vibrou para a concretização deste trabalho. Ao José Braz, meu pai (in memoriam), que me deixou o sentido de cuidado. Aos meus irmãos, Ivanir Luiz, Reinaldo e Regina (in memoriam), à Simone e ao Nelsinho, meus cunhados, pela solidariedade.

Aos meus sobrinhos, Ana Carolina e Antônio, por presentear-me com tanta alegria, esperança e a suavidade do viver infantil.

AGRADECIMENTOS

“Cada qual de nós, conforme as leis que nos regem, se encontra hoje no lugar certo, com as criaturas adequadas e nas circunstâncias justas, necessárias ao trabalho que nos compete efetuar, na pauta de nosso próprio merecimento”.

Emmanuel

Eu agradeço a Deus e à vida pela oportunidade ímpar e pelo privilégio de me ter concedido oportunidades e pessoas tão especiais que, de algum modo, contribuíram para a realização do presente trabalho. Embora seja difícil mencioná-las todas e correndo o risco de me esquecer de alguém, eu não posso deixar de agradecer:

- à minha família pela solidariedade, especialmente à minha mãe, que me ensinou a nunca desanimar diante de uma dificuldade e à minha irmã Regina, que, embora nos tenha deixado antes da conclusão deste trabalho, auxiliou-me num dado momento a reencontrar o caminho que me trouxe até aqui;

- à professora Sandra Sulamita Nahas Baasch, minha orientadora, pela confiança, pelo apoio, pela amizade e pela forma segura e competente com a qual me guiou, oportunizando-me aprender lições que ultrapassam os limites da pesquisa científica;

- ao professor Harrysson Luiz da Silva, mais tarde meu co-orientador, que, com a inteligência e a sensibilidade que lhes são inerentes, prestou-me valiosa contribuição na pesquisa científica; agradeço igualmente pela credibilidade, apoio e motivação;

- aos membros da banca, Dra. Cristina Gerber João, Dr. Antônio Carlos Brasil Pinto e Dr. Jorge Ferrão, que, prontamente, aceitaram nosso convite e contribuíram com informações preciosas e cuidadosas para o enriquecimento do trabalho e valorização do tema;

- ao Ministério do Turismo de Moçambique, que gentilmente atendeu às nossas solicitações, permitindo e viabilizando a participação de seu coordenador e conselheiro, Dr. Jorge Ferrão, na banca de avaliação;

- à UFV, especialmente aos colegas do Departamento de Economia Doméstica, à UFSC, especialmente à Meri, e à Capes, pela possibilidade de cumprir mais esta etapa da minha jornada;

- à professora Aurora Ribeiro de Goicochea, que, de forma impregnada de amizade e confiança, me apoiou e assumiu minhas funções durante o treinamento;

- à professora Therezinha Mucci, pela presteza e atenção com que revisou meu projeto para seleção, além do incentivo e apoio a cumprir mais esta etapa;

- ao professor Francisco Cunha da Silva, que, impregnado de amizade, idealismo, competência e sensibilidade, contribuiu em leitura crítica com sugestões valiosas;

- à profa. Márcia Machado, pela dedicada atenção e crítica ao trabalho apresentado no exame de qualificação;

- ao corpo técnico e de funcionários da Fundação de Meio Ambiente – Fatma -, em especial: a Ana Verônica Cimardi, que acreditou em mim e disponibilizou com presteza seus arquivos e dados, cujo acesso foi essencial na viabilidade da pesquisa; a Argemiro Acelino Quadros, pela atenção e disponibilidade; à Débora Schaefer, que sempre atendeu cordialmente às minhas solicitações e à bibliotecária Dulci Eleni Westphal pelo apoio, pela compreensão e gentileza em colaborar com dados e ilustração da tese;

- à Fundação do Meio Ambiente do município de Palhoça, especialmente a Leonardo Ribeiro de Carvalho, que, além de nos fornecer informações valiosas, atenciosamente nos indicou novos caminhos de busca, essenciais à pesquisa;

- ao promotor temático do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Dr. José Eduardo Cardoso, pela disponibilidade em atender-me, pelo apoio e pelas informações e dados fornecidos.

- aos policiais rodoviários federais, inspetor Vasques (Silvinei Vasques) e Israel (Israel da Costa Nunes Filho), pela atenção, apoio e contribuição na pesquisa;

- ao sr. Russel José Schmitz, por prontamente nos atender, pela contribuição à pesquisa, fornecendo-nos dados, material, indicando fontes e outros atores, além de, com suas lembranças, possibilitar-nos viajar no tempo e no espaço descortinando a história do universo pesquisado;

- à polícia ambiental, representada aqui pelo 1º Ten. PM Cmt. do 2º Pel/CPMPA Fábio Henrique Machado Henrique, o 1º Sgt. PM Luiz Fernando de Oliveira Fermينو e 2º Stg. PM Carlos Alberto Serafim, por não só nos receber e contribuir com a pesquisa, mas por gentilmente viabilizarem minhas visitas ao campo
- este agradecimento é extensivo ao tenente-coronel Rodrigues e ao capitão Adelar;
- aos irmãos da família espírita João Sérgio Sell, Nilza Pereira, Sueli Beatriz Frezza, Rose Anne Brasil Costa e, na pessoa deles, a todos os companheiros da Casa Espírita Bezerra de Menezes e FEC, com quem partilhei preciosos momentos, dos quais guardarei boas recordações e a certeza de laços profundos de amizade;
- aos meus companheiros, especialmente a Rita de Cássia Restanho e a Albertina de Cássia que, fraternalmente, se empenharam em me auxiliar nos imprevistos do trabalho e da jornada; igualmente, ao mestre de Tai Chi Chuam;
- ao Dr. Everaldo Luiz Restanho, pelas reflexões sobre a ciência e prática do Direito;
- à Maris Gaio, pelo apoio e por compartilhar a ansiedade própria da busca;
- aos colegas de curso, especialmente a amiga Célia Regina B. da Silveira, pela solidariedade constante no processo de elaboração e apresentação da tese;
- ao amigo Mário Cezar da Silveira, pela presteza em auxiliar na preparação dos *slides*, imprimindo neles a arte, a beleza e a sensibilidade que lhes são típicas;
- ao Paulo Leonardo Vieira Rodrigues, pelo apoio na sistematização de dados e no apoio nos programas do computador e Rafael Lapa Valgas pelo apoio nas ilustrações;
- às amigas Arlene Lapa, Suzana Camargo e Rita Del Rei, pela amizade, pelo carinho e por apontarem uma forma diferente de ver o mundo;
- às companheiras de jornada Mara Regina Pereira, Marlene Zimmamann e Kátia Falconi;
- ao Dr. Jaime Baião e Drª Lígia Maria Mortari;
- agradeço também ao sr. Juarez Segalin, pela presteza, compreensão, críticas e pela paciência durante o belo trabalho de revisão do texto, por sua atitude diante do trabalho e da vida, que representa uma esperança na rede de conspiração para um mundo melhor;
- especial agradecimento a todos os entrevistados e atores sociais que fizeram parte desta pesquisa, dessa reflexão e da perspectiva de sintonizar com faixas vibratórias que visem minimizar conflitos, conservar e preservar a natureza.

RESUMO

OLIVEIRA, Ivone Adelina. **Gestão de conflitos em parques**: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2005. 269 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis.

A implantação de parques nacionais, uma das estratégias utilizadas na preservação e conservação da biodiversidade de um país, continua a desafiar instituições, técnicos e os atores envolvidos no processo de gestão e proteção dos recursos naturais, tendo em vista os inúmeros conflitos gerados e vivenciados pela população local atingida. Os parques ocupam, por definição, a categoria II estabelecida pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), sendo caracterizados como unidades de conservação de uso indireto ou de proteção integral, que não permitem a presença humana em seu interior, além de normatizar a utilização da área de seu entorno. A busca por soluções que viabilizem esta estratégia é especialmente importante para o Brasil, que tem uma área de 8.511.996 Km² e ocupa a quinta posição em extensão territorial do planeta. O governo federal, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, criou o “Programa Parques do Brasil”, cuja meta é atingir a proteção de 10% de cada um dos seus oito biomas naturais; além de investir na geração de emprego e renda. Em função das ocorrências objetivas listadas no estudo de caso em questão, esta tese busca contribuir para a efetiva implantação de parques, com a proposição da gestão dos conflitos ambientais, pela convicção de que é um sistema de gerenciamento capaz de viabilizar e facilitar o manejo das Unidades de Conservação de natureza similar. A discussão centrou-se nos caminhos, que vão dos conflitos à preservação da natureza. O referencial teórico envolve a multidimensionalidade do ser humano e dos sistemas sociais em que ele vive, a interdisciplinaridade, a apropriação dos recursos de uso comum em área normatizada e a atuação dos órgãos públicos envolvidos, considerando a competência comum e concorrente no processo. A pesquisa diagnosticou a fragilidade dos programas e instituições que tratam das questões ambientais e dos problemas derivados da interseção de atuações e interesses conflitantes. Atentamente considerados, eles possibilitaram visualizar nova direção em sua resolução: ela estaria no processo de mediação que, bem analisado em suas variáveis e nos atores, permitiria identificar possibilidades de conciliação e de negociação para cada uma das partes, propiciando antever, já na fase de pré-negociação, os desdobramentos desses conflitos.

Palavras-chave: conflitos ambientais; implantação de parques (nacional, estadual ou municipal), gestão e gerenciamento ambiental.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ivone Adelina. **Gestão de conflitos em parques:** estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2005. 269 f. Thesis. (Doctor in Engineering of the Production) - Program of Graduate in Engineering of the Production, UFSC, Florianópolis.

The implantation of national parks, one of the strategies used in the preservation and conservation of the biodiversity of a country continues to defy the involved institutions, technician and actors in the management process and protection of the natural resources, in view of the innumerable conflicts generated and lived deeply for the reached local population. The parks, for definition occupy category II established by International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), being characterized as units of conservation of indirect use or integral protection, which don't allow the human presence in its interior and normalize the use of its locals area. The search for solutions that make possible this strategy is especially important for Brazil, which has an area of 8.511.996 Km² and occupies the fifth position in territorial extension of the planet. The federal government, in the scope of the Ministry of the Environment, created the "Program Parks of Brazil", whose goal is to reach the protection of 10% of each one of its eight natural biomes, besides investing in the generation of work and income. In function of the objective occurrences listed in the study of case in question, this thesis searches to contribute for the effective implantation of parks, with the proposal of the management of the environment conflicts, for the certainty that it is a system of management capable to make possible and to facilitate the management of the Units of Conservation of similar nature. The discussion was centered in the ways that go from the conflicts to the preservation of the nature. The theoretical referential involves the multidimensionality of the human being and the social systems where it lives, the interdisciplinary, the appropriation of the resources of use joint in normalized area and the performance of the involved public agencies, considering the common and competing ability in the process. The research diagnosed the fragility of the programs and institutions that deal with to the environment questions and the deriving problems of the intersection of performances and conflicting interests. Intently considered, they make possible to visualize new direction in their resolution: it would be in the mediation process, which analyzed well in its variables and the actors, would allow identifying the possibilities of conciliation and negotiation for each one of the parts, propitiating to foresee, already in the phase of daily pay-negotiation, the unfolding of these conflicts.

Key-words: environment conflicts; implantation of parks (national, state or municipal), management and environment management.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Hipótese	24
1.2 Pergunta da Pesquisa	24
1.3 Objetivo Geral	24
1.3.1 Objetivos Específicos	25
1.4 Justificativa	25
1.5 Raridade, Originalidade, Ineditismo	28
1.6 Delimitações da Tese	29
2 DOS CONFLITOS AMBIENTAIS À PRESERVAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	32
2.1 Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação.....	32
2.2 Contextualização da Conservação, Legislação e Institucionalização dos Parques Nacionais no Brasil.....	42
2.3 Quadro Atual das Áreas Protegidas no Brasil	57
2.4 Interesses e Conflitos	61
2.4.1 Conflitos na Implantação de Parques.....	63
2.5 A Abrangência e Complexidade dos Conflitos Referentes aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais	64
2.6 Conflitos Decorrentes das Perspectivas de Tratamento dos Parques Nacionais.....	66
2.7 População, Parques e Entornos: Principais Fontes de Conflito	71
2.7.1 Áreas de Entorno: Desafio ou Solução?.....	78
2.7.2 Criação de Parques e Questões Fundiárias.....	80

	Página
2.8 Conflitos em Parques sob a Ótica da Competência Comum e Concorrente	83
2.8.1 Administração Pública e Estado	84
2.8.2 Competência Comum e Concorrente	87
2.9 Competência Comum e Concorrente sobre as Unidades de Conservação de Uso Indireto – Categoria Parques.....	90
2.9.1 Competência Material e Legislativa da União que Incide sobre os Parques	90
2.9.2 Principais Instrumentos Legais que Regeram e Regem as Unidades de Conservação de Proteção Integral – Categoria: Parques.....	91
2.9.3 Instrumentos Legais no Estado de Santa Catarina Referentes ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	93
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	97
3.1 Fases do Estudo de Caso	98
3.1.1 Exploratória	98
3.2 Delimitação do Caso – Dos Pressupostos aos Objetivos.....	100
3.3 Organização e Redação.....	101
3.3.1 Desenvolvimento do Estudo.....	103
4 CARACTERÍSTICAS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO	105
4.1 Localização	108
4.2 Aspectos Geológicos e Aspecto Geomorfológico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	115
4.2.1 Aspectos Geológicos da Baixada do Maciambu	116
4.3 Aspectos Relevantes da Biodiversidade do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	117
4.3.1 Flora e Fauna	118
4.3.2 Contextualização Socioeconômico-Cultural	119
4.3.3 Contextualização Fundiária	122
5 A GESTÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO (PEST).....	127
5.1 Conflitos Apontados na Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	128
5.1.1 Fundiários.....	128
5.1.2 Conservação e Preservação da Natureza.....	131
5.1.3 População	132

	Página
5.2 Análise dos Conflitos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	133
5.3 Objetos de Conflitos no Interior e no Entorno Nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira	142
5.3.1 Características da Baixada do Maciambu – Praia da Pinheira	142
5.3.2 Análise dos Objetos de Conflito na Praia da Pinheira	151
5.4 Correlação entre os Objetos de Conflito na Região da Pinheira com as Atribuições de 23 Competências Institucionais	157
5.5 Resultados e Avaliação	173
5.5.1 Dos Resultados ao Plano de Manejo na Gestão de Conflitos	181
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
6.1 Conclusão	186
6.2 Recomendações	188
6.3 Limites	190
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
7.1 Bibliografia Recomendada	203
8 GLOSSÁRIO	206
9 APÊNDICES.....	211
APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NO BRASIL	211
APÊNDICE B – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM SANTA CATARINA	220
APÊNDICE C – JUSTIFICATIVAS PARA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO REFERENTES À BAIXADA DO MACIAMBU	231
APÊNDICE D – ROTEIRO DE PESQUISA 1	238
APÊNDICE E – ROTEIRO DE PESQUISA 2	239
ANEXOS	241
ANEXO A – ROTEIRO DE PESQUISA.....	242
ANEXO B – FOTOS	243
ANEXO C – DECRETOS	247
ANEXO D – FOTOS	268

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Classificação das Competências	88
2 Localização da Baixada do Maciambu e Praia da Pinheira	102
3 Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina.....	107
4 Localização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	109
5 Superfície do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	112
6 Regiões Socioeconômicas do Entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC	121
7 Mosaico da Enseada de Maciambu	143
8 Imagem da Enseada de Maciambu e Praia da Pinheira de 1975	144
9 Edificações na Enseada de Maciambu e Praia da Pinheira de 1975 .	145
10 Imagem da Enseada de Maciambu e da Praia da Pinheira em 1985	146
11 Imagem <i>Quick Bird</i> da Baixada do Maciambu	148
1A Unidades de Conservação no Estado de Santa Catarina	242
1D Um outro ângulo do Mosaico da Enseada do Maciambu, 1957	268
2D Edificações Documentadas na Enseada da Baixada do Maciambu – Praia da Pinheira, 1975.....	269

LISTA DE GRÁFICOS

		Página
1	Percentual do Parque na Área dos Municípios	113
2	Percentual dos Municípios na Área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	114
3	Local de Residência dos Proprietários, por Grupo de Municípios e Vargem do Braço	125

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Enquadramento de Áreas Protegidas do Brasil nas Categorias da IUCN	39
2 Relação dos Parques Nacionais Brasileiros	58
3 Unidades de Conservação administrados pelo Estado de Santa Catarina	60
4 Comparação das Perspectivas Científicas Defendidas por Ambientalistas e Socioambientalistas	68
5 Comparação das Perspectivas de Origem Político-Administrativa Defendidas por Ambientalistas e Socioambientalistas	68
6 Comparação das Perspectivas Ambientalistas e Socioambientalistas de Origem Social	69
7 Principais Características que Compõem o Ser Humano	76
8 Matriz de Representação dos Conflitos por Região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	134
9 Caracterização das Instituições Envolvidas e Conflitos Ambientais Correlatos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	139
10 Sistematização das Características da Praia da Pinheira	149
11 Conflitos, Atribuições de Competência e Instrumentos Legais Incidentes na Praia da Pinheira	151
12 Variáveis e Seus Correspondentes Objetos de Conflito	156
13 Número e Relações Institucionais por Objeto de Conflito	166
14 Definição do Tipo e Número de Objetos de Conflito Relacionados a Cada Instituição	167

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Distribuição da Área Total do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	113
2	Cadastramento Fundiário do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	123
3	Número de Edificações na Baixada do Maciambu, 1985.....	146
4	Edificações Registradas na Baixada do Maciambu nos anos 1985 e 2004	146
5	Número e Tipo de Ligações Elétricas Registradas na Baixada do Maciambu	147

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAP	Diretoria do Programa nacional de áreas Protegidas
DASF	Diretoria de Assuntos Fundiários
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DEOH	Departamento de Edificações e Obras Hídricas
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GTZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH,</i> Governo Alemão
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
PEST	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

PBZ	Plano Básico de Zoneamento
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RESEX	Projeto Reservas Extrativistas
SDA	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e da Agricultura
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
SDM	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SESP	Secretaria especial de Saúde Pública
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISNIMA	Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente
SMA	Secretaria de Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
UCs	Unidades de Conservação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	<i>The United Educational Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial para a Natureza)

A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a esta totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autotonomia/dependência organizado no seio do ecossistema.

Edgar Morin

O que caracteriza o comportamento comprometido é a capacidade de opção.

Paulo Freire

1 INTRODUÇÃO

Com frequência, percebe-se que os interesses privados, impulsionados pelo mercado e pela ideologia neoliberal, têm invadido todos os recantos da vida social. Em consequência, os espaços e recursos naturais encontram-se cada vez mais ameaçados de extinção.

Um dos instrumentos até agora utilizados para conter o processo destruidor é transformar áreas, com relevantes características, em Unidades de Conservação (UCs); entre elas, os parques nacionais, estaduais ou municipais, que representam o objeto de estudo desta tese.

A prática em se criar áreas protegidas é antiga. Há registros documentados na Índia, por exemplo, que remontam a 252 a.C. A criação de tais áreas teve objetivos variados e continua diferenciada de acordo com cada cultura e época.

Na construção da história ambiental do País, a pesquisa de PÁDUA (2002, p.18)¹, centrada no Brasil escravista (1786-1888), comprova que o viés “desenvolvimentista” (grifos do autor) dominou o pensamento ecológico da época, em detrimento da adoção de enfoques alternativos de crítica ambiental. É interessante ressaltar que, ainda em 1876, a proposta de criar parques nacionais no Brasil, lançada por André Rebouças, privilegiava o progresso que o turismo poderia trazer para as regiões em que seriam implantados, como a das Sete Quedas, em Guaíra, e a da Ilha do Bananal, no rio Araguaia. No entanto, em 1937, em Itatiaia, no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro parque nacional.

Até 1960, de acordo com MERCADANTE (2001), “a criação de unidades de conservação (UCs) no Brasil (Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Reservas Florestais) não obedeceu a nenhum planejamento mais abrangente”, culminando, a

¹ Pesquisa que reúne o pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição* (2002).

partir da década de 1970, o início do amadurecimento da idéia de se estruturar um sistema nacional de Unidades de Conservação.

Assim, o processo iniciado em 1970 teve seu projeto de lei aprovado no Congresso no dia 21 de junho de 2000. No dia 19 de julho do mesmo ano, foi sancionado e publicado no Diário Oficial, agora transformado em norma jurídica (Lei nº 9.985/2000), com a finalidade de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Em agosto de 2002 foram regulamentados artigos dessa lei sob o Decreto nº 4.340.

O fato é que até esse processo se concretizar, sob circunstâncias políticas favoráveis, diversas unidades de conservação foram criadas. Juntamente com elas, porém, muitos conflitos foram gerados para a população que habitava tais áreas e seu entorno, especialmente os relacionados à reprodução das condições de vida familiar e ao *modus operandi* dessa população.

Tais conflitos poderiam ter sido minimizados se se tivesse garantido a participação efetiva da população local na criação, na elaboração do plano de manejo e em sua implementação – numa postura que privilegiasse a ação previsiva e a preventiva de conflitos. Na primeira, resolvendo conflitos ainda na fase de elaboração do plano; na segunda, antevendo outros problemas sociais, como enchentes e estiagens, com ações mitigadoras. Muitas são as razões que entravam esse processo; uma delas justifica MILANO (2001, p. 30), é que “os procedimentos ditos participativos, atualmente, quando não são experimentais e pecam por exageros flagrantemente ilegais, não se têm prestado senão a validar, com a presença pública, decisões políticas de interesses diversos previamente tomados”.

No caso do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC, o plano diretor², de 1976 forneceu critérios para a elaboração do plano de manejo, que nunca se concretizou. Nos dias atuais, assiste-se a uma diversidade e intensidade de conflitos que impedem uma gestão adequada; a administração, nas atuais condições, não tem como resolver os problemas inerentes à criação do parque.

² **Plano Diretor** é um documento no qual são indicadas as medidas necessárias para a melhor gestão, aproveitamento e desenvolvimento da área que se quer preservar, no caso, o Parque Estadual. Nele estão reunidas e sintetizadas todas as informações possíveis sobre a área escolhida, os critérios a serem adotados e os planos para sua implantação, bem como as sugestões para uso e interpretação do parque, subsidiando o preparo de planos mais detalhados (Plano de Manejo Específico ou Setorial), que auxiliarão na implantação das diversas etapas de seu manejo e desenvolvimento. Todas essas informações e recomendações devem estar em harmonia com o conceito fornecido pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUNC) e a legislação vigente no País.

A criação de parques é, por natureza, conflitante: por um lado, numa economia de mercado, essa atitude impõe limites ao poder de ação e destruição do meio na utilização dos recursos naturais pelo homem e as organizações; por outro lado, o rigor do modelo de criação de parque e das práticas de implantação tem gerado inúmeros conflitos para as populações locais e, conseqüentemente, obstáculos para os objetivos de preservação e, ou, conservação³ da área. O modelo exclui a permanência de moradores em seu interior. Em países como o Brasil, essas áreas estão habitadas.

Assim, os ambientalistas acabam por depositar nas áreas de entorno⁴ todo o pressuposto de que elas seriam a solução para os desapropriados – acreditando que elas sejam suficientes para garantir a manutenção e reprodução das suas condições sociais e materiais de produção, bem como dos aspectos pertinentes a elas. No entanto, a descontinuidade das ações, a não-previsão de conflitos gerados com essa atitude, a marginalização da população local nas decisões e os diferentes entraves institucionais ampliam ainda mais a abrangência e a complexidade dos problemas, resultando em prejuízos para a população e em vulnerabilidade da área protegida.

Constata-se, também, uma considerável insatisfação por parte de muitos técnicos, instituições e atores diante de resultados indesejados de programas e projetos de intervenção ambiental e social, quer no Brasil, quer em outros países, suscitando dúvidas, muitas vezes angustiantes, quanto a questões como: **Investir em homens, mulheres e nos seus filhos para atender ao mercado, para trabalhos de forma assalariada, ou privilegiar estratégias de subsistência? Cercar florestas ou manejá-las? Como transformar políticas macroeconômicas de forma sustentável? Como tornar parques eficientes? Como conter ou minimizar os conflitos decorrentes da implantação deles?**

A ausência de solução sensata, equilibrada, olhando primeiramente o interesse da nação, segundo DOUROJEANNI e PÁDUA (2002, p.135), representa uma das causas dos conflitos socioambientais. Ante a ausência de arbitragem, os problemas recaem em pessoas de boa vontade, mas de pouca experiência, entrincheiradas nos campos do meio ambiente ou dos direitos sociais.

³ Preservar a natureza, em sentido técnico, significa “mantê-la intocada, sem interferência humana”. Conservar tem um significado mais abrangente; não exclui o uso humano de recursos naturais, dentro de limites que não comprometam a reprodução dos sistemas ecológicos (MERCADANTE, 2001, p.205).

⁴ Áreas de entorno – conhecidas por “zona tampão” (Conselho Nacional do Meio Ambiente-Conama) e por áreas de amortecimento (Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Snuc).

Além disso, como destacou HERCULANO (1995, p. 21), existe, entre pesquisadores e militantes da questão ambiental, um corte entre a sociedade civil e o Estado – segundo o qual se busca incentivar a militância da sociedade civil em uma ótica de enfrentamento com o Estado.

Depreende-se, destas constatações, que os conflitos são fenômenos da vida de relações e são gerados a partir dos interesses sociais. Os interesses em conflito configuram-se na viabilização de espaços⁵, ao modo de vida diferenciado na apropriação e no uso dos recursos. Estas ocorrências são expressas na maneira como os atores estão envolvidos no uso e na gestão dos recursos, nas inter-relações com as instituições participantes, na maneira como ocorrem os processos decisórios, nas relações de força que configuram uma dada situação de acesso ou não aos recursos, associadas a questões de competência comum e concorrente.

Para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, as características hídricas, geológicas/morfológicas, florísticas, faunísticas, climáticas e as múltiplas possibilidades de turismo e lazer dão a ele importância e contextualização que ultrapassam as fronteiras regionais, devido ao conjunto e à singularidade de situações ecotonais e ecossistêmicas intrínsecas deste significativo remanescente de Mata Atlântica. O seu manancial hídrico é responsável pelo abastecimento de Florianópolis e arredores, bem como aos empreendimentos que se estendem ao sul do Estado. As características geológicas/morfológicas apresentam-se de formas variadas, que vão desde os cordões semicirculares arenosos da restinga, apontados como significativo “monumento geológico” (região denominada Baixada do Maciambu⁶), às de formação de barreira (ou divisor) fitogeográfica, “onde inúmeras espécies típicas da Floresta Atlântica ao Norte não conseguiam transpor o conjunto orográfico em direção ao Sul, por suas características físico-climáticas” (SOCIOAMBIENTAL, 2002).

No parque estão presentes praticamente todos os tipos de vegetação do estado de Santa Catarina, à exceção da Floresta Decidual do Rio Uruguai. Segundo justificativas apontadas no Plano Diretor (1976) com base nas pesquisas dos cientistas e biólogos Dr. Roberto Miguel Klein e Dr. Pe. Raulino Heitz, a ocorrência

⁵ Comumente, fala-se em dois tipos de espaço, o privado e o público, porém existe um terceiro tipo, denominado espaço comum. Tais espaços estão sendo progressivamente apropriados por interesses privados e até por interesses públicos, como os parques nacionais, estaduais ou municipais. (Diegues, 1995, p. 32; 2001, p. 97-100).

⁶ Maciambu: nos documentos oficiais tem dupla grafia (Massiambu); nesta tese manter-se-á esta versão.

desses tipos de vegetação na área “(...) dá condições ecológicas para que aí possam viver todos os animais e aves existentes em Santa Catarina”. De outra parte, as praias (e os banhados) eram apontados como relevantes para as aves migratórias, ao passo que as ilhas constituíam como verdadeiros refúgios para aves marinhas (e mesmo continentais), contando também com a presença sazonal da baleia-franca. O conjunto, na justificativa desses autores para a criação do parque, representa enorme potencial para atividades científicas, educativas e turísticas. Atualmente, podem-se encontrar espécies da fauna endêmicas, raras e, ou, em extinção, como o *Leopardus tigrinus* (gato do mato pequeno), que recentemente teve registrada sua descoberta.

Nos levantamentos botânicos foram encontradas na área diversas espécies novas para a ciência. Presentes também estavam diversas espécies ameaçadas de extinção ou raras, inclusive a preciosa ocorrência do *Equisetum giganteum*, representante de um dos grupos vegetais mais antigos e ainda existentes (350 milhões de anos). O conjunto florístico apresentava ainda a “mais evoluída flora da ”Restinga no Sul do Brasil“, assumindo importância mundial (Fatma, 2002).

Nas características climáticas destaca-se a propriedade de exercer a função de regulação térmica e pluvial da região.

Diante das características apresentadas, a criação do parque justificava-se por atender às atividades científicas, educativas, ambientais e às possibilidades – como gestor – de catalisar o desenvolvimento da região de entorno, oferecendo, inclusive, alternativas para as comunidades locais,

Os conflitos nele apontados, que serão tratados no decorrer deste trabalho, são inerentes ao processo de desenvolvimento socioeconômico e a dificuldades na gestão do parque, tendo em vista os modelos utilizados, cujas consequências se traduzem em dificuldades de se conservar/preservar os recursos naturais, em dificuldades para as comunidades locais e em tensão entre os atores.

Os conflitos gerados no entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro fazem da região a meta prioritária das ações que visam à viabilidade e proteção do parque. Esta região inclui a Baixada do Maciambu. Entre as justificativas para a criação do parque, a que prevaleceu foi a de se trata de “uma verdadeira aula viva da formação da planície quaternária” (FEEMA, 1976, p. 9). Hoje, ela também representa uma aula viva da formação de inúmeros conflitos entre os atores que lá atuam, em detrimento dos objetivos de preservação e conservação.

Este fato suscitou a hipótese, que norteou o estudo em questão, cuja pesquisa estará voltada para os objetos de conflito registrados na Baixada do Maciambu, em especial na Praia da Pinheira. A tese não pretende desenvolver modelos, mas tem a pretensão de desenvolver uma metodologia que comporte a gestão dos conflitos ambientais como instrumento de manejo para os parques nacionais, estaduais ou municipais.

1.1 Hipótese

A gestão dos interesses de cada ator institucional não oferece flexibilidade e compatibilidade que atenda aos princípios da equidade social, à sustentabilidade ecológica e aos objetivos da estratégia de implantação de parques, garantindo-lhes eficiência. Já a gestão dos objetos de conflito em parques implantados e também, a gestão previsiva de conflitos nos parques a implantar – garantem a participação das comunidades locais, a atuação dos atores institucionais os quais, com conhecimento científico e diversos saberes, atendem aos princípios acima citados.

1.2 Pergunta da Pesquisa

A partir da definição do problema – inúmeros conflitos gerados na criação e implantação de parques – e da hipótese levantada, a orientação da pesquisa estruturou-se sob a seguinte pergunta: **A gestão de conflitos ambientais, envolvendo instituições públicas e comunidades, pode ser um instrumento de manejo na implantação de uma unidade de conservação de uso indireto ou de proteção integral⁷?**

1.3 Objetivo Geral

Propor a gestão de conflitos ambientais como diretriz para viabilizar o manejo das unidades de conservação de uso indireto.

⁷ A IUCN designa a categoria Parque Nacional como unidade de conservação de uso indireto; já a legislação brasileira atual, bem como a legislação do estado de Santa Catarina, como unidade de conservação de proteção integral. Esta tese adotará a designação Unidade de Conservação de Proteção Integral.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Estruturar a compreensão do processo de estabelecimento das unidades de conservação e seus conflitos (legais, político-territoriais e sociais) no Brasil.
- Caracterizar o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC e os principais conflitos existentes.
- Analisar os conflitos ambientais na área nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC, região da Praia da Pinheira.
- Analisar a viabilidade da gestão dos conflitos ambientais na área de estudo.

1.4 Justificativa

“Nenhum problema é mais profundamente ecológico – e ao mesmo tempo sociológico – que o da adaptação do homem ao meio físico, ao conjunto de condições de solo, de vegetação e da vida animal dentro do qual vai estabelecer sua posição, seu status, sua situação de homem social e não apenas de indivíduo biológico: de portador, transplantador, deformador ou renovador de cultura, de instituições, de formas de vida social (...) seguida pela mensuração do equilíbrio que se verifique nessas mesmas relações”. (Freyre⁸, *apud* TOCANTINS, 1982, p. xxii)

O interesse por este tema surgiu das questões suscitadas na dissertação de mestrado da autora⁹, que utilizou como instrumento as “representações sociais”¹⁰ (grifos meus) para conhecer a relação entre agricultores familiares e Unidades de Conservação. Os estudos revelaram inúmeros conflitos entre os pequenos produtores familiares que, por gerações, habitam as “zonas-tampão” (grifos meus) ou áreas de “amortecimento” (grifos meus) e as políticas de implantação de parques.

Tal pesquisa revelou também a vulnerabilidade das áreas de conservação existentes no País, como se pode observar no relatório do *World Wildlife Fund* (WWF, 1999), concluindo-se que a sustentabilidade e a gestão dos programas ambientais comportam dimensões – sociais, políticas, econômicas, culturais e

⁸ FREYRE, Gilberto. Sociologia. 2 v. Rio de Janeiro, 1945.

⁹ Ver Oliveira, Ivone Adelina. *Comunidade tradicional e preservação ambiental: uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce* (PERD), MG. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000.

¹⁰ Fundamentada em MOSCOVICI, Serge, entre outros. Ver item 1, intitulado: *As representações sociais como instrumento de estudo da preservação da natureza*; p. 11-24, da dissertação acima citada.

ecológicas – que se coadunam com a valorização do espaço local, devendo ser trabalhadas de forma complexa e sistêmica (MORIN, 1999).

Atualmente, face ao quadro de degradação do meio ambiente e aos modos de vida precários das populações locais das Unidades de Conservação, o Brasil e o mundo se vêem obrigados a voltar sua atenção para a premente necessidade de buscar o equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e de desenvolvimento, tema já reconhecido pelos órgãos de apoio à pesquisa, de implementação, legislação e incentivo, como pode ser observado nas expectativas do Ministério do Meio Ambiente (disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>).

A relevância do tema se dá sob vários aspectos:

- pelas funções que se propõem os parques nacionais, como: preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; possibilitar pesquisas científicas, bem como as atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e de turismo;

- pela extensão e número de Unidades de Conservação UC's ¹¹ existentes no País – segundo o Ministério do Meio Ambiente, as Unidades Federais de Proteção Integral ou de uso indireto somam aproximadamente 16 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 1,8% do território nacional, condição que alerta para a necessidade do conhecimento científico dos ecossistemas locais, das características bióticas e abióticas, dos impactos ambientais decorrentes das atividades neles desenvolvidas e da capacidade de suporte, entre outras –, informações imprescindíveis para conservar e manejar essas áreas e para um planejamento eficiente;

- pela meta da IUCN que culminou no Programa de Parques do Ministério do Meio Ambiente em atingir a proteção de 10% de cada um dos biomas brasileiros, tendo em vista garantir a proteção da biodiversidade brasileira, a geração de emprego e renda – por intermédio de práticas econômicas sustentáveis – e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira¹²;

- pelo grau de vulnerabilidade dos parques, especialmente o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, aqui destacado pela importância estratégica que representa para toda a região litorânea de Florianópolis ao sul do estado ¹³;

¹¹ As classificações e conceitos serão abordados no item 2.

¹² O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro ocupa aproximadamente 1% do território do Estado de Santa Catarina.

¹³ O Parque tem variada vegetação, reunindo cinco das seis composições botânicas do estado, na classificação de KLEIN (1978). Começa no litoral, com a paisagem da **Restinga**; sobe a serra,

- pela previsão de ampliação da área sob proteção no território nacional e pela capacitação de recursos humanos para a gestão de parques e outras áreas protegidas; para a melhoria da gestão, viabilizando o uso público das Unidades de Conservação (UC) e a realização de estudos sobre o valor econômico da proteção das áreas naturais (geração de emprego e renda, pureza de mananciais etc.);

- pela repetida descrição das ocorrências, que apontam para os desafios enfrentados pelas instituições, pelos técnicos e atores envolvidos na proteção dos recursos naturais de uso comum na implantação e gestão de parques ambientais, tendo em vista que o modelo de implantação adotado no Brasil exclui a presença de populações humanas em seu interior (e essas áreas, em geral, estão habitadas);

- pela importância que as áreas de entorno (“zona tampão”, atualmente denominada por “área amortecimento”) exercem nas Unidades de Conservação e por estarem mais expostas aos desmandos, aos conflitos de interesse, às descontinuidades das ações e à demanda constante de intervenções custosas de ajuste em virtude das alternativas de renda, produção e emprego disponíveis para as populações que nelas habitam;

- pelo estudo recente do Banco Mundial, que inclui o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro numa lista dos *habitats* naturais críticos das regiões da América Latina e do Caribe, reforçando a sua posição vulnerável, em busca de soluções. (disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/educacao_ambiental/tabuleiro.htm>).

Dentre os conflitos apontados, citam-se: comunidade “*versus*” administração do parque; capacidade de suporte da área protegida “*versus*” rápido crescimento populacional; conflito de interesses; organização “*versus*” regulamentação fundiária; processos de inconsistência nas discriminatórias administrativas¹⁴ “*versus*” cadastramento fundiário; características e fragilidade dos ecossistemas “*versus*”

alcançando o planalto em meio à vegetação dos **Pinhais**, passando, nessa transição, pela **Floresta Pluvial da Encosta Atlântica**, **vegetação da Matinha Nebular** e pelos **Campos de Altitude** da chapada da serra. Exerce função de regulação térmica e pluvial. É considerado “significativo monumento ecológico”, tendo em vista as marcas do recuo das águas durante o período quaternário recente. Dentre os 11 *habitats* principais, identificados num estudo recente do Banco Mundial/Fundo Mundial para a Natureza (WWF) para a América latina e o Caribe (LAC), cinco deles ocorrem no parque: **florestas tropicais úmidas de folhas largas (mata atlântica)**, **florestas tropicais de coníferas (floresta de araucária)**, **restingas**, **campos de altitude e manguezais**. A maior parte do parque está coberta pela mata atlântica, uma ecorregião terrestre considerada pelo estudo do Banco Mundial de máxima prioridade regional para a conservação da biodiversidade. (disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/educacao_ambiental/tabuleiro.htm>).

¹⁴ Procedimento de separação das terras devolutas das particulares.

exploração econômica e especulativa; êxodo da população “nativa” “*versus*” especulação.

1.5 Raridade, Originalidade e Ineditismo

A raridade (não-trivialidade) do tema se justifica pelo desconhecimento da aplicação da gestão de conflitos a ambientes como parques nacionais, estaduais ou municipais, considerando que o meio ambiente é um bem patrimonial indisponível e, portanto, não-passível de gestão. A sua tutela é remetida ao Ministério Público e à celebração dos termos de ajustamento de conduta.

Esta tese se propõe estabelecer um critério para a gestão de um bem considerado indisponível, embora objetivamente ele não o seja, em face da estrutura de produção do espaço geográfico. Esta característica constitui o problema, pois, por ser um bem indisponível, ele não garante a titularidade nem de valor de uso e de troca, mas há apropriação dos recursos da natureza, inclusive de forma ilegal. O acesso a esses recursos é diferenciado – deixa de ter direitos e passa a ter privilégios –, uma vez que uns têm e outros não.

A originalidade da tese está em propor, por meio da gestão de conflitos, um caminho para orientação e manejo de parques já instalados, com vistas ao controle ambiental dessas áreas, ou de novas a implantar, pelas diversas instituições que detêm competência legal sobre as Unidades de Conservação de uso indireto (UCs). Fato que também a torna inédita. Cabe ressaltar que o meio de gestão do entorno não é necessariamente o mesmo do interior, embora estas áreas estejam interligados e sejam complementares.

Não temos conhecimento, na literatura acadêmica, de publicações que tratem de mecanismos que orientem a implantação de parques com vistas a minimizar os conflitos conseqüentes. Os estudos conhecidos se atêm à classificação das Unidades de Conservação, à avaliação dos planos de manejo e a problemas de natureza diversa, distintos dos tratados nesta tese, conforme as ocorrências objetivas levantadas no universo de pesquisa – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC.

1.6 Delimitações da Tese

A primeira delimitação proveio do contato com a pesquisa bibliográfica do universo estudado. A exploração bibliográfica apontou a extensão da área (92.649,12 ha, em medida cartográfica), a história de sua criação, os municípios envolvidos, a presença de população humana no seu interior e entorno; registrou a presença de instituições com diferentes atribuições, a incidência de diversas leis sobre a área e inúmeras pressões que contribuem para a complexidade dos conflitos presentes.

Assim, a delimitação privilegiou a região que melhor respondia ao objeto de pesquisa, apresentando maior incidência de pressões, conflitos e reações adversas ao objetivo primeiro de proteger áreas relevantes e preservar a qualidade de vida da população local.

a) Universo de pesquisa ou unidade de observação – Região da Praia da Pinheira, localizada na Baixada do Maciambu – “região nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”, segundo classificação adotada no documento estadual “Produto básico de zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (SOCIOAMBIENTAL, 2002).

b) Objeto de investigação – Os conflitos gerados na unidade de observação pela criação do parque e os desdobramentos dessa iniciativa.

c) Fundamentação teórica – Limitou-se a referendar a compreensão dos parques nacionais e suas características, os conflitos ambientais referentes à implantação de parques, a gestão do entorno, a competência comum e concorrente, bem como a compreensão do processo de estabelecimentos de unidades de conservação no Brasil (que culminou no Sistema Nacional de Unidades de conservação – Snuc – e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Seuc – e os reflexos dessas ocorrências na resolução dos conflitos gerados).

d) Objeto de intervenção – Manejo de unidades de conservação de uso indireto ou proteção integral – parques nacionais, estaduais e municipais.

Para tratar desse conjunto de temas, o presente estudo está organizado em seis itens.

O primeiro item contém a definição do problema, os objetivos, a justificativa para a escolha do tema escolhido, a originalidade, o ineditismo e a relevância do tema de tese.

O item dois resgata a história da evolução do entendimento da conservação e preservação da natureza e o estabelecimento das áreas protegidas. Nele, procurou-se contextualizar a conservação, a legislação e a institucionalização dos parques no Brasil, além de trazer o debate que anima a discussão em torno dos parques nacionais, num contexto da evolução dos paradigmas da conservação.

Em razão disso, a fundamentação teórica traz quatro níveis de compreensão de conflito: os decorrentes das terminologias empregadas; dos argumentos que animam o debate entre as diferentes correntes (ambientalistas e socioambientalistas, acrescidas da de desenvolvimento) sobre a implantação de unidades de conservação, particularmente as de uso indireto – os parques nacionais; os gerados na implantação de parques e vivenciados pela população atingida; finalmente, os decorrentes da competência comum e concorrente.

Já o item três apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, na análise dos dados e na construção da tese. Nele se detalham o processo de escolha, delimitação, investigação e perspectiva de análise do estudo em questão, bem como a localização da Praia da Pinheira – universo de pesquisa.

As características do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro estão no item quatro.

O quinto item está especificamente voltado aos objetos de conflito na área delimitada. A partir do geral para o particular, foram analisadas as co-relações entre 11 variáveis e 60 objetos de conflito com as atribuições de 22 competências institucionais. Nele se faz a análise intersetorial dos conflitos e das implicações legais e interinstitucionais sobre a comunidade e o parque.

O item seis apresenta como conclusão que a hipótese foi comprovada, os objetivos foram atingidos, o processo metodológico e a sustentação teórica atenderam às expectativas do trabalho. Este item também traz recomendações e reconhece os limites da tese.

*Um bom ambiente é a primeira condição para o desenvolvimento, porque nos
permite viver em equilíbrio.*

Tevoédjré

2 DOS CONFLITOS AMBIENTAIS À PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Este item apresenta as questões que animam a discussão em torno das unidades de conservação e o processo de estabelecimento delas, objetivando elucidar a contextualização, a legislação e a institucionalização das áreas protegidas, com especial atenção para os parques nacionais no Brasil.

No processo, a fundamentação teórica pretende compreender as diferentes manifestações de conflitos gerados na implementação desses parques, que serão divididos em quatro itens: conflitos decorrentes da definição e compreensão de conceitos (que resultam em inúmeras denominações); argumentos que animam o debate entre as correntes ambientalistas e socioambientalistas sobre a implantação de Unidades de Conservação de uso indireto (os parques nacionais); conflitos gerados e vivenciados pela população atingida na implantação de parques e os conflitos decorrentes da competência comum e concorrente.

O primeiro nível de análise dos conflitos está inserido no item inicial (Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação), por as julgarmos parte do contexto.

Por último, pretende-se encontrar subsídios de suporte à análise e à proposta que venham a contribuir para minimizar esses conflitos no plano de manejo.

2.1 Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação

As áreas protegidas representam um dos principais instrumentos utilizados na conservação e manejo da biodiversidade. A sua criação remonta à antiguidade. Inseridas em diversas culturas, elas foram, por muitos séculos, protegidas ora como “lugares sagrados”, ora como “reservas de caça”. (grifos meus).

MILLER (1997, p. 3-21), relata que “há registros documentados de áreas protegidas desde o ano 252 a.C., quando o Imperador Ashoka, na Índia, determinou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestadas”. Ele informa também:

“No século XV, Babar, o primeiro Imperador Mogul da Índia, caçava rinocerontes em reservas especiais criadas para esse fim nas zonas pantanosas do Punjab. Na Indonésia, no ano de 684 na ilha de Sumatra, há registro de uma área protegida, criada pelo rei de Srivijaya. Em Gana, na África, existe uma floresta que é o lugar mais sagrado do território Asante”. (p. 4).

Os Venda, da África do Sul, protegem até a atualidade o lago Fundudzi, onde nem mesmo é permitido banhar-se.

No nordeste da China, segundo DAVENPORT e RAO (2002, p.52), durante o século VI d.C. foram estabelecidas leis para proteção das áreas úmidas da planície de Huang-Huai-Hai. Há igualmente iniciativas registradas em Veneza, em 763; na Bretanha do século XI e na Rússia, onde “as profundas raízes históricas das áreas protegidas estão associadas à criação de bosques e florestas sagrados, “áreas comunais proibidas” (grifos dos autores) e “áreas sagradas” (grifos dos autores), nas quais caçar, pescar, derrubar árvores e mesmo a presença humana eram proibidas”.

Um dos primeiros exemplos de “zoneamento ecológico econômico” (grifos dos autores) do mundo, para DOUROJEANNI E PÁDUA (2001, p.52), ocorreu em 1084, “quando o rei Guilherme I da Inglaterra fez o primeiro inventário de terras, florestas, áreas de pesca, áreas agricultáveis e reservas de caça, entre outros recursos naturais produtivos do país, para planejar seu uso” (Mackinnon *et al.*¹⁵, *apud* DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001, p.52).

Na América Latina, Gamarra; Bonavia¹⁶, *apud* DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p.52), cita o exemplo das antigas grandes culturas da costa do Peru (Chimu, Mochica e Nazca, entre outras). Estas culturas “protegeram com medidas draconianas, incluindo a mutilação e morte dos infratores, as ilhas guaneras. Nos Andes, os incas protegeram, igualmente com muita severidade, os espaços necessários para a reprodução da vicunha”.

¹⁵ MACKINNON, J.; MACKINNON, K.; CHILD, G. E.; THORSELL, J. (Comp.). *Managing protected areas in the tropics*. IUCN/UNEP. Gland, 1986. 295 p.

¹⁶ BONAIVIA, D. *Los camélidos sudamericanos*. Lima, Instituto Francês de Estudos Andinos, 1996. 843p.

DAVENPORT e RAO (2002, p.52) ressaltam que é evidente que as variações nos diversos tipos de posse de terra criaram distinções vitais entre as sociedades através da história, com conseqüências diretas sobre os sistemas de conservação. Eles lembram que os gregos foram os primeiros a democratizar espaços.

“...suas cidades maiores, incluindo Atenas, ofereciam aos cidadãos uma praça para reuniões públicas, relaxamento e esparecimento. Então começaram os equivalentes antigos dos modernos parques urbanos. Embora a urbanização por todo o Império levasse a experiências semelhantes, a Europa medieval, assim como a Ásia Menor, mantinha esses espaços abertos para uso exclusivo da classe dominante. Caçar tornou-se o uso principal dessas áreas; de fato a palavra parque originou-se desse uso.” (DAVENPORT e RAO, 2002, p. 53-54).

Até o momento, os registros fornecidos por todos esses autores demonstram que, apesar das exceções, os recursos naturais protegidos estiveram, historicamente, a serviço exclusivo da classe dominante (monarquia e aristocracia). Esta constatação estende-se às primeiras experiências européias durante o período da Idade Média - 476 a 1453 d.C. Nesse período, determinadas áreas foram criadas e protegidas com o objetivo de garantir à aristocracia da época o exercício da caça e o suprimento de madeira para instituições religiosas. Segundo Quintão¹⁷, *apud* WALLAUER (1998, p.24),

“... no caso da Inglaterra foram estabelecidas reservas naturais, atendendo o grande interesse dos povos normandos pela caça e esportes. Estas reservas foram denominadas “*Forests*” (grifos do autor) e os camponeses que viviam nestas áreas eram obrigados a cumprir as leis florestais de proteção à fauna nativa, então propriedade da Coroa” (Quintão, *apud* WALLAUER, 1998, p. 24). (...) A França, entre os anos 1280 e 1346, oficializou uma legislação que permitiu a organização e administração das florestas do país, garantindo sua perpetuação através da exploração fiscalizada, após a realização de inventários florestais”. (Silva, 1996, *apud* WALLAUER, 1998, p. 24).

Originalmente, a palavra *parc*, em francês e inglês arcaicos, designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça protegidos por ordem ou por concessão do rei” (DAVENPORT e RAO: 2002, p.52). Os invasores eram punidos

¹⁷ QUINTÃO, Ângela. Evolução do Conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília: IBDF, ano XII. n. 54, p. 13-28, 1983.

severamente, especialmente os caçadores ilegais, que eram freqüentemente condenados à morte.

A idéia de parque significar tanto proteção como acesso ao público é recente; o conceito atual “pressupõe a existência de nações (...) sob o conceito de estados soberanos” (DAVENPORT e RAO: 2002. p. 54).

O marco de referência da evolução das idéias conservacionistas relacionadas a áreas protegidas tem origem no *Yellowstone National Park*, criado em 1872 nos Estados Unidos com o objetivo de proporcionar benefício e lazer à população e proteger as áreas de interferência que degradassem o ambiente. Nesse modelo não é permitida a presença e muito menos a residência de população humana¹⁸.

Para DIEGUES (1998, p.13), especialmente no início da Revolução Industrial, a necessidade de mão-de-obra para as indústrias inglesas fez com que se fizesse apologia da vida urbana. As populações das cidades cresceram e, com elas, os efeitos ambientais, até então desconhecidos¹⁹. O ar carregado pela fumaça das chaminés, entre outros problemas ambientais, chamou a atenção de correntes ambientalistas, de cientistas, estudiosos e simpatizantes, sobre a necessidade de se preservar a natureza contra a ação depredadora do homem. Para eles, era necessário resguardar parte da natureza numa busca do “paraíso perdido”²⁰, segundo palavras do autor.

Após a criação do *Yellowstone National Park*, o Canadá criou o seu primeiro parque nacional em 1885, seguido pela Nova Zelândia, em 1894, a África do Sul e a Austrália, em 1898. Na América Latina, o México foi o primeiro a estabelecer uma reserva florestal, em 1894; depois vêm a Argentina em 1903, o Chile em 1926, e o Brasil em 1937 (DIEGUES (1998, p.99).

Segundo o citado autor, na Europa, dada a dificuldade de se falar em áreas virgens para preservação, os parques nacionais, como o dos Alpes, implantado em 1914, foram criados com o objetivo de manter áreas naturais onde se pudessem realizar pesquisas de flora e fauna. No entanto, até 1933 ainda não havia uma definição universalmente aceita sobre os objetivos dos parques nacionais. Somente

¹⁸ Para as correntes naturalistas daquela época, e ainda presente em nossos dias, a única forma de proteger a natureza era “afastá-la do homem” por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la, em contrapartida aos efeitos da vida urbana (sinal de civilização), ou seja, resguardar *pedaços do mundo natural em seu estado primitivo* (DIEGUES, 1998).

¹⁹ Ver TOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 21-60.

²⁰ “Paraíso perdido” - terminologia que traduz uma forma própria de concepção da relação homem – natureza, própria de um tipo de naturalismo, denominado naturalismo reativo – em reação à corrente dominante do culturalismo (DIEGUES, 1998, p.13).

neste ano foi convocada a “Convenção para a preservação da flora e fauna”, em Londres, com o objetivo de discutir a preservação da fauna africana, pois a presença de caçadores e o ritmo de matança de animais selvagens acabaram chamando a atenção dos preservacionistas.

As colônias africanas, principalmente, adquiriram importância no debate sobre a vida selvagem²¹. Para McCORMICK (1992) e FRANCO (2005), em 1900, em Londres, Inglaterra, Portugal, Itália, França, Alemanha e Congo Belga assinaram o primeiro acordo ambiental do mundo, a Convenção para a Preservação de Animais, Aves e Peixes na África.

Em 1933, nova convenção sobre Proteção da Fauna e Flora em seu Estado Natural era assinada e ratificada pela maioria dos poderes coloniais africanos. Visava à criação de áreas protegidas, tais como parques nacionais e reservas. Como pontos positivos dessa convenção citam-se a reunião de preservacionistas, cientistas e governos em torno de uma causa comum, além de ter tornado seus signatários conscientes dos problemas das colônias africanas de uns e de outros, e ter estabelecido o precedente de organizações não-governamentais desempenhando um papel técnico consultivo em iniciativas desse tipo. Por outro lado, os signatários não estavam obrigados a cumprir as regras – não havia fundos para encontros regulares de acompanhamento e nem um comitê de fiscalização.

Estabeleciam-se três características para parque nacional: áreas controladas pelo poder público; áreas reservadas à preservação da fauna e flora e áreas reservadas a atender aos objetivos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça seria proibida e destinada à visitação pública (DIEGUES, 1998, p. 99).

Com o passar do tempo, as áreas protegidas, ou Unidades de Conservação (UCs)²², aumentaram em número e em diversidade de categorias²³, redundando em equívocos conceituais.

²¹ Os parques africanos: Kagera (Rwanda, 1943); Gorongosa (Moçambique, 1930); Niger (Niger, 1938), Garanza (Gongo, 1939), Tsavo (Kenya, 1948). O Parque Nacional do Kruger já funcionava no início dos anos 1900. É um dos mais antigos do continente.

²² UC é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos (de conservar) e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Elas se classificam em unidades de proteção integral e unidades de proteção de uso sustentável (Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985 de 18 e julho de 2000 – SNUC. 5 ed., Brasília, 2004).

²³ Categorias são áreas com características específicas, que demandam manejo correspondente e denominação de acordo com os critérios estabelecidos por lei (no Brasil, Lei 9.985, de 18 e julho

DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 52-64) ressaltam que grandes conflitos foram gerados por confusão no entendimento das categorias das Unidades de Conservação (UCs). As mesmas denominações podiam ter significados desde os ligeiramente diferentes aos completamente opostos. Como exemplo da diferenciação entre países, cita-se, na categoria V da *Word Conservation Union (IUNC)*²⁴, a denominada “paisagem terrestre ou marinha protegida”, que no Brasil é tida como “área de proteção ambiental” e, no Peru, por “paisagem protegida”. Miller²⁵ (1997), *apud* DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 54), informa que em 1962 já se conheciam 115 categorias de UCs e a IUCN (1978) registrava, na década de 1970, mais de 900 categorias.

Com isso, tanto as categorias, em constante crescimento, como as denominações e definições (finalidades) das unidades variam de país a país, de lei para lei. Num país de grande extensão como o Brasil, as denominações podem variar até de um estado para outro. Outro exemplo curioso é o fato de o Brasil, segundo DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 55), ser o único país do mundo que utiliza, na atualidade, o termo original “unidade de conservação” (grifo dos autores) para se referir a uma área protegida.

O próprio nome do núcleo de especialistas mundiais que se dedicam às Unidades de Conservação (UC), na *Word Conservation Union*, tem sofrido mudanças. Quando foi criada a comissão da IUCN, no ano de 1960, responsável pelas áreas protegidas, conhecida atualmente como *World Commission on Protected Areas (WCPA)*²⁶ – denominação mais abrangente –, seu nome era Comissão de Parques Nacionais Reservas Equivalentes.

de 2000), por exemplo: Reservas Biológicas e Parque Nacional. Elas compõem os dois grandes grupos das UCs: unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

²⁴ IUCN – *Word Conservation Union* – é um organismo multinacional que agrupa países, instituições, públicas e não-governamentais. Possui várias comissões científicas, entre elas a Comissão Mundial de Áreas Protegidas, com milhares de especialistas. Foi criada em 1948 e tem sede na Suíça (DOUROJEANNI e PÁDUA 2001, p. 55). Estão associados 82 estados, 111 agências de governo, mais de 800 organizações não-governamentais (ONGs) e uns 10.000 cientistas e especialistas de 181 países em parceria. (extraído do site: <http://www.iucn.org/en/about/>).

²⁵ op. cit.

²⁶ WCPA é localmente conhecida como Comissão Mundial de Áreas Protegidas. A partir de 1998, a Comissão criou uma “Região Brasil”, em reconhecimento à sua extensão e à sua diversidade biológica. Até 1998, o Brasil era parte da ‘Região América do Sul’ da WCPA (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001, p. 55).

As primeiras definições de UCs, ou áreas protegidas²⁷ (representadas basicamente pelas categorias: parques nacionais e reserva da fauna), sofreram modificações. Antes as UCs objetivavam apenas a proteção da natureza, porém, com o resultado de novas pesquisas, que resultaram nos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, as definições foram ampliadas para incluir áreas nas quais a exploração dos recursos naturais fosse cada vez mais intensa e a presença humana, a razão de sua existência. A partir da década de 1980, foram sendo incluídas áreas protegidas em que o uso direto dos recursos é permitido e nas quais as populações podem viver de modo permanente.

No processo, a WCPA procurou agrupar em um número manejável de categorias internacionalmente aceitas as inúmeras áreas protegidas, criadas, “inventadas” (grifos dos autores)²⁸ não somente para evitar a confusão reinante na nomenclatura, mas também para favorecer a realização de diagnósticos e comparações entre países. De 1962 a 1997, esta lista já recebeu três denominações: foram chamadas, primeiro, “Lista das Nações Unidas dos Parques Nacionais e das Reservas Equivalentes”²⁹; depois, “Lista dos Parques Nacionais e Áreas Protegidas”, e, em 1997, “Lista das Nações Unidas das Áreas Protegidas”.

O número de categorias reconhecidas pela WCPA tem variado com o tempo. Atualmente, as categorias estão classificadas em número de seis. No Quadro 1, a seguir, estão classificadas as áreas protegidas do Brasil e do Peru, com base nas categorias da IUCN. Nele é possível verificar a dimensão da complexidade das denominações e significados. Ressalta-se que há áreas representadas no Brasil e que não aparecem no Peru, assim como há outras áreas brasileiras, como as reservas extrativistas do Incra, as reservas particulares do patrimônio natural, que não são mencionadas na lista da IUCN.

²⁷ UCs e áreas protegidas são termos equivalentes e refletem o mesmo objetivo: proteger a natureza (DOUROJEANNI e PÁDUA 2001, p. 56). Para o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, elas são definidas como “áreas de terra e, ou, mar, especificamente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos”. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 2003.

²⁸ (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001, p. 56).

²⁹ O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas organizou a primeira Lista dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes em 1959.

Quadro 1 – Enquadramento de Áreas Protegidas do Brasil nas Categorias da IUCN

Uso/Terra	Categorias da IUCN	Brasil (Lei nº 9.985)
Indireto/Terra Pública	- Áreas naturais selvagens: 1a Reserva natural estrita 1b Área natural silvestre	Estação Ecológica Reserva Biológica
Indireto/Terra pública	2 Parque Nacional	Parque Nacional/Estadual/Municipal
Indireto/Terra pública ou privada	3 Monumento natural	Monumento Natural
Direto/Terra pública ou privada	4 Área de manejo de espécies e <i>habitats</i>	Refúgio de Vida Silvestre Área de Relevante Interesse Ecológico
Direto/Terra pública ou privada	5 Paisagem terrestre ou marinha protegida	Área de Proteção Ambiental
Direto/Terra pública ou privada	6 Reserva de recursos manejados	Reserva Extrativista Reserva de Fauna Reserva Desenvolvimento Sustentável Floresta Nacional/Estadual

Fontes: IUCN/WCPA (1997); Brasil. MMA (2000), adaptado de DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 58) pela autora da tese.

A lista das Nações Unidas das Áreas Protegidas é uma lista oficial, que mexe com o orgulho das nações. Cada país procura estar nela, com o maior número possível de áreas.

O Brasil dispõe, atualmente, de 2,61% do território³⁰ nacional constituído de **unidades de conservação de proteção integral**, que são as áreas enquadradas nas categorias de 1 a 3 da IUCN. Elas são definidas pela Lei nº 9.985/2000 como áreas de “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”, com exceção dos casos previstos por esta mesma lei.

Os parques, objeto deste estudo, compõem este grupo das Unidades de Conservação (UCs), juntamente com as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural. Deve-se ressaltar que os parques nacionais do Brasil, por definição, são equivalentes aos que existem na

³⁰ Segundo informações contidas nas páginas oficiais do Ministério do Meio Ambiente, acionado em 23 de outubro de 2003, a soma da área total das unidades (de proteção integral e de uso sustentável) correspondia a 8,31%. Este valor é aparente, pois muitas áreas de proteção ambiental (APAs) incluem, na sua extensão, uma ou mais unidades de conservação de uso indireto.

maior parte dos países do mundo, embora existam diferenças, de país para país, nas normas para o seu manejo³¹.

Os parques nacionais constituem uma das mais antigas categorias, mais bem definida e precisa em seus objetivos e critérios para criação. O sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil estabelece que elas têm por objetivo preservar ecossistemas naturais e de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Somam-se ao território nacional, representados pelas unidades de proteção integral, outros 5,52% em unidades **de uso sustentável**, correspondentes ao segundo grupo das unidades de conservação no Brasil, sendo estas caracterizadas pelo uso direto dos recursos naturais. O seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Delas fazem parte, segundo a Lei 9.985/2000 (Snuc), as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Em extensão, as unidades de conservação federais, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), somam aproximadamente 45 milhões de hectares, assim distribuídos: 241 Unidades de Uso Sustentável (Direto) e de Proteção Integral (Indireto), 31 em Áreas Federais de Proteção Ambiental (APAS); 25 em Reservas Extrativistas (RESEX); 25 em Reservas Biológicas; 29 em Estações Ecológicas; 60 em Florestas Nacionais (FLONA); 19 em Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); 52 em Parques Nacionais e 364 em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A relação dessas unidades encontra-se no Apêndice A desta tese.

No estado de Santa Catarina, segundo Mapa “Áreas Protegidas de Santa Catarina” (Fatma, 2003), há 182 Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral e Sustentável, que podem ser conferidas no Apêndice B e no Anexo A, assim distribuídas:

³¹ “Nos Estados Unidos e no Canadá, a pesca é permitida; no Peru, em casos especiais, tolera-se a presença de populações tradicionais”. DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 61).

- 14 Unidades de Conservação Federais (1 Reserva Extrativista – RESEX, 1 Estação Ecológica – ESEC, 2 APA, 4 Parques Nacionais, 4 FLONAs, 1 Área de Relevante Interesse Ecológico – ARE - e 1 Reserva Biológica – REBIO);

- 11 Unidades de Conservação Estaduais (4 Parques Estaduais – 1 necessitando de confirmação), 3 REBIOS, 1 ESEC e 3 Unidades de Conservação a serem criadas³²).

- 40 Unidades de Conservação Municipais (9 parques naturais municipais – 2 necessitando confirmação, 4 REBIOS - das 3 UCs, apenas uma está confirmada nesta categoria, 2 ARIEs, 25 APAS – falta confirmar a inclusão de 6 delas);

- 36 Unidades de Conservação Particulares – RPPN, no estado de Santa Catarina, 16 delas necessitam ser confirmadas; e

- 82 outras áreas estaduais protegidas, não enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc - Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Seuc.

As unidades de conservação administradas pelos estados brasileiros, entre elas o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, no estado de Santa Catarina – universo de pesquisa –, perfazem um total aproximado de 22 milhões de hectares³³.

A definição desses espaços como unidades de conservação é de incumbência do poder público, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 225, § 1º, Inciso II: “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

Assim, todas essas unidades de conservação estão sob a regularização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que integra, sob um só marco legal, a gestão das unidades de conservação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal, além do conjunto da sociedade civil.

³² O Parque Fritz Plaumann, localizado em Concórdia, não consta no Mapa “Áreas Protegidas de Santa Catarina”;

³³ Área total em estágio de confirmação.

2.2 Contextualização da Conservação, Legislação e Institucionalização dos Parques Nacionais no Brasil

Foi a partir do século XX que a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das unidades de conservação; hoje o é em razão da importância da conservação, com os seguintes argumentos:

- contribuição econômica direta, por meio da imensa quantidade de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial derivados da fauna, flora e da vegetação, os quais contribuem, ou podem vir a contribuir, diretamente para a vida humana;

- participação na manutenção dos grandes ciclos ambientais gerais do planeta, tais como: ciclo das águas, dos climas, dos nutrientes, etc.;

- valor estético – conservando a biodiversidade, estarão sendo conservados os valores estéticos paisagísticos que atraem as pessoas por sua beleza ou "poder de fascinação", sentimento de admiração, complexidade e variedade das inúmeras interligações das diferentes formas de vida, e outros mais.

As principais estratégias de conservação da biodiversidade são, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (BRASIL, 2003): *in situ* (quando o estoque é preservado mediante a proteção do ecossistema onde o organismo encontra seu meio natural) e *ex situ* (que pode ser parte do organismo, quando se preservam a semente, o sêmen, ou qualquer outro elemento a partir do qual será possível a reprodução do organismo preservado; ou o organismo inteiro, quando uma certa quantidade de organismos é mantida fora do seu meio natural, em plantações, jardins botânicos, zoológicos, aquários, prédios ou coleções para cultivo). Para a conservação da biodiversidade, são utilizadas ainda medidas controladoras e reguladoras.

No Brasil, como veremos a seguir, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone) de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia.

A compreensão da história ambiental ou ecológica é uma condição essencial para entender os conflitos gerados na implantação e gestão dos parques nacionais.

De acordo com DIEGUES (1998, p. 111), a história ambiental ou ecológica no Brasil ainda carece da sistematização das idéias – como campo disciplinar – que regeram e regem as relações entre a sociedade e a natureza. O autor cita como pioneiros Caio Prado Júnior (1979), em seus estudos sobre os ciclos econômicos, sobretudo os da monocultura de exportação e a devastação das florestas; Sérgio Buarque de Holanda (1969), sobre a relação do paraíso terreno e a admiração pela natureza exuberante existente no Brasil da descoberta; PÁDUA (1987) e CARVALHO (1967).

Em outros países, a elaboração e sistematização dos fatos que compõem a história ecológica já apresentam um estágio mais avançado. Nos Estados Unidos foi iniciada, segundo Woster³⁴, *apud* DIEGUES (1998, p. 111), na década de 1970, e na França, a partir da década de 1930.

É relevante destacar aqui a contribuição³⁵ do cientista político José Augusto Pádua, pela pesquisa publicada em 2002 sobre o pensamento brasileiro acerca da destruição do ambiente natural no Brasil escravista (1786-1888). Pela pesquisa, o autor concluiu ser possível afirmar que, no que se refere ao modelo geral de análise, existiu uma unidade de perspectiva para o conjunto dos autores estudados. Embora houvesse diferenças importantes na formulação de cada autor, Pádua constatou que o viés “desenvolvimentista” (grifos do autor) foi amplamente dominante no período, em detrimento da adoção de enfoques alternativos de crítica ambiental como preocupação mais centrada na necessidade de preservar a natureza devido ao seu valor intrínseco. Ele destaca.

“É significativo que ainda em 1876, quando André Rebouças lançou pela primeira vez a proposta de criar parques nacionais no Brasil, especialmente nas Sete Quedas de Guaíra e na Ilha do Bananal³⁶, o eixo da sua argumentação tenha sido o progresso que o turismo poderia trazer para aquelas regiões, e não a necessidade de colocar áreas selvagens fora do ímpeto destruidor da civilização.” (PÁDUA, 2002, p. 18).

O Brasil, desde a descoberta, foi produzido pelo imaginário europeu. A descrição (excelência de clima, presença de inúmeros animais e de mata

³⁴ WORST, D. *The ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1989.

³⁵ PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*.

³⁶ Sete Quedas do Guaíra e Salto do Iguaçu, no Paraná, e Ilha do Bananal, no rio Araguaia.

exuberante) assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido, como pode ser conferido na própria Carta de Pero Vaz Caminha, iniciada em 26 de abril e concluída em primeiro de maio de 1500³⁷:

“(...) Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem! (...) Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500 Pero Vaz de Caminha”. (SCHILLING, 2005)

Esta visão de “paraíso perdido”, porém, parece ter justificado sua afirmação enquanto recurso econômico supostamente inesgotável e pelos processos de devastação aos quais era submetida. Os três séculos de colonização delinearam as atitudes perante o mundo natural, caracterizadas pelo pragmatismo e imediatismo que se estendem pelo tempo (DEAN, 1996, p. 59-82).

Desde o início, a intenção do colonizador era de não ficar aqui, mas de levar tudo para o Reino (a princípio, na garantia de matéria-prima para a manutenção das atividades portuguesas de navegação, que suscitou a elaboração de normas)³⁸. O pau-brasil, símbolo da exploração que levou à sua extinção, deu o nome ao País. Em Frei Vicente Salvador, *apud* PADUA, (1987, 47), lê-se que os colonizadores, por mais arraigados que estivessem no País,

“(...) e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que lá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuário, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”.

³⁷ A carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, iniciada em 26 de abril e concluída no dia 1º de maio de 1500, foi enviada imediatamente para o rei por intermédio de Gaspar de Lemos, anunciando a boa nova da descoberta de terras. Ela tornou-se “a certidão de nascimento” do Brasil, como a chamou Capistrano de Abreu. O documento, no entanto, só se tornou público em 1790, sendo a carta publicada a primeira vez no Brasil em 1817 pelo geógrafo Manoel Ayres do Casal, no primeiro volume da *Corographia*. (disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_descoberta7.htm> *História por Voltaire Schilling*). Acesso em: 22/01/2005.

³⁸ A Carta Régia de 27 de abril de 1442 é a primeira disposição governamental conhecida de proteção à árvore no direito português, à exceção dos casos de incêndio. Seguiu-se ao período de notáveis vitórias portuguesas, no reinado de D. João I, em que a conquista de Ceuta, a descoberta da ilha da Madeira e a da ilha de Santa Maria incorporaram à Coroa territórios nos quais a riqueza mais visível eram matas frondosas. Simultaneamente, a nação se encontrava empenhada em aumentar, cada vez mais, a sua já respeitável esquadra, sem o que seria impossível conservar a soberania sobre as novas terras. Ora, para isto não havia madeiras que bastassem. As disponibilidades européias eram reduzidas e tornava-se, pois, imprescindível estabelecer normas para o corte e punir todo desperdício (IBAMA e sua história (disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>).

A atitude exploratória dominante da economia colonial causou intensa devastação das florestas e também da fauna, principalmente nas áreas costeiras, que foram e estão mais sujeitas à devastação. Nos dias atuais, segundo GUERRA et al. (2001), nas áreas costeiras vive, aproximadamente, 60% da população mundial, em uma faixa de 60 quilômetros de raio dos oceanos. Os ecossistemas costeiros acabam por não ser protegidos ou são negligenciados. A atividade foi constituída por ciclos de exportação de produtos agrícolas, sobretudo as monoculturas do algodão, do açúcar e do café, além da exploração das minas de ouro³⁹ e diamante no centro-sul. PRADO JÚNIOR (1979, p. 25) escreve: “(...) a uma fase de intensa e rápida prosperidade seguia-se outra de estagnação e decadência. (...) A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo”.

As primeiras medidas visando à conservação da natureza no Brasil foram tomadas ainda no século XVIII. Na Carta Régia de 13 de março de 1797, o governo afirmava “ser necessário tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinem e destruam” (Carvalho⁴⁰, *apud* DIEGUES, 1998, p. 111). Porém, o intento era garantir a madeira de lei para a construção naval. DEAN (1996, p. 151) informa:

“Ordens reais no sentido de conservar a madeira naval começaram a ser editadas em 1698, quando foram proibidas sesmarias em áreas de reserva dessa matéria-prima. Embora poucas sesmarias fossem concedidas posteriormente, o corte de madeira tornou-se uma indústria privada fortemente organizada. (...) “guardas-mores” (grifos do autor) e administradores (...) eram sistematicamente subornados e ludibriados por um pequeno número de madeireiros, serradores e tropeiros que efetivamente decidiam quando e onde a madeira seria cortada.”

Em fins do século XVIII e princípios de século XIX, contudo, inúmeros cientistas naturais europeus empreenderam viagens de pesquisa pela colônia, muitos deles contando com o patrocínio da Coroa (DEAN, 1996, p. 134-159).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, segundo PÁDUA (1987), foram criados em 13 de junho de 1808 o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e também o

³⁹ Ver DEAN (1996, p. 108-133) e SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*.

⁴⁰ CARVALHO, J. C. *A conservação da natureza e os recursos naturais na Amazônia Brasileira*. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTAS AMAZÔNICA, v. 9, p. 1-47, 1967

Museu de História Natural, ambos na mesma cidade, duas importantes instituições voltadas para a investigação do mundo natural. Atualmente, o Jardim Botânico é uma fundação vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

José Bonifácio⁴¹, no início do século XIX, sob influência de seus estudos sobre a fertilidade dos solos na Europa, combateu a devastação das matas. A natureza, segundo a sua visão, representava um grande livro, cujos segredos e riquezas poderiam ser arrebatados pelo conhecimento científico. Além disso, ele propunha uma sociedade de trabalhadores livres, como forma de preservar melhor as matas, e sugeria, em 1821, a criação de um setor administrativo especialmente responsável por sua conservação, uma vez que várias áreas de Mata Atlântica, principalmente no Nordeste, tinham sido destruídas. A preocupação com o desmatamento veio ao encontro dos estudos que realizou na sua jornada sobre os efeitos dessa prática na fertilidade do solo.

André Rebouças⁴² também defendia o uso de técnicas modernas no trato com a terra. Ele lutou pela criação dos primeiros parques nacionais (1876) e combatia, ao mesmo tempo, o monopólio das terras, a escravidão e o “*landlordismo*” “*sic*” (PADUA, 1987).

A proposta de criação de parques nacionais no Brasil, defendida por Rebouças, deveria trazer benefício palpável para as sociedades locais, como um importante agente para a promoção regional. Ele, segundo PADUA (2002, p. 270-271), no panfleto de 1883 “Abolição imediata e sem indenização” (grifos do autor), revela a repugnância que lhe causava a tese de preservar o mundo natural em detrimento dos seres humanos. Ao comentar a necessidade de instituir um imposto rural no Brasil e lutar contra a mentalidade feudal dos latifundiários, referiu-se:

⁴¹ José Bonifácio pode ser considerado fundador da crítica sistemática da destruição ambiental no Brasil. Nascido em 13 de junho de 1763, em Santos/SP (Biblioteca virtual do estudante brasileiro, 2005), Bonifácio viveu a maior parte de sua vida na Europa. Em 1783, seguiu para a Universidade de Coimbra, sob o ciclo de influência de Vandelli. A partir de 1790, o seu programa de estudos estendeu-se por países como França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega. Retornou ao Brasil em 1819. Em 1821, foi eleito integrante e principal liderança da junta governativa de São Paulo. No início de 1822, foi chamado pelo príncipe regente, o futuro imperador Pedro I, para chefiar, como ministro do reino e dos estrangeiros, o gabinete que acabou por conduzir o País à emancipação política. Em 1823 foi forçado a abandonar o ministério e em novembro do mesmo ano foi preso e exilado na França, onde permaneceu até 1829. Apesar de o seu programa reformista não ter sido implementado, suas idéias marcaram profundamente a continuidade do debate ambiental ao longo de todo o período monárquico. (PADUA, 2002, p. 129-159).

⁴² André Rebouças (1843-1898), negro, filho de escravos, foi engenheiro e professor de botânica, cálculo e geometria na Escola Politécnica. Foi escritor e analista dos problemas sociais e econômicos e personalidade das mais importantes no século XIX.

“...aos herdeiros dos barões feudais do continente europeu, que ainda podem conservar imensas florestas para caçar veados e javalis, e várzeas alagadas para a caça de patos selvagens, quando o povo morre de fome por falta de campos para criar gado, e de terra para plantar trigo.” (Rebouças, 1883 *apud* PADUA, 2002, p. 271).

Porém, no último parágrafo do texto, observa o autor, Rebouças foi além das considerações socioeconômicas e adotou um discurso mais conservacionista. O texto diz:

“A geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres do ferro e do fogo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná. Daqui a centenas de anos poderão nossos descendentes ir ver dois espécimens do Brasil, tal que Deus o criou; e encontrar reunidos, no norte e no sul, os mais belos espécimens de uma fauna variadíssima e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo!” (Rebouças, 1883, *apud* PADUA, 2002, p. 271).

Ao longo do século XX, a devastação ambiental continua sendo a marca de sucessivos governos, ora em nome do desenvolvimento, ora em consequência do abandono do planejamento territorial; ora como fruto da busca da integração nacional, ora como resultado da mais absoluta incúria administrativa. Os avanços registrados nesse período estão relacionados à criação de instituições e instrumentos para gerir as águas e os recursos naturais do País.

Em 1934, surgiu primeiro o Código de Caça e Pesca, depois o Código de Minas, o Código das Águas e o Código Florestal⁴³. É importante ressaltar o papel pioneiro do estado de São Paulo, que teve seu Código Florestal em 1896.

A primeira Constituição do Brasil, datada de 25 de março de 1824, não fez qualquer referência à conservação ou preservação dos recursos naturais do País.

A Constituição de 1891 determinava, em seu art. 34, que o Congresso poderia “legislar sobre terras e minas de propriedade da União”. WALLAUER (1998, p. 36) destaca que “a constituição não concedeu ao Estado o direito de atuar amplamente sobre todo o patrimônio natural, e que, não havendo por parte da legislação federal recomendações sobre a necessidade de se proteger as florestas, seus proprietários sentiram-se livres para cortá-las e queimá-las”.

⁴³ A institucionalização e regulamentação da categoria de manejo Parque Nacional voltará a ser discutida no item IV, intitulado “Competência Comum e Concorrente no Manejo das Unidades de Conservação”.

Em 1907, na gestão do governo de Affonso Penna (1906 a 1909), Volpato⁴⁴, *apud* WALLAUER (1998, p. 36), destaca a mensagem presidencial que expressou publicamente a preocupação do Poder Executivo sobre a necessidade de preservar e restaurar a cobertura florestal do País, através de projetos de lei sobre água e florestas, a saber:

“É, pois, urgente a decretação de leis que protejam todos estes tesouros, regulando não só a arborização das terras e a sua conservação, como também a exploração de madeira e a extração de ervas. O Brasil é talvez entre os países cultos, dotados de matas e ricas terras, o único que não possui um código florestal.”

Assim, a primeira categoria de manejo federal oficialmente estabelecida no Brasil foi a do Parque Nacional, que teve como base o Art. 9º do Código Florestal de 1934. Este artigo definiu parques nacionais, estaduais e municipais como **“monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem”** (grifos meus) (QUINTÃO, 1983).

A Constituição de 1937 diz:

“Art. 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.”

Esse artigo endossa a Constituição de 1934, no que diz, no Art. 10, que “compete concorrentemente à União e aos Estados: III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico podendo impedir a evasão de obras de arte”, com o que define a responsabilidade da União em proteger as belezas naturais e monumentos de valor histórico.

Em 1937 foi criado, pelo Decreto nº 1.713/1937, o primeiro parque nacional – o Parque Nacional de Itatiaia –, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas⁴⁵. Este objetivo pode ser conferido nos

⁴⁴ VOLPATO, E. *Análise da administração florestal brasileira*. Documento cedido pelo Ibama, Brasília, 1986. 218 p.

⁴⁵ A proposta de criação deste parque foi feita inicialmente pelo botânico Alberto Löfgren, em 1913, como informa DIEGUES (1998, p. 113).

argumentos de defesa utilizados por Hubmayer, ainda em 1911, para a criação do Parque, durante o Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

“Sem igual no mundo, estaria às portas da bela capital, oferecendo, portanto, aos cientistas e estudiosos, inesgotável potencial para as mais diversas pesquisas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Outrossim, apresentaria fonte de satisfação aos excursionistas e visitantes curiosos dos atrativos da natureza local.” (PÁDUA e FILHO, 1979, p. 122)

O parque, com área inicial de 11,9 mil hectares, foi estabelecido nas terras que compunham a Estação Biológica de Itatiaia, que, desde 1914, haviam sido incorporadas ao patrimônio do Jardim Botânico, conforme pode ser observado na justificativa do Decreto nº 1.713, de 1937:

“(...) a Estação Biológica deve ser transformada em Parque Nacional, para que possa ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científica decorrentes das ditas circunstâncias e que essa localização importa, ao mesmo tempo, em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, em incremento das correntes turísticas e reservas, para as gerações vindouras, das florestas existentes, ou seja, todos os objetivos reunidos simultaneamente, que justificaram a criação do Parque Nacional.”

Pelo Decreto nº 87.586, de 20 de setembro de 1982, nova área – abrangendo terras dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos municípios de Bocaina de Minas, Itamonte, Itatiaia, e Resende – foi incorporada ao parque, totalizando 30 mil hectares.

A Constituição de 1946 ratificou a de 1937 no que concerne à proteção governamental às paisagens e sítios de importância singular. No entanto, até a década de 1950, o que pode ser observado é que não havia no Brasil uma preocupação particular com os aspectos ambientais.

MIRANDA (2004) caracteriza o período entre 1930 e 1950 pela industrialização com base na substituição de importações. O País dotou-se de instrumentos legais e de órgãos públicos que refletiam as áreas de interesse da época, de alguma forma relacionados à área do meio ambiente, tais como: o Código

de Águas – Decreto nº 24.643 de 1934; o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (Dnos); o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs); a Patrulha Costeira; o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza em 1948.

As normas e políticas privilegiaram também a atividade de silvicultura para fins industriais, como o investimento em reflorestamento com *Eucalyptus sp* (eucalipto) e *Pinus elliotti* (Pínus)⁴⁶, enquanto a iniciativa de expansão do número de parques nacionais caminhava a passos lentos. Só em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso, na Bahia – totalizando, até então, a criação de quatro parques nacionais⁴⁷.

Em 1940, a Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América (Convenção Pan-americana), estabeleceu, entre outras, nova definição para Parque Nacional, a saber: “A expressão **Parque Nacional** significará: zonas estabelecidas para proteção e conservação de paisagens superlativas, flora e fauna de importância nacional para que o público em geral possa desfrutá-la e que possam beneficiar-se quando controladas pelo poder público” (QUINTÃO, 1983).

O Brasil, ao apoiar os termos da referida convenção (Decreto Legislativo nº 3, de 13 de setembro de 1948), adotou legalmente este conceito.

Já o Decreto-Lei nº 156.677, de 29 de setembro de 1944, atribuiu à Seção de Parques Nacionais do Serviço florestal, criado em 1921, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais, e os seguintes objetivos: “**Conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; e organizar museus e herbários regionais**” (grifos meus) (QUINTÃO, 1983).

A partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a conseqüente destruição de florestas, os novos parques não se concentram nas Regiões Sudeste e Sul, como os primeiros. Entre 1959-1961, foram criados 12

⁴⁶ Espécies mais comuns encontradas, embora outras também tenham sido introduzidas.

⁴⁷ Itatiaia, pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937; Iguaçu, pelo Decreto nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939; Serra dos Órgãos, pelo Decreto nº 1.822, de 30 de novembro de 1939, e Paulo Afonso, pelo Decreto nº 25.865, de 24 de novembro de 1948 – este, extinto em 1969 pelo Decreto nº 605, de 2 de junho de 1969.

parques nacionais, três deles nos estados de Goiás e um no Distrito Federal (DIEGUES (1998, p. 115)⁴⁸.

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia trouxe consigo a criação de unidades de conservação, importantes para aquela região.

A partir da década de 1960, as políticas voltadas ao meio ambiente foram efetivadas por meio da participação do Brasil em convenções e reuniões internacionais, como, por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, sobre a utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera. Nessa ocasião foram definidas as bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera – MAB – *Man and Biosphere* –, efetivamente criado em 1970. O Brasil, como membro das Nações Unidas, também assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da Declaração de Soberania dos Recursos Naturais (MIRANDA, 2004).

Em 1965, o novo Código Florestal definiu, no seu artigo 5º, que o poder público criará parques nacionais, estaduais e municipais, com a finalidade de **“resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”** (grifos meus).

O Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF –, ligado ao Ministério da Agricultura, a ele cabendo a administração das unidades de conservação.

A década de 1970 é marcada pelo agravamento dos problemas ambientais e, conseqüentemente, pelo maior conhecimento desses problemas em todo o mundo. Esta condição ampliou a discussão e a participação da sociedade brasileira em busca de soluções, resultando na realização do “I Simpósio sobre Poluição Ambiental”, em Brasília, no período de 21 a 27 de agosto de 1971, por iniciativa da Comissão Especial sobre Poluição Ambiental da Câmara dos Deputados. Porém, somente após a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, é que

⁴⁸ As propostas de criação partiram, sobretudo, de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento da Amazônia (Quintão, apud DIEGUES, 1998). “Na Amazônia o programa de Integração Nacional (PNI) propôs, em 1970, quinze pólos de desenvolvimento na região e a criação de unidades de conservação. Em 1974 foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, com 1.000.000 de hectares, e em 1979 três novos parques foram criados na região (Pico da Neblina, Pacas Novas e Serra da Capivara). Em 1975, o II Plano Nacional de desenvolvimento também previa a criação de novas unidades de conservação na região amazônica”. (DIEGUES, 1998, p. 115).

medidas efetivas foram tomadas com relação ao meio ambiente. Nessa ocasião, os delegados brasileiros, segundo o Ibama (BRASIL, 2004), ainda defendiam o direito às oportunidades de crescimento a qualquer custo, mas as recomendações finais apontaram para o planejamento ambiental que associasse a prudência ecológica às ações pró-desenvolvimento (ecodesenvolvimento) e o esforço para a erradicação da miséria do mundo.

Dentre os princípios fundamentais aprovados nessa conferência, que orientam as ações internacionais na área ambiental, destaca-se “a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver, e que o homem (...) promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia”.

Em 1970 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema. Esta, embora não possuísse poder de polícia, propunha discutir com a opinião pública a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. Ela se dedicou a defender dois grandes objetivos: estar atenta à poluição, principalmente a de caráter industrial, mais visível, e proteger a natureza.

A partir de 1973, esta secretaria passou a administrar as unidades de conservação (UCs) juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Florestal – IBDF –, que vinha desempenhando este papel desde 1967. O interessante é que esta secretaria, ao tempo em que implantava e administrava as UCs, estava comprometida com o desmatamento de grandes áreas de florestas naturais para implantação de projetos de silvicultura para fins industriais, como observa DIEGUES (1998, p. 117).

Com a publicação do relatório do Clube de Roma – *The limits of Growth* – em 1972 e as recomendações do documento intitulado “Declaração sobre o Ambiente Humano”, produzido na conferência da ONU, ocorrida logo depois, foi reconhecida a importância da educação ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a necessidade de o homem reordenar suas prioridades, segundo Ibama (BRASIL, 2004).

Em 1977, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Programa das nações Unidas para o Meio ambiente (Unesco-Pnuma) –, promove a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que influenciou a adoção dessa disciplina nas universidades brasileiras.

Em 1979, dez anos após a 10^a Assembléia Geral da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN –, em Nova Déli, o Brasil, seguindo as recomendações dessa reunião, instituiu o Regulamento dos Parques Nacionais no País. Nesse mesmo ano, o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de conservação, cujo objetivo principal era o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades. O plano propunha-se também rever as categorias de manejo até então existentes nas UCs e a criação de outros tipos de unidades de conservação, mas a legislação correspondente não a cumpriu (DIEGUES, 1998, p. 116).

O agravamento da dívida externa brasileira e a conseqüente solicitação de financiamentos a entidades bi ou multilaterais, na década de 1980, começaram a colocar e a fazer respeitar cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos, sobretudo na Amazônia.

A Sema propôs o que seria de fato a primeira lei ambiental no País destinada à proteção da natureza: a Lei nº 6.902, de 1981 – ano chave em relação ao meio ambiente brasileiro. Propôs também a criação das seguintes unidades de conservação pelo governo federal: parques nacionais, reservas biológicas, reservas ecológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e áreas de relevante interesse ecológico. Nos estados e municípios, a preocupação centrou-se na proteção de mananciais e cinturões verdes em zonas industriais.

Entre 1979 e 1986, deu-se um grande impulso na criação de unidades de conservação, totalizando oito parques nacionais, quatro deles na região amazônica e seis reservas biológicas, das quais cinco também na mesma região.

A atuação crescente da sociedade organizada, das organizações não-governamentais e determinadas personalidades históricas do ambientalismo favoreceu o surgimento de uma nova consciência ambiental. Em 1983, a implementação do Plano Nacional de Conservação de Meio Ambiente levou à criação da Comissão Diretora para Planejamento para o Meio Ambiente, um marco inicial para projetos de educação ambiental que incluíam a participação da comunidade.

Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente, por intermédio da Sema, criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama - e instituiu o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Por este cadastro foram definidos os instrumentos para a implementação da Política Nacional, dentre os quais o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio

Ambiente – Sinima. Foi criado também o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama –, que tem poderes regulamentares e estabelece padrões ambientais.

No campo legal, um passo decisivo foi dado com a aprovação da Lei nº 7.347, em 1985, chamada "Lei dos Interesses Difusos". Ela permitia que qualquer cidadão acionasse a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: ao meio ambiente; ao consumidor; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; a qualquer outro interesse difuso e coletivo (MIRANDA, 2004).

O passo decisivo para a formulação de uma política ambiental no Brasil veio com a Constituição de 5 de outubro de 1988, cujos termos são considerados absolutamente inovadores. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade por sua preservação e conservação. Nessa ocasião foi criado também o Programa Nossa Natureza, como pode ser observado em seu art. 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção:

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.” (BRASIL, 1988)

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988, também é dotada de um capítulo próprio sobre o Ministério Público, em que o estabelece como instituição permanente e essencial à função jurídica, ao regime democrático e aos interesses sociais e individuais disponíveis. As normas constitucionais elaboradas para o Ministério Público⁴⁹ o distinguem de qualquer outra instituição brasileira.

⁴⁹ Dentre as atribuições, citam-se: a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (art. 14, § 1º) – que o legitimou a propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente; Lei nº 7.347, de 24 de

De acordo com MOREIRA (2002, p. 44), a Constituição Federal de 1988, no art. 225, acima citado, além de legitimar o Ministério Público para a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, discriminou dentre esses direitos o que se refere a uma sadia qualidade de vida e a um meio ambiente equilibrado. No seu art. 129 também o legitima a atuar na questão ambiental, estabelecendo, dentre outros interesses difusos e coletivos como a função institucional de proteger o meio ambiente, que: “são funções institucionais do Ministério Público: III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”. (Brasil⁵⁰, 1998 *apud* MOREIRA, 2002, p. 4).

De igual forma, continua a autora, as constituições estaduais reconhecem a Instituição do Ministério Público como junção essencial à justiça, assim como as legitimam a atuar em defesa do meio ambiente. Somam-se a essas constituições a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e as leis orgânicas de cada Ministério Público Estadual, que

“... estabelecem não só a legitimidade de seus membro para atuarem nas questões ambientais como, também, disciplinam juridicamente esta atuação, dando-lhes diretrizes para a instauração dos procedimentos (procedimentos administrativos, inquérito civil e ação civil pública.” (MOREIRA, 2002, p. 44).

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama -, pela fusão da Sema, do IBDF, da Superintendência da Borracha – Sudhevea - e da Superintendência da Pesca – Sudepe. O Ibama reavaliou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação, mas sem avançar sobre o uso sustentável dos recursos naturais e na relação das “populações tradicionais” que habitam tais áreas, o que, aliás, já se fazia nos fóruns internacionais.

julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública -, que reafirma os princípios da política Nacional do Meio Ambiente (art. 1º e art. 5º), que conferiu ao Ministério Público importante iniciativa na promoção de ações para a proteção de interesses difusos (meio ambiente, consumidor, bens de direitos de valor artísticos, estéticos e históricos; por fim, cita-se a Lei dos Crimes Ambientais, cuja apuração deve ser feita através de ação penal pública incondicionada, ou seja, não necessitando de representação ou queixa, sendo de iniciativa privativa do Ministério Público (MOREIRA, 2002, p. 43-45).

⁵⁰ BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

Como exemplo, podem-se citar passagens da obra “Os Parques Nacionais no Brasil”, dos autores PÁDUA, Maria J.⁵¹; COIMBRA, Filho, publicada em 1979, na qual descrevem os parques nacionais brasileiros. Sempre que se referem às populações de moradores, independentemente de sua origem ou período de moradia anterior ao da criação da área protegida, denominam-nas por “posseiras” ou “degradadoras” (*apud* DIEGUES, 1998, p. 115). Na página 33, sobre a situação do Parque Nacional do Monte Pascoal, os autores afirmam: “Contudo, enfrenta ainda este Parque Nacional problema da mais difícil solução, que há anos vem prejudicando sua administração. Trata-se da pequena população rústica (sic) que habita a parte litorânea do seu interior”.

Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – Semam –, ligada à Presidência da República.

No entanto, é a partir da década de 1990 que se observam maior envolvimento e participação da sociedade e avanços nas discussões e ações ambientais, especialmente com o resultado da Conferência da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992, culminando com a criação do Ministério do Meio Ambiente – MMA –, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

Esta década é marcada por muitos acontecimentos; citam-se, dentre eles: a criação das reservas extrativistas, fruto da organização popular e do avanço no respeito às populações locais (por exemplo: as reservas extrativistas dos seringueiros e a primeira reserva de pesca artesanal e extrativista marinha - em Santa Catarina); a criação da reserva da Biosfera no Sul e Sudeste em 1992; a elaboração de proposta de reserva cultural; a criação das zonas-tampão e amortecimento das áreas de proteção permanente; a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc – em 2000, que avança na questão da participação das populações locais na implantação de UCs e no maior envolvimento da sociedade.

Em 2002, ocorreu no Rio de Janeiro o Fórum Brasileiro de Organizações Não-governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo documento avalia a situação em que se encontram os temas: Agenda 21,

⁵¹ Também diretora do IBDF. (DIEGUES, 1998, p. 115).

Sociobiodiversidade, Clima, Floresta, Água, Energia e Comércio e Meio Ambiente, apresentando suas propostas a cada uma delas.

Em 2003, a Resolução nº. 331, de 25 de abril, institui em seu art. 1º a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, com a finalidade de propor normas com vistas à efetiva implementação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza – Snuc – e também com a finalidade de acompanhar a implementação do Snuc por meio da análise de documentos a serem elaborados pelos órgãos competentes.

2.3 Quadro Atual das Áreas Protegidas no Brasil

O relatório⁵² do *WORLD WILD LIFE FUND FOR NATURE* (WWF) – Brasil –, divulgado em 2002, mostrou que quase metade das Unidades de Conservação (UCs), que somam 43%, estão muito ou medianamente vulneráveis e mais da metade (55%) está em situação precária de implementação. Para o instituto, além de as unidades de conservação no País serem em número insuficiente, os parques e reservas existentes não estão adequadamente protegidos e, assim, não cumprem a sua função.

As UCs podem estar sob a competência administrava de qualquer das três instâncias: federal, estadual ou municipal. As unidades federais administradas pelo Ibama somam aproximadamente 45 milhões de hectares, totalizando 241 unidades de conservação (UCs) de uso direto e indireto (Apêndice). Elas estão assim distribuídas:

- 31 em Áreas Federais de Proteção Ambiental – APAS;
- 25 em Reservas Extrativistas – RESEX;
- 25 em Reservas Biológicas;
- 29 em Estações Ecológicas;
- 60 em Florestas Nacionais – FLONA;
- 19 em Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE;
- 52 em Parques Nacionais; e
- 364 em Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.

⁵² O relatório do WWF – Brasil –, sobre o grau de vulnerabilidade e de implementação dos parques e reservas nacionais, divulgado em 2000, foi o primeiro estudo qualitativo e quantitativo de avaliação das unidades de conservação no Brasil.

Já os estados brasileiros, segundo divulgação das áreas protegidas do Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2004), são responsáveis pela administração de 22 milhões de hectares.

No Quadro 2, estão relacionados, por ordem alfabética, todos os parques federais implantados no Brasil. Na tabela constam a localização, a data de criação e o bioma que cada parque protege. As informações relativas às demais unidades poderão ser conferidas no Anexo A deste projeto.

Quadro 2 – Relação dos Parques Nacionais Brasileiros

Nome	Local	Bioma	Criação
Parque Nacional da Amazônia	Itaituba-PA	Amazônia	19/02/1974
Parque Nacional de Aparados da Serra	Cambará do Sul-RS	Mata Atlântica	17/12/1959
Parque Nacional do Araguaia	Palmas-TO	Cerrado	17/12/1983
Parque Nacional de Brasília	Brasília-DF	Cerrado	29/11/1961
Parque Nacional do Cabo Orange	Macapá-AP	Amazônica	15/07/1980
Parque Nacional do Catimbau	Em fase de implantação	Caatinga	13/12/1902
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Em fase de implantação	Ecótonos-Cerrado e Caatinga	20/04/1999
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Palmeiras-BA	Caatinga Mata Atlântica	17/09/1985
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Cuiabá-MT	Cerrado	12/04/1989
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso de Goiás-GO	Cerrado	11/01/1961
Parque Nacional do Descobrimento	Em fase de implantação	Mata Atlântica	21/09/1999
Parque Nacional das Emas	Mineiros-GO	Cerrado	11/01/1961
Parque Nacional do Grande Sertão Veredas	Chapada Gaúcha-MG	Cerrado	12/04/1989
Parque Nacional do Iguaçu	Foz do Iguaçu-PR	Mata Atlântica	10/01/1939
Parque Nacional da Ilha Grande	Vila Alta-PR	Mata Atlântica	10/09/1997
Parque Nacional de Itatiaia	Itatiaia-RJ	Mata Atlântica	10/06/1937
Parque Nacional do Jaú	Manaus-AM	Amazônica	24/09/1980
Parque Nacional de Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara e Cruz-CE	Costeiro	04/02/2002
Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Mostardas-RS	Campos Sulinos	06/11/1986

Continua...

Quadro 2, Cont.

Nome	Local	Bioma	Criação
Parque Nacional dos Lençóis Maranhense	Barreirinhas-MA	Costeiro	02/06/1981
Parque Nacional Marinho de Abrolhos	Caravelas-BA	Marinho	06/04/1983
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Fernando de Noronha-PE	Marinho	14/09/1988
Parque Nacional de Monte Pascoal	Itamaraju-BA	Atlântica	29/11/61
Parque Nacional de Monte Roraima	Boa Vista-RR	Amazônica	28/06/1989
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Corrente-PI	Cerrado	
Parque Nacional de Pacaás Novos	Porto Velho-RO	Amazônica	21/09/1979
Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense	Cuiabá-MT	Cerrado Pantanal	24/09/1981
Parque Nacional do Pau Brasil	Em implantação	Mata Atlântica	20/04/1999
Parque Nacional do Pico da Neblina	São Gabriel da Cachoeira-AM	Amazônia	05/06/1979
Parque Nacional dos Pontões Capixabas (Fonte IBAMA)	Espírito Santo	Mata Atlântica	19/12/2002
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Macaé-RJ	Mata Atlântica	29/04/1998
Parque Nacional de São Joaquim	Urubici-SC	Mata Atlântica	06/07/1961
Parque Nacional das Sempre-Vivas	Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina-MG	Mata Atlântica	13/12/2002
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Bonito-MS	Mata Atlântica	
Parque Nacional da Serra da Bocaina	São José do Barreiro-SP	Mata Atlântica	08/06/1972
Parque Nacional da Serra da Canastra	São Roque de Minas-MG	Cerrado	03/04/1972
Parque Nacional da Serra da Capivara	São Raimundo Nonato-PI	Caatinga	05/06/1979
Parque Nacional da Serra da Cutia	Porto Velho-RO	Amazônica	01/09/2001
Parque Nacional da Serra da Mocidade	Boa Vista-RR	Amazônica	29/04/1998
Parque Nacional da Serra das Confusões	Teresina-PI	Caatinga Ecótonos Cerrado/Caatinga	02/10/1998
Parque Nacional da Serra do Caparão	Alto Caparão-MG	Mata Atlântica	24/05/1961
Parque Nacional da Serra do Cipó	Santana do Riacho-MG	Cerrado	25/09/1984
Parque Nacional da Serra do Divisor	Tio Branco-AC	Amazônica	16/06/1989
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Teresópolis-RJ	Mata Atlântica	30/11/1939
Parque Nacional da Serra Geral	Porto Alegre-RS	Mata Atlântica	20/05/1992
Parque Nacional das Sete Cidades	Piripiri-PI	Ecótonos- Caatinga/Amazon.	03/06/1981

Continua...

Quadro 2, Cont.

Nome	Local	Bioma	Criação
Parque Nacional de Superagui	Guaraqueçaba-PR	Costeiro Mata Atlântica	25/04/1989
Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange	Curitiba-PR	Mata Atlântica	03/06/1961
Parque Nacional da Tijuca	Rio de Janeiro-RJ	Mata Atlântica	06/07/1961
Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque	Macapá-AP	Amazônica	08/2002
Parque Nacional de Ubajara	Ubajara-CE	Caatinga Ecótonos- Caatinga/Amazon.	30/04/1959
Parque Nacional de Viruá	Boa Vista-RR		29/04/1998

Fonte: Dados adaptados do MMA (BRASIL, 2003) e IBAMA (BRASIL, 2003) pela autora desta tese.

A Fundação do Meio Ambiente – Fatma – administra dez unidades de conservação estaduais –, conforme já informado anteriormente, que podem ser conferidas no Apêndice B e no Anexo A. O Quadro 3 informa as características dos parques administrados pelo estado de Santa Catarina.

Quadro 3 – Unidades de Conservação Administradas pelo Estado de Santa Catarina

Nome	Local	Área (ha)	Criação
Parques			
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Engloba 9 municípios (Ver item 5)	87.405,00 por demarcação	Dec. 1.260 de 01/11/1975
Parque Estadual da Serra Furada	Grão Pará e Orleans	1.329	Dec. 11.233 de 20/06/1980
Parque das Araucárias	São Domingos	612,52	Dec. 293,30 de 30/05/2003
Parque Fritz Plaumann	Concórdia	735,11	Dec. 793 de 24/09/2003

Fonte: adaptado de FATMA (2004), pela autora.

As unidades de conservação (UCs) administradas pelos municípios do estado de Santa Catarina também podem ser visualizadas no mapa “Áreas Protegidas de Santa Catarina” (Apêndice B).

2.4 Interesses e Conflitos

“Há dois princípios inerentes à própria natureza das coisas, que aparecem sempre em algumas corporificações particulares, seja qual for o campo que exploramos – o espírito de mudança e o espírito de conservação. Nada pode ser real sem ambos. A mera mudança sem conservação é uma passagem do nada para o nada. A mera conservação sem mudança não pode conservar. Porque, afinal de contas, há um fluxo de circunstância e a frescura de ser se evapora sob a mera repetição. O caráter da realidade existente é composto de organismos perdurando através do fluxo das coisas.” (WHITEHEAD⁵³, *apud* Ramos, 1989, p. 55).

Para Burton e Dukes⁵⁴, *apud* REYNAUD (2001, p. 16):

“Os conflitos podem ser conceituados como forma de ‘enfrentamentos sociais’ (grifos do autor), sendo causados pelas mais diversificadas maneiras. (...) As variáveis que imputam movimento num conflito, possuem desdobramentos e mudanças espaço-temporais no âmbito da esfera pública, derivando ações coletivas organizadas e tendo como resultantes diferentes valores, percepções e significados, com dinâmica de oposição (...)”.

As noções de ambiente e conflito, como lembra ARAÚJO (1995, p. 34-36), “são geradas na dinâmica social”. Dessa forma, o meio ambiente:

“como constituinte do espaço público onde os atores disputam os seus interesses, a proteção ambiental pode ser uma solução para um determinado conflito, como pode ser causa de outros conflitos, dependendo de como essa política é negociada com as populações locais ou como é construído o conceito de conservação.” (CARVALHO, 1995, p. 12).

Portanto, compreende-se aqui que os conflitos são fenômenos da vida de relações e são gerados a partir dos interesses sociais. Para MORGAN (1996, p. 153), a escolha dos caminhos de ação baseia-se nas relações de poder entre os atores envolvidos, considerando interesses como “conjunto complexo de predisposições que envolvem objetivos, valores, desejos, expectativas e outras orientações que levam as pessoas a agir em uma e não em outra direção”. Vivemos no meio de nossos interesses em posição de ataque ou defesa deles. No cotidiano,

⁵³ WHITEHEAD, A. N. *Science and the modern word*. New York: The Free Press, 1967.

⁵⁴ BURTON, John e DUKES, Frank. Conflict: Practices in management, settlement and resolution. In: *Community mediation*. New York: St. Martin's Press, 1990.

para o autor, “tende-se a refletir sobre os interesses de modo espacial, ou seja, enquanto áreas de importância que se deseja preservar ou ampliar, ou então, enquanto posições que se desejara proteger ou atingir”.

O conflito aparece sempre que os interesses colidem; em qualquer forma ou razão que o conflito assuma, “a sua origem reside em algum tipo de divergência de interesses percebidos ou reais” (MORGAN, p. 160).

Os interesses em conflito configuram-se na viabilização que os espaços⁵⁵ possibilitam ao modo de vida diferenciado na apropriação e uso dos recursos. Estas ocorrências são expressas na maneira como os atores estão envolvidos no uso e na gestão dos recursos, na maneira como se dão os processos decisórios, nas relações de força que configuram uma dada situação de acesso ou não aos recursos e também nas questões de competência comum e concorrente.

Recuperando o conceito de política de Aristóteles, MORGAN (1996, p. 152) lembra que “a política nasce de uma diversidade de interesses” e destaca a importância de se conhecer como essa diversidade dá origem a manobras diversas, a negociações e outros processos de coalizão. A diversidade de interesses é evidente em cada organização e pode ser analisada ao se mostrar como as idéias e as ações das pessoas colidem ou coincidem.

Nas organizações, de acordo com MORGAN (1996, p. 152), a política é manifestada por conflitos e jogos de poder, intrigas interpessoais (quase sempre de forma invisível), que, muitas vezes, ocupam o centro das atenções, criando tensões.

“A política organizacional nasce quando as pessoas pensam diferentemente e querem agir também diferentemente. Essa diversidade cria uma tensão que precisa ser resolvida por meios políticos (...) Pode ser resolvida por três meios: autocrático (vamos fazer dessa forma), burocrático (espera que se faça dessa forma) ou democrático (como vamos fazer?). Em cada um dos casos, a escolha entre os caminhos de ação usualmente baseia-se nas relações de poder entre os atores envolvidos”.

⁵⁵ Comumente, fala-se em dois tipos de espaço, o privado e o público, porém existe um terceiro tipo, denominado espaço comum. Tais espaços subsistem, freqüentemente, em regiões marginais, em geral de difícil acesso e próximas às comunidades rurais e litorâneas. Sob o ponto de vista jurídico-formal, são freqüentemente terras devolutas, sobre as quais as comunidades não têm documentação de propriedade. Os recursos naturais contidos nesses espaços são usados pelas comunidades através de um conjunto de normas construídas coletivamente ao longo do tempo e que regulam o acesso aos recursos dos comunitários aos territórios considerados de uso comum. Porém, eles estão sendo progressivamente apropriados por interesses privados e até por interesses públicos, como os parques nacionais, estaduais ou municipais (DIEGUES, 2001, p. 97-124).

Nesta questão, HERCULANO (1995, p. 21-22) destaca, dentre os conflitos ambientais, a existência, “entre os pesquisadores e os militantes da questão ambiental”, de um corte entre a sociedade civil e o Estado – segundo o qual se busca incentivar a militância da sociedade civil em uma ótica de enfrentamento com o Estado.

De acordo com DOUROJEANNI e PÁDUA, 2002 p.135,

“a ausência de solução sensata, equilibrada, olhando primeiramente o interesse da nação, é uma das causas dos conflitos socioambientais. (...) Os problemas recaem em pessoas de boa vontade, mas de pouca experiência, entrincheiradas nos campos do meio ambiente ou dos direitos sociais.”

2.4.1 Conflitos na Implantação de Parques

Inúmeras pesquisas vêm comprovando a formação de conflitos para populações que, por gerações, habitaram as áreas que se tornaram parques. Para DIEGUES (1998, p.37), estes conflitos são “decorrentes de uma visão inadequada⁵⁶ das áreas protegidas, aliadas a fatores como conflitos fundiários, noção inadequada de fiscalização, corporativismo de administradores, expansão urbana, profunda crise econômica e dívida externa”.

Observa-se, nos parques já implantados, que as formas adotadas pelos programas de gestão dos parques normalmente se caracterizam pela falta de planejamento integrado, o que resulta em uma pulverização de ações descontroladas. O processo de consulta e participação é negligenciado, sofre interferência externa e não segue uma agenda de âmbito regional, em atendimento aos objetivos da implantação de parques; em consequência, surge o descontrole.

Este descontrole afeta o modo de vida das comunidades locais e pressiona o meio ambiente, pois não oferece aos moradores tradicionais uma opção capaz de substituir realmente suas atividades. O resultado é uma desagregação. Em função dela, a comunidade, em muitos casos (de forma completamente marginal), quando não abandona a região, passa a “explorar” o turismo ao mesmo tempo em que continua mantendo, parcialmente, algumas atividades tradicionais (pecuária

⁵⁶ Um dos problemas é que as autoridades das unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras, desprezando oportunidades reais de aproveitá-las no projeto (DIEGUES, 1998, p. 20) e não concebem a natureza enquanto ambiência.

domiciliar ou extensiva, agricultura de subsistência), seja como poupança ou complemento.

Portanto, os impactos por que passa a região que se torna parque são inevitáveis; porém, a meta em “torná-los eficientes” passa pelo cuidado em diferenciar, entre os conflitos, os que são gerados ao se estabelecer uma unidade de conservação daqueles que nascem no decorrer de sua administração ou manejo.

Nesse processo, é importante, também, contemporizar e localizar as relações de poder e força que se estabelecem com a atitude de se proteger determinadas áreas. De acordo com FOUCAULT (2002, p. 21), o que determina o poder aqui são os mecanismos em seus efeitos, em suas relações; os diferentes dispositivos de poder em diferentes “níveis da sociedade” (grifos do autor). Numa análise não-econômica do poder, ele “não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato. (...) o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas em si mesmo, primariamente, uma relação de força”.

Esta relação (estabelecida em certo momento) circula em rede e afeta todos os indivíduos. **O poder sempre é apenas uma relação.** Trata-se de um jogo de forças, de lutas transversais presentes em toda sociedade, na vida cotidiana, na prática, no trabalho e nas instituições. **Onde há saber, há poder, mas onde há poder há também resistência e, conseqüentemente, conflito.**

Com a aprovação do Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos do Snuc (aprovado em julho de 2000), fica estabelecido que para a criação de uma unidade de conservação as formas de consulta pública deverão preceder a iniciativa, bem como a definição das atribuições dos conselhos consultivo e deliberativo das unidades de conservação.

Diante disto, os itens subseqüentes tratarão dos conflitos relacionados à criação de parques, não só nos debates que a questão envolve, com suas diferentes compreensões, mas a relação deles com as áreas e programas.

2.5 Abrangência e Complexidade dos Conflitos Referentes aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais

DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p.227) destacam que o diálogo é sempre a melhor saída para a resolução de conflitos; porém, eles dizem que na prática é

comum a ocorrência de duas formas de se resolver um conflito ou problema: impondo-se a solução sobre o opositor ou conversando e discutindo, até se encontrar uma alternativa aceitável (que pode ser uma compensação) para as partes envolvidas. Porém, no plano teórico, há uma terceira opção que, em princípio, deveria ser suficiente para o mesmo objetivo, que é a lei. Segundo os autores, porém, a lei, em especial em países menos desenvolvidos, pode ser

“...suficientemente ambígua para não ter resposta; lenta, pois suas decisões chegam tarde demais ou, o que ainda é mais comum, essas decisões não são respeitadas. Mas a aplicação da lei, vista de outro ângulo, não é uma terceira via, e sim uma imposição a uma parte ou a ambas, caso a resposta não satisfaça nenhum dado na disputa.”

Dos inúmeros conflitos gerados na implantação de unidades de conservação, muitos poderiam ser resolvidos com a aplicação da lei. No entanto, como aponta CAMARGO (2002, p.14), “o processo de utilização do instituto constitucional da competência comum na resolução de conflitos necessita de maturidade operacional”. O autor destaca que é

“cada vez maior a necessidade de explicitação de procedimentos sistematizados para orientar a busca de soluções negociadas em questões que tenham, por pano de fundo, os conflitos ambientais entre instituições públicas, e a administração de conflitos que envolvem suas competências estabelecidas legalmente”.

Por outro lado, há conflitos que a aplicação da lei não consegue resolver ou minimizar. De acordo com DOUROJEANNI e PÁDUA (2001), a complexidade das ações e das idéias diferentes sobre como preservar os bens comuns e a biodiversidade, os ideais, conceitos e atos que são legais - que decorrem das leis - só podem ser resolvidos mediante o diálogo, cuja concretização não tem sido tarefa fácil entre ambientalistas ou conservacionistas, socioambientalistas, de um lado, e desenvolvimentistas, de outro. É fato preocupante, porque a desunião e a radicalização das partes só facilitam a ação daqueles que só têm interesse em ganhar dinheiro.

2.6 Conflitos Decorrentes das Perspectivas de Tratamento dos Parques Nacionais

A confusão na utilização de conceitos e denominações das categorias pelos diversos atores, nos diferentes países, às vezes dentro de um mesmo país (como o Brasil, dada sua extensão territorial), dificulta o tratamento das unidades de conservação. Além dessa problemática, tem-se a dificuldade na compreensão do significado e papel que desempenham as instituições e as organizações não-governamentais (ONGs) nas áreas dos parques, tendo em vista as perspectivas que guiam a atuação desses atores, a saber: socioambientalistas, ambientalistas e desenvolvimentistas, conforme destacam DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 122-127).

Segundo os autores, a proliferação dos conflitos entre as populações afetadas e as unidades de conservação está gradualmente se propagando do seu âmbito concreto para o âmbito de outros atores sociais, dedicados, sob diferentes ângulos, à proteção do meio ambiente, que são: organizações não-governamentais (ONGs) e instituições.

As ONGs “dividiram-se em dois grupos que podem ser denominados “ambientalistas” e “socioambientalistas” (grifo do autor). Elas se diferenciam pela ênfase “social” ou “ambiental” de suas ações e reações com relação às unidades de conservação”. Os primeiros defendem as unidades de conservação de proteção integral, que vedam a presença de populações no seu interior, bem como a exploração dos recursos naturais, chegando, às vezes, até a se opor à investigação científica e ao desenvolvimento turístico. Já os socioambientalistas defendem as unidades de conservação de uso sustentável. O resultado destes distintos pontos de vista, presentes quase diariamente na imprensa ou em eventos, é extremamente confuso para a opinião pública e, em última instância, para os tomadores de decisão.

Caracterizar o grupo dos “ambientalistas” (grifos dos autores) é muito difícil, tendo em vista as diferenças existentes dentro do grupo, que se equiparam às diferenças entre eles e os “socioambientais”. No entanto, é importante destacar que existem atitudes entre eles que podem explicar muitas das críticas que fazem às unidades de conservação de uso indireto e aos “ambientalistas” (grifos dos atores) em geral. A sua atuação dominou completamente as políticas do cenário ambiental

até a década de 1970. Era a época em que a IUCN, ou o *World Wide Fund to Nature* (WWF), só existiam para proteger espécies e ecossistemas, considerando o ser humano essencialmente um inimigo a excluir.

No começo da década de 1980, o “ambientalismo” radical (grifo dos autores) começou a ser questionado por instituições como o WWF, que passaram a desenvolver amplos programas próprios, como conservação para o desenvolvimento, baseados na comunidade local. Assim, essas mesmas tendências ficaram evidenciadas também nos discursos e nas ações da IUCN, que podem ser observados nas declarações dos autores: Ramphal; Mc Neely e M. Soulé⁵⁷, citados em DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 125).

Deve-se ressaltar que entre os dois grupos mais radicais (sociambientalistas e ambientalistas) há diferenças de opinião das mais radicais às mais moderadas, às vezes até diferenças imperceptíveis. No entanto, para a maioria dos “ambientalistas” e muitos “socioambientalistas”, os autores agruparam as principais perspectivas que alimentam as discussões entre os dois grupos.

Estas perspectivas estão classificadas de acordo com a origem científica, político-administrativa e social. As modalidades podem ser conferidas nos Quadros 4, 5 e 6.

Diante dessas posições, é possível perceber o quão conflitante são os processos de planejamento, gestão e gerenciamento das unidades de conservação. Ambas as visões defendem o ambiente. Uma defende exclusivamente o ambiente, excluindo o homem – por considerá-lo predador –; a outra, inclui o ser humano, como elemento de preservação e diversificação.

⁵⁷ RAMPHAL, S. *No poderemos salvar a los parques si no salvamos al pueblo tambien*. Caracas: El Universal 11 fev. 1992.

_____. *Protected areas and the challenges of the contemporary world*. In : *Parks for live. Report on the 4th world Congress on National Parks*. IUCN, Caracas:10-21, 1992, p. 58-61.

Estas declarações estão expressas em trabalhos de Mc Neely, como, por exemplo: McNeely, J. A . *Coping with change: people, forests and biodiversity*. IUCN focus Serie, IUCN, Gland. 1994, 28p.

SOULÉ, M.E. The social and biological universals of nature protection. In: *ANAIS 2º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Rede Nacional de pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário* (Milano M. S. e Theulen V., orgs), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 1, p. 85-91.

Quadro 4 – Comparação das Perspectivas Científicas Defendidas por Ambientalistas e Socioambientalistas

Ambientalistas	Socioambientalistas
<ul style="list-style-type: none"> • Faltam UCs de proteção integral de maior tamanho para garantir a sobrevivência a longo prazo da diversidade biológica (os cientistas estimam que se deve proteger não menos de 10% e até 30% de cada ecossistema). • Se as UC de proteção integral são bem desenhadas, elas são a melhor e, para muitos cientistas, a única alternativa disponível para conservar a biodiversidade. • As UCs de proteção integral são necessárias para permitir a evolução e são testemunho dos processos evolutivos naturais. • Em qualquer caso, as UCs de proteção integral são apenas um complemento das categorias de uso direto que devem contribuir para formar corredores ecológicos e zonas de amortecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe excesso de UCs de proteção integral (em número e superfície) ou não se precisa mais, já que sua viabilidade ecológica é duvidosa a longo prazo. • E possível preservar a biodiversidade com as UCs de uso sustentável, ou sem UCs. • O homem é necessário para provocar a diversificação das espécies e porque o desenvolvimento sustentável garante a sobrevivência das espécies e da diversidade genética.

Fonte: adaptado de DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 182) pela autora da tese.

Quadro 5 – Comparação das Perspectivas de Origem Político-Administrativa Defendidas por Ambientalistas e Socioambientalistas

Ambientalistas	Socioambientalistas
<ul style="list-style-type: none"> • Ainda que mal implantadas ou manejadas, as UCs de proteção integral têm garantido uma proteção razoável, melhor que outras áreas de uso sustentável. • Sendo bem adaptadas à realidade, não correspondem a um modelo importado. • As UCs de proteção integral são uma tática preservacionista dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. • As UCs de proteção integral são indispensáveis para providenciar vários serviços ambientais, muitos deles de alto valor econômico e de grande interesse social. • As UCs de proteção integral são um seguro para o futuro, em caso de falharem as outras opções de desenvolvimento sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • As UCs de proteção integral são um transplante de soluções de países desenvolvidos não adaptadas à realidade da região. • As populações locais têm melhor qualificação para manejar as UCs de proteção integral que os profissionais • O conceito de desenvolvimento sustentável aplicado nas UCs ou fora delas é suficiente para garantir a sua integridade biológica. • As UCs de proteção integral são áreas congeladas, sem uso, que freiam o desenvolvimento e obstaculizam as justas aspirações das populações locais. • As UCs de proteção integral não têm viabilidade, simplesmente porque quase todas elas são “parques de papel” (grifos dos autores), abandonados.

Fonte: adaptado de DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 182) pela autora da tese.

Quadro 6 – Comparação das Perspectivas Ambientalistas e Socioambientalistas de Origem Social

Ambientalistas	Socioambientalistas
<ul style="list-style-type: none"> • As UCs de proteção integral respondem a necessidades e anseios da maioria da população nacional, que devem ser respeitados. • A reduzida percentagem de cada país, que atualmente é estritamente protegida, não tem significação social (sua eliminação não resolve problemas sociais nacionais e cria outros, mais graves). 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre (ou quase) as UCs de proteção integral são feitas contra a vontade e os interesses e, ou, direitos da população local. • As populações locais são seriamente prejudicadas pelas UCs de proteção integral e, inclusive, espoliadas. • As populações indígenas (independentemente de seu grau de integração à sociedade nacional) têm direito absoluto sobre as áreas das UCs de proteção integral que reclamam.

Fonte: adaptado de DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 182) pela autora da tese.

Dos conflitos de gestão dos recursos naturais e, conseqüentemente, dos resultados inesperados dos programas de intervenção, GOLDEMAN (2001, p. 44-78) faz uma leitura diferente para o debate que afeta a questão. O autor classifica os grupos de gestores em três escolas, identificadas por ele como: ecólogos humanos, especialistas em desenvolvimento e gerentes de recursos globais – GRGs.

O autor aponta para “uma tensão fundamental entre produção de conhecimento e consciência histórica, uma tensão entre o lançar um olhar cego para as forças destrutivas da expansão capitalista sobre os comuns e um largo sorriso aos ‘subcapacitados’ (grifos do autor) habitantes tradicionais, que, desafiando todas as certezas, protegem seus recursos comuns”.

Os **Ecólogos Humanos** dedicam-se à complexidade do acesso comum aos recursos naturais, ou recursos comuns⁵⁸, através de uma perspectiva baseada na cultura e na territorialidade, nas diferenças, nos conflitos e nas atividades locais,

⁵⁸ **Recursos comuns** são compreendidos, em FEENY *et al.* (2001, 17–20), como aqueles que compartilham de duas características importantes: exclusividade e subtração. Neles estão incluídos os recursos migratórios como peixes, animais de vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, e outras como pastagens e áreas de florestas, corpos d’água, atmosfera global e bandas de frequência de rádio. Na **exclusividade**, a natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por potenciais usuários pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Já a **subtração** é a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da propriedade do outro; afeta adversamente a habilidade de exploração de um outro usuário. Exemplo: na medida em que um usuário pesca, a captura por unidade de esforço dos outros diminui, assim como se um usuário bombear mais água de um aquífero, os demais usuários irão experimentar um aumento no custo de bombeamento, à medida que o uso agregado se aproximar da capacidade de reabastecimento ou a exceder. Neste contexto, o conceito aqui adotado está conforme BERKES⁵⁸, *apud* FEENY *et al.*, 2003, p. 19), que os define como “classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração.

porém carecem de focalizar as reações dialéticas entre o local e o não-local. Para ele, “o papel de estruturas e instituições extensas, tais como o Estado, as relações capitalistas de produção e as mudanças econômicas somente se tornam relevantes nessa literatura quando existentes no ‘local’, ou próximo a ele.” (grifo do autor) (GOLDMAN 2001, p. 52).

Os **Especialistas em Desenvolvimento**⁵⁹ mostram pragmaticamente como recuperar os comuns degradados, como torná-los mais produtivos, como fortalecer as instituições sociais enfraquecidas dos países do Terceiro Mundo. Este grupo de autores vê o mundo girando em torno do conceito de crescimento e procura identificar problemas e solucioná-los, mas sem a participação efetiva das pessoas que habitam os espaços de utilização comum dos recursos da natureza.

No entanto, é necessário atentar para a intenção, o interesse, o destino e os objetivos desses propósitos e projetos, bem como para o papel dos especialistas.

Por último, têm-se os **Gerentes de Recursos Globais – GRGs**⁶⁰.

Os GRGs estão voltados a apontar como os recursos comuns no âmbito local também contribuem para a crise ecológica global. Esses gerentes têm fornecido dados muito contundentes, porém com a atenção desviada do foco dos fenômenos locais para o global; por exemplo, através da exploração da biomassa, a humanidade atualmente se apropria de 40% da produtividade primária da fotossíntese, mudanças climáticas, ar poluído, etc. “Apesar de a atmosfera, os oceanos e os espaços públicos comuns serem freqüentemente considerados como estando sob regimes de livre acesso, na realidade, organizações internacionais formais têm sido constituídas para regular o acesso e monitorar seu mau uso”.

⁵⁹ Pertencem a esta escola, na maioria dos casos, os empregados do Banco Mundial, de institutos ocidentais de planejamento ou organizações não-governamentais ambientalistas, que se distinguem dos ecólogos humanos pela sua tarefa auto-explicativa.

⁶⁰ Os GRGs dedicam-se a um processo de elaboração e quantificação de um novo mapa global dos riscos e desastres ambientais. Os recursos comuns, ou simplesmente comuns, para este autor, não são nem pastagens isoladas nem a capacidade de um continente em produzir alimento. Suas preocupações estão associadas a uma série de comuns globais (camada de ozônio, oceanos, biomassa, etc.), cuja degradação ameaça toda a vida na Terra.

2.7 População, Parques e Entornos: Principais Fontes de Conflito

“Um bom ambiente é a primeira condição para o desenvolvimento, porque nos permite viver em equilíbrio.” (Tevoédjré⁶¹, 1981, *apud* SILVA, 2003).

No Brasil, há registro de populações que aqui habitavam há mais de três mil anos, de acordo com SILVA (1994, p. 27) em seus estudos sobre a região amazônica. Segundo a autora, os povos pré-coloniais brasileiros apresentavam um “*modus operandi*” (grifos meus) sem equivalência na cultura européia, cujo domínio foi a grande ferramenta utilizada pelo colonizador:

“(…) Não eram só caçadores e coletores. Eram agricultores, artesãos, navegadores e possuidores de um nível técnico capaz de dar conta das necessidades de reprodução de grandes contingentes humanos e de domínio cultural sobre os territórios litorâneos, centrais e ribeirinhos do espaço físico”.

Além disso, nas florestas de Mata Atlântica, como nos outros ecossistemas, estabeleceram-se grupos humanos (muitas vezes marginalizados pelas monoculturas do período colonial brasileiro), caracterizando-se por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis. Este aspecto impulsionou determinadas populações a se voltarem para uma economia de subsistência, com limitada relação com o mercado nacional ou regional (PRADO JUNIOR, 1979), e para a utilização comum de determinados recursos e áreas de cultivo agrícola itinerante, bem como à utilização dos espaços apropriados individualmente, como o lugar da habitação, o quintal, etc.

Estes espaços de acesso comum aos recursos naturais subsistem permeados por fortes laços de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal (DIEGUES, 1995, p. 75-98).

Nesses arranjos, há também normas de exclusão dos não-membros, mas estes podem ter acesso aos recursos usados em comum desde que, de alguma forma, se identifiquem com o grupo de usuários.

⁶¹ TÉVOÉDJRÉ. A. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. São Paulo: Cidade Nova, 1981.

Além dessa forma de garantia aos direitos comunitários e familiares, há também, segundo este autor, “um *ethos* marcado pelo respeito através do qual os direitos comunitários e familiares são mantidos pela tradição, pelas festas, pelos mitos e lendas. Em maior ou menor intensidade, existe a noção de que os recursos compartilhados devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo” (DIEGUES, 2001, p. 98). Estas ocorrências vêm sendo comprovadas no mundo inteiro, já que há um número considerável de formas comunitárias de acesso a espaços e recursos em que o uso sustentável dos recursos naturais é assegurado, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida socialmente mais eqüitativos, ainda que não necessariamente afluentes (McCay e Acheson, 1987, *apud* DIEGUES, 1995, p. 67).

As pesquisas comprovam que o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos fundamentais para a conservação da biodiversidade, demonstrando também uma sociodiversidade cultural relevante. Nestas situações, a população, sentindo-se ameaçada em seu modo de vida e apropriação dos recursos naturais, tem conseguido reagir, criando e recriando suas modalidades de reprodução⁶².

A compreensão das qualidades ambientais das áreas em que as referidas comunidades vivem e o manejo adotado para reprodução de suas condições de vida são fruto de um processo de acúmulo, pela coletividade, de saberes de gerações, mas certamente também é resultado de um processo, de seleção e associação de idéias, baseado em experiências vividas em contextos similares (PETERSEN, 1998, p. 5). Este fato não é levado em conta ao transferir as “comunidades tradicionais” de seu *habitat*, causando-lhes sérias conseqüências e também para o meio para onde são transferidas. Estas populações, quando transferidas para regiões ambientalmente diferentes, encontram obstáculos ao aplicar seus saberes anteriormente adquiridos em diferentes ambientes agrícolas, como pode ser observado nos programas de colonização de fronteiras agrícolas ou de barragens.

⁶² Ver pesquisa de OLIVEIRA, Ivone Adelina. *Comunidade Tradicional e Preservação Ambiental: Uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), MG (2000)*, que comprova a hipótese de que “a atitude preservacionista percebida nos agricultores de Celeste (universo pesquisado) está associada à necessidade de garantia de sua reprodução sócio-histórica, o que só faz sentido se houver a manutenção da relação ecológico-familiar, que vem caracterizando a comunidade desde antes da criação do parque.

Embora o modelo norte-americano de criação de parques represente uma das principais estratégias para a conservação e preservação da natureza (DIEGUES, 1998), ele não reconhece o uso sustentado que as populações tradicionais realizam, cuja prática e modo de vida são guiados por mitos, crenças, valores e saberes de natureza local. A relação desses povos com a natureza é bastante diferente da encontrada nos parques nacionais norte-americanos, o que implica, no caso de países como o Brasil, grandes conflitos, que chegam a ser insuperáveis entre as populações tradicionais em parques ecológicos ou áreas ambientais protegidas, impedindo-as de continuarem a exercer, no interior dessas áreas, atividades habituais como agricultura, extrativismo e pesca.

No entanto, a proposta de afastar a natureza do homem começa a ser questionada pela própria IUCN, que já se sensibiliza para a questão, chamando a atenção para a necessidade de se conservar tanto a diversidade biológica quanto a cultural, reconhecendo que aquela não subsiste sem esta. Assim, fica reconhecido que a garantia e gestão da biodiversidade se deve em grande parte às populações tradicionais, tendo em vista a forma simbiótica da relação dessas populações com a natureza, além do respeito à sua preservação. Estas populações apresentam uma relação que se dá tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no das representações.

Estas constatações contradizem, de certa forma, a "tragédia dos comuns", cuja previsão é de que "num regime de propriedade comum, necessariamente cada "comunitário" tentaria aumentar seus rendimentos, em consequência aumentando a pressão sobre os recursos naturais (como o aumento do número de ovelhas num pasto comum ou o esforço de pesca no mar), provocando a sobrepastagem ou a "sobrepesca". (HADIN, 1968). Este autor propõe, para evitar a exploração excessiva dos recursos naturais e a queda da rentabilidade da atividade, a privatização desses espaços ou a intervenção estatal, confiando numa exploração sem destruição, mas ignorando, de acordo com DIEGUES (2001, p. 97-98), "que nos sistemas tradicionais de uso comunitário também existem regras destinadas a evitar a utilização excessiva dos recursos naturais".

Entretanto, com a apropriação dos recursos, "em vez de ser uma fonte de benefícios múltiplos, o meio ambiente se torna uma propriedade a ser explorada com objetivos específicos, os quais refletem unicamente os interesses de seu apropriador

e as prioridades da política econômica na qual ele opera” (The Ecologist, 1992, *apud* GUERRA, 1995, p. 60).

As atenções voltadas ao espaço se coadunam com a busca de equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e de desenvolvimento, pois o local é, de acordo com Joyal⁶³, *apud* FURTADO, (2000 p. 25), possuidor de **identidade**⁶⁴, **de uma dinâmica** própria e de **especificidades**, que mantêm estreitas dependências com as áreas mais vastas (regional, nacional e mundial) em que se inserem.

Estes constituem o que FOUCAULT (2002) chamou de conteúdos históricos, cuja leitura permite descobrir a “clivagem dos enfrentamentos e da lutas”.

A rede dos saberes/poderes estende-se a toda sociedade moderna. Os dispositivos do poder disciplinar que compreendem saberes, poderes e instituições recobrem todos os domínios da vida humana. Assim, o autor convida a se dirigir o olhar às redes de poder como determinadas configurações culturais e históricas, que resultam na produção de determinados objetos e de determinadas figuras sociais. Representa uma forma caleidoscópica e não mais uma seqüência temporal.

A incursão na análise da viabilidade dos projetos de implantação de parques, na visão de multidimensionalidade apontada em RAMOS (1989), SALM (1993) e SILVA (2003), vem ao encontro das questões aqui denominadas de “conteúdos históricos”, porque possibilita visualizar e compreender de forma integrada e multicêntrica a realidade, da qual o ser humano faz parte – como sujeito único e multidimensional. Seus espaços existenciais, suas categorias temporais e suas necessidades dependem de várias dimensões inerentes à constituição do ser humano - política, social e biológica – (...), o que lhe confere uma característica de multidimensionalidade (SALM, 1993, p. 27).

SALM e MENEGASSO (2002) sistematizam, a partir da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, as principais características do ser humano. Esta teoria

⁶³ JOYAL, A. *PME et Développement territorial*. Théorie et pratique dans les PME. Paris: Presses Interuniversitaires Quebec economica, 1993.

⁶⁴ Pollak (1992, p.207), em “memória e identidade social”, cita três elementos essenciais na construção da identidade: 1– Unidade física – sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; 2 – continuidade dentro do tempo – tanto no sentido físico da palavra quanto no sentido moral e psicológico; e 3 – sentimento de coerência, entendendo que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Enfatiza ainda o autor que quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, instituídas e amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, bem como os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos nem na identidade coletiva, nem na individual construída.

concebe um modelo multidimensional para análise e formulação de políticas, no qual o mercado é considerado apenas um dos enclaves da vida humana, limitado e regulado pelo paradigma paraeconômico.

O paradigma paraeconômico constitui um referencial heurístico elaborado por RAMOS, que propõe uma sociedade alternativa para a sociedade centrada no mercado, cujos critérios político-alocativos devem contemplar não apenas as economias, mas o conjunto dos espaços existenciais da vida humana, na perspectiva de apoiar mudanças que privilegiem modelos conviviais e assemelhados. Estes espaços são as **isonomias e as fenonomias**. O primeiro consiste numa associação de iguais, capaz de permitir a auto-realização e de assegurar relações interpessoais a seus membros; a fenonomia é um dos espaços essenciais, no qual uma pessoa (ou um pequeno grupo) obtém um máximo de opção pessoal dentro de um mínimo de regras e normas funcionais. (RAMOS, 1981; SILVA, 2003).

Na sistematização desses autores (Salm e Menegasso), o ser humano transita em três dimensões: **A dimensão política**, que lhe confere a capacidade de fazer escolhas e de se apropriar de valor. Nesta, é autodeterminado e capaz de encontrar legitimidade nos atos que pratica – aqui sou eu, interagindo na pluralidade dos seres⁶⁵ – *Zoon Politikon*. **A dimensão social**, que convive: “eu sou também os outros”. O investimento que predomina nessa dimensão é que promove o homem reativo e condicionado, sendo necessário discutir o limite ético das tecnologias aplicadas em relações humanas, muitas vezes denominadas de participativas, e a dimensão biológica, que diz respeito às necessidades básicas dos indivíduos.

Esta sistematização inclui, como parte da sua constituição, a razão, que o pensamento clássico conceitua “como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, ordenar sua vida pessoal e sócia”⁶⁵ (RAMOS, 1981a, p. 2-3 *apud* SILVA, 2003). Têm-se também os espaços de existência, que são o espaço socioaproximador – condiz com isonomia e fenonomia (mais com esta) – e o espaço afastador – este condiz com o mercado. Exemplo: a dimensão política requer um espaço – fenonomia – onde o ser humano age na busca de auto-realização, no sentido da real liberdade (Quadro 7).

⁶⁵ Ver ARENDT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Quadro 7 – Principais Características que Compõem o Ser Humano

Ser Humano	Dimensão	Constituição	Espaços de existência	Categoria de tempo	Modelo de homem	Motivação
ÚNICO E MULTIDIMENSIONAL	Política	Razão	Fenonomia	Salto	Parentético	Auto-realização
	Social	Convivialidade e Comportamento	Isonomia	Convivial	Reativo	Reconhecimento
	Biológica	Física	Economia (Mercado e Burocracia)	Cronológico	Operacional	Dinheiro

Alienado

Anomia

Errante

Horda

Espaços sócio-aproximador e afastador, alienado.

Fonte: Elaborado por SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Notas de aula (tomadas a partir da Delimitação dos Sistemas Sociais em Ramos).

No modelo multidimensional, fica evidenciado que a sociedade é constituída por uma série de enclaves, entre eles o mercado e um sistema de governo com competência para formular e implementar políticas capazes de promover, de forma adequada, as transações entre as variáveis que vão ao encontro de suas metas.

Com a sociedade centrada no mercado, estas características foram reduzidas à unidimensionalização do ser humano. Constitui-se um processo caracterizado por um tipo específico de socialização, através do qual o indivíduo internaliza profundamente o caráter – *ethos* – do mercado e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais.

“O mercado que antes era um local físico passa a ser um ente psicossociológico, ordenador das demais esferas da vida humana associada. A doutrina que recém se legitimara cria seus aparatos sociais, constituindo-se no paradigma que tem orientado as ações da vida humana associada nestes últimos séculos. Institucionaliza-se o mercado como o paradigma para toda a vida humana associada.” (SALM, 1993, p. 22).

Repousa nesta perspectiva a importância dos debates sobre os comuns, compreendendo, de acordo com RAMOS (1989, p. 199-200), que a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação.

Os conflitos vivenciados pela população tradicional, cujas práticas, para os socioambientalistas, “não estão associadas com a degradação e devastação da natureza”, carecem, diante de sua complexidade e importância no processo, de tratamento diferenciado.

Ao analisar o papel da modernidade e do mercado no cotidiano rural e local, SILVA (2003), com aporte em Boff⁶⁶(2000), escreve que:

“a modernidade encerrou o ser humano num tipo de razão analítico-instrumental, onde o sistema de mercado engendrou um novo sentido para a vida. Essa racionalidade analítica resultou num ‘corte dos outros acessos legítimos ao real orientado pelo *pathos*, a simpatia, o eros, a comunhão e a ternura’. No contexto desse novo *ethos* – um novo estilo de vida – ‘o saber possui uma intencionalidade definida: o poder’. A busca do lucro e do desempenho ‘organiza sua *démarche* de dominação mediante a projeção de modos e paradigmas da realidade que lhe garantem a

⁶⁶ BOFF, Leonardo. **São Francisco de Assis: ternura e vigor, uma leitura a partir dos pobres**. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

eficácia operatória' alimentando um pragmatismo profundamente redutor na medida em que 'esquematiza e artificializa a realidade e oculta as dimensões decisivas para a realização do sentido humano da vida". (SILVA, 2003, p. 17-18).

É preciso que os programas se mantenham flexíveis na leitura da concepção de espaço e tempo no uso que as comunidades tradicionais fazem dos recursos naturais considerados "de uso comum", assim como dos espaços e da concepção de tempo, que, a princípio, diferem, pela própria natureza, das leis que regem a economia de mercado.

Os espaços e o tipo de atividade (com reduzida inserção na lógica de mercado) com grande dependência e relação com a natureza viva fazem com que o espaço de conviviabilidade e modo de produção se aproximem de um caráter transcendente, aquele caráter que corresponde "ao estado ou condição do princípio divino, do ser além de tudo, de toda experiência humana (enquanto experiência de coisas) ou do próprio ser" (Abbagnano⁶⁷, *apud* SILVA (2003, p. 25), ou "que está além da possibilidade de existência" (Jasper, *apud* SILVA (2003, p.25). Ainda, este caráter transcendente pode ser também compreendido em Santo Agostinho, que o conceitua como "aquilo que faz de sorte a que um ser, permanecendo o que é, saia de si mesmo" (SILVA, 2003, p. 25).

2.7.1 Áreas de Entorno: Desafio ou Solução?

No contexto da sustentabilidade dos parques nacionais, o entorno passa a desempenhar um papel preponderante na proteção dessas áreas, por formar uma faixa de proteção para as áreas protegidas; por outro lado, a imposição, conforme o demonstraram as pesquisas, o transforma em palco de muitos conflitos para as comunidades que sempre habitaram tais áreas.

Entre as pesquisas, cita-se o estudo de caso realizado por OLIVEIRA (2000), que retrata no trabalho intitulado – Comunidade tradicional e preservação ambiental: uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), MG –, com o qual o autor buscou verificar até que ponto a manutenção da diversidade biológica e a conservação cultural dos

⁶⁷ ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

moradores da comunidade estudada (que conserva as características essenciais de uma “comunidade tradicional”) conduziām à preservação ambiental e se essa atitude (preservação ambiental) estava associada à necessidade de garantia de sua reprodução sócio-histórica, o que só fazia sentido se fosse mantida a relação ecológico-familiar, característica da comunidade desde antes da criação do Parque Estadual do Rio Doce em Minas Gerais.

Também merece menção a experiência de comunidades litorâneas descritas na obra “O nosso lugar virou parque” (DIEGUES, 1999). Este autor, em outra obra, diz que o rigor do modelo de implantação de parques fez com que todas as atenções se voltassem para as áreas do entorno dos parques, no pressuposto de que elas seriam a solução para os desapropriados das áreas protegidas, por garantirem a reprodução das condições familiares e os aspectos pertinentes a elas, embora, devido às pressões do ambiente externo, sem conseguir o apoio necessário às suas necessidades (DIEGUES, 1998).

Estas áreas foram legalmente definidas como “zona-tampão”, na Resolução número 13 do Conama, e “zona de amortecimento”, para o Snuc - Lei nº 9.985/2000, art. 2º, inc. XVIII. O legislador definiu como “zona de amortecimento” (grifos meus) “o entorno de uma unidade de conservação, em que as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade”. Com este objetivo, destaca BENJAMIN (2001, p. 308-309), a sua dimensão⁶⁸ varia conforme a natureza jurídico-biológica da unidade em questão, as peculiaridades do local e a complexidade do quadro socioeconômico circundante.

A “zona de amortecimento” não é parte da unidade de conservação, mas, por força dessa lei, está sujeita a uma “espécie de zoneamento obrigatório”, em que certas atividades econômicas são regradas. A extensão da área é variável para os Parques Nacionais, de acordo com o Conama. A previsão é uma área compreendida num raio 10 quilômetros a partir dos limites dos parques. Nos estados, a definição dessas áreas está de acordo com a definição de leis estaduais. Em Santa Catarina,

⁶⁸ A Resolução nº 13, do Conama, de 6 de dezembro de 1990 e publicada em 28 de dezembro do mesmo ano, estabelece que constitui área denominada “tampão” a área circundante, num raio de dez quilômetros, das unidades de conservação. Nesse raio de ação, as atividades realizadas passam a ser definidas pelo órgão responsável por cada unidade, juntamente com os órgãos licenciadores.

de acordo com o Seuc, a área é de 500 m. Quanto à normatização dessas áreas, destaca BENJAMIN (2001, p. 308) que:

“Tratando-se de propriedade privada, não cabe, como regra, indenização, posto que o imóvel afetado não vê sua dominialidade modificada e continua a aceitar usos econômicos legítimos, apenas sofrendo, como de resto em todo e qualquer esforço de planejamento ambiental e zoneamento, restrições gerais, que incidem sobre todos os proprietários que se encontrem na mesma situação.”

VIO⁶⁹ (2001, p. 348-350) aponta para os problemas que determinam a necessidade das “zonas de amortecimento” (grifos meus), que são as

“crescentes pressões que a zona rural vem sofrendo na guerra pela localização das indústrias, atividades de serviços, centros de lazer e recreação, além da implantação de loteamentos, chácaras de recreação, todos dispostos desordenadamente, sem qualquer diretriz e no local de interesse exclusivo de cada empreendedor” (VIO, 2001, p. 349)

Cita, como exemplo, a implantação de loteamentos dos diversos padrões limítrofes à demarcação do Parque Estadual da Serra da Cantareira/SP, todos em áreas altamente vulneráveis das encostas da Cantareira, com aval dos municípios adjacentes ao parque.

A autora (id. 2001, p. 349-350) enfatiza que:

“o uso da zona rural para expansão urbana é uma tendência que ocorre em função do menor custo da terra, reflexo do interesse econômico de ganho fácil dos incorporadores das terras, que ditam as regras dos planos diretores (quando existem) e encontram saídas na legislação, para a privatização dos altos lucros e a distribuição dos elevados custos para a implantação dos serviços básicos e o funcionamento de um empreendimento imobiliário, onerando indiretamente o contribuinte.”

2.7.2 Criação de Parques e Questões Fundiárias

A questão fundiária continua sendo uma das principais causas dos conflitos vivenciados nos parques. Para FIGUEREDO e LEUZINGER (2001, p. 465):

⁶⁹ VIO, Antônia Pereira de Ávila. Engenheira Florestal.

“A implementação efetiva de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação que, nos termos do art. 225, § 1º inc. III, da Constituição da República, assegure a efetividade do direito de todos a um meio ecologicamente equilibrado, pressupõe o oferecimento de condições financeiras que possibilitem ao Poder Público não apenas criar, mas, sobretudo, manter tais espaços territoriais especialmente protegidos.”

O desrespeito a essa condição básica gera graves consequências, tanto para as áreas protegidas, quanto para a população que nela habita, promovendo o que popularmente já está sendo chamado: “os parques de papel” (FIGUEREDO e LEUZINGER, 2001; MILANO, 2002) que são, no entender dos dois primeiros desses autores, as “unidades de conservação criadas por lei (...), porém não precedidas de estudos técnicos acerca das características dominiais dos imóveis que as integram e da viabilidade financeira para a sua implantação”.

Com a aprovação do Snuc, em 2000, ficaram estabelecidos os critérios para a criação das unidades de conservação. Porém, para as áreas implantadas anteriormente é possível visualizar as consequências da negligência do conhecimento das características dominiais. A respeito das consequências nos parques já implantados, diz-se que a ausência de recursos financeiros para a sua guarda e delimitação física acaba levando o Poder Público a abandoná-los, abrindo portas até para a ocupação irregular por terceiros e insegurança para a população que lá habitava, já que a “área se tornou parque”.

DOUROJEANNI e PÁDUA (p. 92-171) destacam que, no Brasil, muitas UCS de uso indireto são criadas sem o requisito prévio de que as terras sejam públicas. Supõe-se que o Estado deva regularizar essa situação desapropriando a terra. De acordo com dados obtidos até 2001, 57% das áreas protegidas federais ainda são propriedade privada ou estão em mãos de terceiros. Fato preocupante e que pode ser ilustrado com as terras do Parque Nacional de Itatiaia-RJ e MG, primeiro parque a ser criado no País e que ainda não tem sua terra regularizada. Outros, cujas terras foram desapropriadas, invadiram-nas outra vez simplesmente porque o governo, devido ao seu alto custo, não assumiu o seu controle.

Para os autores, a primeira consequência de se ter uma unidade de conservação, em que a terra não é legalmente pública, é a considerável dificuldade da aplicação do plano de manejo.

Contudo, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para o Estado, no §1º do art. 22, uma série de ações destinadas a assegurar a efetividade, que, segundo Barroso⁷⁰, *apud* FIGUEREDO e LEUZINGER (2001, p. 469), é “a atuação prática da norma, fazendo prevalecer no mundo dos fatos os valores por ela tutelados (...)”, do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Entre as incumbências delineadas por este dispositivo constitucional,

“encontram-se, no inc. III, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, que implicam – quando criados em áreas particulares, desde que com elas compatíveis – restrições ao exercício do direito de propriedade, nem sempre indenizáveis, tendo em vista decorrerem tais limitações, em grande parte, do cumprimento da função social da propriedade, em que se inclui a função ambiental.” (FIGUEREDO e LEUZINGER (2001, p. 469).

Todas as unidades de conservação devem, sem exceção, de acordo com a Lei nº 9.985/2000, no seu art. 27, dispor de um plano de manejo. Portanto, todos estes espaços territoriais devem ser zoneados⁷¹ e normatizados no uso e no manejo dos recursos naturais, inclusive do entorno.

Essa mesma lei – nº 9.985/2000, art. 42 –, determina que as **populações tradicionais**, “residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público em local e condições acordados entre as partes”.

No entanto, BENJAMIN (2001, p. 310) destaca a ocorrência de **conflito aparente** (grifos meus) de normas entre o art. 5º, inc. X, e o art. 42. Para ele,

“em vez de ‘e’ (grifos do autor) o legislador quis dizer, com técnica mais correta, ‘ou’ (grifos do autor). A ser diferente, teríamos a absurda situação de o Poder Público, além de indenizar, ser obrigado a suportar a permanência indefinida da pessoa na unidade de conservação, bastando a esta discordar, unilateralmente, do local proposto para o reassentamento.”

⁷⁰ BARROSO, Luis Roberto. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 246.

⁷¹ Nas áreas intangíveis, quando há hipótese de manifesta incompatibilidade entre o regime jurídico da unidade de conservação e o da propriedade privada, “a situação resolver-se-á com a desapropriação desses espaços territoriais no termos do art. 5º, inc. XXIV, da Constituição da República, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que lista, dentre os casos de utilidade pública para fins de desapropriação, (...) a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza.” (FIGUEREDO e LEUZINGER, 2001, p. 469).

O zoneamento ambiental, definido no art. 2º, inc. XVI, da Lei nº 9.985/2000, como “setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”, geralmente faz parte dos planos de manejo. A referida lei estabelece que todas as modalidades de unidades de conservação devem ter um plano de manejo, que deverá ser apresentado no prazo de cinco anos a partir da criação da unidade (art. 27, § 3º). Quanto às unidades já existentes, o prazo começou a contar da edição da nova lei (18 de junho de 2000).

Nos conflitos de questão fundiária, segundo DOUROJEANNI e PÁDUA (p. 92-171), os proprietários cujas terras ficam inseridas numa unidade de conservação se sentem duplamente lesados: de uma parte, perdem as suas terras (protegidas por eles e com valor sentimental) e, de outra parte, por saberem que deverão submeter-se a intermináveis processos burocráticos, sem, por isso, ter certeza de receber a indenização justa. Ainda mais, sabem que os governos, em geral, não têm os recursos para pagar, gerando grandes ressentimentos contra as unidades de conservação e também com os gestores delas.

O ressentimento contra as unidades de conservação reflete-se, segundo FIGUEREDO e LEUZINGER (2001, p. 467), na incompreensão de seu papel de proteção indireta, por restringirem o exercício do direito à propriedade, e também no seu papel de “direito de terceira e quarta geração” (grifos meus), respectivamente, “à sobrevivência do próprio Planeta” que “só pode ser garantido dentro de uma perspectiva solidária da humanidade (...) que não descuida do patrimônio genético”.

2.8 Conflitos em Parques sob a Ótica da Competência Comum e Concorrente

Implementar os parques que já existem legalmente tornou-se, de maneira geral, um grande desafio aos que por eles são responsáveis. Dentre as questões conflituosas, que para TERBORGH e SCHAIK (2002, p. 26-27) são universais, estão: 1) presença de pessoas que vivem dentro da maioria dos parques tropicais e as práticas ilegais (como caça de vida selvagem, contrabando, exploração madeireira, etc.); 2) demarcação inadequada de muitas áreas tropicais protegidas e, ou, inacessibilidade a turistas e 3) falta de dotação orçamentária e estrutura de

vigilância insuficiente (no caso da vigilância, muitas vezes realizada por guardas que não podem utilizar armas ou efetuar prisões).

O desafio se estende à complexidade imposta pelas competências comuns e concorrentes, fato que dificulta ainda mais a compreensão e gestão das áreas e de seu entorno. Todas estas condições têm como característica geral a complexidade do envolvimento **institucional na administração dos parques**, o que leva a discutir a administração pública, a organização do Estado e da administração, a competência comum e concorrente e suas implicações na implantação e manejo dos parques nacionais, estaduais e, ou, municipais.

2.8.1 Administração Pública e Estado

O estudo da administração pública⁷², compreendendo estrutura e atividades, segundo MEIRELLES (2004, p. 52-63), remete ao conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção, organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados.

O autor entende que é administrativo o “(...) sistema adotado pelo Estado para a correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público em qualquer dos seus departamentos de governo”.

Vigem, atualmente, no mundo, dois sistemas: o sistema contencioso administrativo (sistema francês) e o sistema judiciário ou de jurisdição única (sistema inglês). O primeiro, nas palavras de MEIRELLES (2004, p.53), “encontrou ambiente propício durante a Revolução Francesa (1789), (...) que, imbuída de liberalismo e ciosa da Independência dos Poderes, pregada por Montesquieu, encontrou ambiente propício para separar a justiça comum da administração”.

Assim, as funções judiciárias são distintas e permanecerão separadas das funções administrativas. Não poderão os juízes, sob pena de prevaricação, perturbar, de qualquer maneira, as atividades dos corpos administrativos.

Firmou-se então, na França, o administrador-juiz. Os atos da administração se sujeitam unicamente à jurisdição especial do contencioso administrativo, que

⁷² A administração pública (no sentido instrumental amplo) é constituída pelas entidades estatais (entidades com autonomia política, além da administrativa e financeira: União, os Estados-membros, os municípios e Distrito Federal); demais pessoas jurídicas instituídas ou autorizadas a se constituírem por lei (autarquias, fundações empresas governamentais e entidades paraestatais) (MEIRELLES, 2004, p. 62).

gravita em torno da autoridade suprema do Conselho de Estado⁷³ (orientação mantida pela constituição vigente, de 4.10.58).

Já o sistema judiciário é aquele em que todos os litígios – de natureza administrativa ou de interesse exclusivamente privado - são resolvidos judicialmente pela justiça comum, ou seja, por juízes e tribunais do Poder Judiciário. Tal sistema é originário da Inglaterra, de onde se transplantou para os Estados Unidos da América do Norte, Bélgica, Romênia, México, Brasil e outros países.

Não existe, pois, no sistema anglo-saxônico, que é o da jurisdição única (da justiça comum), o contencioso administrativo do regime francês. Toda controvérsia, litígio ou questão entre particular e administração resolve-se perante o Poder Judiciário (que é o único competente para proferir decisões com autoridade final e conclusiva da justiça comum).

O Brasil adotou, desde a instauração da primeira República (1891), o modelo do Direto Público Norte-Americano; conseqüentemente, o sistema da jurisdição única (a do controle administrativo pela justiça comum). Portanto, “vicejam órgãos e comissões com jurisdição administrativa, parajudicial, mas suas decisões não têm caráter conclusivo para o Poder Judiciário, ficando sempre sujeitas a revisão judicial” (MEIRELLES, 2004, p. 58).

O modelo de Estado federal brasileiro foi inspirado nos Estados Unidos da América⁷⁴. Porém, o Brasil⁷⁵ não permitiu a autonomia dos entes integrantes da Confederação, como a do modelo original, que mantinha interesses comuns, mas independentes e soberanos entre si.

O conceito de Estado, segundo MEIRELLES (2004, p. 60), varia segundo o ângulo em que é considerado.

“Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário (Jellinek); sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade

⁷³ No sistema francês, todos os tribunais administrativos sujeitam-se direta ou indiretamente ao controle do Conselho de Estado, que funciona como juízo de apelação, como juízo de cassação e, excepcionalmente, como juízo originário e único para determinados litígios administrativos, pois que dispõe de plena jurisdição em matéria administrativa.

⁷⁴ Os Estados Unidos da América, no ano de 1787, com o objetivo de aprimorar a união das treze colônias que se haviam proclamado independentes da Inglaterra, criaram uma confederação com interesses comuns, mas independentes e soberanos entre si. Para Freitas, apud CAMARGO (2002, p. 33), a formação do Estado federal nos Estados Unidos deu-se pela união das colônias que optaram por abrir mão da sua soberania em prol de um só Estado, mais forte e poderoso.

⁷⁵ No Brasil, os caminhos da formação do Estado brasileiro foram traçados no Império. O Estado era unitário e, como tal, dividido em províncias sem autonomia política (CAMARGO, 2002, p. 33).

superior de ação, de mando e de coerção (Malberg); sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana (Biscaretti di Ruffia); na conceituação do nosso Código civil, é pessoa jurídica de direito Público Interno (art. 41, I). Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo de Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sempre sua única personalidade de Direito Público, pois a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada.”

Esse é o Estado de Direito, ou seja, o Estado juridicamente organizado e obediente às suas próprias leis.

Estado federal, em Mouskheli⁷⁶, *apud* CAMARGO (2002, p. 32), é aquele que “se caracteriza por uma descentralização de forma especial e de grau elevado que se compõe de coletividades-membros dominadas por ele, mas que possuem autonomia constitucional, bem como participam da formação da vontade federal, distinguindo-se dessa maneira de todas as demais coletividades públicas inferiores”. Com essa compreensão, a repartição de competência é tida por BARACHO (1986, p. 25) como essencial à definição jurídica da Federação. No entanto, Antunes⁷⁷, *apud* CAMARGO (2002, p.33), lembra que “o sistema federativo adotado no Brasil (...) cria situações que não são juridicamente muito claras e que precisam de um estudo cuidadoso para a sua correta compreensão”. A autonomia estadual sempre foi tímida⁷⁸.

Sendo o Brasil uma federação, constituindo-se em Estado Democrático de Direito, formado pela união indissolúvel dos Estados-membros, Distrito Federal e municípios, a sua administração há de corresponder, estruturalmente, aos postulados constitucionais⁷⁹.

Assim, o comando da administração compete, nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, ao respectivo Chefe do Executivo (presidente da República, governador e prefeito). Os entes da Federação exercitam os poderes que

⁷⁶ MOUSKHELI, M. *Teoria Jurídica do Estado Federal*. Traduzido do original francês por Armando Lázaro, y Ros, México: Ed. Nacional, 1981, p.149.

⁷⁷ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1996. p. 53.

⁷⁸ Até o advento do Dec. Lei nº 200, de 25.2.67, a organização administrativa federal pecava pela excessiva concentração de distribuições nos órgãos de cúpula, agravada pela falta de racionalização dos trabalhos de coordenação dos serviços, ineficientes e morosos, em decorrência de uma burocracia inútil e custosa, que alongava a tramitação dos processos e retardava as decisões governamentais, pela subordinação das *atividades-fim* (grifos do autor) às *atividades-meio* (grifos do autor) (MEIRELLES, p. 707).

⁷⁹ Cabe ressaltar que a integração dos municípios como entidades estatais integrantes da Federação é uma peculiaridade brasileira (MEIRELLES, p. 706). SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 5ª ed. São Paulo, RT, 1989, p. 413.

lhes são conferidos, explícita ou implicitamente, pela Constituição da República, dentro das respectivas áreas de atuação. A organização da administração estadual e municipal segue, em linhas gerais, a da federal, por força de mandamento constitucional (artigos 18, 25 e 29).

Opera-se ainda no Brasil, diante de sua extensão territorial e complexidade, a descentralização institucional. Esta é meramente administrativa, com distribuições de funções políticas e de interesse coletivo a entes autárquicos e estatais (MEIRELLES, 2004, p. 705-708).

2.8.2 Competência Comum e Concorrente

Competência é a “faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. (...) são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções” (Silva, *apud* CAMARGO, 2002, p. 36).

SILVA (1989) classifica as competências em dois grandes grupos: Competência Material e Competência Legislativa, com suas subclasses, como pode ser observado na Figura 1.

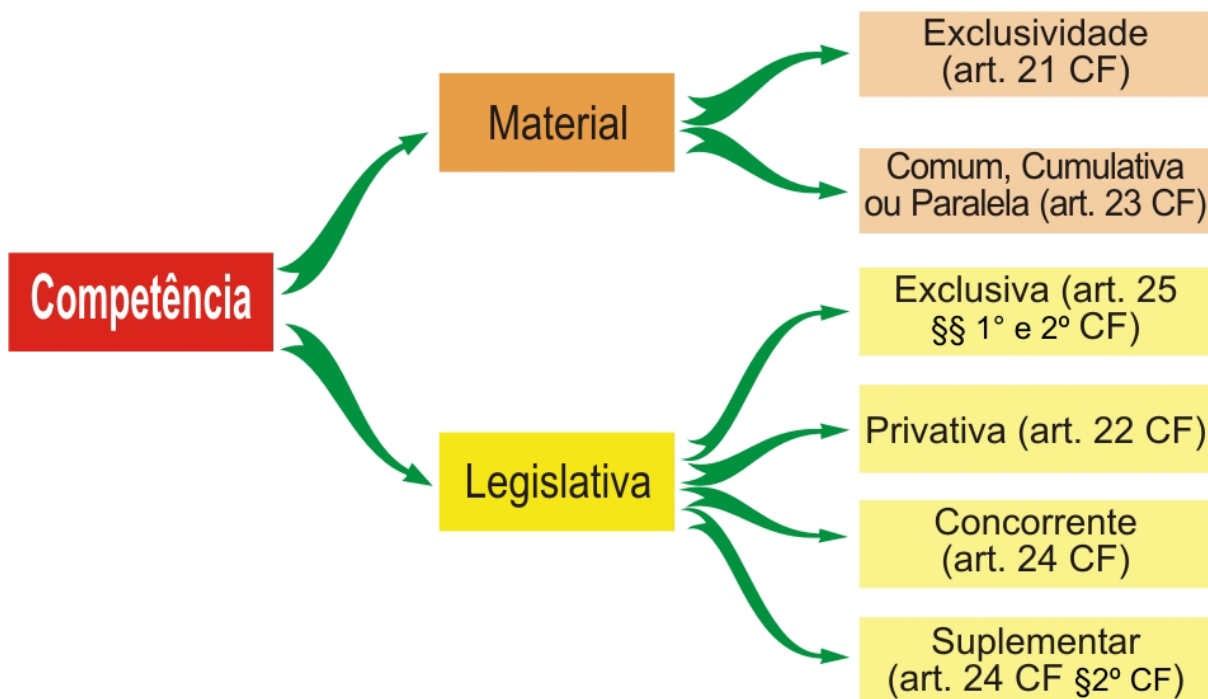
A Constituição de 1988, no seu art. 23, dividiu, entre os vários entes da Federação, um vasto rol de matérias em que todos, isolados, em parceria ou em conjunto, podem atuar segundo regras pré-estabelecidas. É a chamada competência comum. Ela se distingue da competência concorrente, que “se verifica quando em relação a uma só matéria concorre mais de um ente político – União, Estado, Distrito Federal ou Município” (Freitas⁸⁰, *apud* CAMARGO, 2002, p.39).

A competência concorrente é a “competência para legislar sobre” (grifos meus); já a competência comum visa administrar, executar os encargos e objetivos comuns (Lobo⁸¹, *apud* CAMARGO, 2002, p. 39).

A compreensão do conceito de competência comum remete à identificação pelo uso de verbos como: “prover”, “editar”, “autorizar”, “organizar” “promover” ou “administrar”.

⁸⁰ FREITAS, Vladimir Passos de. *A constituição e a efetividade das normas ambientais*. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2000, p.75.

⁸¹ LOBO, Paulo Luiz Neto. Competência legislativa concorrente dos Estados-membros na Constituição de 1988. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, Senado Federal, jan-mar. 1989, v, 101, p. 99.



Fonte: adaptado de CAMARGO, Edson. (2002, p. 37) pela autora da tese.

Figura 1 – Classificação das Competências.

Conforme já explicitado, a base do Estado federal brasileiro, que constitui a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios – sistema tripartite – dá origem a uma estrutura estatal complexa, em que se manifestam diversas esferas governamentais sobre a mesma população e o mesmo território.

Embora com a tripartição, na qual coexistem governos autônomos que dão leis a si próprios, na prática, a questão é bastante complexa, pois remanescem para os estados-membros todos os poderes que não estão reservados expressa, implícita ou explicitamente à União e aos municípios. Portanto, entre as três ordens estatais há um caráter concorrente e supletivo, mas avultam dificuldades de triagem. Além disso, é relevante lembrar o princípio de que a entidade de maior categoria sobrepuja a de menor: os poderes concorrentes da União prevalecem sobre os dos estados, que, por sua vez, prevalecem sobre os do município⁸².

⁸² Com o advento da Constituição de 1988, tenta-se mudar a condição de concentração de poder decisório, que até então tolhia a autonomia política dos municípios. A partir dela, a tendência é ficar a União com a elaboração de normas gerais, deixando para os demais entes políticos – Distrito Federal, Estados e Município – a especificação das condutas, sempre se atentando para a realidade local. (...) é o que pretendeu o constituinte de 1988, ao contemplar a denominada competência comum no art 23 da Constituição de 1988, (...) todos os níveis de Governo deverão

Os municípios possuem fortes restrições para elaborar leis sobre o meio ambiente. Como lembra CAMARGO (2002, p. 38), “(...), as competências ambientais foram divididas, basicamente, entre a União e os Estados. Tanto um quanto o outro têm naturalmente competência para legislar sobre meio ambiente sem que se precise provar que o assunto tem interesse estadual ou regional”.

Continua o autor: “De forma contrária, os municípios precisam articular – e até comprovar sua competência suplementarmente, como pode ser observado no art. 30, II da Constituição Federal – Compete aos Municípios: II – “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”. Já o art. 30, inc. I da Constituição Federal, complementa dizendo: Compete aos municípios II – “legislar sobre assuntos de interesse local”. Isto significa que terá o município que provar que o tema sobre o qual está legislando é do interesse local e não afronta a legislação estadual ou federal.

Entretanto, os estados brasileiros também encontram barreiras para legislar em matéria ambiental. Os poderes concorrentes da União prevalecem sobre os dos estados.

No entendimento de Mukai⁸³; Greco⁸⁴, *apud* CAMARGO (2002),

“as normas constitucionais que interessam ao Direito Ambiental são abundantes no texto constitucional de 1988, atribuindo competências legislativas e administrativas privativas, comuns e concorrentes aos diversos entes territoriais, sem que o legislador constituinte tenha tido a preocupação de delimitar com precisão onde começa e onde termina a competência de cada um. Ademais, em certos dispositivos, a Constituição atribui competência em matéria ambiental ao Poder Público ou à lei, sem especificar se se trata de competência federal, estadual ou municipal”.

Enfim, de acordo com CAMARGO (2002), “há dificuldades em delimitar a competência dos entes políticos – União, Estados, Distrito Federal e municípios – para elaborar leis sobre matérias relativas ao meio ambiente. Isto se deve à existência de vários campos em que os limites entre as instituições são imprecisos e vagos.”

pautar as matérias enquadradas na competência comum sob o signo e a filosofia da cooperação (CAMARGO, 2002, p.34 - 35).

⁸³ MUKAI, Toshio. *Direito Ambiental Sistematizado*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 3^a ed. 1998. p. 19.

⁸⁴ GRECO, Leonardo. Competências constitucionais em matéria ambiental. *Revista dos Tribunais*, jan. 1993, vol. 687.

2.9 Competência Comum e Concorrente sobre as Unidades de Conservação de Uso Indireto – Categoria Parques

As categorias de manejo de áreas protegidas no Brasil não surgiram de forma sistemática ou planejada. Foram sendo criadas isoladamente, a partir de 1934, com base em instrumentos legais diversos. Assim, diversos instrumentos legais foram estabelecidos, definindo os objetivos de cada categoria de manejo de unidades de conservação; estabelecendo critérios para que as áreas pudessem ter denominações específicas; dando poder, em alguns casos, no âmbito federal, estadual e municipal, para criar diferentes unidades de conservação; estabelecendo normas para uso dessas unidades entre outras providências.

A preocupação em planejar a criação de unidades de conservação, com o propósito de tornar o processo mais abrangente e eficaz, começa a amadurecer e produzir os primeiros resultados⁸⁵, segundo MERCADANTE (2001, p. 190), na década de 1970. Este processo culminou na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), regulamentado pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, complementada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

O conjunto desses instrumentos legais impõe restrições às Unidades de Conservação e ao entorno delas, que, pela sua complexidade, geram conflitos, dificuldades de compreensão e gestão dessas áreas.

2.9.1 Competência Material e Legislativa da União que Incide sobre os Parques

A União detém “competência legislativa privativa⁸⁶ e, ao mesmo tempo, “concorrente” para legislar sobre o meio ambiente. Cita-se como exemplo o inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, que estabelece caber à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusões (temas de interesse nacional).

⁸⁵ O trabalho “Uma análise de prioridades da conservação da natureza na Amazônia”, de 1976, fundamentou a elaboração do SNUC, cuja primeira etapa foi publicada em 1979 e a segunda, em 1982.

⁸⁶ Privativo – O que é próprio da pessoa, com exclusão das demais. É o que é exclusivo, peculiar, particular. FREITAS, Vladimir Passos de, A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2000. p. 75 e 76, *apud* CAMARGO (2002).

No entanto, no parágrafo único do próprio art. 22 nota-se uma flexibilidade da norma ao permitir que lei complementar possa autorizar os estados a legislarem sobre questões específicas relacionadas na competência privativa.

Já, em relação à competência material comum – aquela que atribui a uma esfera de poder o direito de fiscalizar e impor sanções em casos de descumprimento da lei –, os estados e os municípios podem e devem zelar pela proteção do meio ambiente, conforme art. 23 da Constituição Federal, inclusive pelo exercício da polícia administrativa – fiscalização sobre os bens ambientais protegidos por lei.

2.9.2 Principais Instrumentos Legais que Regeram e Regem as Unidades de Conservação de Proteção Integral – Categoria: Parques

- **Decreto nº 23.793** – Código Florestal – Categoria de Manejo: Parque Nacional. Este Código Florestal, criado em 1934, normatizou, pela primeira vez na legislação, a Categoria de Manejo Parque Nacional.

- **Decreto nº 16.677** – Categoria de manejo: Parque Nacional. Este decreto, de 29 de setembro de 1944, atribui diversas responsabilidades à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal e define como objetivos dos Parques Nacionais: “Conservar, para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos, as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; e organizar museus e herbários regionais”.

- **Lei nº 4.771** – Código Florestal – Categoria de manejo: Parque Nacional, Reserva Biológica e Floresta Nacional. Este novo código foi instituído em 15 de setembro de 1965, substituindo o Código Florestal de 1934. Este novo Código Florestal encontra-se em vigor até os dias de hoje. No seu artigo 15, reza que o Poder Público criará: “a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim. Parágrafo único: “É proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo”.

- **Lei nº 5.197** – lei de Proteção à Fauna – Categorias de Manejo: Reserva biológica e parques de caça.

- **Decreto nº 84.017** – Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Este decreto, criado em 21 de setembro de 1979, que aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros, previu a proibição, dentro das áreas dos parques nacionais, de obras de barragens, hidrelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alterações de margens. Proibiu, ainda, coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre. Regulamentou também a pesquisa e a visitação.

Política Nacional do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama -; instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; regulamentada pelo Decreto no 99.274/90, alterado pelo Decreto nº 2.120/97, é o órgão que, por meio de sua **Resolução nº 011, de 03 de dezembro de 1987**, resolve:

- **art. 1º.** Declarar como Unidade de Conservação as seguintes categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural, criadas por atos do Poder Público: a) Estações Ecológicas; b) Reservas Ecológicas; c) Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os Corredores Ecológicos; d) **Parques Nacionais, Estaduais e Municipais**; e) Reservas Biológicas; f) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; g) Monumentos Naturais; h) Jardins Botânicos; l) Jardins Zoológicos; e j) Hortos Florestais. (Publicada no D.O.U, de 18/03/88, Seção I, Pág-4.563, disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>).

Resolução/CONAMA/Nº 013, de 06 de dezembro de 1990, resolve:

- **art. 2º.** Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente. (Publicada no D.O.U, de 28/12/90, Seção I, Pág. 25.541, e disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>).

- **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000** – Lei que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades

de Conservação da Natureza e dá outras providências. Esta lei estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

- **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002 – Este decreto regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza – Snuc -, e dá outras providências.

Outros instrumentos legais trouxeram elementos que contribuem para a proteção e manejo das unidades, embora alguns deles não tratem especificamente das categorias de manejo. Dentre os principais instrumentos, destacam-se:

- Código de caça e pesca - Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, mais tarde desdobrado em Código de Pesca (Decreto-Lei nº. 794, de 19 de outubro de 1938, e Código de caça (Decreto-Lei nº. 5.894, de 20 de outubro de 1943);

- Código das águas - Decreto nº. 24.643, de 10 de julho de 1934;

- Medidas de proteção aos animais - Decreto nº. 24.645, de 10 de junho de 1934;

- Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Após a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – pela Lei nº 378, em 30 de janeiro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, que a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; (disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm>>).

- Estatuto da Terra - Lei nº. 4.504, criado em 30 de novembro de 1964;

- Lei de Política Agrícola Brasileira - Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - nela estão incluídas normas para o uso dos recursos naturais;

- Lei de Crimes Ambientais - Lei de nº. 9.605, criada em 12 de fevereiro de 1998.

2.9.3 Instrumentos Legais no Estado de Santa Catarina Referentes ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

A competência legislativa (concorrente) dos estados está prevista no art. 24 da Constituição Federal.

As leis e os decretos referentes ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apresentadas a seguir, poderão ser conferidas no Anexo B e C.

- **A Lei nº 5.276, de 18.11.1976** – autoriza o poder Executivo a alienar bens imóveis, visando à modernização do Sistema Penitenciário e ao desenvolvimento urbano do Estado e dá outras providências, no art. 2º: (...) a alienação visa a permitir, (...) Inciso II, “a obtenção de recursos financeiros à indenização das áreas integrantes e necessárias para a instalação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criada pelo Decreto 1.260, de 1º de novembro de 1976”. Mais tarde foi alterado pela **Lei nº 5.746, de 11.08.1980**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/pesquisa/abredoc.asp?caminho=http://www.fatma.sc.gov.br/pesquisa/docs/legislacao_estadual/lei_5276.doc>).

- **Lei nº 5.746, de 11.08.1980** – Altera a Lei nº 5.276, de 18 de novembro de 1976, e dá outras providências. Dispõe em seu artigo 2º:

Art. 2º - Os recursos financeiros provenientes da alienação do imóvel onde está situada a Colônia Penal Agrícola Urbano Müller Salles, de que trata o artigo 1º da Lei nº 5.276, de 18 de novembro de 1976, serão aplicados na proporção de 1/3 (um terço) na modernização do Sistema Penitenciário estadual, e 2/3 (dois terços) no pagamento de indenização por desapropriação ou compra de imóveis necessários à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, resguardado o cumprimento das disposições contidas nos itens III e IV, do artigo 2º da referida Lei. (disponível em: <<http://200.192.66.7/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>).

- **Lei Nº 5.793, de 15.10.1980** – Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências, e Decreto nº 14.250, de 5 de junho de 1981: Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à proteção e à melhoria da qualidade ambiental.

- **Lei nº 10.548, de 11.11.1997** – Dispõe sobre a área da Ponta do Papagaio, no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e dá outras providências.

- **Lei nº 10.733, de 15.04.1998** – Altera a redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.584, de 11 de novembro de 1997.

DECRETOS

- **Decreto nº 1.260, de 1º.11.1975** – Cria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

- **Decreto nº 1.261, de 1º.11.1975** – Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, a área de terra destinada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

- **Decreto nº 2.335, de 17.03.1977** – Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terras destinadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

- **Decreto nº 8.857, de 11.09.1979** – Dispõe sobre a desanexação de áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e dá outras providências.

- **Decreto nº 17.720, de 25.08.1982** – Retifica os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

- **Decreto nº 18.766, de 20.12.1982** – Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

- **Decreto nº 24.598, de 28.12.1984** – Dispõe sobre a implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Além desses instrumentos – federais e estaduais – há os **instrumentos municipais**. No caso do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a implantação e o gerenciamento da Unidade obedecem e respeitam também os instrumentos legais dos nove municípios que dispõem de terras que compõem o parque. Os instrumentos do município onde está localizado o universo da pesquisa – a Praia da Pinheira – serão analisados no item V desta tese.

Numa sociedade de interesses, a raiz dos problemas e das soluções são os próprios interesses.

Juarez Segalin

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item são discutidos os procedimentos metodológicos que deram suporte à pesquisa. Cabe ressaltar que seu processo de elaboração não foi nem linear nem fechado. Durante o percurso, novas questões foram sendo suscitadas, redirecionando o olhar para outras possibilidades e levando a refletir sobre elas no intuito de atender ao tema e ao problema elegido.

Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa exploratória; sua forma de abordagem é qualitativa, tendo em vista suas principais características, que são: ter no ambiente natural a principal fonte de dados e o pesquisador como seu instrumento-chave; possuir caráter descritivo ter como foco principal da abordagem o processo e não o resultado ou produto e não requerer uso de técnicas e métodos estatísticos.

Quanto à natureza, o trabalho é classificado como pesquisa aplicada, tendo em vista a produção de conhecimento, que visa contribuir com os órgãos públicos, atores e responsáveis pela implantação, gestão e gerenciamento de parques. Para tanto, foi utilizado o estudo de caso, compreendido em três fases: **exploração, delimitação do caso e sua organização e redação**. Segundo LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 17-21), estas fases são distintas e complementares.

A justificativa da escolha do estudo de caso pode ser retirada de BRUYNE *et al* (1977), que destacam que ele permite, entre suas características, aprofundar casos particulares. Sendo assim, pressupõe-se, que com este estudo se desvendará o fenômeno investigado a partir da exploração de um caso, reunindo grande quantidade de informações detalhadas, buscando delimitar a sua compreensão e extensão em sua complexidade (GOLDENBERG, 1997).

A visualização, definição e análise das ocorrências objetivas e a análise dos objetos de conflitos tratados nesta tese foram adaptados dos procedimentos metodológicos utilizados no Curso de Gestão de Conflitos Ambientais, realizado em

2004. A abordagem do objeto de estudo (conflitos) possibilitou uma sistematização detalhada e particular dos dados, que conduziram às reflexões que compõem o item V. Os passos correspondentes aos procedimentos utilizados serão descritos à medida que forem sendo dados, com base nas três fases apontadas por LÜDKE e ANDRÉ (1986).

3.1 Fases do Estudo de Caso

3.1.1 Exploratória

Esta etapa caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica e documental relacionada ao tema. Nela, verificou-se o acervo disponível em bibliotecas, Instituições, Internet, bancos de pesquisa, teses e dissertações, nas questões abordadas nas diferentes disciplinas cursadas na área de concentração (Gestão Ambiental) do Curso de Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina e nos contatos acadêmicos travados com diferentes alunos, profissionais e, ou, técnicos que também cursavam essas disciplinas.

Dentre as disciplinas, destacam-se as de “Gestão Ambiental”, “Impactos Ambientais” e Sistemas Organizacionais, cursadas em 2001, e a de Gestão de Conflitos Ambientais, cursada em 2004, que promoveram reflexões importantes para a definição da trajetória da pesquisa.

A pesquisa documental foi uma constante durante todo o tempo dedicado ao estudo do tema; em 2001 e 2002, porém, gerou:

- uma referência das áreas do conhecimento e dos autores que se dedicavam ao tema;
- o conhecimento das tendências de abordagem das pesquisas;
- informações a respeito dos programas de governo voltados à questão dos parques no Brasil, bem como à legislação a eles pertinente;
- informações das experiências de pesquisa, estudo e aplicação no Brasil e no exterior, referentes à temática;
- conhecimento dos parques implantados em Santa Catarina, levantamento de estudos relacionados a eles (pesquisas, dissertações, teses, periódicos, notícias, iniciativas, programas e projetos), viabilidade da pesquisa; e
- por fim, o arcabouço teórico da tese.

Também contribuíram:

- participações em eventos (congressos, simpósios, palestras e participação em defesa de teses e dissertações);

- visitas técnicas: inicialmente duas à sede do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (durante as quais foi possível acompanhar os projetos e o trabalho dos técnicos a serviço da Fatma, responsáveis por atividades de educação ambiental, trilhas, guarda-parques, além do desfrute da paisagem em que se localiza a área construída); posteriormente, em 2004, houve novas visitas, que possibilitaram o conhecimento dos locais em que os entrevistados haviam firmado seus depoimentos e onde se colheram novos dados e elementos para a pesquisa;

- entrevistas, 23 ao todo, com as quais foi possível ouvir dos entrevistados (técnicos)⁸⁷ o relato e receber a contribuição do que presenciaram nas iniciativas de implantação do Parque:

- a) sete, em 2002, com professores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade do Vale do Itajaí, com técnicos da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), órgão responsável pela administração do Parque (todas semi-estruturadas e a partir de questões abertas, com a finalidade de conhecer a política e prioridade daquelas instituições voltadas ao universo selecionado, para, de igual maneira, conhecer os projetos e programas para o parque e a concepção de conflitos construída por aqueles administradores e técnicos e também acadêmicos);

- b) num segundo momento (de março a outubro/2004), outras 16, aplicadas aos técnicos e funcionários de 8 instituições públicas (Ministério Público, Promotoria Temática, Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Palhoça, FATMA, Polícia Ambiental, Polícia Rodoviária Federal e DNPM, UFSC)⁸⁸.

- participação em reuniões na comunidade (como ouvinte) em 2004, promovidas pelo Conselho Intermunicipal para implantação do parque, com a presença da liderança local (Câmara dos Vereadores do Município de Palhoça, Secretaria do Meio Ambiente do Município de São José; associações, imprensa e representantes de todos os municípios do entorno), com o objetivo de discutir questões fundiárias, conflitos e plano de manejo;

⁸⁷ O roteiro que as orientou pode ser observado no Apêndice D.

⁸⁸ O roteiro que as orientou pode ser conferido no Apêndice E.

- participação em reunião de preparação de audiência pública (como observadora) em junho/2004, referente à Baixada do Maciambu – universo da pesquisa –, com representantes de todas as instituições que atuam na área, da comunidade e de partidos políticos.

3.2 Delimitação do Caso – Dos Pressupostos aos Objetivos

A sistematização e a análise desenvolvidas na fase exploratória culminaram na elaboração dos pressupostos, que, ao explicitar as ocorrências objetivas, se desdobraram em outras premissas.

Apesar das iniciativas e esforços que lograram êxito na implantação e gestão do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a descontinuidade das ações, as pressões adversas, as indefinições, e a carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos levaram a uma situação de sucessivas frustrações, recuos, negligências e omissões, que criaram um quadro de descrédito e revolta nas comunidades do entorno do Parque. Este passou a ser visto, muitas vezes, como um obstáculo opressor, não se identificando com os moradores dessas comunidades. A sua importância e papel não são reconhecidos; por isso, o parque, sobretudo em sua finalidade de proteção dos recursos naturais, ficou prejudicado e vulnerável.. Em consequência disso, somado ao crescimento urbano e especulação imobiliária é que se agravaram e multiplicaram os conflitos.

A tese nasceu dessa realidade (da qual se extraíram as premissas), formulando uma hipótese e estabelecendo objetivos, dos quais o maior é o da solução dos conflitos, tópicos já expostos no item 1. Aqui, sucintamente, reapresentamos as premissas e o raciocínio que logicamente deveria levar ao diagnóstico e às conclusões, no caso, aos caminhos da solução dos conflitos:

a) Se existe um meio ambiente que é vital para o ser humano – enquanto integrante do sistema – do qual ele nasce, se alimenta e se mantém, como todo ser e organismo dele, e se não lhe faltam defensores, leis (inúmeras), projetos, medidas de autoridade para salvaguardar esse meio ambiente, por que a devastação e ameaças continuam a passos largos? E por que a sociedade permanece alienada, perpetuando um sistema que se alimenta de consumo, que ignora os limites e a esgotabilidade dos recursos naturais? Por que a pobreza e tantos conflitos na área de entorno e interior do Parque?

b) Se numa sociedade há “interesses”, é porque existe o interessado: o cidadão. Numa sociedade de interesses, a raiz do problema e o caminho da solução são os próprios interesses. Aplicando o enunciado à presente questão, a constatação é que, na sociedade, existem setores da hierarquia social (governos) que, conscientes dos problemas e das soluções, impõem regras e disciplinas à sociedade e propõem medidas de salvaguarda do meio ambiente. A pergunta é: por que não se consegue conter a devastação e a ameaça a que o meio ambiente está exposto? O sistema multiplica órgãos de autoridade, mas a autoridade não produz o que impõe e o problema se agrava.

Se “a” é verdade e “b” é real, o diagnóstico denuncia um erro de método. Se não faltam leis, instituições, técnicos, métodos e outros fatores envolvidos na atitude de preservar e, ou, conservar o meio ambiente e a qualidade de vida das populações locais, por que tantos conflitos e ameaças aos recursos naturais do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro? A resposta a essa pergunta e o conhecimento das ocorrências objetivas do universo de pesquisa traçaram a delimitação do caso: primeiro, os objetos de conflito; segundo: o caminho da solução (que está no enunciado: “numa sociedade de interesses a raiz dos problemas e das não-soluções estão nos próprios interesses”.

Assim o estudo levou a formular a seguinte hipótese:

- A gestão dos interesses de cada ator institucional não oferece flexibilidade e compatibilidade que atenda aos princípios da equidade social, à sustentabilidade ecológica e aos objetivos da estratégia de implantação de parques, garantindo-lhes eficiência. Já a gestão dos objetos de conflito em parques implantados ou a gestão previsiva de conflitos nos parques a implantar atendem aos princípios acima citados porque propõe e garante a participação das comunidades locais, a atuação dos atores institucionais aliados ao conhecimento científico e aos diversos saberes.

3.3 Organização e Redação

A organização e a redação obedeceram aos objetivos traçados, perseguindo um a um, a saber:

- estruturar a compreensão do processo de estabelecimento das unidades de conservação e seus conflitos (legais, político-territoriais e sociais) no Brasil;

- caracterizar o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC e os principais conflitos existentes;
- analisar os conflitos ambientais na área nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC – região da Praia da Pinheira; e
- analisar a viabilidade da gestão dos conflitos ambientais na área de estudo.

A Praia da Pinheira está localizada na região nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Baixada do Maciambu e Campos de Araçatuba, município de Palhoça. Esta região do entorno, delimitada pelo Produto Básico do Zoneamento – PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2002), representa um dos pontos mais vulneráveis do parque, como pode ser observado na Figura 2.



Fonte: adaptado da SOCIOAMBIENTAL (2002) pela autora da tese.

Figura 2 – Localização da Baixada do Maciambu e Praia da Pinheira.

A localização desta região do entorno, suas características naturais e história de ocupação impõem desafios aos administradores responsáveis e à população que lá habita. Ressalte-se que Palhoça, no conjunto dos oito municípios - exceto o de Florianópolis -, foi o que registrou o maior aumento da população no período entre 1970 e 1996, de acordo com os dados do IBGE (*apud* SOCIOAMBIENTAL, 2002). A população quadruplicou, passando de 20.652 para 81.176 habitantes.

3.3.1 Desenvolvimento do Estudo

Cada conflito apontado para o universo de pesquisa foi analisado nas suas co-relações com as atribuições de competência de todas instituições e variáveis pertinentes, que podem ser assim listadas:

- sistematização das atribuições de competência de 19 instituições citadas na matriz resultante da fonte de pesquisa (Produto Básico de Zoneamento, 2002) e mais seis que atualmente fazem parte do processo;
- conhecimento e sistematização de toda a legislação relativa à área e às instituições;
- visualização das relações dos 60 objetos de conflito com as atribuições das instituições correlatas, bem como as co-relações entre as instituições, instituições versus população, membros da população entre si (o estudo detalhado – na Praia da Pinheira – analisou a atuação e a correlação de 18 instituições públicas diretamente envolvidas e outras cinco envolvidas com menor intensidade; 11 variáveis, nas quais estão distribuídos 44 objetos de conflitos e 10 restrições legais);
- análise e resultados – fundamentados na construção teórica realizada; e
- conclusão e recomendações.

O véu

*Há a Vida.
Há o véu,
o Véu que vela a vida.
Quem só vê o véu,
Não vê a vida.
Quem consegue desvelar a Vida
Já não vê o véu,
E vê que ele é
A própria Vida.*

Hermógenes

4 CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

As publicações que tratam da história do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro têm por consenso que a sua criação, em 1975⁸⁹, se deu graças à dedicação dos cientistas e biólogos Dr. Roberto Miguel Klein e Dr. Raulino Heitz, cuja credibilidade, critério científico, sensibilidade humana e visão de futuro levaram à aceitação de seus argumentos para proteção dessa área.

As pesquisas sobre a flora catarinense iniciaram-se, segundo SCHIMITZ (2003, p. 21-26), no ano de 1954. Preocupados com a intensa exploração florestal, cuja atividade avançava do planalto para o litoral (inclusive as encostas das Serras Geral e do Mar), a Universidade Federal de Santa Catarina e o Herbário Barbosa Rodrigues, tendo à frente os cientistas acima citados (Klein e Heitz), deram início ao empreendimento.

Em 1960, o Dr. Raulino Reitz publicou no Anuário Brasileiro de Economia Florestal o trabalho intitulado “O Parque Florestal de Maciambu no anuário do Instituto Nacional do Pinho⁹⁰”, e em 1960 apresentou uma exposição de motivos para a criação **do Parque do Maciambu** (grifos meus).

Já em 1965 ele apresentara ao Conselho Florestal Federal um documento pedindo a criação do Parque Nacional do Tabuleiro e da **Reserva Biológica do Maciambu**⁹¹ (grifos meus), tendo em vista sua importância.

⁸⁹ Decreto N/SETMA nº 1.260, de 1º de novembro de 1975, assinado pelo governador Dr. Antônio Carlos Konder Reis. Com essa atitude, ficou declarada a área, de aproximadamente 90.000 ha, como de utilidade pública e de interesse social para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial (FATMA, 2002).

⁹⁰ Citação em documento (separata de Sellowia) elaborado pelo cientista dr Raulino Reitz. REITZ, Raulino. Conservacionismo em Santa Catarina. *Sellowia*, v.17. p. 19. 1965.

⁹¹ Região definida como universo de pesquisa desta pesquisa.

Em 1976 foi elaborado o Plano Diretor⁹² (FEEMA, 1976, p. 7-14). Ressalte-se que das 59 justificativas para a sua criação, 17 referem-se à Baixada do Maciambu, que poderão ser conferidas no Apêndice C.

As pesquisas continuaram, culminando em 1975 na criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Durante o XXVI Congresso Nacional de Botânica da Serra do Tabuleiro, o Dr. Roberto Klein concluiu que a vegetação da Serra do Tabuleiro somente poderia ser preservada com a criação de um parque florestal. Diante disso, Reitz, no cargo de Coordenador para Assuntos do Meio Ambiente da Secretaria de Tecnologia do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, providenciou a Exposição de Motivos GAB/043/75 para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, aprovada no mesmo dia pelo então governador Dr. Antônio Carlos Konder Reis. Um mês depois (em 1º de novembro de 1975), estava sendo assinado por ele o ato de criação, por meio do Decreto N/SETMA nº 1.260 (Anexo C).

A relevância de se criar o parque consistiu especialmente em reunir, numa única unidade de conservação, praticamente todos os tipos de vegetação presentes no estado de Santa Catarina, à exceção da Floresta Estacional Decidual do Rio Uruguai, a saber: Restinga, Floresta Atlântica, Matinha Nebular, Campos de Altitude e Floresta de Araucária. Na restinga, por sua vez, entremeavam-se manguezais e banhados. Este conjunto apresentava, portanto, enorme potencial para atividades científicas, educativas e turísticas. Ainda possui, como notória, a característica de formar barreira (ou divisor) fitogeográfica, onde inúmeras espécies típicas da Floresta Atlântica, ao norte, não conseguiam transpor o conjunto orográfico em direção ao sul, por suas características físico-climáticas. Estas características poderão ser conferidas no mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina apresentado na Figura 3.

⁹² O Plano Diretor do Parque da Serra do Tabuleiro foi elaborado no período compreendido entre abril e novembro de 1976, pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SOSP. Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Rio de Janeiro/RJ, em convênio firmado com a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente, hoje Fatma. A preparação ocorreu em 4 fases: proposta de diretrizes, planejamento da coleta de dados, coleta de dados e esquema para a elaboração do Plano Diretor.

4.1 Localização

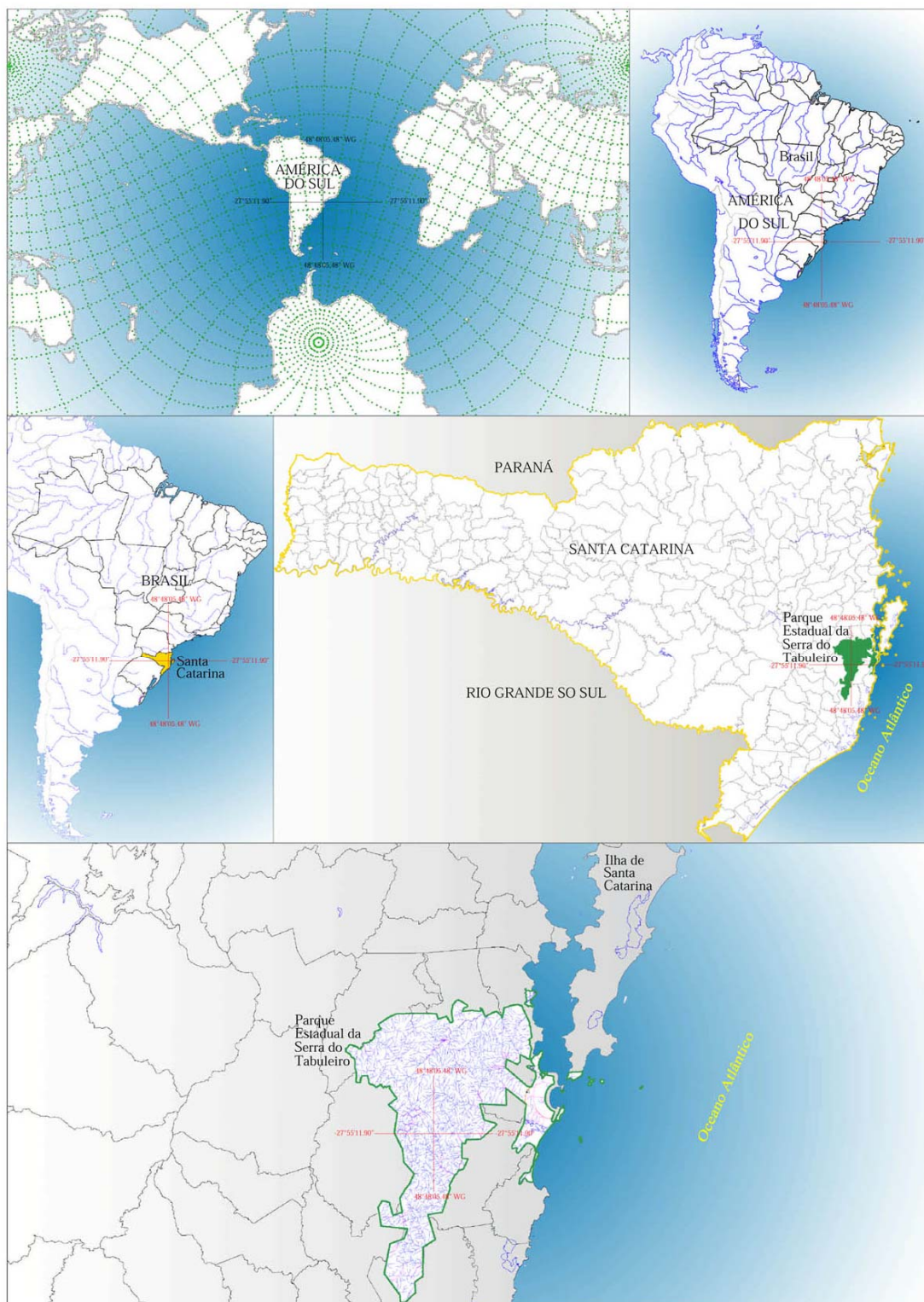
O parque está localizado entre as latitudes de coordenadas geográficas: 27° 41' 09" S 28° 12' 42" S e entre as longitudes 48° 49' 20" O e 48° 25' 08" O, conforme Figura 4, ocupando uma área de 92.649,12 ha em medidas cartográficas, ou 87.405 ha, em medida por demarcação equivalentes, a 1% do território do estado.

Atualmente, a área do parque está distribuída em nove municípios – Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imaruí, São Martinho, São Bonifácio, Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, cuja extensão compreende as Serras do Tabuleiro, ao norte; o morro do Cambirela, a nordeste; a Serra do Morretes, a leste, e a Serra do Capivari, ao sul.

Porém, na ocasião da criação – em 1975 –, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro abrangia sete municípios, com uma extensão de 900 km² ou 90.000 ha. Os municípios contemplados pelo decreto de criação do parque eram: Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes, além das terras de marinha situadas entre a foz do rio Maciambu e a do rio Embaú, as ilhas costeiras: Siriú, Coral, Moleques do Sul, Três Irmãs, Fortaleza e dos Cardos. O Decreto nº 1.261, assinado ainda em 1975, reforçou o anterior, declarando de utilidade pública e interesse social para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial a área de 900 km² do parque.

Com base no Plano Diretor do Parque, elaborado em 1976, o governador do estado assinou o Decreto Estadual nº 2.335, em 17 de março de 1977, criando, anexando e declarando de utilidade pública e interesse social outras sete áreas. Assim foram incorporados outros dois municípios: Florianópolis e Garopaba, somando mais 1.710 ha. São elas:

- os mangues dos rios Cubatão e Aririú e as terras de marinha, em Palhoça;
- Ilhas do largo e a Ilha do Andrade na Baía Sul e Ilha dos Papagaios Pequena, situada junto à Ilha dos Papagaios Grande;
- o sopé do morro dos Cavalos, em Palhoça;
- o delta interno do rio Maciambu, a montante da ponte da BR-101;
- a Ponta dos Naufragados, em Florianópolis;
- a ponta da Gamboa, seguindo a praia de Siriú; e
- as dunas de areia de Macacu (até a Ponta do Biguá), incluindo a lagoa do Siriú (Macacu), em Garopaba. (SOCIOAMBIENTAL, 2000, Cap. 1, p. 2).



Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2002).

Figura 4 – Localização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Em 1977, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi dividido em seis áreas para realização de ações discriminatórias, visando separar as terras devolutas das particulares.

Em 1978 foram inauguradas as instalações da primeira Sede Administrativa do Parque, em caráter provisório, na localidade de Maciambu, no município de Palhoça. Na ocasião, teve início também o primeiro projeto de recuperação ambiental de áreas degradadas no parque, consistindo na “restauração da fauna desaparecida”¹⁹⁷ (grifos meus) da baixada do Maciambu, prevendo a reintrodução de 40 espécies de aves e mamíferos.

Por outro lado, em 1979, mesmo com inúmeros argumentos e justificativas contrárias, o governo do estado lançou o Decreto nº 8.857, de 11 de setembro, que desanexou do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro áreas de extrema relevância ambiental – que perfazem um total de 4.035 ha – como segue:

- 1.330 ha da Companhia Madeireira Santo Amaro Indústria e Comércio - Ciama;
- área em Queçaba e Rio Novo, município de Águas Mornas;
- área na face norte do Morro Queimado, em Santo Amaro da Imperatriz;
- área em Enseada do Brito, no Morro dos Cavalos, em Palhoça;
- areias das praias da Pinheira e Sonho e as areias nas proximidades da Vila da Pinheira e Guarda do Embaú; e
- área em São Bonifácio, entre o perímetro urbano da sede do município, as áreas das Praias da Pinheira e do Sonho, e as próximas às vilas da Pinheira e Guarda do Embaú, em Palhoça.

A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação das áreas de terras para implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, veio em 1979, pelo Decreto nº 18.766, de 20 de dezembro. Ao longo dos anos 1980 e 1981¹⁹⁸, foram indenizadas áreas em um total de 10.565,32 ha, perfazendo 12,08% da área do Parque.

O Decreto nº 17.720, de 25 de agosto de 1982 (com base no Decreto de Desanexação), retificou os limites do parque, cuja declaração de utilidade pública foi também reforçada pelo Decreto nº 18.766, de 20 de dezembro de 1982. A partir daí,

¹⁹⁷ Ver *Sellowia*, n. 2. (FATMA, 1982).

¹⁹⁸ No ano de 1980, a Fatma indenizou uma propriedade de 8.718,17 hectares. Em 1981, a fundação adquiriu mais cinco pequenas propriedades, somando 847,15 ha. Estas áreas equivalem a 10.565,32 ha, o que significa 12,08% da área total do parque na presente data (SCHMITZ, 2003).

durante a década de 1980 e a primeira metade da década 1990, as ações tornaram-se descontínuas.

Em 1993, no entanto, iniciaram-se alguns esforços para retomar ações de implementação do parque. Entre 1993 e 1998 foram realizadas partes das Discriminatórias Administrativas e todo o Cadastramento Fundiário do Parque.

Por fim, a Lei nº 10.733, de 15 de abril de 1998, desanexou uma pequena parcela de sua área total, conhecida como Ponta dos Papagaios, restando nos dias atuais uma área estimada em 87.405 ha.

Dela, nos municípios de Palhoça e Garopaba, tem-se o ambiente da planície litorânea. No primeiro situam-se as planícies do Maciambu e Embaú e o mangue do Aririú; no segundo, a orla litorânea do Siriú, como pode ser observado na Figura 5.

Além da área contínua descrita, a extensão engloba também as Ilhas da Fortaleza, do Papagaio Pequena, do Papagaio Grande, Irmã Pequena, Irmã do Meio, Irmã de Fora, Moleques do Sul, Siriú, do Coral e também a ponta sul da Ilha de Santa Catarina (EPAGRI, *apud* SOCIOAMBIENTAL, 2002).

Na Tabela 1 é possível visualizar a porcentagem da área pertencente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, distribuída tanto nas suas faixas contínuas quanto nas áreas pertencentes às ilhas.

A proporção que cada município disponibilizou de sua área total para a criação do Parque está assim disposta: Florianópolis, Garopaba e São Martinho – 1%, 5% e 8%, respectivamente; Imaruí, São Bonifácio e Águas Mornas – 4%, 22% e 24%; Palhoça e Paulo Lopes – 54% e 59%; e Santo Amaro da Imperatriz, com a maior área ocupada, cerca de 63%. O conjunto pode ser observado no Gráfico 1, a seguir.

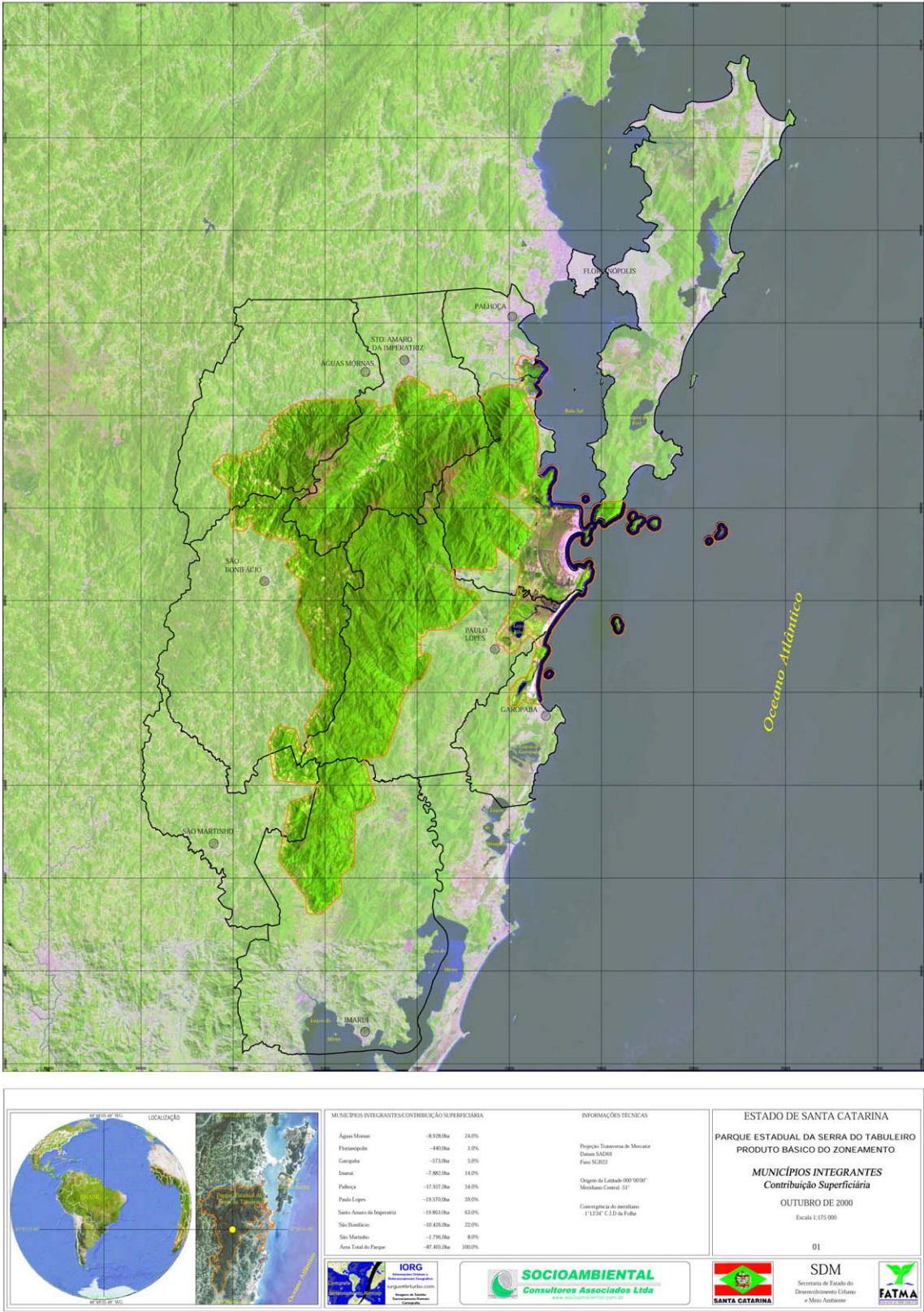
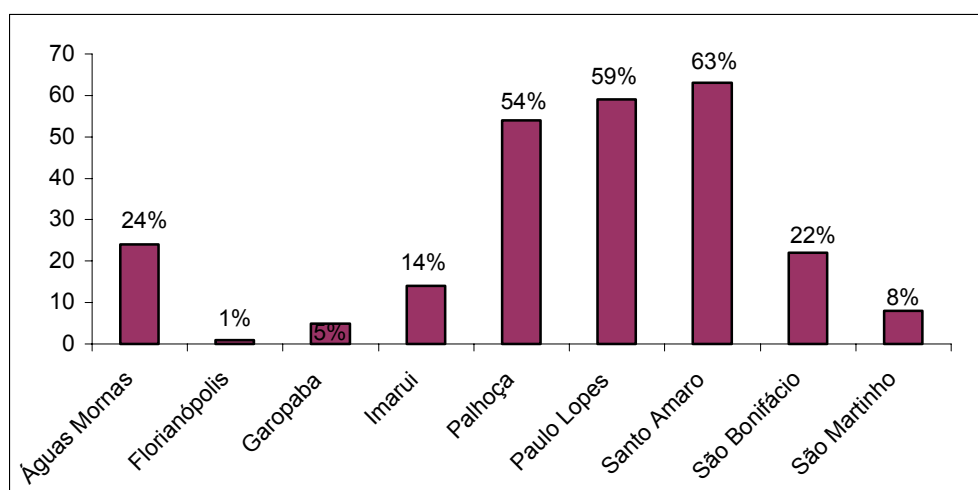


Figura 5 – Superfície do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Tabela 1 – Distribuição da Área Total do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Componentes do Parque	Áreas em ha	Porcentagem
Mangue do Aririú (área anexada)	487,87	0,53
Ilha do Siriú	2,36	0,00
Ilha do Coral	35,04	0,04
Ilha do Papagaio Pequena	16,09	0,02
Ilha do papagaio Grande	61,82	0,07
Ilha da Fortaleza	3,62	0,00
Sul da Ilha de Santa Catarina	353,65	0,38
Ilha Irmã Pequena	10,66	0,01
Ilha Irmã do Meio	78,96	0,09
Ilha Irmã de Fora	40,44	0,04
Ilha dos Moleques do Sul	17,03	0,02
Área desanexada (Passo do Maciambu)	-40,21	-0,04
Área total do Parque	92.649,12	100,00

Fonte: EPAGRI (2000)¹⁹⁹, *apud* SOCIOAMBIENTAL (2000, Cap. 1, p. 5).

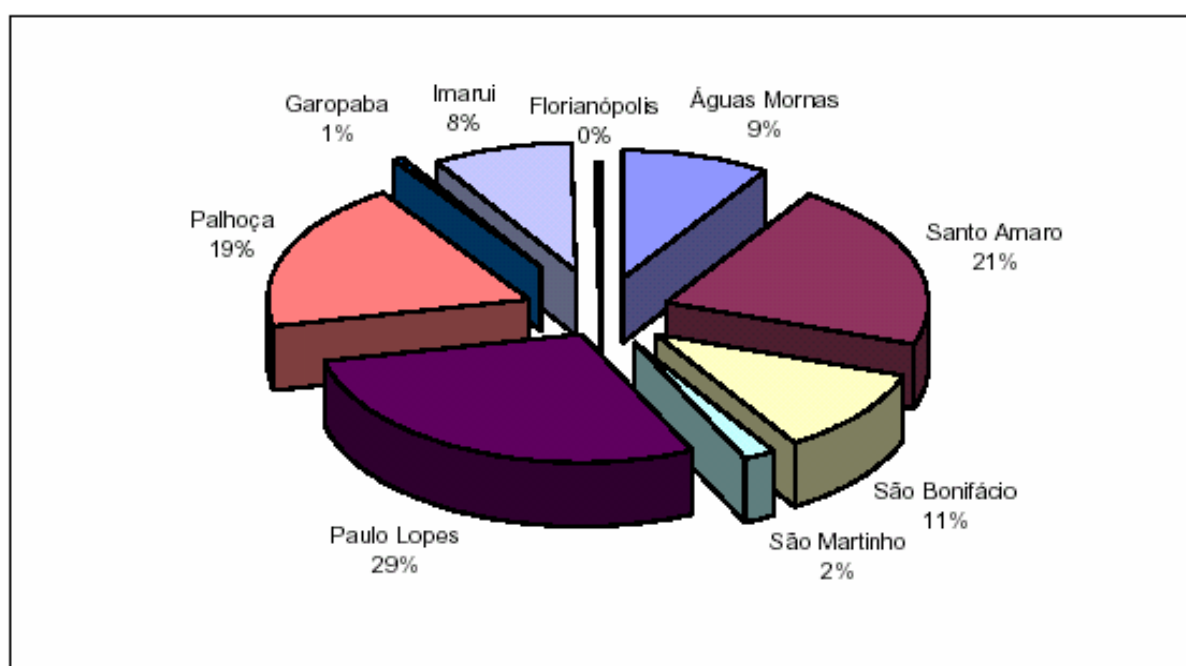


Fonte: EPAGRI (2000) *apud* SOCIOAMBIENTAL (2000, Cap. 1, p. 6).

Gráfico 1 – Percentual do Parque na Área dos Municípios.

¹⁹⁹ EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-Ciram. Relatório de Mapeamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Mimeo, Fev., 2000.

No conjunto do território do parque, porém, Paulo Lopes é o município que contribui com a maior área, 29%, seguido por Santo Amaro da Imperatriz, 21%, Palhoça, 19%, São Bonifácio, 11%, Águas Mornas, 9%, Imaruí, 8%, São Martinho, 2%, Garopaba, 1%. Totalizando a área do parque, tem-se Florianópolis com menos de 1%. No Gráfico 2, pode-se visualizar melhor esta distribuição²⁰⁰.



Fonte: EPAGRI, (2000), *apud* SOCIOAMBIENTAL (2000, Cap. 1, p. 6).

Gráfico 2 – Percentual dos Municípios na Área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

²⁰⁰ Ver também Figura 5, p. 112.

4.2 Aspectos Geológicos e Aspecto Geomorfológico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Do litoral, junto às ilhas costeiras, até a região serrana do parque (serras do leste catarinense), transpõem-se variações altimétricas que vão de zero até aproximadamente 1.300 metros sobre o nível do mar. Têm-se, então, elementos paisagísticos cujas sucessões são inerentes aos processos geomorfológicos locais que determinam a ocorrência de variadas formações vegetacionais e hídricas do parque. Citam-se:

- os cordões arenosos semicirculares da restinga (apontados como “monumento geológico”, com franca demonstração da formação da planície quaternária);
- as praias arenosas e as enseadas entrecortadas por costões rochosos;
- as dunas fixas e móveis;
- os meandros, as lagoas e as restingas arenosas;
- as visões panorâmicas privilegiadas;
- diversas cachoeiras decorrentes das altas declividades;
- o interior das florestas;
- o conjunto das diversas formações vegetacionais presentes neles, representando cinco das seis formações encontradas em Santa Catarina;
- o conjunto de três sistemas de drenagem (com foz na Baía Sul, foz direta no Oceano Atlântico e foz na Bacia do Tubarão e Complexo Lagunar), contribuindo significativamente para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas presentes no parque, pelo fluxo de nutrientes carregados pelos sistemas hídricos, além de acrescentar um conjunto de diversos pontos de beleza cênica ímpar ao cenário da unidade;
- os maciços florestais imponentes;
- os Campos de Altitude.

4.2.1 Aspectos Geológicos da Baixada do Maciambu



Fonte: Santa Catarina. GAPLAN; Cruzeiro do Sul – Serviços Aerofotogramétricos (escala aproximada de 1:25.000). 1975.

Na imagem ao lado, é possível observar os cordões semicirculares (ondulações mais altas, formadas pela deposição de areia deixada pelo recuo do mar) da restinga da Baixada do Maciambu, fazendo dessa área a representação “de uma aula viva de formação geológica do quaternário recente”, de acordo com a exposição de motivos para a criação do parque, descrita no Plano Diretor (1976, p. 9). Informa ROCHA (2003, p. 37) que a sucessão de paleocordões litorâneos é resultante das flutuações do nível do mar ocorridas do Plioceno ao Holoceno. Segundo ele:

“Alguns sambaquis existentes nos sopés das encostas, mais a oeste, indicam uma transgressão máxima do nível do mar há cerca de 5.000 anos. O curso meandrante do Rio da Madre (localizado na parte inferior da foto – observações minhas) desenvolveu-se sobre o terraço arenoso, que posteriormente foi retrabalhado pela ação dos ventos, formando o campo de dunas ao sul da Pinheira (...)”.

Nesse ambiente, segundo ROSARIO (2003, p. 51), observam-se etapas bem diferenciadas da sucessão da vegetação de restinga, dadas as condições do solo. Onde a areia contém poucos nutrientes (próxima ao mar), encontram-se espécies herbáceas e rastejantes a iniciar o seu processo de fixação. Mais ao interior é possível encontrar um ambiente diversificado, composto por pequenas lagoas, banhados, campos entremeados de pequenos arbustos e a palmeira do butiá. Pequenos bosques, com espécies de porte arbóreo, são encontrados nos locais de maior acúmulo de matéria orgânica e nutrientes. O solo desses locais é forrado por bromélias, filodendros, samambaias, orquídeas, musgos e líquens.

Da vegetação encontrada na Baixada do Maciambu, destaca-se a presença freqüente da espécie conhecida como cavalinha (*Equisetum giganteum*). Esta, segundo a autora, é considerada “como fóssil vivo, sendo um dos representantes de um dos grupos vegetais mais antigos, com 350 milhões de anos”.

4.3 Aspectos Relevantes da Biodiversidade do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

A biodiversidade do parque faz dele um local de destaque e importância tanto regional quanto mundial. Segundo levantamentos realizados por KLEIN (1978), reunidos no mapa fitogeográfico (mapa 1), grande parte da sua cobertura vegetal agrega toda a diversidade biológica correspondente à Mata Atlântica²⁰¹.

Além das características da biodiversidade que o parque abriga, ele é detentor de grande parte do manancial de água²⁰² que abastece Florianópolis, atendendo à demanda crescente do desenvolvimento da região político-administrativa que engloba a capital. Esta também constituiu uma forte justificativa para tornar protegida esta área.

A captação já acontecia na época que antecedeu a criação do então futuro parque, em Pilões, no Rio Vargem do Braço, e se projetava a ampliação da captação para o Rio Cubatão, cuja bacia ficaria em boa parte protegida pela unidade. A demanda visava a atender também ao sul do estado, que já se deparava com a chegada de indústrias na região de Tubarão e Imbituba (Usina Termelétrica Jorge Lacerda, Siderúrgica Catarinense, Indústria Carboquímica Catarinense), as quais, estrategicamente, dependeriam de água em quantidade e qualidade de origem nas áreas propostas como parque.

Segundo BITENCOURT (2001), durante meio século o Rio Vargem do Braço foi a única fonte de abastecimento da região. A partir da década de 1980, passou-se a aproveitar também a água do Rio Cubatão, tendo o governo do estado, através da Casan, construído uma estação de tratamento de água no Morro dos Quadros, em Palhoça. Atualmente, segundo informações desse órgão, a relação de mistura da água é de 30% para a água do Rio Cubatão e de 70% para a água do Rio Vargem do Braço.

²⁰¹ A Mata Atlântica, juntamente com o Cerrado, são os dois biomas brasileiros, dentre as 25 ecorregiões terrestres, segundo a identificação realizada pela *Conservation International*, citadas em PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2002, p. 22, relatório final). Estas áreas foram denominadas *hotspots*, sendo consideradas prioritárias e críticas para a conservação da biodiversidade.

²⁰² No parque estão localizadas as nascentes formadoras das principais bacias hidrográficas utilizadas para o abastecimento público e industrial do litoral de Santa Catarina. Entre os principais rios formadores da rede hidrográfica do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, destacam-se: Rio do Cubatão, Rio Capivari, Rio Mata Fome, Rio do Veríssimo, Rio Maciambu, Rio da Madre e Rio D'Una (FIDÉLIS FILHO, 2003, p. 35).

Além desses aspectos, o parque desempenha função de regulação térmica e pluvial, exercida pelo conjunto orográfico²⁰³, beneficiando a agricultura e, especialmente, a população da região ao norte da unidade de conservação.

4.3.1 Flora e Fauna

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apresenta 5 dos 11 principais tipos de *habitats* florísticos, apontados para a América Latina e Caribe pelo Banco Mundial e pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a saber: Floresta Atlântica, Floresta de Araucária, Restinga, Campos de Altitude e Manguezal.

Estão representadas no parque cinco das seis regiões fitogeográficas do estado (pertencentes aos domínios da Mata Atlântica), que são: Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), Floresta de Araucária (Floresta Ombrófila Mista), Campos de Altitude, Restinga e Manguezal, ausente apenas a Floresta do Rio Uruguai, que está localizada no extremo oeste do estado.

No estudo da flora, a diversidade biológica do Parque abriga um número expressivo de espécies raras e endêmicas. Calcula-se que, por tamanho, posicionamento geográfico, variações altitudinais e clima regional, o Parque venha a ter metade das espécies de Santa Catarina. Tem-se para a região o registro de 122 famílias botânicas, 91 das quais registradas dentro do parque, assim como das 1.192 espécies registradas na região, 582 o foram no interior do parque. Também se estima uma flora de 4.500 espécies no estado, enquadradas em aproximadamente 230 famílias botânicas. Isto leva a esperar uma flora com aproximadamente 2.250 espécies no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Segundo KLEIN (1980, p. 9), o parque abriga pelo menos 27 espécies vegetais endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção; dessas, até o presente, dez foram descritas como novas espécies para a ciência.

²⁰³ O sistema orográfico, segundo FIDELIS, Filho (2003 p. 33), “é o mais importante regulador climático da região da Grande Florianópolis e áreas vizinhas; condensa o ar úmido produzido pela evaporação da água oceânica, com regime de chuvas, e forma diariamente nuvens do tipo estratos e cúmulos, que, ao entardecer, iluminados pelos raios solares, formam notórias paisagens para contemplação.

A fauna do parque registra 359 das 596 espécies de aves do estado, 60% da avifauna. Abriga também 76 espécies de mamíferos – compreendidas em 70% das famílias que ocorrem no estado (SOCIOAMBIENTAL, 2000, Cap. 2, p. 22).

Das 1.527 famílias ou espécies de aves não-migratórias que vivem no Brasil, 182 – cerca de 12% - são endêmicas do País. Delas, 27 – cerca de 15% – são encontradas no parque. Nele vivem também 48 espécies de aves denominadas “quase-endêmicas”²⁰⁴.

O endemismo que merece maior destaque é o preá (*Cavia intermédia*). Este é endêmico das Ilhas Moleques do Sul, onde foi recentemente descoberto e descrito como espécie nova para a ciência. Talvez esse pequeno roedor seja um exemplar de mamífero com a menor área de ocorrência conhecida em todo o planeta.

As ilhas também abrigam colônias de aves marinhas, como as Ilhas Moleques do Sul, onde se encontram aves atobá (*Sula leucogaster*), tesourão (*Fregata magnificens*) e gaivotão (*Larus dominicanus*).

Das categorias ameaçadas de extinção, encontram-se no parque o macuco (*Tinamus solitarius*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), o sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*), o pavó-do-mato (*Pyroderus scutatus*), o bugio (*Alouatta fusca*), a puma (*Puma concolor*), etc.

4.3.2 Contextualização Socioeconômico-Cultural

Na elaboração do mapeamento socioeconômico do Parque, em 2002 com a utilização de cartas topográficas 1:50.000 do IBGE, foram identificadas 57 localidades em seu interior e entorno (SOCIOAMBIENTAL, 2002, p. 12, relatório final).

Para conhecer a potencial influência das localidades sob a unidade de conservação (UC) foram consideradas: a existência de acesso ligando a localidade ao parque (mesmo que não-carroçável, mas de uso tradicional); a rede hidrográfica (observando o sentido de drenagem); a natureza das atividades desenvolvidas na localidade; a citação do nome das localidade no cadastro fundiário, informação extraída de banco de dados montado a partir dos formulários brutos de

²⁰⁴ Quase endêmicas: espécies que, embora não sejam endêmicas do país, são endêmicas dos ecossistemas encontrados no parque. São quase endêmicas porque sua distribuição atinge os países vizinhos do Cone Sul.

cadastramento fundiário e dos processos discriminatórios elaborados e fornecidos pela Secretaria de Agricultura (SDA). As referidas localidades, abrigadas em cinco regiões definidas pelo estudo, são apresentadas na Figura 6.

Segundo o estudo, cada uma das regiões (do entorno ou do interior do parque) agrupa localidades que apresentam certa homogeneidade nas características e, ou, tendências socioeconômicas; entre elas, alguns fatores de desenvolvimento e características físico-ambientais, como: proximidade do pólo regional, representado pelo aglomerado urbano de Florianópolis; presença da BR 101, gerando contato intenso com o público circundante e proporcionando acessibilidade ao pólo regional; presença da BR 282, que interliga o Planalto Serrano e o Oeste Catarinense (emissores de migrantes) ao pólo regional (atrator de migrantes em busca de oportunidades de trabalho); litoral de praias arenosas, entrecortadas por costões, suscetíveis ao modelo turístico de “balnearização” da orla; e região montanhosa, com características culturais remanescentes da colonização germânica.

A regionalização ficou assim identificada:

- **Região Norte:** Abrange os municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz. Esta região está sob forte expansão da população residente, tendo em vista a influência do pólo regional (fazendo parte, inclusive, do aglomerado urbano de Florianópolis), da influência tanto da BR 282, quanto da BR 101 e do estabelecimento do cinturão de produção de olerícolas para abastecimento do aglomerado urbano. Também se registra a presença de um pólo hoteleiro associado às águas termais e ao agroturismo; é igualmente visível o crescimento do setor de serviços. Ela não apresenta nenhuma localidade situada no interior do parque, porém, das 15 localidades analisadas pela pesquisa, seis atingem a faixa dos 500m de entorno.

- **Região Nordeste:** Abrange os municípios de Florianópolis, Palhoça e Garopaba. Esta região constitui o universo de pesquisa desta tese, tendo em vista a sua importância na criação do parque, sua vulnerabilidade e inúmeros conflitos desde sua implantação. Nesta região, as características cênicas litorâneas, associadas à proximidade relativa do pólo regional e da BR 101, indicam claramente tendências de balnearização. Porém, há nelas ainda uma comunidade remanescente de pescadores que vem sofrendo pressões do movimento turístico. É social e culturalmente muito diversificada, fruto do processo de transformação agressiva por que passa.

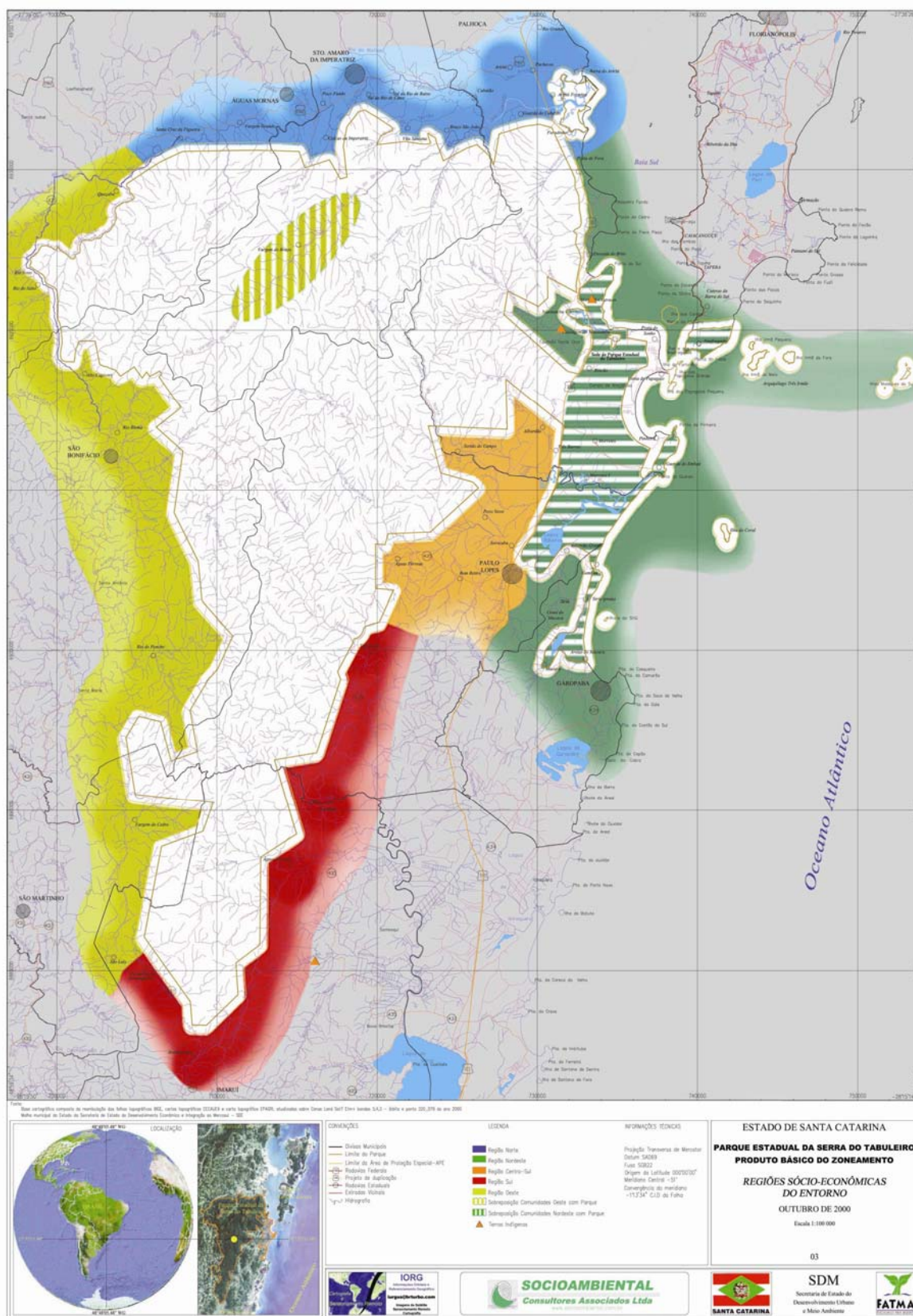


Figura 6 – Regiões Socioeconômicas do Entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC.

- **Região Centro Sul:** Corresponde ao município de Paulo Lopes. Em função da presença da BR 101, ainda recebe algum efeito do pólo, fornecendo mão-de-obra. É uma região em transição, saindo da economia de subsistência e buscando novas alternativas.

- **Região Sul:** Contempla parte do município de Paulo Lopes e Imaruí. Possui uma forte ligação com a economia de subsistência e tem sofrido o impacto do forte êxodo rural.

- **Região Oeste:** De colonização germânica, tem forte ligação com a economia familiar, com diversificação de produtos para a própria subsistência. Compreende os municípios de São Martinho e São Bonifácio. No passado, o setor madeireiro foi muito forte, e ainda abriga várias serrarias que trabalham com madeiras do Norte ou de reflorestamentos. A pecuária, muito presente, tende a se expandir, inclusive pelo esforço empreendido em se caracterizar como bacia leiteira, contando com indústria para beneficiamento do próprio produto. O breve asfaltamento do acesso até a BR 282 deve incrementar o setor de olerícolas, já presente, para abastecimento do pólo regional. Isto deverá refletir-se também na potencialização do agroecoturismo, já em discussão.

4.3.3 Contextualização Fundiária

Dos 87.405 ha²⁰⁵ que compõem o parque, cerca 12,08% estão titulados em nome do Governo do Estado de Santa Catarina; 12.000 ha – cerca de 13,6% – estima-se que sejam terras devolutas; 65.040 ha – cerca de 74,4% – são terras pertencentes a terceiros, passíveis de indenização.

No ano de 1977, o estado de Santa Catarina ajuizou na Justiça estadual seis ações discriminatórias, com o intuito de separar as terras públicas daquelas acobertadas por título de domínio. Destas ações, duas foram julgadas ineptas, sem apreciação do mérito, pois não havia experiência sobre a matéria, objeto de legislação então recente. As demais ações permaneceram tramitando na Justiça

²⁰⁵ Área em medidas por demarcação.

federal e na estadual. Porém, o estado optou pela desistência delas e retomou o Processo Discriminatório Administrativo²⁰⁶ (SOCIOAMBIENTAL, 2000, Cap. 6, p. 2).

Em 1993, instaurou-se o procedimento discriminatório administrativo, realizado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado e a Fatma. Entre setembro de 1996 e agosto de 1998, a SDA e a Fatma realizaram o Cadastramento Fundiário do Parque.

O resultado das Discriminatórias e do Cadastramento Fundiário revelou a existência de aproximadamente 1.741 imóveis. A maioria deles - cerca de 1680 -, correspondentes a 96,5%, é propriedade de pessoas físicas; os outros 3,5%, que correspondem a 61 imóveis, são propriedade de pessoa jurídica.

A área total do parque declarada pelos proprietários²⁰⁷ (grifos meus), de 74.134 ha – equivalente a 76% –, corresponde aos imóveis de pessoas físicas; 56.656,2 ha, equivalentes a 24%, correspondem aos imóveis de pessoas jurídicas, conforme pode ser observado no Tabela 2.

Tabela 2 – Cadastramento Fundiário do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

	Número de Imóveis	Área Declarada (total: 74.000 ha)
Pessoa Física	1.680 (96,5%)	76%
Pessoa Jurídica	61 (3,5%)	24%
Total	1741 (100%)	100%

Fonte: adaptado de SDA/Fatma, Discriminatórias e Cadastramento Fundiário do Parque, 1993/1998, *apud* SOCIOAMBIENTAL (2002) pela autora.

No conjunto dos imóveis declarados de pessoa física, a maioria encontra-se nos menores estratos de área. São 476 imóveis, 29% do total, que se enquadram em até um hectare de área, ou seja, até 10 mil metros quadrados. No entanto, os o total dos imóveis com mais 100 hectares é de 120 imóveis, os quais, embora representem 7% do total dos imóveis, ocupam 67% do total da área declarada do parque.

²⁰⁶ Uma Discriminatória Administrativa tem por objetivo promover a apuração das Terras Devolutas do Estado, extremado as de domínio público das de domínio privado.

²⁰⁷ A Discriminatória (1993/1995) e o Cadastramento Fundiário (1996/1998) apontaram para sobreposição de área. Por isso, o total da área não corresponde ao que, por lei, deveria ser: 65.000 ha.

A concentração dos imóveis até dez hectares está nos arredores da capital, em Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, totalizando 45%. A região, considerada de transição (entre o pólo de Florianópolis e a região serrana), está em segundo lugar, com 41%, a saber: Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes. Palhoça é o município que apresenta maior número de imóveis, com área variando entre 10 e cem 100 hectares²⁰⁸. Paulo Lopes é o município que possui a maior concentração de terras. Situação inversa, porém, se constata na concentração de terras, pois 33% do total está nos imóveis com estrato de área acima de mil hectares.

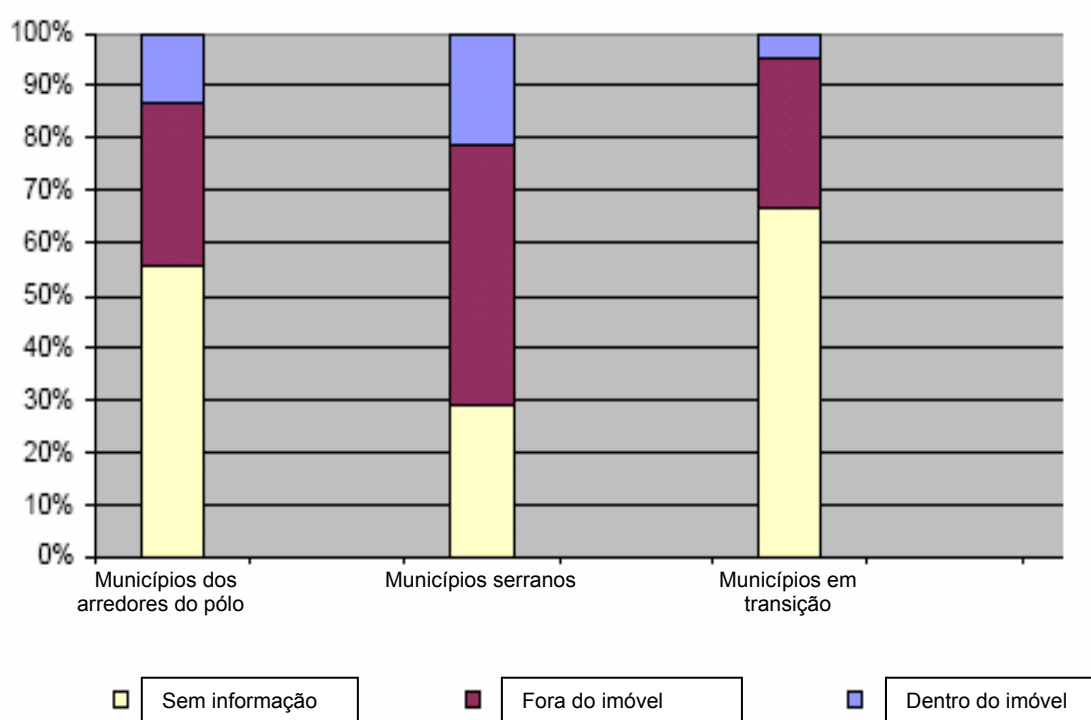
As informações das Discriminatórias e Cadastramento Fundiário revelaram também que mais da metade dos imóveis declarados – 52% – foi adquirida após a criação do parque, aliado aos diferentes documentos apresentados da área (escritura pública, posse, compra e venda, marinha e do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina-Irasc. A maior parte dos imóveis deste conjunto pertence a pessoas físicas e está localizada nos municípios dos arredores do pólo de Florianópolis e nos serranos, com maior expressão nos municípios de águas Mornas, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, com destaque para a localidade de Vargem do Braço.

Ressalta-se que até 1975, 7% das terras do parque já estavam ocupadas. Outra informação importante fornecida pelas Discriminatórias foi o local de residência do proprietário dos imóveis localizados na área do parque. O que ficou demonstrado, diante daqueles que responderam a esta questão, é o expressivo número dos que não residem no local, como pode ser observado no Gráfico 3.

Quanto à atividade desenvolvida na área do imóvel nas dependências do parque, apenas 15% dos entrevistados não responderam à questão; dos que responderam, 90% declararam que fazem exploração direta do imóvel.

Dentre as atividades realizadas nos imóveis, citam-se lavoura, pecuária e silvicultura (SOCIOAMBIENTAL, 2000, Cap. 6, p. 2-14).

²⁰⁸ 56% até dez (10) hectares e 7% acima de cem (1.000 hectares).



Fonte: adaptado de SDA/FATMA, Discriminatórias e Cadastramento Fundiário do Parque, 1993/1998, *apud* SOCIOAMBIENTAL (2002), pela autora da tese.

Gráfico 3 – Local de Residência dos Proprietários, por Grupo de Municípios.

*Se os seus sonhos estiverem nas nuvens,
não se preocupe, pois eles estão no lugar certo.
Agora construa os alicerces.*

Shakespeare

5 GESTÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

Os conflitos gerados na implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e entorno²⁰⁹ estão associados a descontinuidade das ações, a pressões adversas, a carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos, que geraram omissões, negligências, incompreensão e enganos.

A fundamentação teórica desta tese permite afirmar que estes conflitos são agravados pela especulação imobiliária, pelas atividades econômicas (emergentes ou não)²¹⁰, pelas atribuições e competências institucionais e pelas restrições ao uso de propriedade.

O mapeamento, a análise e os resultados dos conflitos apontados no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro serão apresentados no decorrer deste item.

A análise dos dados, como já foi mencionado no item 3, foi realizada tomando por base a fundamentação teórica e os princípios da metodologia de pesquisa com a finalidade de entender a formação de tantos conflitos e, na própria abordagem, elucidar os caminhos para o enfrentamento da questão: a gestão dos conflitos ambientais como instrumento de manejo para os parques nacionais, estaduais ou municipais.

²⁰⁹ GUIVANT (1992); AMARAL (1998); BITENCOURT (2001); FATMA (2002).

²¹⁰ Turismo de aventura, pecuária extensiva, construções imobiliárias, etc. merecem estudos mais detalhados quanto ao impacto que causam na biodiversidade e na paisagem local para monitoramento e controle.

5.1 Conflitos Apontados na Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

5.1.1 Fundiários

Como se viu no item 2, a questão fundiária sempre constituiu um problema na implantação de parques. Com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não foi diferente. Embora a regularização fundiária seja indicada como ponto de partida para a efetivação das áreas protegidas, essa atitude não foi consolidada no caso em questão, quando foi criado em 1975; só se tem registro de algumas iniciativas em 1980 e, depois, no período compreendido entre 1993 e 1998, quando se fizeram as Discriminatórias e o Cadastramento Fundiário. Da criação aos dias atuais, é expressiva a pressão sobre a área, com a inserção de populações de outras localidades do estado de Santa Catarina e de outros estados da Federação (SCHMITZ, 2003, p. 22-26).

Conforme exposto no item 4, constatou-se²¹¹ que um dos obstáculos para a regularização fundiária é a sobreposição de terras declaradas (nas Discriminatórias e Cadastramento Fundiário); conseqüentemente, uma sobreposição da titulação delas. A maior parte dos proprietários declarou ter escritura pública para os imóveis, mas os dados são conflitantes. Segundo o documento “Produto Básico do Zoneamento” – PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2000, Cap. 6, p. 2-27) –, este é e será provavelmente o maior problema que se enfrentará para dar prosseguimento ao processo indenizatório na regularização fundiária do parque.

Na ocasião da realização do cadastramento e das discriminatórias, 1993-1998, já se registrava que do conjunto dos imóveis de pessoa física declarada, a maioria (56%) se encontrava nos menores estratos de área (até dez hectares). Desses, 29% se enquadram em até um hectare de área. Palhoça, dentre os municípios dos arredores do pólo regional que apresentam maior concentração nesse estrato, é o que ocupa lugar de destaque em número de imóveis e crescimento demográfico, conforme visto no item 4. Entretanto, segundo a SOCIOAMBIENTAL (2002), embora “estes imóveis sejam expressivos em número, eles não chegam a representar 1% da área total declarada de pessoa física”.

²¹¹ Pesquisa que fundamentou o PBZ do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, 2002, na qual os dados se referem ao período 1996-1998, época em que foram realizadas as Discriminatórias realizadas, e no Cadastramento, no período de 1996 a 1998.

O processo de expansão urbana, facilitado pelo loteamento legal ou ilegal de inúmeras áreas, com lotes de tamanhos diversos, tinha por objetivo atender à população migrante como também a turistas/veranistas. Vale lembrar que, de acordo com o item 4 desta tese, a população do município de Palhoça quadruplicou no período de 1970 a 1996, quando chegou a 81.176 habitantes. Em 2003, segundo estimativa do IBGE, a população contava com 113, 312 habitantes.

Ressalta-se também que todo o crescimento da Grande Florianópolis tende a pressionar a unidade de conservação. Registre-se que entre 1991 e 2000 esta região viu sua população saltar de 530 mil para 709 mil habitantes, a uma taxa de crescimento de 3,3% ao ano.

Com isso, a regularização fundiária, especialmente na região nordeste, é complexa, tendo em vista, inclusive, a incidência de restrições à propriedade na área em questão. Ressalta-se, das Discriminatórias e do Cadastramento Fundiário, que 52% das propriedades foram adquiridas após a criação do parque e possuem documentação diferenciada por região²¹².

Vale lembrar que em 1975, data da criação, 7% de suas terras já estavam ocupadas e as populações que ocupavam a região litorânea eram tipicamente de pescadores. O Plano Diretor (1976, p. 30) chama a atenção para as repercussões sobre os moradores da área interna, da área circunvizinha e da região de influência do parque. Nele se recomenda às autoridades governamentais de se pensar num programa social para minimizar as repercussões negativas entre os pescadores e agricultores. No entanto, as recomendações não são válidas para as atividades de lavra, tendo em vista seus impactos negativos. A prática não pode ser tolerada na área de abrangência do parque por gerar conflitos com os seus objetivos. Diz a recomendação:

“A simples desapropriação das propriedades nem sempre resolve o problema da remoção de famílias já instaladas na área há longo tempo e que, devido à precariedade do nível de educação, poderão encontrar grandes dificuldades ou impossibilidade de adaptação a outras condições de vida num local diverso daquele ao qual (do que) estão habituados. (...) o problema mais difícil será sempre o da região litorânea. Isso se deve, sobretudo, à falta de áreas com características semelhantes, uma vez que a pesca, sendo uma atividade puramente extrativa, necessita de condições peculiares a determinadas partes do litoral e conhecimento detalhado desses locais pelos pescadores”.

²¹² Ver item 4 desta tese.

Diante disso, os responsáveis pela elaboração do documento (Plano Diretor, p. 31) reconheceram a problemática no tratamento da população de pescadores tradicionais que habitavam a região, bem como a necessidade de se desenvolver um projeto específico para eles, com sugestão de mantê-los na unidade de conservação, mas sem descuidar das ameaças que já se faziam visíveis na região nordeste do parque. Para a permanência da comunidade de pescadores, o documento reza: “(...) o aproveitamento ‘de pescadores’ (grifos meus) deverá ser objeto do Plano de Manejo específico simultâneo à implantação do Parque”, além do “(...) estabelecimento de um programa esclarecedor de toda a população interna, circunvizinha e mesmo da região de influência do Parque, através de todos os meios de comunicação”. A justificativa mais importante para tal programa era a divulgação do parque: “(...) pelo seu poder de reação de cadeia, será a formação de uma mentalidade conservacionista extremamente necessária ao Estado (...)”.

O mesmo documento, na análise das áreas ocupadas ou alteradas pelo homem, alertou para o risco de um projeto imobiliário de transformar a Praia da Pinheira em balneário, como pode ser observado:

“Constitui o maior núcleo populacional dentro do Parque. Intencionalmente, a área poderá capitalizar o movimento turístico, em torno de uma vila de pescadores a ser preservada em seus aspectos típicos, sem que se permitam adulterações ou crescimento além de um limite controlado. A área deverá ser objeto de um Plano de Manejo Setorial, baseado no inventário cadastral de todas as suas atuais características, aliado ao desenvolvimento de uma área vizinha de alta densidade de recreação, inclusive com instalações de centro de visitantes”.

Porém, não há registro de programas dessa natureza na história da criação do parque e a desanexação da Praia da Pinheira em 1979 já ocorreu devido às pressões do processo de expansão turística. Mais tarde, em 1998, outra área dessa região foi desanexada: a Ponta dos Papagaios. A completa falta de planejamento integrado, resultando em ações pulverizadas e descontroladas, conforme tem sido comprovado pelas pesquisas, não oferece aos moradores tradicionais uma opção capaz de substituir realmente suas atividades. A comunidade, despreparada, passa então a “explorar” o turismo, em conflito com as antigas atividades tradicionais (pecuária domiciliar ou extensiva, agricultura de subsistência, por exemplo) que mantém parcialmente.

5.1.2 Conservação e Preservação da Natureza

Outro fato que vem se somar aos conflitos ainda na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é o uso de agrotóxico. As pesquisas (GUIVANT, 1992; AMARAL, 1998; BITENCOURT, 2001; SOCIOAMBIENTAL, 2002) apontam para o uso indiscriminado deles nas lavouras próximas aos mananciais²¹³, inclusive com descarte das embalagens nos rios, fato que compromete a garantia de água potável para a região e para 70% da Grande Florianópolis e outros ecossistemas - restinga e manguezal -, contrariando um dos principais motivos da preservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

A biodiversidade encontra-se sob ameaças e riscos. Tendo em vista a fragmentação de *habitats* (que prejudica o fluxo genético entre as espécies e a exploração direta) e, ou, a competição com outras espécies invasoras, devem-se considerar aqui as particularidades de cada ecossistema: Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), Campos de Altitude, Manguezais e Restingas.

No relatório PBZ sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a SOCIOAMBIENTAL (2002) afirma que uma das tipologias da Floresta Atlântica mais ameaçadas é a Floresta de Terras Baixas, por localizar-se em áreas planas e úmidas. Esta floresta está sendo profundamente prejudicada pela drenagem das terras, bem como pela fragmentação dos remanescentes e pela atividade pecuarista.

A Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) sofre com os riscos da redução da vegetação, não pelo corte – intensificado no passado -, mas pela presença do gado e pela coleta do pinhão.

Os Campos de Altitude sofrem com queimadas e a presença do gado, que implica pisoteio, pastoreio e introdução de plantas exóticas.

²¹³ Branco, *apud* SILVA (2002), revela que “apenas 2,3% da água existente no planeta Terra está disponível para o consumo humano: 95% do manancial disponível é de água salgada e dos 4,5% restantes, a metade se encontra nas calotas polares e geleiras. No entanto, em virtude da poluição provocada pela atividade humana, da fatia de 2,3%, a metade tornou-se imprestável para consumo. A escassez de água potável já atinge 40% da população mundial e, caso não sejam tomadas medidas urgentes, deverá afetar a metade dos 8 bilhões de habitantes do planeta previstos para os próximos 25 anos. A contaminação da água e a poluição do ar provocam, respectivamente, a morte de 2,2 milhões de pessoas a cada ano. Cerca de 70% da água utilizada pelo homem é destinada à agricultura, onde mais da metade “é perdida em sistemas de irrigação ineficiente”. Cerca de 30% das maiores bacias hidrográficas perderam mais da metade de sua cobertura vegetal, reduzindo a qualidade da água e aumentando os riscos de enchente. Nos ecossistemas de água doce, “pelo menos 20% das 10.000 espécies de organismos aquáticos já foram ou estão sob ameaça de extinção” (TEICH, 2002, p. 86).

O principal manguezal do parque está na região da foz dos rios Cubatão e Aririú. Estes rios correm por bacias hidrográficas densamente ocupadas, que recebem pesadas cargas de agrotóxicos, efluentes domésticos e industriais e sedimentos – carregados tanto de solos desprotegidos quanto das barrancas dos rios (erodidas pela ausência de mata ciliar), fenômenos ainda agravados pelas extrações comerciais de areia. Toda esta carga acumula-se nos manguezais e na baía em frente a eles.

Os riscos e ameaças às restingas se devem à expansão da ocupação urbana (diversas vilas e balneários), com a suspensão pontual e a fragmentação dos habitats. Este problema tende a agravar-se progressivamente, associado ao interesse de balnearização e à pavimentação/ampliação de rodovias (SC 433 e BR 101). Também ameaça este ecossistema a proliferação de pinus – *Pinus elliotti* e *Eucalyptus sp* – e gramíneas, tendo em vista o reflorestamento de áreas dentro do parque e no seu entorno, além da criação extensiva de gado no ecossistema.

5.1.3 População

Das regiões, a nordeste é a mais crítica. Diante da realidade elucidada no documento Proposta de Zoneamento (SOCIOAMBIENTAL, 2002, p. 12-14), há, para as comunidades que moram nessa região, um conjunto de interesses (divergentes e conflitantes) com projeção para o futuro.

A região possui sete comunidades nas dependências do parque e uma expressiva ocupação no entorno, com outras 12 na faixa de 500 m. Segundo o estudo, apenas uma localidade da região nordeste – Caieira da Barra do Sul – não avança sobre o parque ou na área dos 500 metros.

Todas essa população apresenta características (intra e intercomunidades) que impõem desafios aos gestores da unidade e exigem atitudes imediatas. Cita-se, inclusive, a existência no interior e entorno do parque de três aldeias indígenas²¹⁴.

De acordo com dados e fotos apresentados no item 4 (SOCIOAMBIENTAL, 2002; IBGE, Prefeitura Municipal de Palhoça, FATMA), o crescimento desordenado do turismo – em busca de novas frentes de balnearização, especulação imobiliária,

²¹⁴ Uma (com cerca de 100 pessoas) situa-se totalmente dentro da área do parque. Ocupa 121 hectares na localidade denominada Morro dos Cavalos-Palhoça. A outra se localiza em Maciambu, mas fora dos limites do parque, porém próxima às outras. Esta conta com cerca de 50 pessoas vivendo em uma área de 4,5 hectares. A terceira aldeia estabeleceu-se mais recentemente em Imaruí, também fora do parque, em área de 79 hectares, e conta com cerca de 30 pessoas.

demanda de infra-estrutura, construções e atividades turísticas irregulares, duplicação da BR 101 (aprovada e em curso), possível asfaltamento da SC 433 que liga as praias do Sonho, Pinheira e Guarda do Embaú à BR 101 – tende a potencializar os conflitos, resultando em perdas irreversíveis para a biodiversidade “preservada” e para a sobrevivência da população que depende dos recursos dessa área para viver.

Já ao norte, há um intenso crescimento populacional na região, que se integra como área-dormitório ao pólo regional de Florianópolis e arredores. Registra-se também tendência a instalação de hotéis²¹⁵, atraídos pelas fontes de água termal ou pela potencialidade de turismo rural nas proximidades do pólo.

Em direção ao sul e centro-sul da região há extensas áreas de plantio de arroz – em Paulo Lopes há uma localidade na faixa dos 500 metros, – que utilizam grande quantidade de agrotóxicos. Estes acabam sendo drenados para o interior do parque, através do Rio da Madre, afora as conseqüências do lixo depositado por dois anos em um aterro sanitário (implantado em 1989). Embora ele tenha sido desativado em 1991, o lixo não foi retirado e sua presença afeta a área pelas águas do Rio da Madre.

5.2 Análise dos Conflitos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Na Proposta de Zoneamento (SOCIOAMBIENTAL, 2002, p. 14), os conflitos pesquisados no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apresentados neste item, foram agrupados de acordo com a região em que ocorrem e sumarizados em 11 variáveis.

Na organização deles, estabeleceu-se correspondência entre as atribuições e a competência de 19 instituições e as 11 variáveis. Nestas, estão representados os objetos de conflito pertinentes a cada uma, a saber: planos co-localizados, fundiários, jurídicos, operacionalização do parque, participação representativa, relação da população com o parque, esportes com a natureza, ecoturismo, atividades econômicas, infra-estrutura viária e flora e fauna. O Quadro 8 apresenta a matriz que relaciona os conflitos às instituições de acordo com as suas respectivas competências – comum e concorrente.

²¹⁵ Estes hotéis, muitas vezes, oferecem aos seus hóspedes atividades que incluem passeios pelo interior do parque. Cita-se o Hotel Plaza Caldas da Imperatriz, que, além de ter implantado trilhas interpretativas ambientais, construiu também uma unidade de hospedagem (Pousada da Mata) completamente no interior da UC (FATMA, 2002).

Quadro 8 – Matriz de Representação dos Conflitos por Região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Conflitos			Norte	Nordeste	Centro Sul	Sul	Oeste
Institucional	EPAGRI/ DAS	Incentivo à piscicultura exótica	X	X	X	X	X
		Horticultura	X				
		Pecuária leiteira	X				X
		Agricultura orgânica no interior do Parque					X
		Apicultura					X
		Reflorestamento					
		Maricultura		X			
	CASAN	Projeto de barragem para regularização e captação para abast. da Grande Florianópolis					X
		Adutora para o sistema de abastecimento da Grande Florianópolis	X				
		Ampliação de captação e da rede	X	X			
		Projeto de abastecimento das comunidades					X
		Ligações em domicílios no interior do Parque		X			
	CELESC	Ampliação do sistema	X	X			
		Ligações em domicílios no interior do Parque		X			
	ELETRO SUL	Linhas de transmissão no interior do Parque		X			X
	DNPM	Requisição de lavras	X	X	X	X	
	DEOH	Dragagem de rios	X				
		Recuperação de praias		X			
	CIDASC	Dragagem de rios	X				
		Recuperação de praias		X			
		Dragagem de lagoas		X			
	DER	Pavimentação de estradas		X			X
	DNID	Duplicação da BR 101	X	X			
	IPUF	Trilhas ecológicas em Naufragados		X			
		Roteiro turístico Ilha de Araçatuba		X			
	IPHAN	Restauração de Patrimônio (Fortaleza)		X			
	Exército	Áreas de treinamento	X	X			
	FUNAI	Demarcação de terras indígenas		X		X	
	Sec. Est. Justiça e Cidadania	Atuação junto à comunidade indígena		X			
	UNISUL	Atuação junto à comunidade indígena		X			
	SANTUR	Projetos de desenvolvimento turístico	X	X	X	X	X
	FATMA	Gestão do Parque	X	X	X	X	X
		Não vigência do Sistema de UC	X	X	X	X	X
		Deficiência na fiscalização	X	X	X	X	X
	Polícia Ambiental	Deficiência na fiscalização	X	X	X	X	X
		Repressão	X	X	X	X	X
		Soltura de fauna		X			

Continua...

Quadro 8, Cont.

	Conflitos		Norte	Nordeste	Centro-Sul	Sul	Oeste
	Prefeituras						
		Projeto de pavimentação de estradas		X			
		Lixo – coleta e destino	X	X			
		Esgoto – coleta e destino	X	X	X		
Variáveis	Objeto de conflitos		Norte	Nordeste	Centro-Sul	Sul	Oeste
Panos co-localizados		Duplicação da BR 101	X	X			
		APA da Baleia Franca		X			
		Investimento para expansão urbana/balneários		X			
		Projetos turísticos		X			
		PRODETUR	X	X	X	X	X
		Restauração do Patrimônio Histórico (Nossa Senhora da Conceição)		X			
		Plano de captação de água na Vargem do Braço					X
		Plano de desenvolvimento turístico de Florianópolis		X			
Funditários		Limites indefinidos do Parque	X	X	X	X	X
		Demarcação de limites	X	X	X	X	X
		Indefinição dos direitos à indenização	X	X	X	X	X
		Regularização de terras pelos cartórios	X	X	X	X	X
		Demarcação de terras indígenas		X			
		Regularização de terras da união	X	X			
		Terras de compásco		X			
Jurídicos		Não-cumprimento da legislação de Parques	X	X	X	X	X
		Parcelamento e comercialização de terras	X	X	X	X	X
Operacionalização da UC		Estrutura de gestão	X	X	X	X	X
		Estratégia de ações	X	X	X	X	X
		Administração de conflitos	X	X	X	X	X
Participação representativa		Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais	X	X	X	X	X
		Articulação de segmentos orientados por interesses específicos		X			x
Percepção "sic" sobre o Parque		Imaginario "sic" popular negativo sobre o Parque	X	X	X	X	X
		Descaso político com o Parque	X	X	X	X	X
		Descaso dos ambientalistas	X		X	X	X
		Descomprometimento da comunidade científica	X	X	X	X	X
		Limitação do desenvolvimento municipal	X	X	X	X	X
		Falta de informação sobre o Parque para a população	X	X	X	X	X
		Indefinição dos procedimentos sobre a futura realocação da população	X	X	X	X	X

Continua...

Quadro 8, Cont.

Variáveis	Objeto de conflitos	Norte	Nordeste	Centro-Sul	Sul	Oeste
Esportes da natureza	<i>Surf, sand-board</i>		X			
	Enduro, jipe-cross, motocross		X		X	X
	<i>Trekking</i>	X	X	X	X	X
	<i>Rafting</i> e canoagem	X				
	Asa delta	X				
	Visitação de sítios naturais	X	X	X		X
Atividades econômicas	Pecuária	X	X			X
	Agricultura – arroz		X	X		X
	Agricultura – Olericultura	X				
	Maricultura		X			
	Apicultura					X
	Aviários			X		
	Pesca (lagoa)		X			
	Coleta de moluscos e crustáceos		X			
	Indústria	X		X		
	Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)	X	X			
	Comércio de combustíveis	X	X			
Infra-estrutura viária	Estrangulamento viário		X			
	Riscos de acidente com carga tóxica	X	X			
	Fragmentação do parque	X	X			X
	Estímulo à ocupação	X	X			X
	Atropelamento da fauna		X			X
Fauna e flora	Introdução de espécies exóticas vegetais		X			X
	Dispersão de espécies exóticas vegetais		X			
	Introdução e dispersão de espécies exóticas de animais (apicultura e piscicultura)	X	X	X		X
	Caça	X		X	X	X
	Pesca		X			
	Ataque de predadores	X				X
	Extrativismo vegetal	X	X	X	X	X
	Coleta de moluscos e crustáceos					

Fonte: adaptado de SOCIOAMBIENTAL (2002) pela autora da tese.

Para a análise dos conflitos, as informações fornecidas pelo quadro original (SOCIOAMBIENTAL, 2002) receberam novo tratamento, a saber, classificação por “variáveis” e “objetos de conflito”. Portanto, cada **variável** apresenta **objetos de conflito**. Eles estão sumarizados nos seguintes tópicos:

a) Planos Co-Localizados²¹⁶

Nove objetos de conflito: duplicação da BR 101; APA da baleia-franca; investimento para expansão urbana/balneários; projetos turísticos; PRODETUR;

²¹⁶ Os planos co-localizados são os projetos ou concessões previstos ou planejados para a região do parque.

restauração do Patrimônio Histórico (Nossa Senhora da Conceição); plano de captação de água na Vargem do Braço; plano de desenvolvimento turístico de Florianópolis.

b) Fundiários

Sete objetos de conflito: limites indefinidos do parque; demarcação de limites; indefinição dos direitos à indenização; regularização de terras pelos cartórios; demarcação de terras indígenas; regularização de terras da União; terras de compáscuo.

c) Jurídicos

Dois são os objetos de conflito: o não-cumprimento da legislação de parques; parcelamento e comercialização de terras.

d) Operacionalização

Três são os objetos de conflitos: estrutura de gestão; estratégia de ações, administração de conflitos.

e) Participação representativa

Dois objetos de conflito: desequilíbrio de representatividade dos diferentes segmentos sociais; articulação de segmentos orientados por interesses específicos.

f) População

Foram apresentados sete objetos de conflito: “imaginário” (*sic*) popular negativo sobre o parque; descaso político com o parque; descomprometimento da comunidade científica; descaso dos ambientalistas; limitação do desenvolvimento municipal; falta de informações sobre o Parque para a população e indefinição com relação a procedimentos sobre a futura realocação da população.

g) Esportes da natureza

Nove tipos de esportes são praticados na área: *surf*, *sand-board*; enduro, *jipe-cross*, motocross, *trekking*, *rafting*, canoagem e asa delta.

h) Turismo

Modelo incompatível com a UC: balneários litorâneos; sítios de lazer; hidrotermalismo e visitação de sítios naturais.

i) Atividades econômicas

Onze objetos de conflito foram tabulados como os principais: pecuária; agricultura – arroz; agricultura-olericultura; maricultura; apicultura; aviários; pesca (lagoas); coleta de moluscos e crustáceos; indústrias; serviços turísticos (hospedagem e alimentação); comércio de combustíveis.

j) Infra-estrutura viária

Cinco objetos de conflito: estrangulamento viário; risco de acidentes com carga tóxica; fragmentação da UC: estímulo à ocupação; atropelamento da fauna.

l) Fauna e flora

Foram apontados oito objetos de conflito: introdução de espécies exóticas vegetais; dispersão de espécies exóticas vegetais; introdução e dispersão de espécies exóticas animais (apicultura e piscicultura); caça; pesca; ataques de predadores; extrativismo vegetal; coleta de moluscos e crustáceos.

As relações travadas na realidade em questão serão apresentadas em quadros, de forma a permitir que se visualize melhor a dinâmica das ocorrências objetivas, como pode ser visto a partir dos itens que se seguem.

Das instituições citadas no PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2002), sistematizadas nos Quadros 8 e 9, observa-se que todas são públicas, pertencentes a um dos três âmbitos administrativos: federal, estadual e municipal. Todas possuem atribuições e competências de acordo com a legislação vigente. Portanto, regem-se pelas competências comuns e concorrentes, explicitadas no item 2 desta tese.

No Quadro 9, é possível visualizar a descrição da competência das instituições citadas na pesquisa. Destas, ficam evidenciadas atribuições semelhantes e, ou, que interagem diretamente, como, por exemplo, as relativas à Epagri, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e às prefeituras (nas suas Secretarias de Meio Ambiente e as ligadas à Agricultura ou ao Desenvolvimento Rural).

Quadro 9 – Caracterização das Instituições Envolvidas e Conflitos Ambientais Correlatos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Instituições e Competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8
<p>EPAGRI-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A Atribuições: Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores. Promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. SDA – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à piscicultura exótica - Horticultura - Pecuária leiteira - Agricultura orgânica dentro do Parque - Apicultura - Reflorestamento - Maricultura
<p>CASAN-Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Sociedade de economia mista Atribuições: Coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do estado; fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo a saúde, o conforto, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.casan.com.br>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de barragem para regularização e captação para abastecimento da Grande Florianópolis - Adutora para o sistema de abastecimento da Grande Florianópolis - Ampliação de captação e da rede - Projeto de abastec. das comunidades - Ligações em domicílios no interior do Parque
<p>CELESC-Centrais Elétricas de Santa Catarina Atribuições: Atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infra-estrutura afins, promovendo a satisfação de clientes, acionistas e empregados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Disponível em: <http://www.celesc.com.br>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Ampliação do sistema - Ligações em domicílios no interior do Parque
<p>ELETROSUL-Centrais Elétricas S.A. – ELETROBRAS e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Atribuições: Atuar no segmento de transmissão de energia em alta e extra alta tensão. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Linhas de transmissão no interior do Parque
<p>DNPM-Departamento Nacional de Produção Mineral. É uma autarquia federal. Atribuição: Promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração; o Código de Águas Minerais; os respectivos regulamentos e a legislação que os complementam</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Requisição de lavras
<p>DEOH Departamento de Edificações e Obras Hídricas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem de rios - Recuperação de lagoas
<p>CIDASC-Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Vinculada à Secretaria de Agricultura e Política Rural. Atribuições: Melhorar a qualidade de vida da sociedade catarinense, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, através de ações voltadas ao apoio da produção e comercialização, controle de qualidade e saneamento ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem de rios - Recuperação de praias - Dragagem de lagoas

Continua...

Quadro 9, Cont.

Instituições e Competência	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8
DER-Departamento de Estradas de Rodagem	Pavimentação das estradas
DNIT-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes <u>Atribuições:</u> Investimentos em infra-estrutura de transporte terrestre e aquaviário; manutenção e recuperação das vias e terminais; gestão, operação e administração dos modais de transporte; estabelecer padrões e normas técnicas pra projetos e construções de infra-estrutura. Disponível em: < http://www.dnit.gov.br >.	- Duplicação da BR 101
IPUF-Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Disponível em: < http://www.ipuf.sc.gov.br >. <u>Atribuições:</u> Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do município e, mediante convênios, para o de outras áreas (em consonância com as diretrizes do planejamento microrregional, estadual, regional ou federal); elaborar anteprojetos de lei e propor medidas administrativas; colaborar com as unidades da Administração Municipal; elaborar estudos para implantação e atualização do Plano Diretor de Florianópolis; exercer controle e avaliação do uso do solo.	- Trilhas ecológicas em Naufragados - Roteiro turístico na ilha de Araçatuba
IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje vinculado ao Ministério da Cultura. <u>Atribuições:</u> Proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < http://www.iphan.gov.br >.	-Restauração do Patrimônio (Fortalezas)
EXÉRCITO - <u>Atribuições:</u> Entre outras, cita-se o preparo e adestramento das tropas no solo. A vegetação e os recursos locais são muito importantes para as operações.	Áreas de treinamento
FUNAI-Fundação Nacional do Índio <u>Atribuições:</u> Promover a educação básica aos índios; demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas; defender as comunidades indígenas; despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas; gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos. Disponível em: < http://www.funai.gov.br >.	Demarcação das terras indígenas
UNISUL-Universidade do Sul de Santa Catarina <u>Atribuições:</u> Ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: < http://www.unisul.br >.	- Atuação junto à comunidade indígena - Pesquisa
SANTUR-Santa Catarina Turismo S. A. Empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Organização do Lazer. <u>Atribuições:</u> Fomentar e divulgar a política estadual de turismo; promover e fomentar as indústrias do lazer e do entretenimento, visando ao desenvolvimento socioeconômico gerado pelo turismo. Disponível em: < http://www.santur.sc.gov.br >.	Projetos de desenvolvimento turístico

Continua...

Quadro 9, Cont.

Instituições e Competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8
FATMA-Fundação do Meio Ambiente. Órgão ambiental do Estado de Santa Catarina, cuja missão é garantir a preservação dos recursos naturais do estado. Atribuições: Implantação e gestão das unidades de conserva-~ao estaduais, fiscalização, licenciamento ambiental, desenvolver programas e atendimento a acidentes com cargas perigosas, estudar e monitorar o meio ambiente, publicações técnicas e outras afins. http://www.fatma.sc.gov.br	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Parque - Não-vigência do Sistema de UC - Deficiência na fiscalização
PPA-Polícia de Proteção Ambiental Atribuições - Executar as ações e operações militares nas áreas de preservação ambiental; fiscalizar, participar de ações conjuntas com outros órgãos quando necessário e zelar pela melhoria do meio ambiente no estado de Santa Catarina.	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na fiscalização - Repressão - Soltura da fauna
Prefeituras Atribuições: Há dificuldades em delimitar sua competência, para elaborar leis sobre matérias relativas ao meio ambiente, porém, cabe a elas legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, assim como o faz no que é de sua competência comum.	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de pavimentação de estradas - Lixo – coleta e destino - Esgoto – coleta e destino - Liberação de construções (não consta no quadro original)

Fonte: pesquisa organizada pela autora.

Outro exemplo é o da fiscalização. Embora as atribuições relativas aos órgãos competentes tenham seus limites, as atribuições da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) são sempre confundidas pela população com as da Polícia Ambiental.

Além disso, a base operacional dos projetos e programas voltados ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, nas condições atuais (sem o Plano de Manejo, indicado no Plano Diretor de 1976, e que é essencial), é fragilizada pela dependência de políticas governamentais em âmbito nacional, estadual e municipal. Este fato gera insegurança, é responsável pela descontinuidade das ações, pelas lacunas que permitem a intensificação da ocupação ilegal, etc. Este quadro se agrava quando se considera que cada ator do processo tem uma compreensão, disposição, competência e valores diferentes em cada ação.

A interação e a análise dessa dinâmica serão explicitadas nos itens a seguir. A pesquisa, porém, não abrangerá as variáveis que constituem objeto de conflito entre todas as instituições envolvidas com a área do parque. O universo de pesquisa sofrerá uma delimitação: o critério do grau de representatividade da problemática elegida. No entanto, a sumarização apresentada nos Quadros 8 e 9 é importante, tendo em vista que os objetos de conflito não estão isolados. Eles se relacionam com todas as variáveis das regiões do parque e seu entorno, num contexto local e global.

5.3 Objetos de Conflito no Interior e no Entorno Nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira

Da classificação das regiões apontadas pelo PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2002) e representadas no Quadro 8, observa-se que a região nordeste é a que apresenta maior incidência de conflitos e é também a mais vulnerável.

Como já se viu anteriormente, a Praia da Pinheira pertencia, originalmente, à área do parque, porém teve desanexada uma faixa de 500 m, no sentido do mar para o continente, fato que não a isentou de normatização. Como será analisado a seguir, sobre ela incidem diversas competências comuns e concorrentes, a começar por sua natureza, que é ser Área de Proteção Especial. Cabe lembrar que a Praia da Pinheira está localizada na Baixada do Maciambu, área que, por sua importância, foi a que provocou a iniciativa de se criar uma unidade de conservação.

5.3.1 Características da Baixada do Maciambu – Praia da Pinheira

O processo de ocupação (crescimento desordenado) da Pinheira resultou em construções ilegais, nas quais se observam: dimensionamentos internos inadequados ao padrão ideal, assim como a captação de água. Não há rede de esgoto e o índice de impermeabilização do solo é maior do que o previsto pela legislação municipal, sendo sua área construída maior que o limite previsto. Além disso, as construções avançaram sobre a área de APP (dunas)²¹⁷. Na imagem (mosaico aerofotográfico) intitulada Enseada de Maciambu, de 1957, apresentada na Figura 7, é possível conferir que as dunas, que hoje são “fixas”, tendo em vista a vegetação, apresentavam-se móveis e independentes no passado. Porém, as suas condições atuais (dunas fixas) não as excluem da proteção da legislação como APPs.

Segundo informações desta fundação, a imagem data de 1957. Por ela é possível certificar-se, além do movimento das dunas e do ecossistema, que a área não era ocupada nessa época. Um outro ângulo da imagem pode ser visto no Anexo D.

²¹⁷ Imagens de satélite de 1956 mostram que as dunas que hoje são “fixas”, tendo em vista a vegetação, apresentavam-se móveis e, independente da sua condição atual, continuam dunas e protegidas pela legislação como APPs.



Fonte: imagem executada por Serviços Aerofotográficos Cruzeiro do Sul S.A. Resolução 1:12.500, Fatma-SC e fotografada por Leonardo Ribeiro de Carvalho.

Figura 7 – Mosaico da Enseada de Maciambu.

Na seqüência, tem-se nova imagem da Baixada do Maciambu e da Praia da Pinheira. Esta, realizada em 1975, data em que o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado, permite observar pequeno povoado, que, segundo Plano Diretor (1975), era constituído por famílias de pescadores tradicionais. No apêndice desta tese há registros fotográficos de edificações de 1977.

Os arquivos da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e da Polícia de Proteção Ambiental também guardam imagens registradas de 1985. Estas imagens estão reunidas e serão apresentadas na Figura 8.



Fonte: imagem executada por Serviços Aerofotográficos Cruzeiro do Sul S.A. Governo do Estado de Santa Catarina/Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (Gaplan).



As áreas indicadas com a lupa serão visualizadas em imagens na Figura 9 e as edificações no Anexo 2D.

Figura 8 – Imagem da Enseada de Maciambu e Praia da Pinheira de 1975.

Desse trabalho foi elaborado o mapa intitulado: Levantamento Aerofotográfico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em escala 1:10.000, também executado por Agritec-SA/Governo do Estado de Santa Catarina – Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (Gaplan), no mesmo ano (1985). A partir deste mapa, com o apoio de papel vegetal, foi possível contar o número de edificações na área. A sistematização das edificações está representada no Tabela 3 e podem ser comparadas com a realidade conhecida em 2004, no Tabela 4.



Fonte: arquivos FATMA (2004).

Figura 9 – Edificações na Enseada de Maciambu e Praia da Pinheira de 1975.



Fonte: fotos tiradas por AGRITEC S.A. (Fatma/Polícia Ambiental). Reunidas e fotografadas pelo Sargento Serafim, em 2/12/2004.

Figura 10 – Imagem da Enseada de Maciambu e da Praia da Pinheira em 1985.

Tabela 3 – Número de Edificações na Baixada do Maciambu, 1985

	Praia da Pinheira (desanexada)	Guarda do Embaú (desanexada)	Parque		Ilha dos Papagaios		Praia do Sonho
			Interior	Sede	Grande	Pequena	
Edificações (nº)	601	82	45	06	26	05	113

Fonte: dados compilados e organizados pela autora. Levantamento Aerofotométrico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Gaplan (folhas: SG-22-Z-D-V-SE-A; SG-22-Z-D-V-NE-E (1985).

Tabela 4 – Edificações Registradas na Baixada do Maciambu nos Anos 1985 e 2004

Edificações	1985	2004*
Residenciais	743	11.641
Comerciais	-	367
Mistas	-	190
Outras	-	420
Total	743	12.618

* Os dados apresentados são dados brutos, obtidos a partir de pesquisa desenvolvida pela Secretaria do Meio Ambiente da Palhoça, em atendimento à solicitação da Fatma, de comum acordo com a Promotoria Temática, não publicados. Eles foram sistematizados pela autora.

Fonte: sistematizado e organizado pela autora da tese.

Cabe, porém, ressaltar que os dados atuais (2004) correspondem a “dados brutos” (grifos meus) – pois ainda não foram trabalhados nem publicados. São extraídos do levantamento realizado entre outubro e dezembro de 2004, com vistas à regularização fundiária, ajustamento de conduta e à implantação do microzoneamento. Este levantamento foi realizado pelos alunos da Unisul, sob a coordenação da Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura de Palhoça e do Ministério Público – Promotoria Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sob encomenda da Fatma, que gentilmente os cedeu para o trabalho desta tese.

Os dados indicam que em 20 anos a Baixada do Maciambu (Área de Proteção Especial) e o interior do parque, localizados no entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, registraram um aumento de aproximadamente 11.875 edificações, como pode ser observado no Tabela 4.

Desta mesma pesquisa foi possível extrair também o número e tipo de ligações de energia elétrica nesta área do entorno, para ilustrar esta realidade os dados compilados estão apresentados no Tabela 5.

Tabela 5 – Número e Tipo de Ligações Elétricas Registradas na Baixada do Maciambu

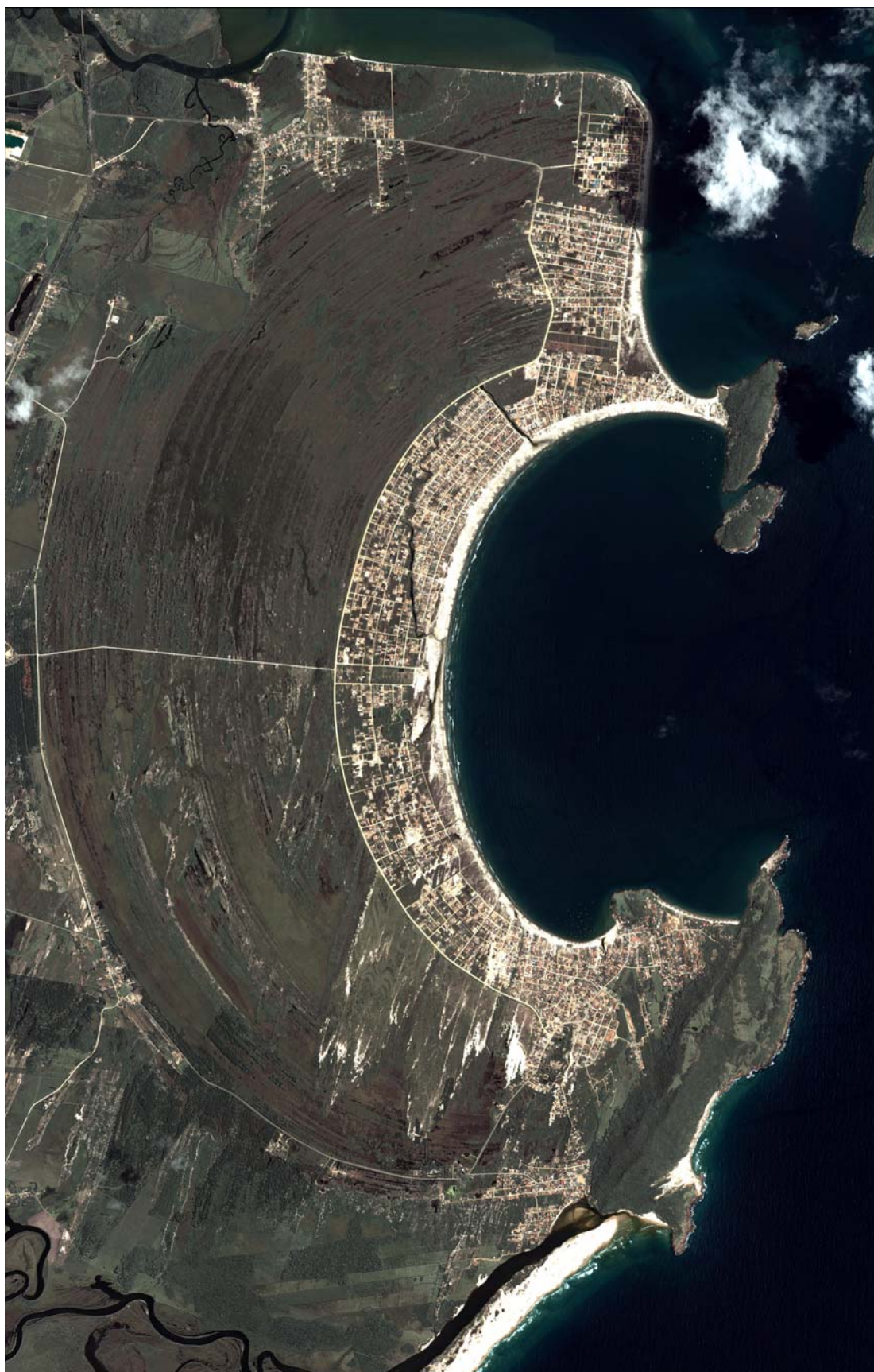
Edificações com energia elétrica/Tipo de ligação	2004
Clandestina	1.032
CELESC	6.710
Não possui	7.130

As demais não foram identificadas

Fonte: sistematizado e organizado pela autora da tese.

Em 2001, por solicitação da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), foi realizada a mais recente imagem *Quick Bird* da Baixada do Maciambu, que permitirá visualizar esta realidade. A imagem de satélite poderá ser conferida na Figura 11.

As características, a infra-estrutura, as principais atividades, a renda da família, as organizações, entre outras informações referentes à Praia da Pinheira – universo desta pesquisa –, estão reunidas no Quadro 10, o qual permite, a partir dos levantamentos realizados em 1998 e de algumas características conhecidas em 2004, comparar a realidade daquela região.



Fonte: Fundação do Meio Ambiente (Fatma, 2001).

Figura 11 – Imagem *Quick Bird* da Baixada do Maciambu.

Quadro 10 – Sistematização das Características da Praia da Pinheira

Localidade	Variáveis									
	Localização (entorno/ Parque)	Paisagem Fisiográfica	Paisagem fisionômica	Características da comunidade		População Fixa (hab.)	População Flutuante (hab.)	Migração (intensidade)		Origem étnica da população
				Urbana	Rural			Maior	menor	
*Pinheira: (1998)	Até 500 metros	Planície e praia	Fragmentada	Mais Intenso	Menos Intenso	6.000	15.000	Outros Estados	Grande Fpolis	Indefinida Portuguesa: Açoriana

Localidade	Infra-estrutura								Infra-estrutura		
	Existência de escola				Saúde		Água		Lixo/coleta destino	Esgoto	Instalação sanitária
	Pré- escola	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	2º grau	Posto de saúde	Hospitais	Manancial	Fonte gestor			
*Pinheira (1998)	Não	Sim	Sim	sim	Sim	Não	Poço	CASAN	Pública	Fossa	50% a 100%

Localidade	Infra-estrutura									
	Energia elétrica CELESC		Estradas Tipo/intensidade		Transporte Tipo/frequência		Telefonia	Outras		
*Pinheira (1998)	Domiciliar	Pública	Pavimentada/ menor	Não pavimentada/ maior	Escolar menor	Linha maior	Posto Telefone Público Domiciliar	Salão de festas		

Continua...

Quadro 10, Cont.

Localidade	Organização Social					Renda Familiar	
	Igrejas	Festas e eventos	Associações	Principais lideranças	Principais Organizações	Fonte Principal da Família	
						Maior Intensidade	Menor Intensidade
*Pinheira (1998)	Católica outras	Comunitárias (produtos e eventos)	Atuantes	Educadores Comunitários	Assoc. de Moradores Clubes e agremiações Ambientalista Colônia de Pesca	Pesca indústria caseira comércio	Pecuária/Corte Construção Civil

Localidade	Principais Atividades								Atrativos
	Setor Primário					Setor Industrial	Setor Comercial	Serviços (Intenso)	Intensos
	Agricultura (Pouca)	Pecuária (Pouca)	Pesca (Maior Intensidade)		Mineração (Pouca)	Indústria Caseira Maior Intensidade			
*Pinheira (1998)	Subsistência	Comercial	Artesanal	Embarcada	Areia	Alimentos; Confeitos; Conserva; artesanato etc.	Alimentício Vestuário farmácia construção civil	Hospedagem; Alimentação; Comunicação Lazer/turismo	Trilhas Tradicionais dentro/ Parque; praia e dunas

Localidade	Atrativos	Utilização da área do Parque						
	Menos intensos	Maior intensidade	Menor intensidade	Turismo		Transporte	Residências	
				Maior Intensidade	Menor Intensidade		Antigas	Recentes
*Pinheira (1998)	Patrimônio histórico/ cultural	Mirante Agrícola Extração vegetal	Caça	Casa para veraneio Praia	caminhada	Trilhas de acesso	pouca	intensa

Fonte: adaptado de SOCIOAMBIENTAL (2002) pela autora da tese.

5.3.2 Análise dos Objetos de conflito na Praia da Pinheira

No Quadro 11 estão representadas as instituições e suas competências, as atribuições em conflito, de acordo com o levantamento PBZ (SOCIOAMBIENTAL, 2002) e os instrumentos legais aplicáveis à região, contemplando, em particular, a competência comum e concorrente na Praia da Pinheira.

Quadro 11 – Conflitos, Atribuições de Competência e Instrumentos Legais Incidentes na Praia da Pinheira

Instituições e competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8	Instrumentos Legais e Competência Concorrente que incidem na Praia da Pinheira
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A Atribuições: Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais; buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores; promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. SDA – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Disponível em: < http://www.agricultura.sc.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Pecuária - Introdução e dispersão de espécies exóticas - Pesca 	<u>Lei nº 4.771 15 de setembro de 1965</u> – Código Florestal – Categoria de manejo: Parque Parágrafo único: “É proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo”. <u>Lei nº 5.197</u> – Lei de Proteção à Fauna – Categorias de Manejo: Reserva Biológica e Parques de Caça.
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - sociedade de economia mista. Atribuições: Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do estado; fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo a saúde, o conforto, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: < http://www.casan.com.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da rede de abastecimento para as comunidades - Ligações em domicílios 	<u>Decreto nº 84.017</u> – Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Este Decreto, criado em 21 de setembro de 1979, aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros; previu a proibição, dentro das áreas dos Parques Nacionais, de obras barragens, hidrelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alterações de margens. Proibiu, ainda, coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna.
CELESC Centrais Elétricas de Santa Catarina Atribuições: Atuar de mercado de energia, serviços e segmentos de infra-estrutura afins. Disponível em: < http://www.celesc.com.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do sistema - Ligações em domicílios no interior do parque 	Código de Pesca (Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938) e Código de Caça (Decreto-Lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943).
ELETROSUL-Centrais Elétricas S.A. – ELETROBRAS e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Atribuições: Atuar no segmento de transmissão de energia em alta e extra alta tensão. Disponível em: < http://www.eletrosul.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Linhas de transmissão no interior do Parque 	Código de Pesca (Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938) e Código de Caça (Decreto-Lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943).
DEOH - Departamento de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem de rios - Recuperação de lagoas 	Código das Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934).
DER – Departamento de estradas e rodagens	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação das estradas 	

Continua...

Quadro 11, Cont.

Instituições e competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8	Instrumentos Legais e Competência Concorrente que incidem na Praia da Pinheira
CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. Disponível em: < http://www.cidasc.sc.gov.br >. Atribuição: Melhorar a qualidade de vida da sociedade catarinense, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, através de ações voltadas ao apoio da produção e comercialização, controle de qualidade e saneamento ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem de rios - Recuperação de praias - Dragagem de lagoas 	
DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes Atribuições: Investir em infra-estrutura de transportes terrestre e aquaviário; manutenção e recuperação das vias e terminais; gestão, operação e administração dos modais de transporte; estabelecer padrões e normas técnicas para projetos e construções de infra-estrutura. Disponível em: < http://www.dnit.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Duplicação da BR 101 	<p>Decreto nº 1.261 de 1º.11.75 – Declara (fins de desapropriação, área de terra destinada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).</p> <p>Decreto nº 2.335 de 17.03.77 – Declara (fins de desapropriação, áreas de terras destinadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).</p>
UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina Atribuições: Ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: < http://www.unisul.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação junto à comunidade indígena 	
SANTUR- Santa Catarina Turismo S. A. Empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Organização do Lazer. Atribuições: Fomentar e divulgar a política estadual de turismo; promover e fomentar as indústrias do lazer e do entretenimento, visando ao desenvolvimento socioeconômico gerado pelo turismo. Disponível em: < www.santur.sc.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de desenvolvimento turísticos. 	<p>Decreto nº 18.766 de 20.12.82 - Declara (fins de Desapropriação, áreas de terras necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).</p>
FATMA - Fundação do Meio Ambiente. Órgão ambiental do Estado de Santa Catarina, cuja missão é garantir a preservação dos recursos naturais do Estado. Atribuições: Implantação e gestão das unidades de conservação estaduais, fiscalização, licenciamento ambiental, desenvolver programas e atendimento a acidentes com cargas perigosas, estudar e monitorar o meio ambiente, publicações técnicas e outras afins. Disponível em: http://www.fatma.sc.gov.br	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Parque - Não vigência do Sistema de UC - Deficiência na fiscalização 	
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. É uma autarquia federal. Atribuição: Promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementam	<ul style="list-style-type: none"> - Requisição de lavras 	<p>Decreto nº 14, de 2000</p>

Continua...

Quadro 11, Cont.

Instituições e competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8	Instrumentos Legais e Competência Concorrente que incidem na Praia da Pinheira
CPPA – Polícia de Proteção Ambiental Atribuições: Executar as ações e operações militares nas áreas de preservação ambiental; fiscalizar, participar de ações conjuntas com outros Órgãos quando necessário e zelar pela melhoria do meio ambiente no estado de Santa Catarina.	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na fiscalização - Repressão - Soltura da Fauna 	
Prefeitura Municipal da Palhoça Atribuições: Há dificuldades em delimitar sua competência para elaborar leis sobre matérias relativas ao meio ambiente, porém, cabe a elas legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, assim como o faz no que é de sua competência comum.	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de pavimentação de estradas - Lixo – coleta e destino - Esgoto – coleta e destino 	
IBAMA¹¹⁴ - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis Atribuições: Ações voltadas à proteção do meio ambiente e prevenção de acidentes; controle e fiscalização; intervenção nos processos que geram impacto ambiental; monitoramento das transformações do meio ambiente, gestão, proteção e controle dos recursos hídricos, manutenção da integridade das APPs e reservas legais; ordenamento do uso dos recursos pesqueiros e florestais; a ampliação da representação ecológica; manejo da fauna e flora; pesquisa para gestão e planejamento ambiental; promover o uso sustentável dos recursos naturais. Disponível em: < http:// www.ibama.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - APA Baleia Franca - Duplicação da BR 101 	
PRF - Polícia Rodoviária Federal¹¹⁵ Atribuições: ¹¹⁶ Além da própria competência constitucional, o DPRF, nos termos do Decreto 1.655/95, define as atribuições como as de segurança pública, polícia de trânsito, aplicar multas, realizar perícias, atendimento de acidentes de trânsito, socorro às vítimas, fiscalizações, combate ao crime organizado e contrabando; segurança do presidente da República, ministros e demais autoridades; atendimento às comunidades lindeiras das rodovias, colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia e defesa do meio ambiente e demais competências. Disponível em: < http://www.dprf.gov.br >.	<ul style="list-style-type: none"> - Duplicação da BR 101 - Atendimento à comunidade indígena - Duplicação da BR 101 - Atendimento à comunidade indígena - Fiscalização e atuação 	

Continua...

¹¹⁴ Instituição acrescida à fonte original.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Competências regidas pelas Leis nº 9.503/97, 9.654/98, Decreto Federal nº 1.655/95, Art 144 da Constituição Federal; Portaria 117/97 MJ e Portaria 3.741/04 MJ.

Quadro 11, Cont.

Instituições e competências	Atribuições em conflito, de acordo com o Quadro 8	Instrumentos Legais e Competência Concorrente que incidem na Praia da Pinheira
Ministério Público¹¹⁷ - MP da União e dos Estados Atribuições: Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. -Propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente. -Promoção de ações para a promoção de interesses difusos. Promotoria Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro		
COMTUR¹¹⁸ – Conselho Municipal de Turismo Atribuições: Discutir e implementar no município de Palhoça o turismo, como atividade econômica.		
Cartório		
Marinha		

Fonte: Sistematizado pela autora da tese.

Nesta sistematização, incluímos outras quatro instituições que não constavam na matriz original de conflitos: o Ibama, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Ministério Público – Promotoria Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - e a Comtur. A PRF não atua diretamente na Praia da Pinheira; porém, dada sua proximidade à BR 101, a contribuição da polícia sempre é solicitada pelas outras instituições responsáveis pelo parque, freqüentemente para atuar junto à população indígena, que é vizinha da área de estudo, e a dar sua participação no processo de duplicação da via, que cortará o parque. Por essas razões, sentimos necessidade de inseri-la nas análises.

Da mesma forma, procedemos em relação ao Ibama e ao Contur. Este foi revitalizado no mês de junho de 2003.

Já o Ministério Público de Santa Catarina inovou diante de sua competência. Em 18 de dezembro de 2000, instalou a Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro, com sede em Palhoça, e um promotor com dedicação exclusiva para trabalhar as questões do parque. Esta foi a primeira promotoria temática a ser criada no Sul do Brasil e a única conhecida no País na área de parques nacionais, estaduais e municipais.

¹¹⁷ Instituição acrescida à fonte original.

¹¹⁸ Idem.

O promotor atua na execução de medidas que buscam recuperar as áreas degradadas e na efetiva implantação do seu zoneamento, firmando parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, na preservação dos mananciais de água presentes no parque e na preservação do patrimônio geológico, hídrico, de fauna e flora na área (MPSC, 2000)¹¹⁹.

Na Baixada do Maciambu e na Praia da Pinheira, a Promotoria Temática atua na implantação do microzoneamento e no ajustamento de conduta. Esta atitude exige a interação com as diversas instituições citadas, além de suscitar inúmeros debates e conflitos no processo, fato que se explica pela complexidade dos conflitos na área, já descritos, principalmente diante das inúmeras restrições incidentes – competência concorrente, como pode ser observado no Quadro 9, e que serão analisadas no decorrer deste item.

No Quadro 12 estão relacionados os objetos de conflito da região da Praia da Pinheira sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Foram listados 11 variáveis e 44 objetos de conflito a partir da sistematização apresentada nos Quadros 7 (características da Praia da Pinheira) e 8 (matriz de conflitos).

A análise dos dados apresentados no Quadro 12, em consonância com os demais, torna-se complexa, tendo em vista que cada objeto de conflito em correspondência com sua variável se relaciona com um número variável de instituições. Estas, por sua vez, possuem atribuições e competência, nem sempre conhecidas, e que devem estar de acordo com a legislação vigente.

Diante disso, a análise dos dados apresentados será feita utilizando esquemas que permitam correlacionar todos os elementos constituintes da realidade apresentada: variáveis, objetos de conflito e instituições.

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpsc/clipping/jornal_an/an_191200.htm>.

Quadro 12 – Variáveis e Seus Correspondentes Objetos de Conflito

Variáveis	Objetos de conflito
Planos co-localizados	Duplicação da BR 101 APA da Baleia Franca Investimento para expansão urbana/balneário Projetos turísticos PRODETUR
Fundiários	Limites indefinidos do Parque demarcação de limites indefinição dos direitos à indenização regularização de terras pelos cartórios demarcação de terras indígenas regularização de terras da União terras de compásco
Jurídicos	Não-cumprimento da legislação de parques parcelamento e comercialização de terras
Operacionalização da Unidade de Conservação	Estrutura de gestão; estratégia de ações, administração de conflitos
Participação representativa	Desequilíbrio de representatividade dos diferentes segmentos sociais; articulação de segmentos orientados por interesses específicos.
População	Imagem popular negativa sobre o parque; descaso político com o parque; descomprometimento da comunidade científica; limitação do desenvolvimento municipal; falta de informações sobre o Parque para a população; indefinição com relação a procedimentos de futura realocação da população
Esportes da natureza	<i>Surf; sand-board</i>
Turismo	Modelo incompatível com a UC balneário litorâneo sítios de lazer habitações irregulares
Atividades econômicas	Pecuária; pesca; serviços turísticos (hospedagem e alimentação); extração de areia
Infra-estrutura viária	Estrangulamento viário; fragmentação da UC, estímulo à ocupação; atropelamento fauna
Fauna e flora	Introdução de espécies exóticas vegetais; dispersão de espécies exóticas vegetais; pesca; ataques de predadores; extrativismo vegetal; coleta de moluscos e crustáceos

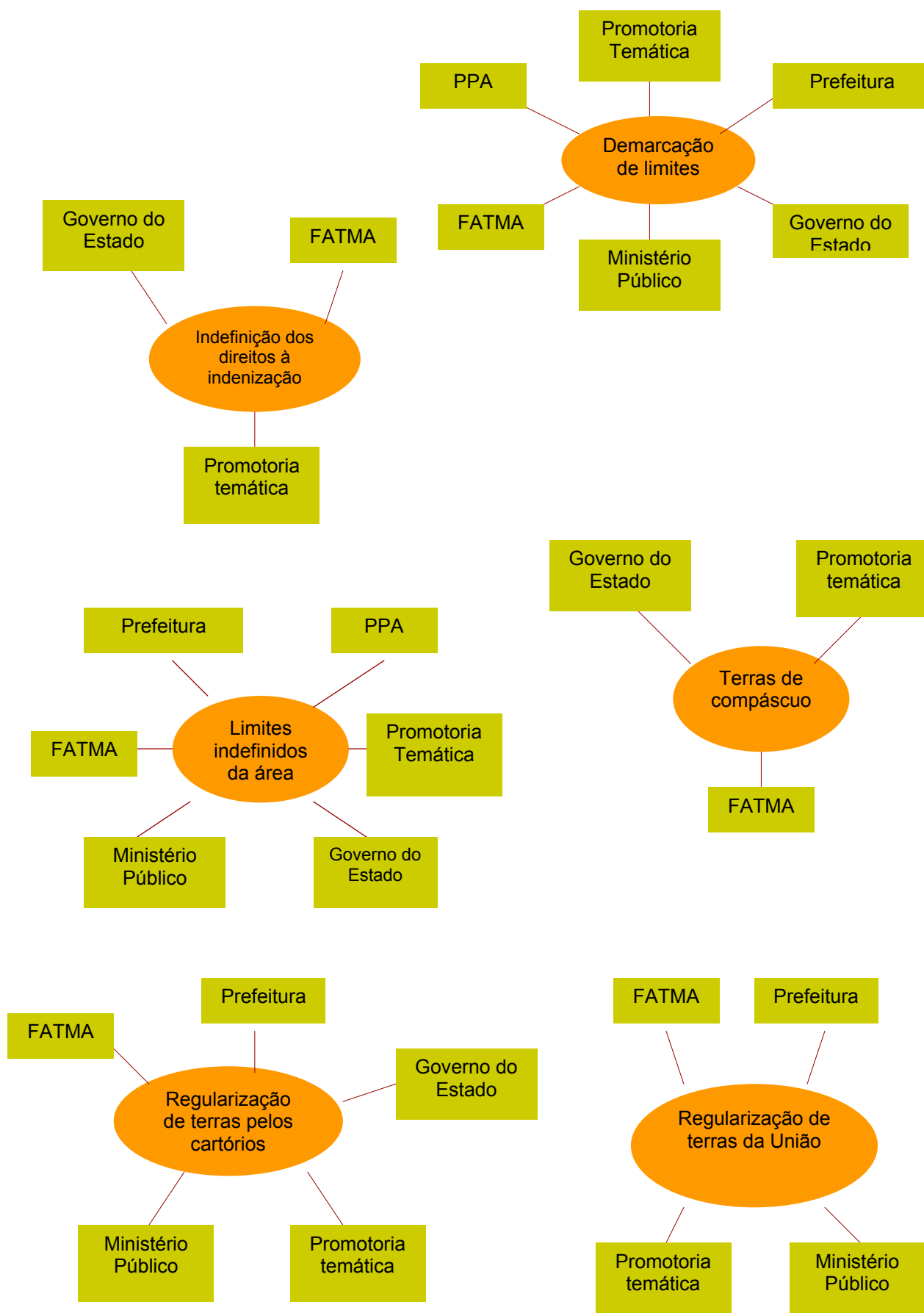
Fonte: Sistematizado pela autora da tese.

5.4 Correlação entre os Objetos de Conflito na Região da Pinheira com as Atribuições de 23 Competências Institucionais

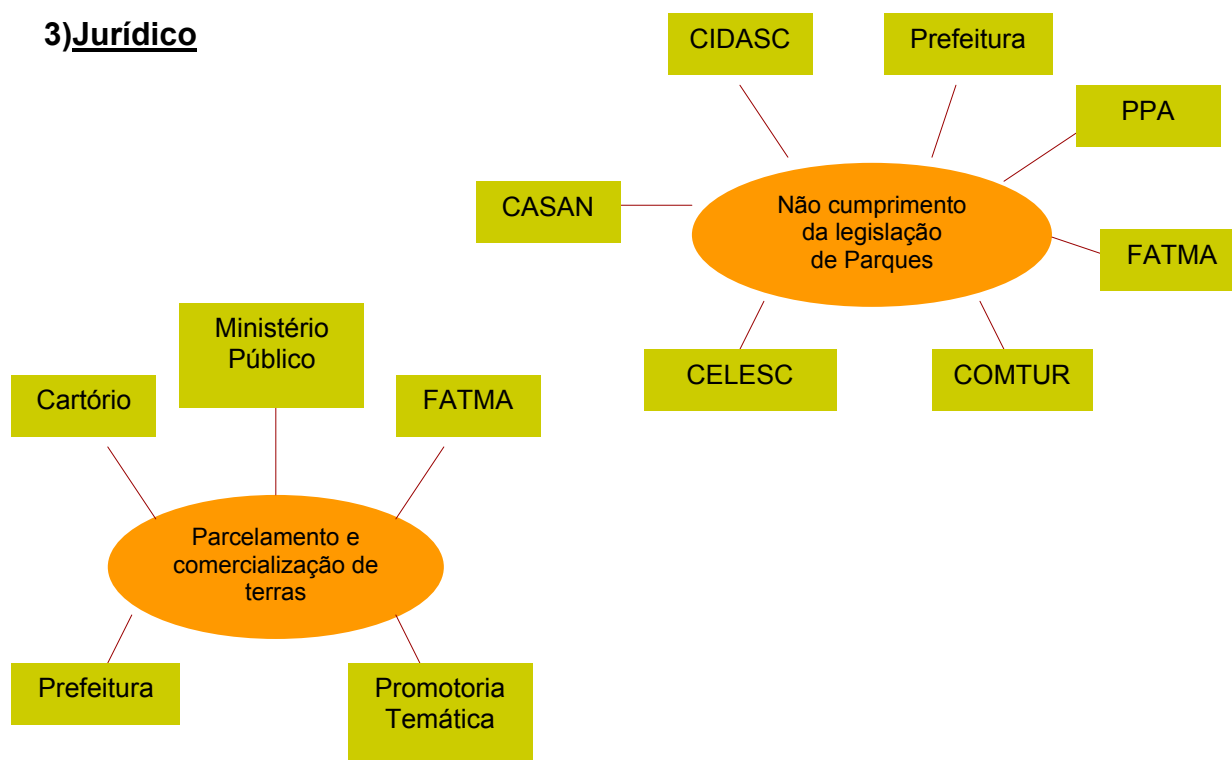
1) Planos co-localizados



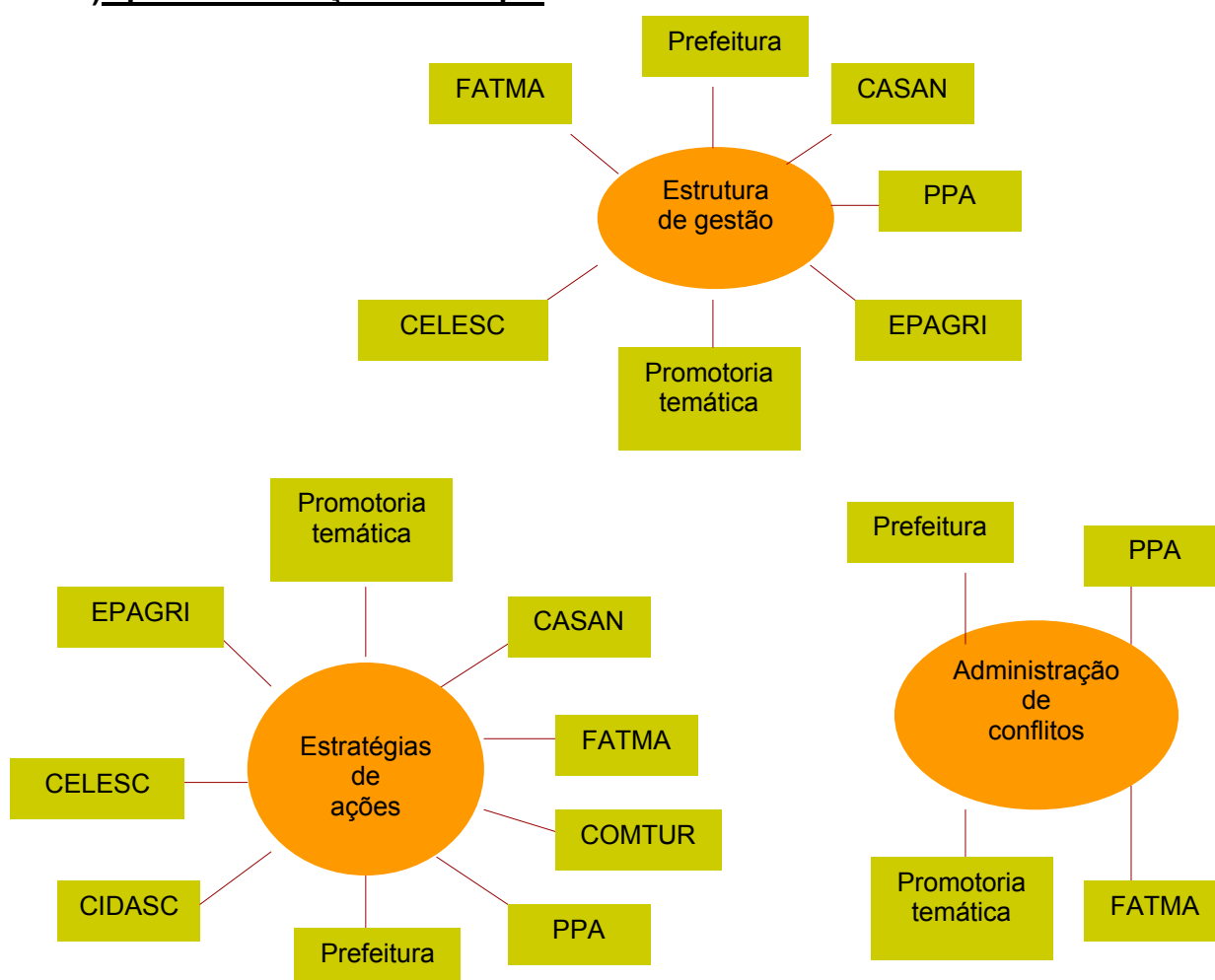
Fundiários



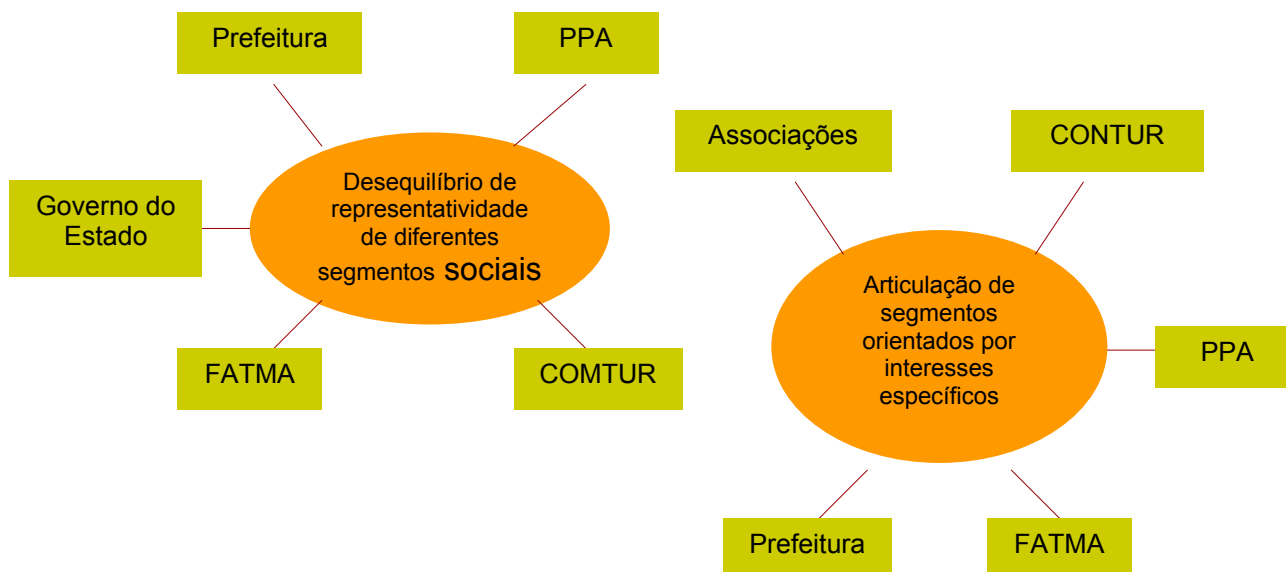
3) Jurídico



4) Operacionalização do Parque

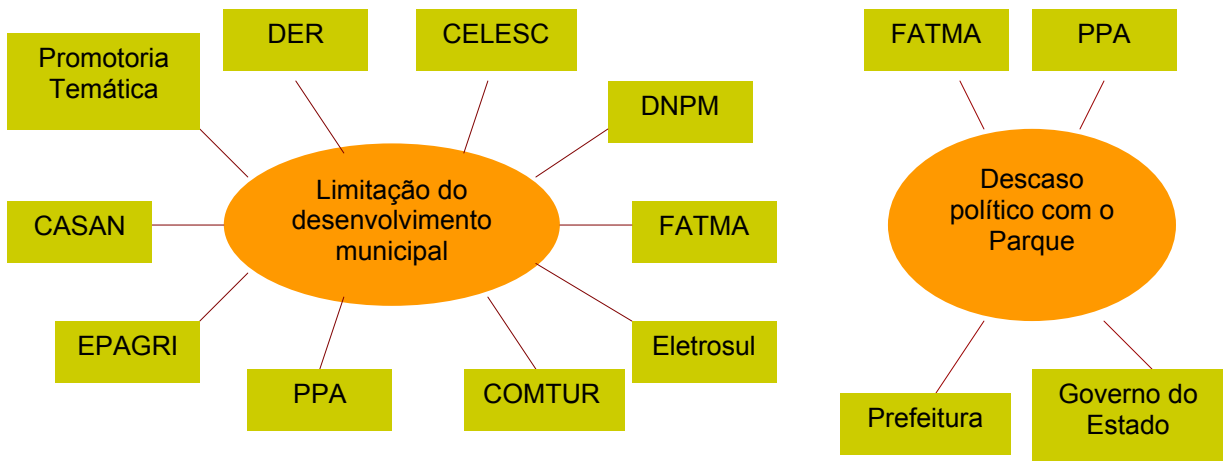
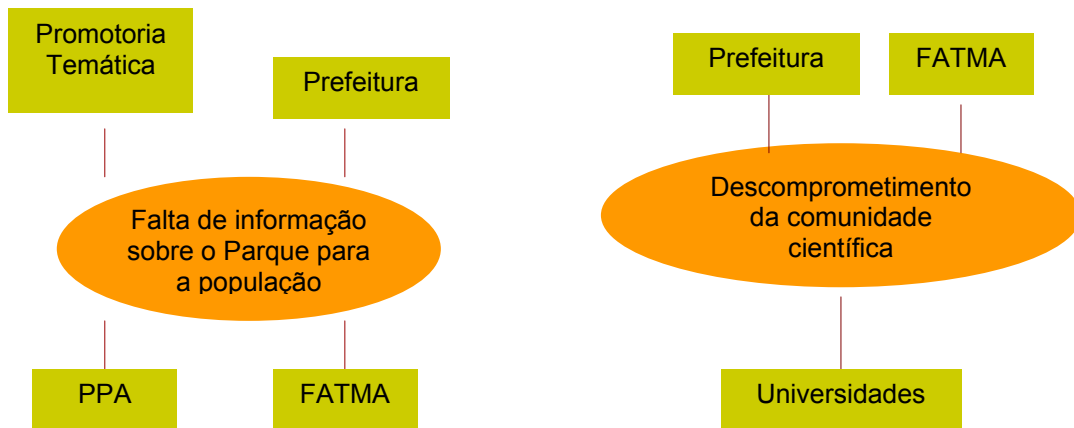


5) Participação representativa

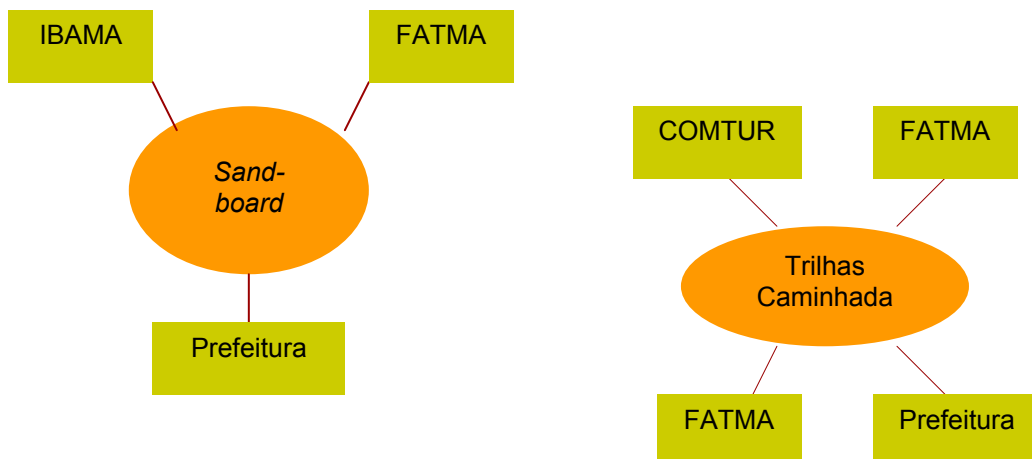


6) Como a população vê o parque

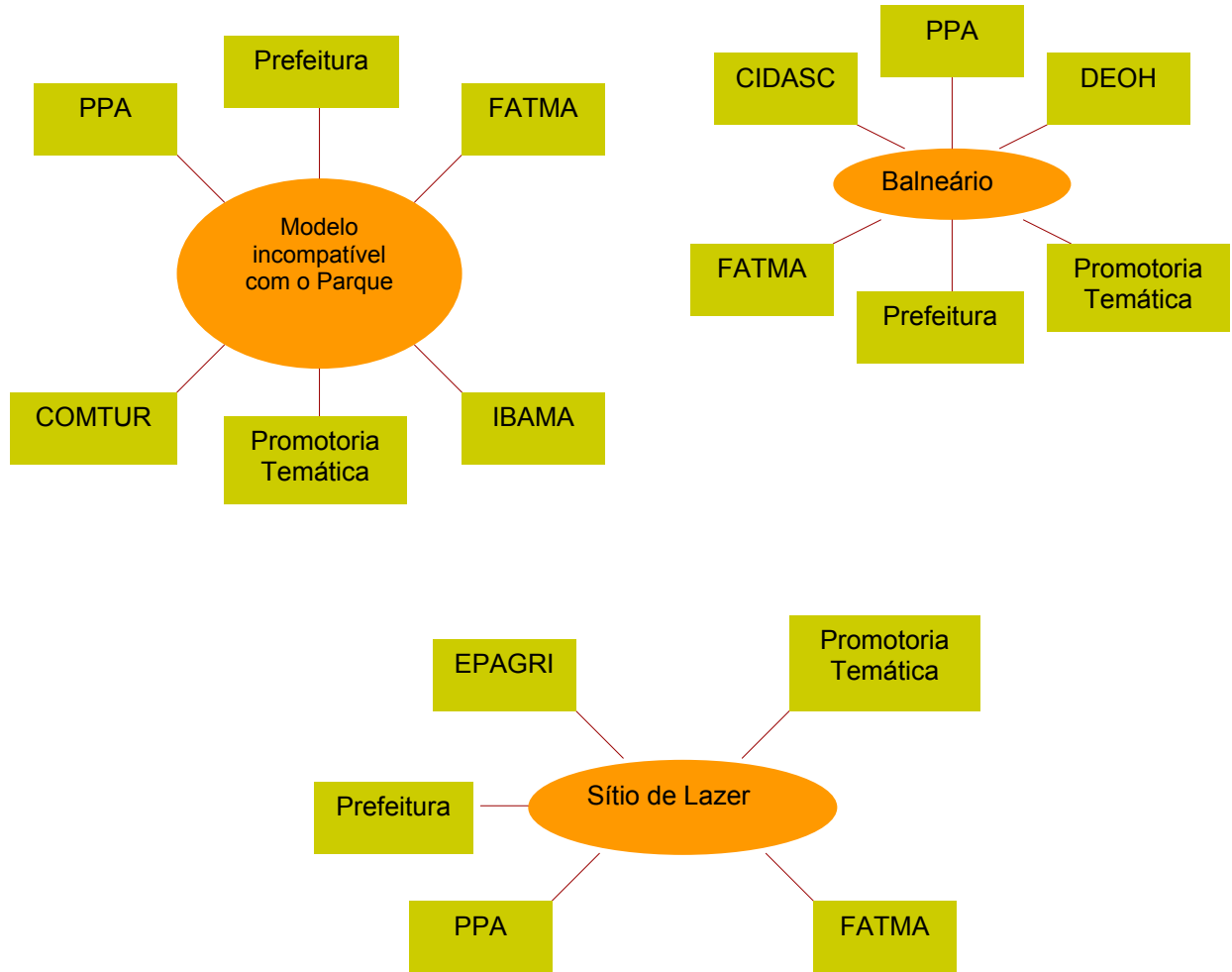




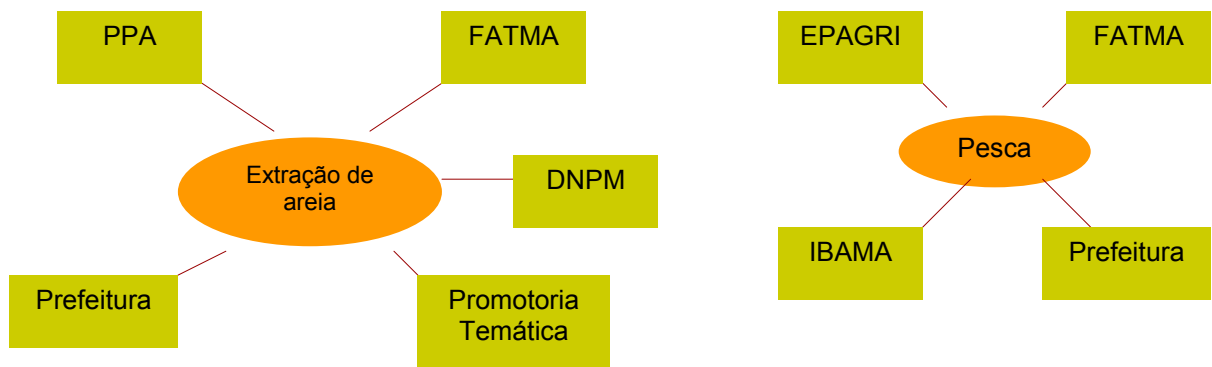
7) Esportes da natureza

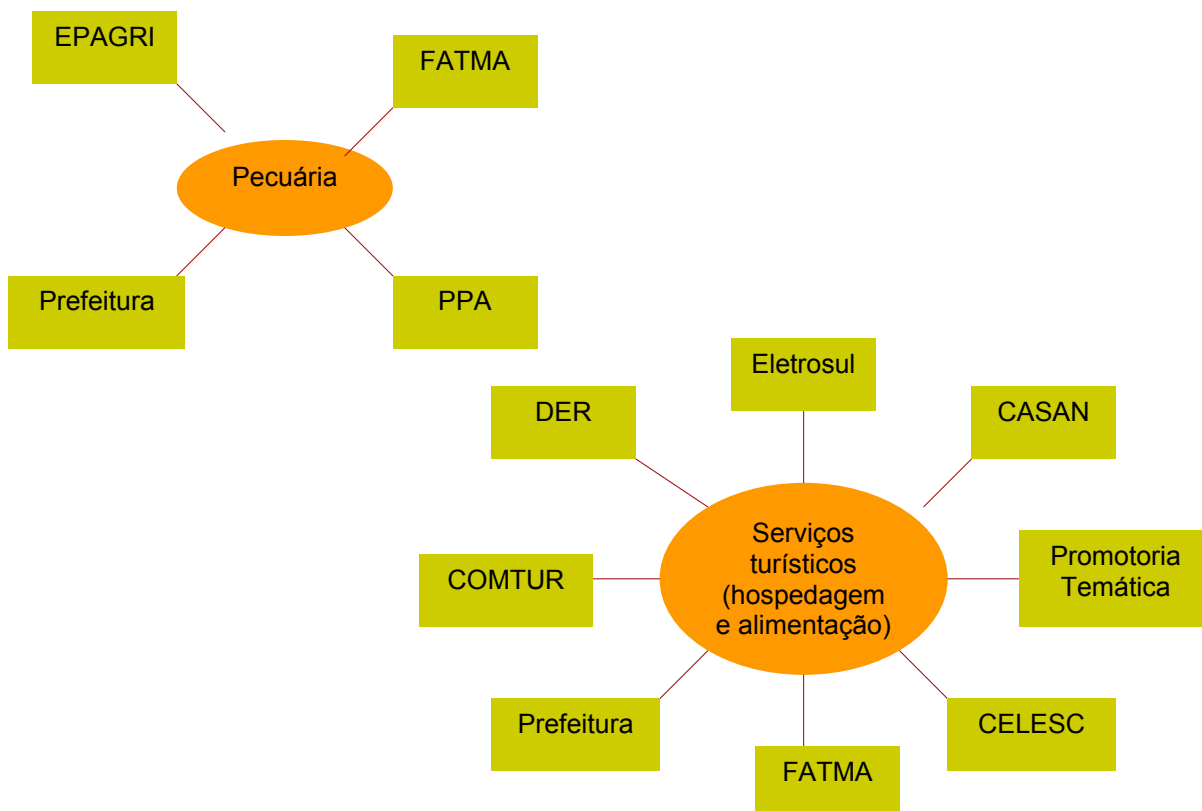


8) Turismo

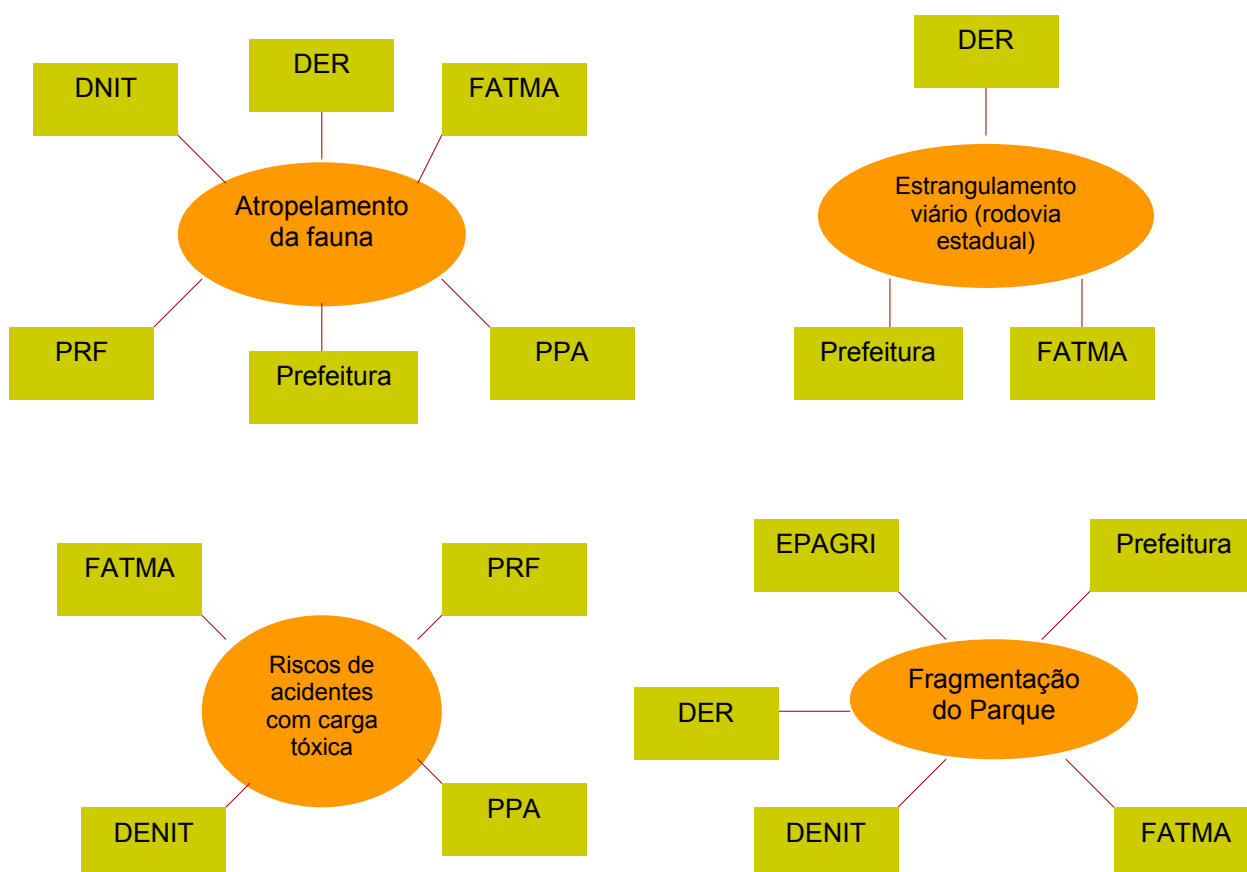


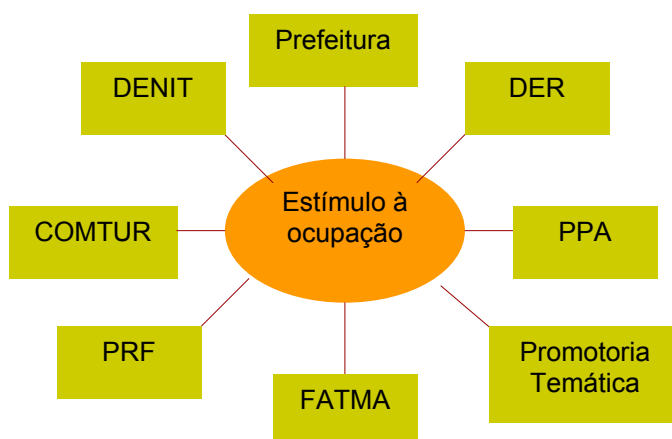
9) Atividades econômicas



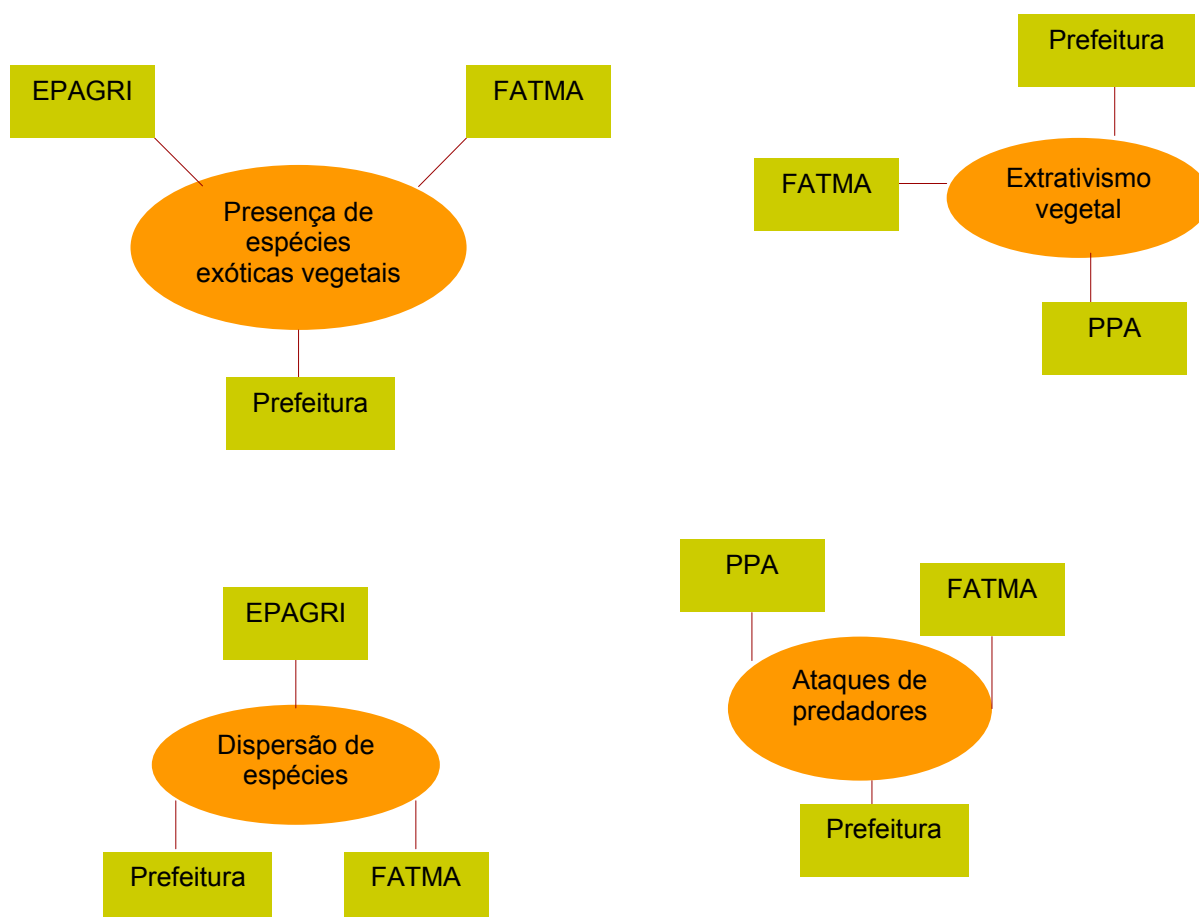


10) Infra-estrutura viária





11) Fauna e flora



O desenvolvimento do esquema para análise dos objetos de conflito permitiu visualizar a rede de relações construída para cada um dos objetos e as instituições envolvidas. De cada esquema, é possível perceber que outras relações fazem parte dessa realidade e não apenas as ações das atribuições institucionais sobre cada objeto. Também existe interação entre as instituições, gerando, no limite, uma rede de relações. Esta rede de relações é conflituosa, pela razão de não haver, nas palavras de ARAÚJO (1995), um Plano de Manejo capaz de nortear as ações e/ou uma estrutura que possibilite a ação da gestão dessa “dinâmica social”. Estão presentes nesta correlação os interesses dos atores, os saberes e os desdobramentos próprios da dinâmica de relações.

A compilação das correlações estabelecidas no item anterior permitiu gerar duas sistematizações da dinâmica daquelas relações: 1) o número de instituições (com suas atribuições) atuantes em cada objeto de conflito; e 2) o número e a definição dos objetos de conflito para cada instituição envolvida no processo. O Quadro 13 aponta para a primeira sistematização:

Para a segunda sistematização, que permitiu à autora conhecer quais e quantos objetos de conflito se relacionam às instituições, foi estruturado o Quadro 13, a partir das informações reunidas no Quadro 11 e do produto dos esquemas do item 5.3, permitindo análises como: na rede de relações institucionais na Praia da Pinheira, os objetos de conflito referentes à Epagri e à Secretaria de Desenvolvimento Agrícola (DSA) totalizam um número de dez, distribuídos em seis variáveis. Deles, o olhar negativo da população sobre o parque foi a que apresentou maior incidência, conforme o Quadro 14.

No Quadro 14, pode-se observar uma concentração maior de objetos de conflito para quatro instituições: Fatma, Prefeitura, Polícia de Proteção Ambiental e Promotoria Temática, relacionando 45, 43, 31 e 24 objetos de conflito, respectivamente, contemplando praticamente todas as variáveis. Ressalte-se que estas quatro instituições têm entre suas atribuições a função de fiscalizar, deliberar e gerir.

As demais instituições que apresentam o segundo maior número de objetos de conflito em suas atuações – que variam de seis a dez –, são: Epagri/Secretaria de Desenvolvimento Agrícola (10), Casan (09), Celesc (8), Eletrosul (6), DER (9), Contur (10), Ministério Público (6)¹²⁰, Governo do Estado (7). Neles, nota-se que as

¹²⁰ Cabe lembrar que a Promotoria Temática, que também faz parte do Ministério Público, foi criada no ano de 2000; por isso o Ministério Público foi citado novamente aqui.

Quadro 13 – Número de Relações Institucionais por Objeto de Conflito

Objeto de conflito	Instituições/atribuições (nº)
Duplicação da BR 101	09
APA da Baleia Franca	06
Investimento para expansão urbana/balneários	08
Projetos turísticos	08
PRODETUR	10
Plano de ampliação da rede de água	05
Limites indefinidos da área	06
Demarcação de limites	06
Indefinição dos direitos à indenização	04
Regularização de terras pelos cartórios	05
Regularização de terras da União	04
Terras de compásco	03
Não-cumprimento da legislação de parques	07
Parcelamento e comercialização de terras	05
Estrutura de gestão	07
Estratégia de ações	09
Administração de conflitos	04
Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais	05
Articulação de segmentos orientados por interesses específicos	05
Imagem negativa do parque junto à população	12
Descaso político com o parque	04
Descomprometimento da comunidade científica	03
Limitação do desenvolvimento municipal	10
Falta de informação sobre o parque	04
Indefinição quanto a proced. sobre a futura realocação da população	04
<i>Sand-board</i>	03
Trilhas – caminhada	03
Modelo incompatível com a UC	06
Balneários litorâneos	06
Sítios de lazer	05
Pecuária	04
Pesca	04
Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)	08
Extração de areia	05
Estrangulamento viário	03
Fragmentação do parque	05
Estímulo à ocupação	07
Atropelamento da fauna	06
Riscos de acidentes com carga tóxica	04
Presença de espécies exóticas vegetais	03
Dispersão de espécies exóticas vegetais	04
Ataque de predadores	03
Extrativismo vegetal	03

Quadro 14 – Definição do Tipo e Número de Objetos de Conflito Relacionados a Cada Instituição

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
EPAGRI/SDA	Operacionalização do parque	1. Estrutura de gestão 2. Estratégia de ações
	Como a população vê o parque	3. Imagem negativa do parque (parque = área e instituições envolvidas) 4. Limitação do desenvolvimento municipal 5. Falta de informação sobre o parque para a população
	Turismo	6. Sítio de lazer
	Atividades econômicas	7. Pecuária 8. Pesca
	Fauna e flora	9. Presença de espécies exóticas de vegetais 10. Dispersão de espécies exóticas de vegetais
CASAN	Planos co-localizados	1. PRODETUR 2. Projetos turísticos 3. Expansão urbana e balneário
	Jurídico	4. Não-cumprimento da legislação no parque
	Operacionalização do parque	5. Estrutura de gestão 6. Estratégias de ações
	Como a população vê o parque	7. Imagem negativa 8. Limitação do desenvolvimento municipal
	Turismo	9. Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)
CELESC	Planos co-localizados	1 PRODETUR 2 Expansão urbana e balneário
	Jurídico	3 Não-cumprimento da legislação de parques
	Operacionalização do parque	4 Estrutura de gestão 5 Estratégia de ações
	Como a população vê o parque	6 Imagem negativa 7 Limitação do desenvolvimento municipal
	Turismo	8 Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)
ELETROSUL	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101 2. PRODETUR
	Como a população vê o parque	3. Imagem negativa 4. Limitação do desenvolvimento municipal
	Atividades econômicas	5. Serviços de turismo (hospedagem e alimentação)
	Turismo	6. Balneário
DNPM	Atividades econômicas	1. Extração de areia
DEOH	Turismo	1. PRODETUR 2. Expansão urbana e turística 3. Balneário

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
CIDASC	Planos co-localizados	1. PRODETUR 2. Projetos turísticos 3. Expansão urbana e balneário
	Jurídico	4. Não cumprimento da legisl. de parques
	Turismo	5. Balneário
DER	Planos co-localizados	1. PRODETUR
	Como a população vê o parque	2. Imagem negativa 3. Limitação do desenvolvimento municipal
	Turismo	4. Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)
	Infra-estrutura viária	5. Estímulo à ocupação 7. Atropelamento da fauna 8. Estrangulamento viário 9. Fragmentação do parque
DENIT	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101
	Infra-estrutura viária	2. Estímulo à ocupação 3. Atropelamento da fauna 4. Fragmentação do parque
FUNAI	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101
Sec. Est. de Justiça/Cidadania	Planos co-localizados	1. Atuação junto à comunidade indígena
UNISUL	Planos co-localizados	1. Atuação junto à comunidade indígena
COMTUR	Planos co-localizados	1. APA da Baleia Franca 2. Projetos turísticos
	Jurídico	3. Não-cumprimento da legislação de parques
	Operacionalização do parque	4. Estratégia de ações
	Participação representativa	5. Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos 6. Articulação de segmentos orientados por interesses específicos
	Esportes da natureza	7. Trilhas – caminhada
	Turismo	8. Modelo incompatível com o parque
	Atividades econômicas	9. Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)
	Infra-estrutura viária	10. Estímulo à ocupação

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
FATMA	Planos co-localizados	2. Duplicação da BR 101 3. APA da Baleia Franca 4. Plano de ampliação da rede de abastecimento de água 5. PRODETUR 6. Expansão urbana e balneário 7. Projetos turísticos
	Fundiários	8. Limites indefinidos do parque 9. Demarcação de limites 10. Indefinição dos direitos à indenização 11. Regularização das terras pelos catórios 12. Regularização de terras pela União 13. Terras de compásco
	Jurídicos	14. Não-cumprimento da legislação de parques 15. Parcelamento e comercialização de terras
	Operacionalização da UC	16. Estrutura de gestão 17. Estratégias de ações 18. Administração de conflitos
	Participação representativa	19. Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais 20. Articulação de segmentos orientados por interesses específicos
	Como a população vê o parque	21. Imagem negativa 22. Descaso político com o parque 23. Descomprometimento da comunidade científica 24. Limitação do desenvolvimento municipal 25. Falta de informação sobre o parque para a população 26. Indefinição com relação a procedimentos sobre a futura realocação da população
	Esportes da natureza	27. <i>Sand-board</i> 28. Trilhas - Caminhada
	Turismo	29. Modelo incompatível com a UC 30. Balneário litorâneo 31. Sítios de lazer
	Atividades econômicas	32. Pecuária 33. Pesca 34. Coleta de moluscos e crustáceos 35. Serviços turísticos (hospedagem e alimentação)
	Infra-estrutura viária	36. Estrangulamento viário 37. Riscos de acidentes com carga tóxica 38. Fragmentação de parques 39. Estímulo à ocupação 40. Atropelamento da fauna
	Fauna e flora	41. Introdução de espécies exóticas vegetais 42. Dispersão de espécies exóticas vegetais 43. Ataque de predadores 44. Extrativismo vegetal 45. Coleta de moluscos e crustáceos

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
Polícia de Proteção Ambiental	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101 2. APA da Baleia Franca 3. PRODETUR 4. Expansão urbana e balneária 5. Projetos turísticos
	Fundiários	6. Limites indefinidos do parque 7. Demarcação de limites
	Jurídicos	8. Não-cumprimento da legislação de parques
	Operacionalização da UC	9. Estrutura de gestão 10. Estratégias de ações 11. Administração de conflitos
	Participação representativa	12. Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais 13. Articulação de segmentos orientados por interesses específicos
	Como a população vê o parque	14. Imagem negativa 15. Descaso político com o parque 16. Limitação do desenvolvimento municipal 17. Falta de informação sobre o parque para a população 18. Indefinição com relação a procedimentos sobre a futura realocação da população
	Turismo	19. Modelo incompatível com a UC 20. Balneário litorâneo 21. Sítios de lazer
	Atividades econômicas	22. Pecuária 23. Pesca 24. Extração de areia
	Infra-estrutura viária	25. Riscos de acidentes com carga tóxica 26. Estímulo à ocupação 27. Atropelamento da fauna
	Fauna e flora	28. Presença de espécies exóticas vegetais 29. Dispersão de espécies exóticas vegetais 30. Ataque de predadores 31. Extrativismo vegetal

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
Prefeitura	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101 2. APA da Baleia Franca 3. Plano de ampliação da rede de abastecimento de água 4. PRODETUR 5. Expansão urbana e balneário 6. Projetos turísticos
	Fundiários	7. Limites indefinidos do parque 8. Demarcação de limites 9. Indefinição dos direitos à indenização 10. Regularização das terras pelos cartórios 11. Regularização de terras pela União 12. Terras de compáscuo
	Jurídicos	13. Não-cumprimento da legisl. de parques 14. Parcelamento e comercialização de terras
	Operacionalização da UC	15. Estrutura de gestão 16. Estratégias de ações 17. Administração de conflitos
	Participação representativa	18. Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais 19. Articulação de segmentos orientados por interesses específicos
	Como a população vê o parque	20. Imagem negativa 21. Descaso político com o parque 22. Descomprometimento da comunidade científica 23. Limitação do desenvolvimento municipal 24. Falta de informação sobre o parque para a população 25. Indefinição com relação a procedimentos sobre a futura realocação da população
	Esportes da natureza	26. <i>Sand-board</i> 27. Trilhas - caminhadas
	Turismo	28. Modelo incompatível com a UC 29. Balneário litorâneo 30. Sítios de lazer
	Atividades econômicas	31. Pecuária 32. Pesca
	Atividades econômicas	33. Extração de areia 34. Serviços turísticos (hospedagem/alimentação)
	Infra-estrutura viária	36. Estrangulamento viário 37. Riscos de acidentes com carga tóxica 38. Fragmentação de parques 39. Estímulo à ocupação 40. Atropelamento da Fauna
	Fauna e flora	41. Introdução de espécies exóticas vegetais 42. Dispersão de espécies exóticas vegetais 43. Ataque de predadores 44. Extrativismo vegetal

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
PRF	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101
	Como a população vê o parque	2. Imagem negativa
	Infra-estrutura viária	3. Estímulo à ocupação
Promotora temática	Planos co-localizados	1. Plano de ampliação da rede de abastecimento de água 2. Prodetur 3. Projetos turísticos 4. Expansão urbana/balneários
	Jurídico	5. Parcelamento e comercialização de terras
	Fundiários	6. Demarcação de limites 7. Limites indefinidos da área 8. Regularização das terras pelos cartórios 9. Indefinição dos direitos à indenização 10. Regularização das terras da União
	Operacionalização do parque	11. Estrutura de gestão 12. Administração de conflitos 13. Estratégia de ações 14. Limitação desenvolvimento do município 15. Imagem negativa do parque 16. Falta de informação sobre o parque para a população 17. Indefinição com relação a procedimentos sobre a futura recolocação da população
	Esportes na natureza	18. Trilhas e caminhadas
	Atividades econômicas	19. Extração de areia 20. Serviços turísticos
	Turismo	21. Modelo incompatível com o parque 22. Balneário 23. Sítio de lazer
	Infra-estrutura viária	24. Estímulo à ocupação
Ministério Público	Fundiários	1. Demarcação de limites 2. Limites indefinidos da área 3. Regularização das terras pelos cartórios 4. Indefinição dos direitos à indenização 5. Regularização das terras da União
	Como a população vê o parque	6. Imagem negativa
Governo do Estado	Fundiários	1. Demarcação de limites 2. Limites indefinidos da área 3. Regularização das terras pelos cartórios 4. Indefinição dos direitos à indenização
	Participação representativa	5. Desequilíbrio de representatividade de diferentes segmentos sociais
	Como a população vê o parque	6. Imagem negativa 7. Descaso político com o parque

Continua...

Quadro 14, Cont.

Instituição	Variáveis	Objeto de conflito
IBAMA	Planos co-localizados	1. Duplicação da BR 101 2. APA da Baleia Franca
Marinha	Planos co-localizados	1. APA da Baleia Franca
Cartório	Jurídico	1. Parcelamento e comercialização de terras
	Como a população vê o parque	2. Imagem negativa
Universidades	Como a população vê o parque	1. Descomprometimento da comunidade científica

variáveis “jurídico” (grifos meus) e “como a população vê o parque” (grifos meus) foram as mais comuns entres as instituições citadas.

No entanto, praticamente em todas as instituições apareceu o objeto de conflito limitação do desenvolvimento municipal, demonstrando que o viés desenvolvimentista predomina entre os interesses dos atores envolvidos.

5.5 Resultados e Avaliação

Com exceção do IPUF, do Iphan e do Exército, as demais instituições (16), as 11 variáveis e os 105 conflitos listados no Quadro 8, que sumariza a realidade encontrada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro,¹²¹ estão envolvidos na realidade da Praia da Pinheira. No entanto, foram incluídas: a Promotoria Temática, os Ministérios Públicos (da União e Estadual), o Ibama, a Polícia Rodoviária Federal, o Comtur e os cartórios, tendo em vista suas atuações nos conflitos lá existentes.

Os Quadros 9 e 10, que tratam das atribuições de cada parte do processo, mais tarde esquematizados no item 5.3, mostraram os entraves na gestão dos conflitos ambientais vivenciados pela população da Praia da Pinheira e os conflitos referentes aos objetivos do parque.

As características individuais de cada instituição e as suas correlações com os objetos de conflitos trabalhados permitiram compreender que os níveis de intervenção das partes sobre esta área do entorno e também do interior do parque são regulados por vários objetivos e segmentos - públicos, privados, ONG's, etc.

¹²¹ Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2002).

Esta realidade constitui uma dinâmica de relações, na qual o acesso aos recursos naturais é desigual e, em face de interesses e objetivos manifestos, provoca conflitos (no caso, localizados).

Sem o Plano de Manejo, já preconizado no Plano Diretor, elaborado em 1976, a gestão desta área – e, por extensão, também toda a área do Parque da Serra do Tabuleiro – tornou-se impossível, tendo em vista que na gestão ambiental as ações estão integradas e vinculadas ao planejamento estratégico das ações governamentais¹²², em que os objetivos e as metas estariam claramente definidos, assim como os níveis de responsabilidade, que, posteriormente, seriam compartilhados entre as instituições que compõem a esfera pública. Fato que permitiria a gerência das questões ambientais.

Como foi visto no item 2, nas tensões presentes com a criação e implantação de parques estão envolvidas diferentes compreensões de área protegida, diferentes posições, interesses e comprometimento no interior das instituições (ambientalistas, socioambientalistas e técnicos em desenvolvimento), ausência de um plano norteador (Plano de Manejo) e a história política das questões ambientais no Brasil, especialmente no tratamento dos parques nacionais.

Nesta perspectiva, o gerenciamento dos conflitos ambientais envolve as diversas partes, mas principalmente a população local, que tende a ficar marginalizada do processo.

Como já foi dito, consta no Plano Diretor (1976) atenção especial à comunidade de pescadores tradicionais da Baixada do Maciambu – região onde se localiza a Praia da Pinheira – como aliados na conservação e preservação da área. Porém, a descontinuidade das ações, a falta de vontade política para a implantação do parque, aliadas aos interesses especulativos sobre a área, levaram ao quadro crítico e vulnerável dessa área de entorno do parque.

Na Praia da Pinheira atuam 18 instituições públicas diretamente envolvidas e outras cinco, com menor intensidade (Quadro 11). Associada a elas, a matriz de conflitos (Quadro 8) apresentou 11 variáveis; nelas estão distribuídos 44 objetos de conflito (Quadro 11), numa realidade que conta com dez restrições legais, de acordo com a legislação vigente (Quadro 11).

¹²² Notas de aula sobre Gestão de Conflitos Ambientais (2004).

Esta área, que, diante de sua importância para a ciência, representou uma das regiões do parque que mais despertaram nos cientistas as primeiras iniciativas de preservação e a partir delas a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sofre hoje o maior contingente de pressões.

A população tradicional do lugar (ver Figura 9), em número bastante reduzido, sofreu e sofre os impactos do crescimento desordenado da região e se vê pressionada a mudar seu *modus operandi* para atender às novas necessidades, embora despreparada, no meio a tantas restrições, para a nova conjuntura: desenvolvimento do turismo e “invasão” dos veranistas. Por outro lado, a bandeira da conservação e preservação da natureza continua solitária.

Legalmente, só a partir de 2000 – com a criação do Snuc –, o respeito às comunidades locais no processo de criação de parques foi reconhecido e recomendado. O art. 5º da Lei 9.985 e o Decreto 4.340, de 2002, tratam dessa questão, ainda que timidamente à vista da sua importância. De acordo com McCay¹²³ (1988), Acheson (1989)¹²⁴ e Pinkerton (1989)¹²⁵, *apud* FENNY (2001, p. 33),

“(...) a forma de co-manejo (estatal e automanejo dos usuários) é a opção mais viável, pois ela pode capitalizar o conhecimento local e o interesse duradouro dos usuários, ao mesmo tempo permitindo a coordenação com usos relevantes e com usuários em um amplo escopo geográfico a custos transacionais (imposição de regras) potencialmente mais baixos”.

Conforme exposto no item 2, é difícil viabilizar programas de conservação e, ou, preservação, cujo modelo não possibilite reflexões e participação da comunidade nas decisões e atitudes sobre meio ambiente. Os recursos naturais, sob o olhar do setor financeiro e econômico, são apropriados de qualquer jeito, pois o olhar desses setores está voltado para a criação de alternativas para sua própria sobrevivência.

GOLDMAN (2001, p. 44-78) corrobora a atuação das diferentes “escolas”¹²⁶ no trabalho com os recursos comuns. Para ele, é essencial que a população se

¹²³ McCAY, B. J. Muddling through the clam beds: Cooperative management of New Jersey's hard clam spawner sanctuaries. *Journal of Shellfish Research*, v. 7, p. 327-340, 1988.

¹²⁴ ACHESON, J. M. Where have all the exploiting gone? Co-management of the Maine lobster industry. In: Berkes, F. (Ed.) *Common property resources*. London: Belhaven, 1989, p.199-217.

¹²⁵ Pinkerton, E. (Ed.) *Co-operative management of local fisheries*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1989.

¹²⁶ O autor classifica em três escolas os que se dedicam aos recursos naturais e ao meio ambiente: os ecologistas, os técnicos em desenvolvimento e os gerentes de recursos globais. Vide item 3.

envolva com as questões que extrapolam o espaço local e suas implicações no contexto do desenvolvimento e da modernidade. Ressalta que existe uma tensão ao “lançar um olhar cego para as forças destrutivas da expansão capitalista sobre os comuns e um largo sorriso aos “subcapacitados” (grifo do autor) habitantes tradicionais que, desafiando todas as certezas, protegem seus recursos comuns”.

O autor constatou:

“Nenhum especialista em comuns se envolveu numa análise sobre o desenvolvimento e suas instituições, sobre a construção das relações de conhecimento/poder que os países do Norte mantêm com seus sujeitos/clientes. Concluiu o autor que, tanto os que se coadunam com a “tragédia dos comuns” (grifos do autor), como os que a ela se opõem, ignoram a dialética temporal e espacial dos mundos que afirmam conhecer, e daqueles em que habitam.” (GOLDMAN, 2001, p. 45).

Diante do quadro apresentado pelo Parque Estadual da Serra do **Tabuleiro**, **percebe-se que o zoneamento** (aqui compreendido com os limites físicos/geográficos estabelecidos para o parque até o momento) **privilegiou os critérios territoriais e não os critérios sociais** (a partir das comunidades), impedindo que se estabelecessem redes de relações no contexto do planejamento para a implementação da gestão no parque.

Este implica um processo de educação, que consiste em alterar o saber da população e das instituições. A pesquisa demonstrou que enquanto não houver **um modelo de gestão capaz de antever os conflitos**, não há como evitá-los e/ou minimizá-los. O que sobra, sem isso, é apenas o gerenciamento de ações em detrimento da gestão, mas sem conseguir o resultado esperado.

O universo da pesquisa foi rico em demonstrar como ocorrem as relações de interesses dos diversos atores e suas atribuições de competência, bem como as conseqüências da negligência do estabelecimento de redes de relação com a população local. Com isso, até a legislação se torna impotente, pois ela, por si só, é incapaz de conter o processo de formação de conflitos. No caso da Pinheira, ela torna as relações ainda mais complexas e de difícil compreensão, possibilitando apenas o gerenciamento de ações, em detrimento da gestão.

Toda a Baixada do Maciambu, definida como área de proteção especial (APE), pertencia ao parque pelo artigo primeiro do decreto 1260 de 1975. Embora

tenha havido desanexação da área após a criação do parque, este reforça a normatização dessa área de entorno quando diz que **toda a área de marinha** (grifos meus), situada entre a foz do Rio Maciambu e a foz do Rio Embaú, também integra o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

As pressões do crescimento urbano e a ausência de plano de manejo resultaram na desanexação de uma faixa de 500 metros no sentido do mar para o continente, abrangendo a praia do sonho, a Ponta do Papagaio, a Praia da Pinheira, a Vila da Pinheira e a Guarda do Embaú. Porém, essa atitude ainda mantém a área desanexada, embora com restrições ao direito de propriedade. A praia, bem como toda a região da Pinheira, constitui **a área de entorno, conhecida como zona-tampão** – de acordo com determina o Conama – ou **área de proteção especial**¹²⁷ – como determina o Decreto Estadual - ou **área de amortecimento**, como preconiza o Snuc.

Ainda na faixa de 500 m, desanexada do parque, na porção mais próxima do mar, **tem-se uma faixa de marinha**, área também normatizada e considerada **propriedade da União**, conforme art. 20¹²⁸ da Constituição Federal. Esta restrição se impõe à restrição estadual do parque. Têm-se, portanto, duas restrições alinhadas: entorno do parque e área de marinha.

Numa terceira restrição, cita-se o artigo 61 do Decreto 14.250, que diz: “**Com vistas à preservação ambiental ou ecológica, é proibido parcelamento do solo em áreas de proteção especial de que trata esse regulamento**”.

É importante destacar que essa proibição de parcelamento do solo, loteamento ou o que forma condomínio horizontal, vem do ano 1981. Segundo a Promotoria Temática, naquela época ainda não havia a implantação do loteamento

¹²⁷ **Área de Proteção Especial.** Definidas pelos artigos 41, 42, 44 e 45 do Decreto Estadual nº 14.250, de 5 de junho de 1981 (Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à proteção e à melhoria da qualidade ambiental). No artigo 44 fica definido que são considerados locais adjacentes, para efeito de proteção, a faixa de 500 metros de largura em torno dos parques estaduais. Já o artigo 45 diz que são proibidos o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras e outras atividades que degradam os recursos naturais e a paisagem nas áreas externas adjacentes a parques estaduais. Aqui temos duas restrições alinhadas: parques e áreas de proteção especial.

¹²⁸ **Art. nº 20. São bens da União:** VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos; no **Art 23** fica estabelecido que “É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, **as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos**” (grifos meus). Já o **Art. nº 24** define que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

Pinheira, mas apenas sua aprovação em âmbito municipal (sem a implantação). Além disso, as informações contidas no mapa do IBGE, datado de 1993, não identificam loteamento nessa área.

Para o promotor, observando a legislação e a documentação citada (Decreto 14.250 e o mapa do IBGE), é possível afirmar que toda a Baixada do Maciambu é propriedade do Estado. Porém, dada a situação apresentada atualmente com a ocupação, também é possível afirmar que **a Baixada pertence parcialmente ao Estado** (pelos argumentos: força da lei e título).

O parcelamento do solo na Pinheira ocorreu porque a Lei Estadual nº 652, de 1904, transferiu para o município da Palhoça a administração dos Campos de Araçatuba e a Baixada do Maciambu. Na metade da década de 1950, as glebas passadas ao município da Palhoça poderiam ser arrendadas pelo município a terceiros em lotes nunca superiores a 80 mil metros quadrados (8 ha). No entanto, a prefeitura da Palhoça registrou as propriedades em nome próprio, para depois passar a terceiros. Estes terceiros repassaram a outros, do que resultou, no final do ano de 1962, a ocupação de toda a área (nas mãos de terceiros da Pinheira e da sociedade balneária).

Segundo informações obtidas durante uma entrevista na Promotoria Temática, “essa questão já foi levada ao Tribunal de Justiça do Estado de SC”, tendo como decisão da lavra do desembargador o cancelamento do registro de imóveis, considerando que a Lei Estadual nº 652, de 1904, mantém o domínio das terras situadas no Campo de Araçatuba e Maciambu ao Estado de Santa Catarina e apenas transfere sua administração à municipalidade de Palhoça. O artigo 859 do código civil – presunção jûris – diz que “presume-se titular do direito rural aquele constante do registro”. Então, aquele que tiver o seu imóvel no loteamento ou na região da Baixada registrado em seu próprio nome, presume-se que seja o dono. No entanto, diz o desembargador, “tal presunção é relativa, sendo passível de cancelamento ou transcrição da venda efetuada a não-donos (por quem não era dono)”. A princípio, a prefeitura de Palhoça, em meados da década de 50, detinha apenas a administração das terras estaduais.

Com isso, o estado poderia ter regularizado essa situação, fazendo o trabalho de identificar os lotes, anular todos os registros imobiliários e conceder àquelas pessoas titulares do domínio (ou titulares da posse) o título e cobrar o foro. O estado estaria atuando dentro de sua competência e direito; pacificaria a questão, ganharia

com ela e cumpria o seu papel na causa ecológica, tendo em vista que foi em 1954 que se iniciaram as pesquisas realizadas pelos cientistas e biólogos Dr. Roberto Miguel Klein e Dr. Raulino Heitz; em 1965, foi feita a primeira exposição de motivos para transformar essa área em área de preservação, que veio a se concretizar em 1975, com a criação do parque.

Como quarta restrição estão as inúmeras nascentes, alagados e cursos d'água na Baixada do Maciambu, que constitui **Área de Proteção Permanente (APP)**. Assim, fica estabelecida uma APP pelo menos a 30 metros da margem desses cursos d'água. Ainda no capítulo da APP, mais uma restrição incide sobre essa área: é a **presença de restinga – definida como Mata Atlântica** pelo Decreto Presidencial de 1993¹²⁹. “(...) ficam proibidos o corte, a exploração, a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado ou médio de regeneração da Mata Atlântica”.

O **Código Florestal**, no seu artigo terceiro, impõe a sexta restrição: “consideram-se ainda de preservação permanente quando assim declaradas por ato do poder público as florestas e as demais formas de vegetação destinadas a **asilar espécie da fauna ou flora ameaçadas de extinção**”. Há registro de descoberta recente e também da presença do *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato-pequeno), cuja espécie consta na lista dos animais em extinção do Ibama¹³⁰, encerrando assim a sétima restrição, a saber: “**consideram-se ainda de preservação permanente quando assim declaradas por ato do poder público as florestas e as demais formas de vegetação destinadas a asilar espécie da fauna ou flora ameaçadas de extinção**”.

A **legislação do município da Palhoça** também reconhece o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro como APP. A Lei Orgânica do Município considera também como área de proteção o Morro da Pedra Branca (ainda não demarcada), o Morro do Cambirela (já área do parque), os manguezais e as dunas.

¹²⁹ No decreto são consideradas “Mata Atlântica as formações florestais, os ecossistemas associados inseridos no domínio da Mata Atlântica com as devidas delimitações estabelecidas pelo mapa de vegetação do IBGE; esclarece: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila mista, Floresta Ombrófila aberta, Floresta estacional semidecidual, Floresta estacional decidual, **manguezais, restingas**. Então, estabelecido que o local é uma restinga, e portanto Mata Atlântica, é de preservação permanente. Temos também **APP, segundo o Código Florestal, artigo terceiro** (descoberta recente): “considera-se ainda de preservação permanente quando assim declaradas por ato do poder público, as florestas e as demais formas de vegetação destinadas a asilar espécie da fauna ou flora ameaçadas de extinção”.

¹³⁰ Para os biólogos, a presença de um felino como este demonstra que a área deve ser preservada, porque apresenta condições atuais de equilíbrio.

Como décima **restrição, tem-se a proteção das dunas**, que está quase toda ocupada na Praia da Pinheira.

Como atividades que poderiam ser feitas pelo Estado, citam-se também outros artigos da Constituição Federal que incidem sobre esta área, impondo-lhe restrições, como:

- Art. 170 - VI - defesa do meio ambiente;
- Art. 216 - Sobre o patrimônio cultural brasileiro; e
- Art. 225, que diz:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações – No § 4º desse Art. - A Floresta Amazônica brasileira, **a Mata Atlântica** (grifos meus), a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a **Zona Costeira** (grifos meus) são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Todas as restrições citadas vêm ao encontro dos 17, dentre os 59, motivos que justificaram a criação do parque de uso indireto. No entanto, ao desconsiderar a população que lá morava, em número bastante reduzido na época - como pôde ser comprovado pela imagem de satélite apresentada na Figura 11, página 147, foi negligenciado um potencial aliado na atitude de proteção da área, pois são conhecidas as deficiências de fiscalização, seja do órgão ambiental, seja da Polícia de Proteção Ambiental, que tem suas atividades regulamentadas pelo nº 1.017, de 13 de novembro de 1991 com base art. 4º da Lei nº 8.039, de 23 de julho de 1990, que diz: “A ação da CPF (Companhia de Polícia Florestal) será iniciada prioritariamente, na região da Mata Atlântica, e especialmente na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e de mananciais da região”. Para a sua atuação, no entanto, se faz a partir do estabelecimento de convênios. Consta que até esta data, o Estado ainda não assinou convênio com Polícia de Proteção Ambiental. Ela atua conveniada com o Ibama.

Diz a Lei 9.985, de 2000, no art. 42¹³¹, que até que seja possível efetuar o reassentamento ou a indenização das comunidades tradicionais que estão dentro da área, deve ser feito um termo de compromisso individual com essas pessoas, estabelecendo quais são as atividades que elas poderiam fazer e suas restrições, sem, porém, causar prejuízo ao seu modo de vida. A lei é de 2000, mas nada impediria um acordo dessa natureza com a população local enquanto não houvesse uma alternativa mais eficiente.

Por outro lado, os conflitos e ameaças à biodiversidade do parque são aguçados pela necessidade de geração de emprego e renda por que passam os municípios, tendo em vista a deficiência econômica do País. Porém, as quatro espécies de atividades previstas na legislação, referentes aos parques - pesquisa científica, turismo ecológico, educação ambiental e recreação no contato com a natureza - ainda estão indefinidas. Pela ausência de um plano de manejo, não há nenhuma estrutura específica de indicação, de desenvolvimento, de terceirização ou de realização¹³² apontada pelo ente público responsável pela administração do parque, a Fatma, que possibilite torná-lo eficiente.

Sua beleza cênica, os recursos naturais, a proximidade com grandes centros no âmbito estadual (proximidade com a capital do estado), a BR101, a BR 282, os municípios que integram a Grande Florianópolis no entorno, o uso intensivo de agricultura e da pecuária – dentro e no entorno do parque, aliados à necessidade de geração de emprego e renda - torna-se cada vez mais premente a necessidade de gestão dos conflitos e implantação do Plano de Manejo.

5.5.1 Dos Resultados ao Plano de Manejo na Gestão dos Conflitos

Não há um modelo de plano de manejo que sea aplicável a todos os parques. No entanto, de acordo com DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 87), “a qualidade

¹³¹ § 2º do art. 42. “Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”.

¹³² De acordo com DOUROJEANNI e PÁDUA (2001), a autoridade que executa a gestão das UCs de uso indireto deve ser pública, ainda que, cada vez mais, se aceitem modalidades de terceirização e de co-gestão. Evidentemente, os parques, como qualquer área protegida, devem ter um marco legal apropriado, ser parte de um sistema nacional ou regional, possuir planos de manejo (que usualmente implicam zoneamento), infra-estrutura, equipamento e, em especial, pessoal de nível adequado e devidamente treinado.

do manejo é grandemente afetada pela falta de autonomia administrativa de cada UC”, embora seja evidente que as UCs devem formar parte do sistema regional ou nacional e que esse sistema deve ter regras de jogo explícitas, a serem implantadas em cada unidade.

Para os autores, dentre os desafios a serem superados pelos planos de manejo, têm-se:

- a carência de pessoal e a de pessoal qualificado - (...) em termos de pessoal por hectare, segundo um estudo comparativo de James et al.¹³³ (1999), *apud* DOUROJEANNINI e PÁDUA (2001, p. 88), “a situação do Brasil é uma das piores do mundo, inclusive abaixo da média da América do Sul”;

- a escassez de recursos econômicos é acrescida de duas dificuldades: uma tendência geral ao decréscimo da disponibilidade de recursos por unidade de superfície e a irregularidade desses recursos, com períodos de relativa bonança, seguidos de longos períodos de privação, quando se perdem muitos dos progressos alcançados com esforço (DOUROJEANNINI e PÁDUA (2001, p. 91).

Os planos de manejo devem ser um processo contínuo e não podem ser afetados pela escassez dos recursos econômicos. Segundo MILANO (1997), “de pouco servem os planos de manejo perfeitos se não existe dinheiro para aplicá-los”.

Esta afirmação se coaduna com a necessidade de participação das populações locais na sua elaboração, que deve primar pela experiência do local, pelo senso comum (escutar os interessados e afetados locais) e pela gestão dos conflitos ambientais.

Este processo se coaduna com a necessidade de “aprender a aprender”¹³⁴. Todo indivíduo possui saberes e elementos tão fortes que chegam a constituir identidades e “verdades”, como ser multidimensional que é. Os diferentes saberes devem ser conhecidos e discutidos para que haja espaço e oportunidade para a busca do conhecimento que encaminhará para as soluções.

Assim, as partes envolvidas nos conflitos ambientais devem estar preparadas para ouvir, para questionar objetivamente cada questão. Devem também ser

¹³³ JAMES A. P.; GREEN M. J. B.; PAINE J. R. A global review of protected areas budget and staff. World conservation monitoring center / World commission on protected areas, Victoria, Cambridge, WCMC. *Biodiversity series*, n. 10, p. 46, 1999.

¹³⁴ Nossa sociedade e todas as suas instituições estão em contínuo processo de transformação. Portanto, é preciso não só transformar as instituições em sistemas de aprendizado, mas em sistemas que devem fazer acontecer sua própria transformação. Ver SCHON, Donald. *Beyond the stable state*. New York: The Norton Library. 1971, caps. 1 e 2.

capazes de definir seus objetivos e explorar as suas possibilidades, apoiados em bases sólidas, que permitam antever os desdobramentos das decisões a serem tomadas.

Os conflitos na Praia da Pinheira e em toda extensão do parque estão instalados. No gerenciamento, respeitando a tríade do desenvolvimento sustentável, que é integrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e equidade social, a cidadania tem papel primordial na negociação.

Na realidade estudada, fica evidente que não há como se fazer gestão dos conflitos, pois os tipos de verdade que sustentam cada ator do processo são incompatíveis entre as partes envolvidas. Na gestão (planejamento) dos conflitos, as ações devem estar integradas e vinculadas ao planejamento estratégico das ações governamentais (Plano de Manejo), com objetivos e metas claramente definidos, ao mesmo tempo em que as responsabilidades são compartilhadas entre as instituições que compõem a esfera pública.

O que a realidade apresenta é a possibilidade de gerenciamento (administração), na qual as ações, que são de caráter atemporal, demandam esforços concentrados de natureza diversa para resolver problemas de caráter setorial (notas de aula, 2004). Não há como controlar mecanismos que antevejam conflitos ou busquem soluções para os que se apresentam nos desdobramentos da dinâmica social, pois não há troca de informações documentadas, registro e acompanhamento.

Este fato explica a descontinuidade das ações, tendo em vista que elas são suscetíveis às mudanças organizacionais das empresas públicas e à perspectiva de competição entre elas¹³⁵, assim como as políticas governamentais em âmbito maior.

A integração dos órgãos públicos para a resolução dos conflitos na implantação de parques e no meio ambiente, de maneira geral, ainda é uma realidade distante, sem contar que não se sabe qual o nível de institucionalização da variável ambiental nas empresas do setor público.

Esta proposta é defendida por SILVA¹³⁶ (2004), SILVA¹³⁷ (2003) e RIBEIRO¹³⁸ (2000), que propõem a introdução da dimensão ecológica nos vários campos da vida

¹³⁵ Ver capítulo 2 – item: “Conflitos decorrentes das perspectivas de tratamento dos parques nacionais”.

¹³⁶ Harrysson Luiz da Silva – Curso de gestão de conflitos.

¹³⁷ Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente).

¹³⁸ Ribeiro, Maurício Andrés. *Ecologizar: pensando o ambiente humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2000. 398 p.

e da sociedade, que também se aplica aos governos e às administrações públicas, às empresas, à educação, à cultura e aos valores sociais. Para SILVA (2004):

“A variável ambiental deve fazer parte de um programa institucional nas empresas públicas, e não do programa de uma administração eletiva. (...) A implantação e controle dariam resultados mais objetivos se a administração pública dirigisse suas ações numa perspectiva de gestão ambiental, não de gerenciamento ambiental”.

. Em suma, da dinâmica social representada na Praia da Pinheira, dos diferentes objetos de conflito que compõem o fenômeno – conflitos ambientais no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro –, percebe-se que a gestão de conflitos não pode se restringir ao âmbito institucional, ou seja, a um programa de administração eletiva por qualquer uma dessas das instituições, já que as suas atribuições e competência são limitadas e limitam o processo, além de interferirem nas outras variáveis acima discutidas.

Os resultados da pesquisa demonstraram também que os conflitos ambientais não são pessoais; eles são comunitários e globais - embora “cada indivíduo seja um indivíduo” nos grupos a que pertencem. As soluções são interdisciplinares e exigem tomadas de atitude (sem a vaidade que permeia a concorrência entre instituições e indivíduos), com a garantia da participação da população envolvida em cada objeto de conflito.

Isto quer dizer que o plano de manejo para cada objeto de conflito não é necessariamente o mesmo, como mostrou a análise das correlações dos objetos de conflito com as atribuições das 22 competências institucionais na Praia da Pinheira (item 5.3). Cada objeto de conflito implica vários atores, saberes e interesses diferentes, que exigem atitudes na busca de conhecimentos específicos, mas que dêem suporte às soluções, com possibilidade de acompanhamento, avaliação (verificação sistemática das não-conformidades inerentes ao discurso de cada uma das partes envolvidas) e ações mitigadoras.

É importante observar, na busca de soluções para cada objeto de conflito, as atribuições de cada instituição – aquelas que devem ser realizadas, com base em sua competência legal e estrutural e as responsabilidades – que é o resultado ambiental decorrente da ação/omissão da resolução dos conflitos ambientais.

*Não pode a Lua aquecer e fertilizar feito o Sol.
Não tem o Sol a grácil maciez romântica da Lua.
Não pode a Lua germinar as sementes, amadurecer os
frutos, nutrir os seres.
Ao Sol é negado fazer carícias nas estrelas.
Não pode ser um o que o outro é.
Só ao homem é possível, em si mesmo, harmonizar
opostos, sintetizar tese e antítese, conjugar o masculino do
Sol e o feminino da Lua.*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Conclusão

Os conflitos ambientais vivenciados no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em especial na região da Pinheira, localizada na Baixada do Maciambu, demonstram a fragilidade das iniciativas dos programas e das instituições envolvidas no processo de implementação do parque.

Há conflitos de várias ordens: comunidade *versus* Administração do Parque; capacidade de suporte da área protegida *versus* rápido crescimento populacional; conflito de interesses; organização *versus* regulamentação fundiária; processos de inconsistência nas discriminatórias administrativas *versus* cadastramento fundiário; características e fragilidade dos ecossistemas *versus* exploração econômica e especulativa; êxodo da população “nativa” *versus* especulação e conflitos na atuação das instituições que atuam na área. Em consequência, a busca por soluções é tensa; a responsabilidade pela ausência de respostas é repassada de instituição a instituição, limitadas em suas competências – comum e concorrente –, o que amplia a extensão dos conflitos.

À medida que cada objeto de conflito foi sendo analisado na sua co-relação com as atribuições de competência das instituições relativas a ele, o problema elegido nesta pesquisa foi sendo atendido; conseqüentemente, também foi sendo comprovada a hipótese de que a gestão dos objetos de conflito (e não dos interesses, embora a visualização das ocorrências objetivas tenha partido deles) em parques já implantados, ou a gestão previsiva de conflitos nos parques a implantar, garante que a participação das comunidades locais e a atuação dos atores institucionais – aliados ao conhecimento científico e aos diversos saberes – atendem aos princípios de equidade social e aos objetivos da estratégia de implantação de parques.

Diante da complexidade das relações estabelecidas e dos interesses dos diferentes atores, a gestão de conflitos ambientais, que envolve instituições públicas e comunidades, pode ser um instrumento de manejo na implantação de uma unidade de conservação de uso integral. Esta conclusão atende ao objetivo geral, que a pesquisa se propôs a investigar.

A partir desta constatação, a pergunta sobre como essa gestão (planejamento) ocorreria e que caminhos trilharia veio ao encontro dos objetivos específicos listados, constituindo uma diretriz para a viabilidade dos parques já implantados. Para que garanta sustentabilidade aos parques, a gestão dele, que implica também a gestão de seu entorno, só pode ser realizada a partir do envolvimento das comunidades em cada objeto de conflito, pois ela (a gestão) demanda atitudes e planos de manejo diferentes para cada contexto e abrangência.

O resultado da pesquisa leva a pensar no plano de manejo da área de amortecimento (preconizado por lei) de forma mais ampla, inserindo a participação de todas as regiões próximas à área. Ao se estabelecer o plano de manejo do parque e do entorno, é importante que as regiões desse entorno sejam integradas ao processo de educação ambiental e geração de emprego e renda.

Com esta constatação, a fundamentação teórica contemplou os dois primeiros objetivos específicos, pois permitiu visualizar o porquê da incompreensão e dos conflitos entre instituições e população, entre si e entre os objetivos da estratégia de proteção dos recursos da natureza – parques –, as dificuldades em fazer gestão e o caminho, apontar para o caráter não-institucional da gestão dos conflitos na implantação de parques.

O estudo de caso e a análise dos objetos de conflitos atenderam aos demais objetivos específicos traçados, apontando para uma metodologia no tratamento dos conflitos freqüentemente encontrados nas áreas de amortecimento e interior do parque.

No limite, o conjunto não só atendeu ao objetivo geral, que é a verificação da gestão de conflitos ambientais como uma diretriz para viabilizar o manejo dos parques já implantados e seu entorno, como permitiu extrapolar para uma ação de previsiva de conflitos, na elaboração de um plano diretor para os parques a serem futuramente implantados. A ação de antever os eventuais conflitos sob a ótica da competência comum e concorrente garante o saber relativo das práticas locais, a inserção do saber científico acerca dessas práticas e a ação dos órgãos públicos no

contexto, em que o papel de cada um fica estabelecido no tempo e no espaço de acordo com os recursos disponíveis e os objetivos das unidades.

O procedimento metodológico fez com que as demarcações fossem realizadas, não só para o universo da pesquisa, como também para as referências bibliográficas e o desdobramento na análise dos dados. Com esta postura, foi-se descortinando a problemática das visões ambientais, socioambientais e de desenvolvimento que permeiam os debates e decisões relativos aos parques; da competência comum e concorrente nas atribuições de cada instituição e dos conceitos e tratamento diferenciado de cada país nas definições da IUNC.

Enfim, as etapas que envolveram esta tese confirmaram que a gestão dos conflitos ambientais – institucional *versus* institucional, institucional *versus* população e implantação dos parques *versus* planejamento – pode ser um critério e uma diretriz para elaboração do Plano de Manejo e para a gestão de parques.

6.2 Recomendações

Diante dos resultados da pesquisa, que apontaram para a abrangência e desdobramentos do tema, bem como para as dificuldades de proteção dos recursos naturais e tornar as áreas de entorno eficientes, fica a recomendação de se criar uma câmara de mediação de conflitos ambientais, cuja atribuição possibilitará atuar nos planos de gestão de forma global, tal que inclua os planos de manejo e o gerenciamento das ações.

Embora a Constituição da República tenha delegado ao Poder Público obrigações para a proteção e manutenção do meio ambiente equilibrado e, portanto, a tomada de decisões sobre os conflitos ambientais, o estudo demonstrou que há inúmeras dificuldades para mediar essa questão, pois se trata de um bem difuso. A noção meio ambiente, como pode ser observada na legislação, não se refere apenas aos aspectos relativos ao meio ambiente natural. Nela estão inseridos também o meio ambiente artificial e o meio ambiente cultural (que abriga as diversas formas de expressão de um povo e outros valores inseridos no cotidiano). Por outro lado, o interesse público é marcado pela indeterminação, que, de acordo com PINTO (2003), não pode ser admitido como uma realidade própria das ciências exatas e matemáticas. A manutenção do aludido equilíbrio, ao contrário do que preconiza Lei

nº 9.307, de 1996, que instituiu a utilização da mediação e arbitragem para bens patrimoniais disponíveis, evidencia outros conflitos. Com estes postulados, verifica-se que a tese também contemplou os demais objetivos específicos.

No entanto, como se pôde observar no item 5, o Ministério Público também é parte constitutiva dos conflitos, juntamente com as outras instituições, com suas atribuições e interesses. A diversidade de interesses é evidente em cada organização e pode ser analisada ao se observar como as idéias e as ações colidem ou coincidem.

Num trabalho de mediação, a atuação do Ministério Público fica comprometida, uma vez que ora ele é parte envolvida (conflitos), ora é denunciante e ao mesmo tempo mediador. Considerando mediação como “um processo confidencial e voluntário, em que a responsabilidade das decisões cabe às partes envolvidas”, e também “(...) um processo não-adversarial e voluntário de resolução de controvérsias, por intermédio do qual duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, buscam obter uma solução consensual que possibilite preservar o relacionamento entre elas” (notas de aula, 2004), fica evidenciado o comprometimento da atuação do Ministério Público.

Este ministério, assim como as outras partes interessadas, deve partir de fundamentos que dêem sustentação objetiva aos fatores intervenientes para tomar as decisões relativas aos conflitos ambientais. Decisões essas que devem ser exeqüíveis e passíveis de fiscalização. Por isso deixamos a sugestão de se criar uma câmara específica, qualificada e com características adequadas à complexidade da questão e para coordenar o processo.

Acreditamos que uma câmara de mediação de conflitos, independente e neutra, na implantação de parques, a partir de uma estruturação multidisciplinar, garanta a participação da população local – contemplando o respeito ao saber relativo das práticas locais, a inserção do saber científico acerca dessas práticas – a ação dos órgãos públicos, condições para busca do “equilíbrio ambiental” e o planejamento de ações que visem preencher a lacuna de geração de emprego e renda, tão necessária às populações, em especial das áreas de entorno dos parques nacionais.

Dessas atitudes, fica também a recomendação de se dedicar maiores estudos à incorporação nos planos de manejo de parques (interior e entorno), planos de negócios e planos de turismo. Ambos os planos atendem e complementam as funções de proteção das Unidades de Conservação de Proteção Integral, são

contemporâneos das tendências de mudança dos paradigmas ao longo da história de criação de áreas protegidas e também, segundo FERGUSON (2000, p. 198-227), da ênfase na perspectiva que encoraja a institucionalização (...) dos serviços, a liberdade para a ação positiva e criativa e o aparecimento das redes de atuação.

As pressuposições do velho paradigma de poder, autoridade e política em programas demandam um novo olhar diante das atitudes pública e privada no tratamento das questões ambientais, do homem e sua ambiência e do seu *modus operandi*. Basta ver o relatório realizado pelo WWF em 1999, que denuncia o grau de vulnerabilidade dos parques, as condições de pobreza e miséria entre a população que as habita, os inúmeros conflitos entre as populações locais e os órgãos responsáveis pela administração, as Unidades de Conservação e as constantes e custosas intervenções de ajustes. Este estudo deixa uma contribuição no tratamento dessas questões, com a sugestão da criação de uma câmara para gestão de conflitos, uma metodologia capaz de resolvê-los ainda no planejamento, da ampliação dos planos de manejo aliado ao desenvolvimento tecnológico, científico e da informação na valoração dos recursos naturais.

Para atender às recomendações sugeridas, é importante que haja maiores estudos e pesquisas na abordagem da concepção da natureza; na concepção da estrutura de poder e funções das organizações e em programas que auxiliem o aprender a aprender.

6.3 Limites

O processo da pesquisa acabou por determinar os limites da tese. A princípio, objetivou-se a construção de um modelo – alicerçado em instrumentos, critérios e indicadores – que visassem a minimizar os conflitos na criação e implantação de parques e que auxiliassem em sua gestão, com a garantia dos princípios interdependentes de equidade social, sustentabilidade ecológica e viabilidade nos projetos.

No entanto, diante da realidade objetiva – dos inúmeros conflitos constatados e sua complexidade –, aliada aos objetivos propostos, foi-se percebendo a dificuldade em eleger modelos comuns e a dificuldade em fazer gestão com tantos interesses objetivos e direções em conflito.

No processo, o estudo suscitou premência em considerar:

- a multidimensionalidade do ser humano na estrutura social, da qual ele faz parte, garantindo assim sua efetiva participação na construção de sua realidade;
- o tratamento multidisciplinar para as questões ambientais;
- os diferentes interesses de diferentes atores dispostos em rede – rede de relações.

Além destes, havia outros aspectos a elucidar:

- Na concepção de criação do parque não havia proposta de gestão e, por não haver planejamento, as atuações dos diferentes atores tomaram diversas direções, que culminaram na complexidade dos conflitos criados.
- Cada objeto de conflito conhecido relacionava-se com diferentes variáveis detentoras de interesses e objetivos, o que solicitava tratamento diferenciado para cada um.
- O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, então, ficou caracterizado para a pesquisa como um conjunto de ocorrências e não um espaço que reúne problemas isolados. Cada uma das ocorrências desse conjunto (ambiental, legal, estado, social, economia, cultural, paisagem, movimentos sociais, etc.) atua dentro da sua competência (comum e concorrente), de seus interesses e objetivos, gerando conflitos.

Diante disso e da proposta inicial dos desdobramentos da pesquisa, o estudo caminhou para a necessidade de se eliminar os conflitos de competência existentes, por constatar que eles geravam os conflitos ambientais no universo de pesquisa e impossibilitavam a gestão (planejamento e ordenação de competências e atribuições) no parque.

Com este olhar, surgiu nova pergunta na pesquisa: quem estaria autorizado a realizar a mediação dos conflitos, a identificar os objetivos dos interlocutores, bem como ordenar as práticas de gerenciamento (administração) sob diversos esforços, atualmente espalhadas por várias direções? Como resolver esta questão respeitando os princípios interdependentes de equidade social, sustentabilidade ecológica e viabilidade do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro?

No limite, chegou-se à conclusão de que esta questão obteria maior sucesso se se criassem câmaras específicas para a mediação de conflitos ambientais; no entanto, a criação dessas câmaras tem como limitações a necessidade de regulamentação, da noção ontológica adotada da natureza, da mudança de atitude

dos governantes perante a demanda de “negociadores” (desprovidos da visão autoritária e autocrática), o saber e a vontade em trabalhar pelo sistema de coresponsabilidade e o exercício da política, cujas ações estejam voltadas para os seus princípios éticos, tendo aqui em vista o tema e repetindo o art. 225 da Constituição da República:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações”.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACHESON, J. M. Where have all the exploitings gone? Co-management of the maine lobster industry: In: BERKES, F. (Ed.) *Common property resources*. London: Belhaven, 1989. p. 199-217.

AMARAL, E. A. R. *Parques e comunidades rurais são compatíveis?* Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 1998. 212 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ANTUNES, P. B. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1996. p. 53.

ARAÚJO, F. Debates. In: *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Seminário de trabalho promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. 151 p.

ARENDT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BENJAMIN, A. Herman. Introdução à lei do sistema de unidades de conservação. In: *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p.276-316.

BERKES, F.; FEENY, D.; McCAY, B.; ACHESON, J. M. The benefits of the commons. *Nature*, v. 340, p. 91-93, 1989.

BITENCOURT, N. L. R. *Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental*. estudo de caso: Comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, 2000. 185 f. (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução de 6 de dezembro de 1900*, n.13. Brasília: D. U. de 28/12/90, seção I, 1999. p. 25-541.

BRASIL. IBAMA. *IBAMA e sua história*. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br>>. Acesso em: 22 Jan. 2004

BRASIL. Constituição Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo populacional*, s.l.: s.ed., 1970, 1980 e 1991.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1977.

BURTON, J.; DUKES, F. Conflict: Practices in management, settlement and resolution. In: *Community mediation*. New York: St. Martin's Press, 1990. BURTON, J.; DUKES, F. Conflict: Practices in management, settlement and resolution. In: *Community mediation*. New York: St. Martin's Press, 1990.

CARVALHO, I. Abertura do seminário de trabalhos promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia. *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995, p. 11-13.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIEGUES, A. C. S. Debates. Seminário de trabalhos promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia. *Conflitos sociais e meio ambiente: Desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995, p. 31-32; 104-106.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e Recursos Naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 294 p.

DIEGUES, A. C. S. *Biological diversity and coastal traditional cultures: the caiçaras communities*. São Paulo: UINC/NUPAUB-USP, 1998.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. *Nosso lugar virou parque*. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999, 165 p.

DOUROJEANNI, J. M.; PÁDUA, M. T. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: UFPR, 2001. 307 p.

FAO. *National parks planning: A manual with annotated examples*. Rome: 1998. 105 p.

FENNY D.; BERKES, F.; McCAY, B; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. In: *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001, p. 17-34.

FERGUSON, M. *A conspiração Aquariana: transformações sociais nos anos 80*. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2000. 411 p.

FIDÉLIS FILHO, N. L. Clima e hidrografia. In: *A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Florianópolis: FATMA, 2003.

FIGUEREDO, G. J. P.; LEUZINGER, M. D. Desapropriações ambientais na Lei 9.985/2000. In: BENJAMIN, A. H. (Coord). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das Unidades de Conservação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 465-489.

FLEURY, M. T. L.; SHINYASHIKI, G.; STEVANATO, L. A. Entre a antropologia e a Pisicanálise: dilemas metodológicos dos estudos sobre cultura organizacional. *Revista de Administração*, São Paulo v. 32, n. 1, p. 23-37, jan./mar. 1997.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 382 p.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 242 p.

FRANCO, J. L. A. F. *Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992)*. Disponível em: <http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=189>.

FREITAS, V. P. *A constituição e a efetividade das normas ambientais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000. p. 75.

FREYRE, G. *Nordeste*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE (Feema)
FUNDAÇÃO DE AMPARO A TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (Fatma). *Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Rio de Janeiro, 1976. 169 p.

FURTADO, R.; FURTADO, E. *A Intervenção participativa dos atores*. Uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA, 2000. p. 25.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abril, 1995.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997. 107 p.

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: Teoria e prática do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001, p. 43-78.

GOMEZ-POMPA, K A. Taming the wilderness myth. *Bioscience*, v. 42, n. 4, p. 273, 1992.

GUERRA, A. F. S.; LIMA, M. B. A.; ROCHA, M. T. D.; COLZANI, M. P. *Projeto Educado: Educação Ambiental em Áreas Costeiras usando a Web como Suporte*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./educacao/programas/educado.html>>. Acesso em: 16 Dez. 2004

GUERRA, C. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. 2. ed. Belo Horizonte: Associação Agência Terra, 1995. 143 p.

GUIVANT, J. S. *O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação*: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC. 1992. 389 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70. 1994

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

HARMAN, W. H. J. O colapso do velho paradigma. In: RAY, M.; RINZLER, A. *O novo paradigma nos negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional*. São Paulo: Cultrix, 1993.

HERCULANO, S. Debates. Seminário de trabalhos promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia. *Conflitos sociais e meio ambiente*: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995, p. 21-22.

IBAMA. *Unidades de conservação*. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br>>.

IBAMA. Ministério da Cultura; IPHAN. Decreto-lei nº 25, que dispõe sobre Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm>>. Acesso em: 12 Fev. 2005.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. *Unidades de conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/daf/index.cfm>>. Acesso em: 4 Dez. 2003.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas protegidas*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/daf/index.cfm>>. Acesso em: 4 Dez. 2003.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza SNUC: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, 5. ed. Brasília, 2004. 56 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo. 2001. Disponível em: <<http://www.isa.org.br>>. Acesso em: 25 Out. 2003.

IUCN. *Conservação e desenvolvimento sustentável: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação*. Gland, 1986.

IUCN. Disponível em: <<http://www.iucn.org/en/about/>>. Acesso em: 14 Jan. 2004.

IUCN/UNEP/WWF. *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*. Gland: IUCN/UNEP/WWF, 1980.

IUCN/UNEP/WWF. *Conservando el patrimonio natural de la región neotropical*. Plan de Accion Nahuel Hauapi para las áreas protegidas de la región neo-tropical. Gland, 1986.

IUCN/UNEP/WWF. *Cuidar la tierra*. Gland, 1991.

KLEIN, R. M. Aspectos fisionômicos da mata pluvial da costa atlântica do sul do Brasil. *Boletim de la Sociedad Argentina de Botânica*, v. 9, p. 121-140, 1961.

KLEIN, R. M. Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, 1979-1980, n. 31-33, p. 9.

KLEIN, R. M. *Características, importância e aspectos predominantes da vegetação da Serra do Tabuleiro*. Trabalho apresentado ao XXVI Congresso Nacional de Botânica. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 1977.

KLEIN, R. M. *Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina*. Itajaí-SC: FATMA/Herbário "Barbosa Rodrigues"/SUDESUL, 1978. 24 p. Ilustr.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

McCAY, B.; ACHESON, J. (Ed.). *The question of the commons*. Tucson: University of Arizona Press, 1987.

McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. 170 p.

McKEAN, M. Success on the commons: a comparative examination of institutions for common property resource management. Duke University. 1989 (mimeo). In: DIEGUES, A. C. S. Repensando e criando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 294 p.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 29. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 37-113.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei SNUC. In: VIO, A. P. Á. et al.; BENJAMIN, A. H. (Org.). *Direito ambiental das áreas protegidas; o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MILANO, M. S. Apresentação. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 9-10.

MILANO, M. S. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 15-23 nov. Curitiba-PR, 1997. *Anais...* Curitiba-PR, v. 1, 1997. p. 150-180.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In VIO, A. P. Á. et al.; BENJAMIN, A. H. (Org.). *Direito ambiental das áreas protegidas; o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.3-41.

MILLER, K. Evolução do conceito de áreas de proteção: oportunidades para o século XXI. I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 15-23 nov. Curitiba-PR, 1997. *Anais...* Curitiba-PR, v. 1, 1997. p. 3-21.

MILLER, K. *Planificación de Parques Nacionales para el ecodesarrollo en latinoamerica*. Madri: Fundación para la Ecología y la Protección del Medio Ambiente (FEPMA), 1980. 500 p.

MIRANDA, E. E. *A água na natureza e na vida dos homens*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

MIRANDA, E. E. A água na natureza e na vida dos homens. São Paulo: Idéias & Letras, 2004. Disponível em: www.aguas.cnpm.embrapa.br/vida/defesa2.htm#sdfootnote15sym>.

MOREIRA, L. R. L. *As promotorias de justiça do Estado do Paraná numa perspectiva ambiental*. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Florianópolis, 2002.

MOREIRA, R. J. A Formação interdisciplinar e o desenvolvimento sustentável. In: RESUMOS DA X REUNIÃO BRASILEIRA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA, 1998, Florianópolis, SBSC/EPAGRI. *Anais...* Florianópolis, 1994.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Editora Atlas, 1996. p. 145-163

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

OLIVEIRA, J. L. Conceitos para uma ética do planejamento social humanizado. In: SEMANA ACADÊMICA DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 7, 1988, Viçosa: UFV. *Anais...* Viçosa: UFV, 1988. p. 22-25

OLIVEIRA, I. A. *Comunidade tradicional e preservação ambiental: uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), MG*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, 2000.

PÁDUA, J. A.; VIOLA, E.; MINC, C.; VIEIRA, L.; GABEIRA, F.; GONZAGA, P. Natureza e projeto nacional. As origens da economia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. 318 p.

PÁDUA, J. A.; VIOLA, E.; MINC, C.; VIEIRA, L.; GABEIRA, F.; GONZAGA, P. Pioneirismo verde. *Época*, São Paulo, v. 2, n. 73, p. 59-60, 1999.

PÁDUA, J. A.; VIOLA, E.; MINC, C.; VIEIRA, L.; GABEIRA, F.; GONZAGA, P. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 318 p.

PINTO, A. C. B. *O direito paisagístico e dos valores estéticos efetividade e o dano moral coletivo*. 2003. 525 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 364 p.

QUINTÃO, Â. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília: IBDF, ano XII, n. 54, p. 13-28, 1983.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações sociais*. Uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983. p. 37-39

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: A necessidade de uma abordagem holística. *Cadernos de desenvolvimentos e meio ambiente*. Curitiba, 1999. p. 81-103 (Série Revista da UFPR, 24).

REITZ, R. Conservacionismo em Santa Catarina. *Sellowia*, v. 17, p. 9-28, 1965.

REITZ, R.; ROSÁRIO, L. A.; SCHMITZ, R. J. Restauração da fauna desaparecida na Baixada do Maciambu. *Sellowia*, série zoologia, v. 2, p. 5-207, 1982.

REYNAUD, J. M. *Problemas da definição de “conflitos ambientais” em projetos de urbanização* – estudo de caso: plano de desenvolvimento da planície entremares, na Praia do Campeche – Ilha de Santa Catarina. UFVS – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas – EPS/área de concentração: gestão ambiental. 2001 Dissertação.

RIBEIRO, M. A. *Ecologizar: pensando o ambiente humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2000. 398 p.

RICHADSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

ROSÁRIO, I. A. *As aves em Santa Catarina: distribuição geográfica e meio ambiente*. Florianópolis: FATMA, 1996. 326 p.

ROSATTO, M. C. *Estudo fundiário Aldeia Guarani Mbya de Massiambu, município de Palhoça*. Santa Catarina: FUNAI/Curitiba, 1998.

SALM, J. F. Anotações de aulas ministradas na disciplina Organização dos Sistemas Sociais. UFSC – Doutorado em Engenharia da Produção, out. 2001.

SALM, J. F.; MENEGASSO, Maria Esther. Desafio da empregabilidade: aprendizagem em equipe. In: SEMANA DA PESQUISA, 6., 2000, Florianópolis. *Anais da VI Semana da Pesquisa*, Florianópolis, 2000, v.1.

SANTA CATARINA (Estado). *Legislação ambiental básica do Estado*. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SDM/FATMA, 1992b.

SANTA CATARINA (Estado). *Legislação das unidades de conservação no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação do Meio Ambiente-FATMA, 1992a.

SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpssc/clipping/jornal_an/an_191200.htm>. Acesso em: 8 Fev. 2005.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura-DAS/FATMA. Florianópolis: *Discriminatória e Cadastramento Fundiário do PEST*, 1993/98.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SCHILLING. História por Voltaire. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_descoberta7.htm>. Acesso em: 22 Jan. 2005.

SCHMITZ, R. J. Histórico. In: *A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Florianópolis: FATMA, 2003.

SCHON, D. *Beyond the stable state*. New York: The Norton Library, 1971: capítulos 1 e 2.

SILVA, F. C. *Políticas públicas e diretrizes estratégicas para uma vida rural sustentável: um estudo à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais*. 2003. 229 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, H. L. *Anotações de aulas ministradas no curso de gestão de conflitos ambientais*. UFSC – Doutorado em Engenharia da Produção, agosto, 2004.

SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. p. 413.

SILVA, M. C. *As três amazônias*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – USP, 1994. 27 p. (Série Ciências Ambientais, 19).

SOCIOAMBIENTAL. FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA. *Produto Básico do Zoneamento* – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC. Mapeamento Socioeconômico, Vol. I, novembro/2000.

SOCIOAMBIENTAL. FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA. *Proposta de Zoneamento* – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC. Zoneamento. Maio/2002. 37 p.

TERBORGH, J.; SCHAICK, C.V. *Porque o mundo necessita de parque*. In: TERBORGH, J.; SCHAICK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 191.

TEVOÉDJRÉ, A. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. São Paulo: Cidade Nova, 1981.

TOCANTINS, L. *Amazônia, natureza, homem e tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. 177 p.

TOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 21-60

TRIBUNAL ARBITRAL DE SÃO PAULO. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. São Paulo, arbitral@uol.com.br recebido em 17 de janeiro de 2005, às 13:03h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de documentos científicos: citações e notas de rodapé*. Curitiba, 2002. 41 p.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 1997. 500 p.

VIO, A. P. Á. Zona de amortecimento e corredores ecológicos. In: *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 348-360.

WALLAUER, M. T. B. *Sistemas de unidades de conservação federais no Brasil: um estudo analítico de categorias de manejo*. 1998. 219 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Departamento de Engenharia Sanitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

WHITEHEAD, A. N. *Science and the modern world*. New York: The Free Press, 1967.

WWF. WORLD WILDLIFE FUND – WWF. *Áreas protegidas ou espaços ameaçados? Relatório sobre o grau de implementação e vulnerabilidade das Unidades de Conservação Federais Brasileiras de Uso Indireto*. Brasília: 1999. 11 p. (Série Técnica).

7.1 Bibliografia Recomendada

ACHESON, J. M. Where have all the exploitings gone? Co-management of the Maine lobster industry. In: BERKES, F. *Common property resources*. London: Belhaven, 1989, p. 199-217. *Burocracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultura, 2002.

AGOSTINHO, S. The lobster fiefs: Economic and ecological effects of territoriality in the Maine lobster industry. *Human Ecology*, v. 3, p. 183-207, 1975.

BAASCH, S. S. N. *Um sistema e suporte multicritério aplicado na gestão dos resíduos sólidos aplicado nos municípios catarinenses*. 1997. 193 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BARACHO, J. A. O. *Teoria geral do federalismo*. Forense, 1986, p. 25.

BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Florianópolis, 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Departamento de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BOFF, L. *São Francisco de Assis: ternura e vigor, uma leitura a partir dos pobres*. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BONAVIA, D. *Los camélidos sudamericanos*. Lima: Instituto Frances de Estudios Andinos, 1996. 843 p.

BROMLEU, D.; CERNEA, M. *The management of common property Natural Resources: some operational fallacies*. WB Discussion Paper, outubro, 1989. (Series 57).

CAVALCANTE, C. (Org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, Recife, PE: fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREYRE, G. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. 2v.

HIRSCHIMAN, A. O. *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JAMES A. P.; GREEN, M. J. B.; PAINE J. R. A global review of protected areas budget and staff. World conservation monitoring center / World commission on protected areas. Victoria, Cambridge: WCMC, Biodiversity series, n. 10, 1999, p. 46.

JOÃO, C. G. *ICMS-Ecológico*. Um instrumento econômico de apoio à sustentabilidade. 2004. 247 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

KATZ, D.; KAHN, R. *Psicologia social das organizações*. São Paulo: Atlas, 1970. p. 46-105.

LOBO, P. L. N. Competência legislativa concorrente dos Estados-membros na Constituição de 1988. *Revista de informação Legislativa*, Brasília, Senado Federal, jan-mar. v. 101, p. 99, 1989.

MACKINNON, J; MACKINNON K.; CHILD, G.; THORSELL, J. (Comp.). *Managing protected areas in de tropics*. Gland: IUCN/UNEP, 1986. 295 p.

MANNHEIN, K. *Libertad y planificación social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

McCAY, B. J. Muddling through the clam beds cooperative management of New Jersey's hrd clam spawner sanctuaries. *Journal of Shellfish Research*, v. 7, p. 327-340, 1988.

McCAY, B. J. *Muddling through the clam beds*: cooperative management of New Jersey's hard clam spawner sanctuaries. *Journal of Shellfish Research*, v. 7, p. 327-340, 1988.

MOUSKHELI, M. *Teoria jurídica do Estado Federal*. Traduzido do original francês por Armando Lázaro, y Ros. México: Ed. Nacional, 1981. p. 149.

PINKERTON, E. (Ed). *Co-operative management of local fisheries*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1989.

PINKERTON, E. *Co-operative management of local*. Fisheries, Vancouver: University of British Columbia Press, 1989.

REZENDE, U. S. A teoria da delimitação dos sistemas sociais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n, 2, p. 93-99, abr./jun. 1983.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 261 p.

VEIGA, J. E. *Face rural do desenvolvimento*: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRSC, 2000.

VOLPATO, E. *Análise da administração florestal brasileira*. Documento cedido pelo IBAMA, Brasília, 1986. 218 p.

WEBER, M. *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1978.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: *Sociologia da burocracia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WORST, D. *The ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

8 GLOSSÁRIO

Áreas Protegidas: Áreas Protegidas são áreas de terra e, ou, mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos (MMA, 2004). Para DOUROJEANNI e PÁDUA (2001, p. 56), Unidades de Conservação (UCs) e áreas protegidas são termos equivalentes e refletem o mesmo objetivo: proteger a natureza.

Áreas de Preservação Permanente (APP): Áreas de Preservação Permanente são definidas pelo Código Florestal como certas áreas públicas, ou particulares, nas quais a supressão total ou parcial da vegetação natural só é permitida mediante prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social. Como exemplos de áreas de preservação permanente podem ser citadas: as margens dos rios; ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água e os topos de morros, montes, montanhas e serras. Por ato do Poder Público, outras áreas também podem ser definidas como de preservação permanente. (MMA, 2004)

Biodiversidade ou diversidade biológica: A Convenção de **Diversidade Biológica** – CDB –, em seu artigo 2º, a define como "a variabilidade de organismos vivos de todas as origens", compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (MMA, 2004).

Bioma: É uma área geográfica extensa, correspondendo às principais formações vegetais naturais. Os biomas brasileiros são divididos em ecossistemas (MMA, 2004)

Comunidade tradicional: Culturas e sociedades tradicionais caracterizam-se pela dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constrói um modo de vida; conhecimento aprofundado e transmitido de geração a geração da natureza e de seus ciclos (...); noção de território ou espaços onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias tenha alguma relação com o mercado; reduzida acumulação de capital; relevância à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância de simbologias, mitos e rituais associados às atividades extrativas; uso de tecnologia relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente (reduzida divisão técnica e social do trabalho (...); fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e auto-identificação ou identificação pelos outros, de se pertencer a uma cultura distinta das outras – característica fundamental) (DIEGUES, 1998, p. 87-88).

Conservação da natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (MMA – SNUC, 2005).

Conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domésticas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (MMA-SNUC, 2005).

Ecosistema: O ecossistema faz parte de um bioma e é definido formalmente como: "unidade funcional de base em ecologia, porque inclui, ao mesmo tempo, os seres vivos e o meio onde vivem, com todas as interações recíprocas entre o meio e os organismos"; por exemplo: "ecossistemas presentes na zona costeira e marinha - manguezais, restingas, costões rochosos, praias, dunas, recifes coralíneos, etc. (Dajoz, 1973, *apud* MMA, 2004).

Endemismo: Diz respeito às espécies residentes, de distribuição restrita ao território nacional e que vivem num certo *habitat* no qual podem ser comuns (FATMA, 2002).

Gerenciamento de conflitos: Processo sistemático de encaminhamento de soluções para conflitos, através de uma estrutura de planejamento, em que os aspectos ambientais podem ser controlados e monitorados pelas partes envolvidas através de Termos de Ajustamento de Conduta (Notas de aula, 2004).

Gestão ambiental: É o processo de integrar as ações governamentais e vinculá-las ao planejamento. Os objetivos e metas devem estar claramente definidos, assim como os níveis de responsabilidade entre as instituições que compõem a esfera pública. (Notas de aula, 2004).

Manejo: É todo e qualquer procedimento que vise a assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Parque Nacional: Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos. (MMA, 2004). Para a FAO (1981). As categorias de parque consistem na "proteção de áreas naturais ou cênicas, de significância nacional ou internacional, para uso científico, educacional e racional. A área deve perpetuar, em estado natural, amostras representativas de regiões fisiográficas, comunidades bióticas e recursos genéticos, e espécies em perigo de extinção, para prover estabilidade e diversidade ecológica" (FAO, 1981, p. 105).

Plano de manejo: Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelecem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (MMA – SNUC, 2005).

Preservação: Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção, a longo prazo, de espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção de processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (MMA – SNUC, 2005).

Preservação/conservação: Preservar a natureza, em sentido técnico, significa “mantê-la intocada, sem interferência humana”. Conservar tem um significado mais abrangente; não exclui o uso humano de recursos naturais, dentro de limites que não comprometam a reprodução dos sistemas ecológicos (MERCADANTE, 2001, p. 205).

Recurso ambiental: A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (MMA-SNUC, 2005).

Unidades de proteção integral: O objetivo básico dessas unidades é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas. Este grupo dividiu-se nas seguintes categorias de unidade de conservação: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural (MMA, 2004).

Unidades de uso sustentável: O objetivo básico dessas unidades é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Este grupo é composto pelas seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX);

Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (MMA, 2004).

Unidades de Conservação (UC): São espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2004).

Zona de Amortecimento: Entorno de uma unidade de conservação, em que as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (MMA-SNUC, 2005).

Zoneamento: Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (MMA – SNUC, 2005).

9 APÊNDICES

9.1 APÊNDICE A

RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

(Adaptado de IBAMA. Disponível em: <[http://ibama.gov.br/unidades de conservação](http://ibama.gov.br/unidades_de_conservacao)>. Acesso em: 6 Out. 2003)

Reservas Ecológicas

Nome	Local	Bioma	Data de criação
R.Ec. de Sauim-Castanheira	Amazonas	Amazônia	12/08/82
R.Ec. de Jutai-Solimões (mudou para Estação Ecológica)	Amazonas	Amazônia	21/07/83
R.Ec. Juami-Japurá (englobada pela Estação Ecológica)	Amazonas	Amazônia	21/07/83
R.Ec. Raso da Catarina (mudou para Estação Ecológica)	Bahia	Caatinga	03/01/84
R.Ec. Ilha dos Lobos (4002)	Rio Grande do Sul	Marinho	04/07/83

Estações Ecológicas Federais

Nome	Local	Bioma	Data de criação
Aiuaba	Aiuaba-CE	Amazônica	06/02/2001
Anavilhanas	Municípios de Novo Airão e Manaus-AM	Amazônica	02/06/1981
Aracuri-Esmeralda	Vacaria-RS		02/06/1981
Caracaraí	Caracaraí-RR		31/05/1982
Carijós	Florianópolis-SC		20/07/87
Castanhão	Municípios de Jaguaribara, Alto Santo e Iracema-CE		27/09/2001
Cuniã	Porto Velho-RO		27/09/2001
Guaraqueçaba	Litoral norte do PR		31/05/2002
Iquê	Juina-MT		02/06/1981

Continua...

Estações Ecológicas Federais (Cont.)

Nome	Local	Bioma	Data de criação
Jari	Almeirim e Mazagão-AM e PA		12/04/1982
Juami-Japurá	Japurá-AM		03.06.1985
Jutaí-Solimões	Santo Antônio do Içá-AM		21.07.1983
Maracá	Ilhotas situadas no Rio Uraricoera e pelos Furos de Santa Rosa e Maracá-RR		02.06.1981
Maracá-Jipioca	AP (cidade mais próxima é Amapá a 306 km da capital)		02.06.1981
Mico-Leão-Preto	A estação fica a 40 km de Teodoro Sampaio em SP e abrange 4 municípios		16 de Julho de 2002
Murici	Está a aproximadamente 15 km da cidade de Murici-AL		28 de maio de 2001
Niquiá	Caracaraí-RR		03.06.1985
Pirapitinga	Morada Nova de Minas-MG		20.07.1987
Raso da Catarina – Portaria nº 373 de 11 de outubro de 2001, passou a ser Estação Ecológica Raso da Catarina	Geremoabo e Paulo Afonso-BA		03.01.1984
Rio Acre	Assis Brasil e Serra Madureira-AC		02.06.1981
Seridó	Serra Negra do Norte-RN		31.05.1982
Serra das Araras	Porto estrela, Cáceres e Barra do Bugres-MT		31.05.1982
Serra Geral do Tocantins	TO/BA		27/09/2001
Taiamã	Está à 100 km da cidade de Cáceres-MT		02.06.1981
Taim	Está localizada na estreita faixa de terra entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim-RS		21.07.1986

Continua...

Estações Ecológicas Federais (Cont.)

Nome	Local	Bioma	Data de criação
Tamoios	Baía da Ilha Grande em Paraty e na Baía da Ribeira em Angra dos Reis-RJ		23.01.1990
Tupinambás	Na altura dos municípios de Ubatuba e São Sebastião SP		20.07.1987
Tupiniquins	Na altura dos município de Peruíbe e Cananéia-SP		21.07.1986
Uruçuí-Una	Baixa Grande do Ribeiro-PI		02.06.1981

Reservas Biológicas Federais

Nome	Local	Bioma	Data de Criação
R.B. do Jarú	Amazonas	Amazônia	11/07/79
R.B. do Rio Trombetas	Amazonas	Amazônia	21/09/79
R.B. do Lago Piratuba	Amazonas	Amazônia	16/07/80 e 10/07/84
R.B. do Abufari	Amazonas	Amazônia	20/09/82
R.B. do Guaporé	Amazonas	Amazônia	20/09/82
R.B. do Tapirapé	Amazonas	Amazônia	05/05/89
R.B. do Uatumã	Amazonas	Amazônia	06/06/90 e s/n 19/10/02
R.B. de Una	Bahia	Mata Atlântica	10/12/80
R.B. de Serra Negra	Pernambuco	Caatinga	20/09/82
R.B. de Saltinho	Pernambuco	Mata Atlântica	21/09/83
R.B. do Gurupi	Maranhão	Amazônia	12/01/88
R.B. de Santa Isabel	Sergipe	Costeiro	20/10/88
R.B. de Pedra Talhada	Alagoas e Pernambuco	Mata Atlântica Caatinga	13/12/89
R.B. do Atol das Rocas	Rondônia	Marinho	06/05/79
R.B. Guaribas	Paraíba	Mata Atlântica e Caatinga	25/01/90
R.B. de Poço das Antas	Rio de Janeiro	11/03/74 e 03/11/75	Mata Atlântica
R.B. do Córrego do Veado	Espírito Santo	20/09/82 e 23/04/84	Mata Atlântica

Continua...

Estações Ecológicas Federais (Cont.)

Nome	Local	Bioma	Data de criação
R.B. Augusto Ruschi	Espírito Santo	05/06/86	Mata Atlântica
R.B. de Sooretama	Espírito Santo	20/09/82	Mata Atlântica
R.B. de Comboios	Espírito Santo	25/09/84	Mata Atlântica
R.B. do Córrego Grande	Espírito Santo e Bahia	12/04/89	Mata Atlântica
R.B. União	Rio de Janeiro	22/04/98	Mata Atlântica
R.B. do Tinguá	Rio de Janeiro	23/05/89	Mata Atlântica
R.B. da Mata Escura	Minas Gerais	05/06/03	Mata Atlântica
R.Ec. de Sauim-Castanheira	Amazonas	12/08/82	Amazônia
R.Ec. de Jutai-Solimões (mudou para Estação Ecológica)	Amazonas	21/07/83	Amazônia
R.Ec. Juami-Japurá (englobada pela Estação Ecológica)	Amazonas	21/07/83	Amazônia
R.Ec. Raso da Catarina (mudou para Estação Ecológica)	Bahia	03/01/84	Caatinga
R.Ec. Ilha dos Lobos	Rio Grande do Sul	04/07/83	Marinho

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 6 Out. 2003.

Refúgio de Vida Silvestre

Nome	Local	Bioma	Data de Criação
R.V.S. Veredas do Oeste Baiano	Bahia	Cerrado	13/12/02

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 6 Out. 2003.

Área de Proteção Ambiental (A.P.A. - uso sustentável)

Nome	Local	Data de Criação	Bioma
A.P.A. de Petrópolis	Rio de Janeiro	20/05/82	Mata Atlântica
A.P.A. de Cairuçu	Rio de Janeiro	27/12/83	Mata Atlântica
A.P.A. Morro da Pedreira	Minas Gerais	26/01/90	Cerrado
A.P.A. da Serra da Mantiqueira	Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	03/06/85	Mata Atlântica
A.P.A. de Cananéia-Iguapé-Peruíbe	São Paulo	23/10/84 e 06/11/85	Mata Atlântica
A.P.A. Carste da Lagoa Santa	Minas Gerais	25/01/90 e 25/04/96	Cerrado
A.P.A. Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais	26/09/89	Cerrado
A.P.A. de Guapi-Mirim	Rio de Janeiro	25/09/84	Mata Atlântica e Costeiro

Continua...

Estações Ecológicas Federais (Cont.)

Nome	Local	Bioma	Data de criação
A.P.A. da Bacia do rios São João/Mico-Leão-Dourado	Rio de Janeiro	27/06/02	Mata Atlântica
A.P.A. Ibirapuitã	Rio Grande do Sul	20/05/92	Campos Sulinos
A.P.A. Anhatomirim	Santa Catarina	20/05/92	Mata Atlântica
A.P.A. de Guaraqueçaba	Paraná e São Paulo	31/01/85	Mata Atlântica e Costeiro
A.P.A. Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Paraná, SP e MT	30/09/97	Mata Atlântica
A.P.A. da Baleia Franca	Santa Catarina	14/09/00	Marinho e Mata Atlântica
A.P.A. da Bacia do Rio Descoberto	DF e Goiás	07/11/83	Cerrado
A.P.A. da Bacia do Rio São Bartolomeu	Distrito Federal	07/11/83 e 12/01/96	Cerrado
A.P.A. Meandros do Araguaia	GO, TO, MT.	02/10/98	Cerrado
A.P.A. das Nascentes do Rio Vermelho	GO e Bahia	27/09/01	Cerrado
A.P.A. do PLanalto Central	DF e Goiás	11/01/02	Cerrado
A.P.A. Barra do Rio Mamanguape	Paraíba	10/09/93 e 07/04/98	Mata Atlântica e Costeiro
A.P.A. Chapada do Araripe	CE, PI e PE	04/08/97	Caatinga
A.P.A. Costa dos Corais	PE e Alagoas	23/10/97	Mata Atlântica
A.P.A. Delta do Parnaíba	PI, CE e MA	28/08/96	Costeiro
A.P.A. de Fernando de Noronha	Pernambuco	05/06/86 e 14/03/87	Marinho
A.P.A. Jericoacoara	Ceará	20/10/84 e 04/02/02	Costeiro
A.P.A. de Piaçabuçu	Alagoas	21/06/83	Caatinga
A.P.A. Serra da Ibiapaba	CE e Piauí	26/11/96	Ecótonos Caatinga- Amazônia Caatinga
A.P.A. Serra de Tabatinga	PI, MA, TO e Bahia	16/07/02	Cerrado
A.P.A. do Igarapé Gelado	Pará	05/05/89	Amazônia

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br/unidades de conservação>>. Acesso em 6 Out. 2003.

Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Uso Sustentável)

Nome	Local	Bioma	Data de Criação
A.R.I.E. Matão de Cosmópolis	São Paulo	09/01/85	Cerrado
A.R.I.E. Floresta da Cicuta	Rio de Janeiro	09/01/85	Mata Atlântica
A.R.I.E. Mata de Santa Genebra	São Paulo	05/11/85	Cerrado
A.R.I.E. Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena	São Paulo	05/11/85	Marinho
A.R.I.E. Ilha Ameixal	São Paulo	05/11/85	Costeiro
A.R.I.E. Pé-de-Gigante	São Paulo	09/06/90	Cerrado
A.R.I.E. Vassununga	São Paulo	06/06/90	Mata Atlântica
A.R.I.E. das Ilhas Cagarras	Rio de Janeiro	14/09/89	Mata Atlântica
A.R.I.E. Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho (englobada pelo P.N. do Superagui)	Paraná	05/11/85	
A.R.I.E. Pontal dos Latinos e Pontal dos Santiagos	Rio Grande e do Sul	05/06/84	Marinho
A.R.I.E. Serra das Abelhas e Rio da Prata	Santa Catarina	17/10/90	Mata Atlântica
A.R.I.E. Capetinga/Taquara	Distrito Federal	18/12/84 e 03/06/85	Cerrado
A.R.I.E. Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	Paraíba	05/11/85	
A.R.I.E. Murici (englobada pela E.E. de Murici)	Alagoas	05/06/84	Costeiro
A.R.I.E. Cocorobó	Bahia	05/06/84	Caatinga
A.R.I.E. Vale dos Dinossauros	Paraíba	18/12/84	Caatinga
A.R.I.E. Javari Buriti	Amazonas	05/11/85	Amazônia
A.R.I.E. Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	Amazonas	05/11/85	Amazônia
A.R.I.E. Seringal Nova Esperança	Acre	20/08/89	Amazônia

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br/unidades-de-conservacao>>. Acesso em 6 Out. 2003.

Reservas Extrativistas (Uso Sustentável)

Nome	Local	Bioma	Data de Criação
R.Ex. Alto Juruá	AC	Amazônia	23/01/90
R.Ex. Chico Mendes	AC	Amazônia	12/03/90
R.Ex. Rio Cajari	AP	Amazônia	12/03/90
R.Ex. Rio Ouro Preto	RO	Amazônia	13/03/90
R.Ex. Lago do Cuniã	RO	Amazônia	10/11/99 E 10/05/00
R.Ex. Extremo Norte do Tocantins	TO	Ecótonos Cerrado-Amazônia	20/05/92

Continua...

Reservas Extrativistas (Uso Sustentável) (Cont.)

Nome	Local	Bioma	Data de Criação
R.Ex. Tapajós-Arapiuns	PA	Amazônia	06/11/98
R.Ex. Médio Juruá	AM	Amazônia	04/03/97
R.Ex. Alto Tarauacá	AC	Amazônia	08/11/00
R.Ex. Baixo Juruá	AM	Amazônia	01/08/01
R.Ex. Rio Cautário	RO	Amazônia	07/08/01
R.Ex. Auatí-Paraná	AM	Amazônia	07/08/01
R.Ex. Barreiro das Antas	RO	Amazônia	07/08/01
R.Ex. Soure	PA	-	22/11/01
R.Ex. Jutai	AM	Amazônia	15/07/02
R.Ex. Cazumbá-Iracema	AC	Amazônia	19/10/02
R.Ex. Maracanã	PA	-	13/12/02
R.Ex. de São João da Ponta	PA	-	13/12/02
R.Ex. Chocoaré-Mato Grosso	PA	-	13/12/02
R.Ex. Mãe Grande de Curuçá	PA	-	13/12/02
R.Ex. Pirajubaé	SC	-	20/05/92
R.Ex. Ciriáco	MA	Cerrado	20/05/92
R.Ex. Mata Grande	MA	Cerrado	20/05/92
R.Ex. Quilombo do Frexal	MA	Amazônia	20/05/92
R.Ex. Baía de Iguape	BA	Costeiro	11/08/00
R.EMAx. Marinha do Corumbau	BA	Costeiro	21/09/00
R.Ex. Marinha do Delta do Parnaíba	MA	Costeiro	16/11/00
R.Ex. Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	Costeiro	27/09/01
R.Ex. do Batoque	CE	Costeiro	05/06/03
R.Ex. Arraial do Cabo	RJ	Mata Atlântica	03/01/97
R.Ex. do Mandira	SP	-	13/12/02

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br/unidades-de-conservacao>>. Acesso em 6 Out. 2003.

Florestas Nacionais – Flona

Nome	Local	Bioma	Legislação
Floresta Nacional Açungui	PR	Mata Atlântica	Port. 559/68
Floresta Nacional Caçador	SC	Mata Atlântica	Port. 560/68
Floresta Nacional Canela	RS	Mata Atlântica	Port. 561/68
Floresta Nacional Chapecó	SC	Mata Atlântica	Port. 560/68
Floresta Nacional Ibira	SC	Mata Atlântica	Dec. 95.818/88
Floresta Nacional Irati	PR	Mata Atlântica	Port. 559/68

Continua...

Florestas Nacionais – Flona

Nome	Local	Bioma	Legislação
Floresta Nacional Passo Fundo	RS	Mata Atlântica	Port. 561/68
Floresta Nacional São Francisco de Paula	RS	Mata Atlântica	Port. 560/68
Floresta Nacional Três Barras	SC	Mata Atlântica	Port. 560/68
Floresta Nacional Capão Bonito	SP	Cerrado e Mata Atlântica	Port. 558/68
Floresta Nacional Ipanema	SP	Mata Atlântica	Dec. 530/92
Floresta Nacional Mário Xavier	RJ	Mata Atlântica	Dec. 93.369/86
Floresta Nacional Passa Quatro	MG	Mata Atlântica	Port. 562/68
Floresta Nacional Rio Preto	ES	Mata Atlântica	Dec. 98.845/90
Floresta Nacional Ritápolis	MG	Cerrado	Dec. S/n 21/09/99
Floresta Nacional Lorena	SP	Mata Atlântica	Port. 246, 18/07/01
Floresta Nacional Paraopeba	MG	Cerrado	Port.248, 18/07/01
Floresta Nacional Goycatazes	ES	Mata Atlântica	Dec. S/n 28/11/02
Floresta Nacional Pacotuba	ES	-	Dec. S/n 13/02/02
Floresta Nacional Araripe-Apodi	CE	Caatinga	Dec. 9.226/46
Floresta Nacional Contendas do Sincorá	BA	Caatinga	Dec. S/n 21/09/99
Floresta Nacional Cristópolis	BA	Caatinga	Dec. S/n 18/05/01
Floresta Nacional Açú	RN	Mata Atlântica	Port. 245, 18/07/01
Floresta Nacional Nísia Floresta	RN	Mata Atlântica	Dec. S/n 27/09/01
Floresta Nacional Sobral	CE	Caatinga	Port. 358, 27/09/01
Floresta Nacional Altamira	PA	Amazônia	Dec.2.483/89
Floresta Nacional Amapá	AP	Amazônia	Dec.97.630/89
Floresta Nacional Amazonas	MA	Amazônia	Dec.97.546/89
Floresta Nacional Bom Futuro	RO	Amazônia	Dec.96.188/88
Floresta Nacional Carajás	PA	Amazônia	Dec.2.486/98
Floresta Nacional Caxiuanã	PA	Amazônia	Dec.239/61
Floresta Nacional Cubatê	AM	Amazônia	Dec.99.105/90
Floresta Nacional Cuiari	AM	Amazônia	Dec.99.109/90
Floresta Nacional Humaitá	AM	Amazônia	Dec. 2.485/98
Floresta Nacional Içana	AM	Amazônia	Dec.99.110/90
Floresta Nacional Içana-Aiari	AM	Amazônia	Dec.99.108/90
Floresta Nacional Itacaiunas	PA	Amazônia	Dec. 2.480/98
Floresta Nacional Itaituba I	PA	Amazônia	Dec. 2.481/98
Floresta Nacional Itaituba II	PA	Amazônia	Dec. 2.482/98
Floresta Nacional Jamari	RO	Amazônia	Dec. 90.224/84

Continua...

Florestas Nacionais – Flona

Nome	Local	Bioma	Legislação
Floresta Nacional Macauã	AC	Amazônia	Dec. 96.189/88
Floresta Nacional Mapiá-Inauini	AM	Amazônia	Dec. 98.051/89
Floresta Nacional Pari-Cachoeira I	AM	Amazônia	Dec. 98.440/89
Floresta Nacional Pari-Cachoeira II	AM	Amazônia	Dec.98.440/89
Floresta Nacional Piraíauara	AM	Amazônia	Dec. 99.111/90
Floresta Nacional Purus	AM	Amazônia	Dec. 96.190/88
Floresta Nacional Roraima	RR	Amazônia	Dec. 97.545/89
Floresta Nacional Saraçá-Taquera	PA	Amazônia	Dec. 98.704/89
Floresta Nacional Tapajós	PA	Amazônia	Dec. 73.684/74
Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri	PA	Amazônia	Dec. 97.720/89
Floresta Nacional Taracú I	AM	Amazônia	Dec. 99.112/90
Floresta Nacional Taracú II	AM	Amazônia	Dec. 99.113/90
Floresta Nacional Tefé	AM	Amazônia	Dec. 97.629/89
Floresta Nacional Urucu	AM	Amazônia	Dec. 99.106/90
Floresta Nacional Xié	AM	Amazônia	Dec. 99.107/90
Floresta Nacional Xingu	PA	Amazônia	Dec. 2.484/98
Floresta Nacional Mulata	PA	Amazônia	Dec. 01/08/01
Floresta Nacional Pau-Rosa	AM	Amazônia	Dec. 07/08/01
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	AC	Amazônia	Dec. 07/08/01
Floresta Nacional São Francisco	AC	Amazônia	Dec. 07/08/01
Floresta Nacional Jutuarana	AM	Amazônia	Dec. 19/10/02
Floresta Nacional Brasília	DF	Cerrado	Dec. s/n de 10/06/99
Floresta Nacional Silvânia	GO	Cerrado	Port. 247, 18/07/01

Fonte: disponível em: <<http://www.gov.br./unidades de conservação>>. Acesso em 6 Out. 2003.

9.2 APÊNDICE B

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL EM SANTA CATARINA

Parque Nacional (PARNA)						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
(*) Aparados da Serra	D. 47.446/59 e 70.296/72	Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Jacinto Machado (SC)	(aproxim. 5.224,00 em SC)	FOD, FOM e CA	29°11'05"S 50°06'00"W	Ibama
(*) Serra Geral	D. 531/92	Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Jacinto Machado (SC)	17.345,50 (aprox. 8.600,00 em SC)	FOD, FOM e CA	área 1 29°07'02"S 49°59'05"W área 2 29°13'41"S 50°08'35"W	Ibama
(*) São Joaquim	D. 50.922/61	Urubici, Bom Jardim da Serra e Grão Pará	49.300,00	FOM, CA e FOD (encostas da serra Geral)	28°10'44"S 49°31'16"W	Ibama
(*) Serra do Itajaí	A ser criado	Indaial, Blumenau, Gaspar, Guabiruba, Botuverá, Vidal Ramos, Presidente Getúlio e Apiúna	51.000,00	FOD	27°06'11"S 49°11'00"W	
Estação Ecológica (ESEC)						
(*) Carijós	D. 94.656, 20.07.87	Florianópolis	712,20	VRE e MA	27°28'00"S 48°30'00"W	Ibama
Reserva Biológica (REBIO)						
(*) Marinha do Arvoredo	D.099.142, 12.03.90	Fpolis, ilhas: do Arvoredo, Deserta, Galés e Calhau de São Pedro e área marinha que as circunda, incluindo o mun. de Gov. Celso Ramos	17.600,00	FOD, águas e plataforma continental	27°17'00"S 48°22'00"W	Ibama

Continua...

(Cont.)

UC	Instrumento Legal de Criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
(*)Chapecó	P. 560, 25.10.68	Guatambu e Chapecó (sede da FLONA)	1.606,63	FOM, FED e refl. c/ <i>Araucária angustifolia</i> , <i>Pinus</i> e <i>Eucaliptus</i>)	27°05'26"S 52°46'53"W	Ibama
(*)Ibirama	D. 95.819 11.03.88	Ibirama	570,58	FOD (Montana) e refl. c/ <i>Araucária angustifolia</i> , <i>Pinuselliotti</i> e <i>Eucaliptus grandis</i>	27°01'44"S 49°27'08"W	Ibama
(*)Caçador	P. 560, 25.10.68	Caçador	710,44	Princ. Refl. c/ <i>Pinus elliottii</i> , <i>P. Taeda</i> e <i>Araucaria angustifolia</i> , e remanescentes de FOM	26°45'25"S 51°12'08"W	Ibama
(*)Três Barras	P. 560, 25.10.68	Três Barras	4.458,50	FOM (área expressiva) e refl. c/ <i>Araucária angustifolia</i> , <i>Pinus elliottii</i> e <i>P. Taeda</i>	26°13'18"S 50°18'13"W	Ibama
Área de Proteção Ambiental (APA)						
(*) Anhatomirim	D. 528 (20.05.92)	Governador Celso Ramos e Florianópolis	3.000,00	MA, VRE, FOD e águas jurisdicionais p/ proteção/ pop. residente do boto <i>Sotalia fluviatilis</i>	27°24'14"S 48°34'09"W	Ibama
(*) Baleia Franca	D. de 14.09.2000, pub. no Diário Oficial 179, 15.09.2000	Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Içara (parte territorial e mar territorial) e Fpolis, Palhoça, Paulo Lopes (mar territorial e ilhas adjacentes)	156.100,0	MA, VRE, FOD, águas e plataforma continental	27°46'09"S 48°28'30"W (extremo N) 28°50'08"S 49°08'05"W (extremo S)	Ibama

Continua...

Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável em Santa Catarina (Cont.)

Reserva Extrativista (RESEX)						
UC	Ins. Legal de Criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Lati./Long.	Resp/ Administração
(*)Marinha de Pirajubá	D. 533, 20.05.92 P. 078-N, 30.09.96	Florianópolis	1.444,00	MA (manguezal Rio Tavares 740,00ha e baixo a sua frente - 704,00ha)	27°39'14"S 48°31'55"W	Ibama
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)						
(*)Serra da Abelha e Rio da Prata	Res. 005, 17.10.90	Vitor Meireles	4.604,00	FOM e pouca pres.de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i> e agric. de subsistência	26°46'40"S 49°53'21"W	Ibama, Incra, Pref. Municipal, Apremavi e Ajovacar

Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral em Santa Catarina

UC	Instrumento Legal de Criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
Parque Estadual						
(*)Serra do Tabuleiro	D.1.260, 01.11.75	Águas Mornas, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Palhoça, Paulo Lopes, S. Amaro da Imperatriz, S.Bonifácio, S. Martinho	87.405,00	MA, VRE, FOD, FOM, FN e CA	27°51'00"S 48°48'00"W	Fatma
(*) Serra Furada	D.11.233,20. 06.80	Grão Pará e Orleans	1.329,00	FOD	28°09'13"S 49°24'46"W	Fatma
(*) das Araucárias	D. 293, 30.05.03	São Domingos	612,52	FOM	26°27'55"S 52°34'35"W	Fatma
(*) Fritz Plaumann	D. 793, 24.09.03	Concórdia	735,11	FED, c/ exótica/uva do Japão (<i>Hovenia dulcis</i>)	27°17'40S 52°06'45"W	Fatma

Continua...

Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral em Santa Catarina (Cont.)

Reserva Biológica						
UC	Instrumento Legal de Criação	Município	UC Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
(*) Canela Preta	D.11.232,20.06.80	Botuverá e N. Trento	1.844,00	FOD	27°16'32"S 49°08'26"W	Fatma
(*) Sassafrás	D. 2.221, 04.02.77	Benedito Novo e Doutor Pedrinho	6.972,00	FOD	26°42'57"S 49°38'01"W (gleba 1) 26°49'42"S 49°31'36"W (gleba 2)	Fatma
Estação Ecológica						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
*Bracinho	D.22.768, 16.07.84 D.22.768, 16.07.84	Schroeder e Joinville	4.606,00	FOD (Montana) (presente nesta região 4 represas e 2 usinas (hidrelétricas))	26°17'05"S 49°03'38"W	Celesc
Sem definição de categoria						
(*) Fita amarela (compens. UHE Campos Novos)	A ser criada	Campos Novos/Abdon Batista	1.580,00	FED	27°35'01S 51°10'17W	Fatma
Acarai	A ser criada	São Francisco do Sul	7.800,00	(3)	(4)	

Unidades de Conservação Municipais de Proteção Integral em Santa Catarina

Parque Natural Municipal						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
(*) Vale do Rio do Peixe	L. 2.800, 11.04.02	Joaçaba	285,68	Transição entre FOM e FED	27°09'47"S 51°34'35"W	Prefeitura Municipal
(*) São Francisco de Assis	L. 99, 25.10.95	Blumenau	23,00	FOD e áreas c/refl. <i>Pinus</i> e bambus	(4)	Faema
(*) Nascentes do Garcia	L.4.990, 05.06.98	Blumenau	5.300,00	FOD e c/ algumas áreas com refl. de <i>Pinus</i> e gramíneas	(4)	Faema

Continua...

Unidades de Conservação Municipais de Proteção Integral em Santa Catarina (Cont.)

Parque Natural Municipal						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
(*) Bromberg	L. 5.869, 24.04. 02	Blumenau	6,78	FOD	(4)	Faema
Franz Damm	(1)	Timbó	22,00	FOD	(4)	Pref. Municipal
Rio Fortuna	(1)	Rio Fortuna Timbó	30,00	FOD e c/ algumas áreas c/ refl. de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
Araponguinhas	(1)	Timbó	40,00	FODc/algumas áreas C/ presença de exótica <i>Chambala casiatia</i>	(4)	Pref. Municipal
(#) Gruta São José	(1)	São Bonifácio	4,84	FOD	(4)	Pref. Municipal
Reserva Biológica						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
Xavier Sagmeister	(1)	Campo Erê	25,00	FOM	(4)	Fundação Municipal de Meio Ambiente
(#)Dionísio Cerqueira	(1)	Dionísio Cerqueira	12,00	FOM	(4)	Pref. Municipal
(#)Treze Tílias	(1)	Treze Tílias	2,00	FOM	(4)	Pref. Municipal
Pref. Municipal	(1)	Imbituba	5,00	FOD	(4)	Pref. Municipal

Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável em Santa Catarina

ARIE						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
Roberto Miguel Klein	L.4.157, 21.12.92	Blumenau	0,35	FOD/presença de espécies exóticas	(4)	Faema
Costeira de Zimbros	D. 418, 20.06.01	Bombinhas	1.000,00	FOD e pres. de <i>Pinus</i> , <i>Eucalyptus</i> e agricultura de subsistência	NE:27°09'01"S;48°31'13"W e SW:27°13'02"S; 48°36'07"W	Pref. Municipal

Continua...

Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável em Santa Catarina

ARIE						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
APA						
Serra Dona Francisca	D. 8.055/97	Joinville	40.675,0	FOD (enc. da Serra do Mar e planalto ocidental) e presença de áreas <i>Pinus</i> e agricultura	(4)	Fundema
Quiriri	D.055/97	Garuva	9.325,00	FOD e presença de agricultura e piscicultura)	(4)	Secretaria Municipal da Agric. e Meio Ambiente
(*)Alto Rio Turvo	L. 2.347, 18.08.98	Campo Alegre	7.000,00	Predominant e CA. Manancial de abast. público Presença de <i>Pinus</i> e pastagem.	26°13'19"S 49°14'41"W	Consórcio Ambiental Quiriri
Rio (*)Verme-lho Humboldt	L. 246, 14.08.98	São Bento do Sul	23.000,00	FOD, c/ presença de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i> áreas com agricultura	26°19'05"S 49°16'39"W	Consórcio Ambiental Quiriri
(*)Represa do Alto Rio Preto	L. 1.095, 17.08.98	Rio Negrinho	16.000,00	FOM/FOD (área de transição) e presença de <i>Pinus</i> e agricultura (manancial de abast. público)	26°35'20"S 49°35'59"W	Consórcio Ambiental Quiriri
(*)Bacia Hidrográ-fica do Rio dos Bugres	L. 1.093, 16.08.98	Rio Negrinho	8.000,00	FOM e presença de <i>Pinus</i> e agricultura (manancial de abast. público)	26°20'28"S 49°31'56"W	Consórcio Ambiental Quiriri
(*) do Bateias	D.168/2000, 15.09.00	Gaspar	200,00	FOD (prot. mananciais hídricos da Est. d Trat. V do Smae)	(4)	Pref. Municipal Órgão Ambiental Municipal
Cedro Margem Direita	D. 2.317, 06.07.87	Timbó	400.00	FOD	(4)	Pref. Municipal

Continua...

Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável em Santa Catarina (Cont.)

ARIE						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
APA						
Cedro Margem Esquerda	D. 2.222, 02.10.86	Timbó	800,00	FOD	(4)	Pref. Municipal
Padre Raulino Reitz	D. 6.797, 19.02.01	Blumenau	10.000,00	FOD, c/ espécies de fauna e flora exóticas e áreas com agricultura	(4)	Faema
São Francisco de Assis	L. 98, 25.10.95	Blumenau	53,00	FOD, c/ espécies de fauna e flora exóticas	(4)	Faema
Ilhas Fluviais (rio Itajaí-Açu)	D.6.435/27, 27.08.99	Blumenau	39,00	FOD, c/ espécies de fauna e flora exóticas	(4)	Faema
Morros Albino e Esteves	(1)	Criciúma	2.969,64	FOD, c/presença de agricultura	(4)	Pref. Municipal
(#)Parque Morro Cechinel	(1)	Criciúma	702,50	FOD	(4)	Pref. Municipal
(#)Morro da Cruz	(1)	Criciúma	4.075,80	FOD	(4)	Pref. Municipal
(#)Morro Casa-grande	(1)	Criciúma	94,25	FOD, c/ presença <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
(#)Lagoa do Verdinho	(1)	Criciúma	4,00	FOD, c/ presença <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
(#)Parque Ecológico José Milanese	(1)	Criciúma	7:00	FOD	(4)	Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura
(#)Parque Salura	(1)	Frei Rogério	12:00	(3)	(4)	Associação Brasil Japão (Jica)
Fonte Modelo Cachambu	(1)	Caxambu do Sul	0,25	FED	(4)	Pref. Municipal
Mananciais do Rio Kuntz e Rio Fiorita	(1)	Siderópolis	926,35	FED	(4)	Pref. Municipal

Continua...

Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável em Santa Catarina (Cont.)

ARIE						
UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
APA						
Mananciais dos rios Sangão, Sant'Ana e Albino	(1)	Siderópolis	1.664,17	FOD, c/ presença de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
Mananciais dos rios da Serra São Bento, Serrinha e Costão da Serra	(1)	Siderópolis	13.036,27	FOD, c/ presença de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
Mananciais dos rios Sangão, Sant'Ana e Albino	(1)	Siderópolis		FOD, c/ presença de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
Mananciais dos rios da Serra São Bento, Serrinha e Costão da Serra	(1)	Siderópolis		FOD, c/ presença de <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>	(4)	Pref. Municipal
(#)S/ nome	A ser criada	Treze de Maio	(2)	(presença <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i> e áreas com agricultura)	(4)	Pref. Municipal
(*)Serra do Brilhante	L. 2.832, 22.09.93	Itajaí	2.014,70	(3)	(4)	Pref. Municipal
Costa Brava	L. 1.985, de 2000	Balneário Camboriú	(2)	MA, VRE e FOD	(4)	Pref. Municipal

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN'S) em Santa Catarina

UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
21 Unidades implantadas	Com Instrumento legal	Em todo Estado	Total aproximado 11.668,71			Empresas e proprietários
24 Unidades a serem criadas	Com registro de processo	Em todo Estado	Total aproximado 4.090,58			

Outras áreas protegidas em Santa Catarina não enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)

UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
14 Parques municipais		Fpolis, Joinville, S. João Batista, Botuverá, Bombinhas, Corupá e Blumenal.	Aproxim. 5.660,34			Floran, Fundema e Prefeitura Municipal
9 Parques Ecológicos		Blumenal, Balneário de Camburiu, Brusque, Balneário Arroio Silva, Maracajá, Joinville, Palhoça, Fpolis, Indaial, Gaspar e Guabiruba	Aproxim. 7.713,17			Empresas Públicas e privadas
3 Parques Florestais		Florianópolis, Gaspar e Brusque	Aprox. 1.984			Empresas Públicas e privadas
1 Parque Botânico – Morro do Embaú	1) 08.04.61	Ilhota e Luiz Alves	750,00	FOD 26°48'10"S	26°48'10"S 48°56'26"W	HBR
2 Parques Ambientais: Abaeté e Desterro	28.05.02 2183/95	Joinville Florianópolis	100,00 465,80	FON FOD		Comfloresta UFSC
7 Parques		Fpolis, Brusque, Dr. Pedrinho, Itajaí, Ipitapiranga, Palmitos e São Bento do Sul	Aprox. 42,64			Prefeituras Municipais
1 Parque Rodoviário		Araquari	270,00	FOD (Planícies Quaternárias)		MEC
7 (sete) Reservas Ecológicas	Sendo que 1 ainda será criada	S. José do Serrito, Araquari, Treze Tílias, Frei Rogério, Garuva, Rancho Queimado e Blumenau	Aprox. 14.224,60			Prefeituras Municipais e Empresas Privadas
2 Reservas		Araquari e Imarui	1.000,00 900,00	FOD (Planícies Quaternárias) e reflorestamento com <i>Eucalyptus</i> . FOD		RFFSA RFFSA

Continua...

Outras áreas protegidas em Santa Catarina não enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)

UC	Instrumento legal de criação	Município	Área (ha)	Vegetação	Latitude Longitude	Responsável pela Administração
1 Horto Florestal	0575, 18.12.01	Florianópolis (Canasvieiras)	170,00	Principalmente Reflorestamento c/ <i>Eucalyptus</i> e <i>Pinus</i> . VRE		SDA
17 Reservas indígenas		Entre Rios, Ipuçu, Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis, Dr. Pedrinho, Chapecó, Imarui, Saudades, Palhoça, Biguaçu, São Francisco do Sul, Abelardo Luz, Seara, Araquari, Porto União				FUNAI
13 Áreas Tombadas		12 em Florianópolis e 1 em Nova Trento		dunas móveis semi-fixas e fixas; Ilha; lagoas e entorno e Restinga		FLORAM Iphan
7 APPs		1 em Biguaçu, 4 em Florianópolis, 1 em Joinville e 1 em Irani		FOD, MA, VRE, 3		Floram e a Prefeitura Municipal em Irani

Fonte: adaptado de Fatma. Áreas Protegidas de Santa Catarina por meio digital (2003) pela autora da tese.

Obs.: a fonte citada informa que está em andamento os cálculos para identificar os percentuais de áreas protegidas no estado de Santa Catarina, tendo em vista que a maioria das áreas em questão não estão mapeadas. A pesquisa realizada pela Fatma apontou que não há indicação nos documentos consultados das coordenadas geográficas. Disponível em: <<http://www/fatma.sc.gov.br>>.

SIGLAS UTILIZADAS:

UC - Unidade de Conservação.

(*) consta em mapa georeferenciado.

(#) requer confirmação de categoria de gestão.

P. – Portaria.

Proc. – Processo.

D. – Decreto.

L. – Lei.

Res. – Resolução.

FOD – Floresta Ombrófila Densa.

FOM – Floresta Ombrófila Mista.

FED – Floresta Estacional Decidual.

FN – Floresta Nebular.

CA – Campo.

VRE – Vegetação de Restinga.

MA – Manguezal.

(1) não consta instrumento legal de criação:

(2) não consta tamanho da área.

(3) para definir cobertura vegetal.

(4) para definir coordenadas geográficas

SIGLAS DAS INSTITUIÇÕES, QUE NÃO CONSTAM NA RELAÇÃO DE SIGLAS UTILIZADAS NA TESE.

Ajovacar - Associação de Agricultores José Valentim Cardoso.

Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí. Comcap - Companhia de Melhoramentos da Capital – Florianópolis.

Faema - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Blumenau.

Floram - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis.

Fundema - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville.

HBR - Herbário Barbosa Rodrigues.

Jica - Associação de Cooperação Internacional do Japão.

MEC - Ministério da Educação.

RFFSA - Rede ferroviária Federal SA.

Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

SDE - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul.

9.3 APÊNDICE C

JUSTIFICATIVAS E MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

Estas justificativas foram extraídas do Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro elaborado em 1976. FEEMA (1976, p. 7-14). As 17 primeiras justificativas para criação do Parque referem-se à Baixada do Maciambu – universo de pesquisa desta tese. As demais (42) justificativas dizem respeito às outras regiões.

1 - O expressivo complexo aquático, compreendido pelos rios Maciambu e da Madre (Embaú) e diversos alagados, deverá ser mantido como reservatório líquido para pesquisa, conservação e reposição de espécies aquáticas, visando ao equilíbrio ecológico.

2 - A topografia acidentada das montanhas (que se elevam até 1.200 m) e a baixada de formação quaternária, com inúmeros cordões de restinga, a orla marítima, composta de belíssimas praias e ilhas oceânicas compõem um quadro que dificilmente encontra similar no mundo.

3 - Os cordões semicirculares arenosos da restinga, com suas elevações secas e baixios brejosos que repetem, sempre em curvas maiores, a Praia da Pinheira, representam uma aula viva de formação geológica do quaternário recente.

4 - Os geólogos reunidos em seminário, na Praia da Joaquina (julho de 1975) foram unânimes em recomendar a preservação desse valioso monumento geológico por parte das autoridades catarinenses.

5 - Em consequência da topografia da área, que abrange vasta planície litorânea do quaternário recente e um expressivo conjunto montanhoso de até 1.268 m de altura, é fornecida uma cobertura vegetal, que, como tal, atrairá o turista, com a condição excepcional da presença de todos os tipos de vegetação existentes em Santa Catarina, conferindo ao estado a prerrogativa de ter representadas em uma só área, todas as suas regiões fitogeográficas, como a restinga, com seus ricos compôs litorâneos, onde reina a palmeira butiá.

6 - Nos levantamentos botânicos, realizados pelo Herbário “Barbosa Rodrigues” (1950-1964) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (1969-1974), foram encontradas na área diversas espécies novas para a ciência (*Campomanesia littoralis* Legrand, *Ornithocephalus reitzii* Pabst, *Rudgea xii* Reitz, *Anthurium polonense* Reitz, *Anemia alfredi-rohrii* Brade e outras, já em vias de extinção – *Laelia purpurata* Lindley, *Campomanesia littoralis* Legrand).

7 - A preciosa presença do *Equisetum giganteum* Linné (rabo de cavalo ou cavalinha), um dos últimos representantes de um dos grupos vegetais mais antigos existentes (350 milhões de anos) merece a conservação da área em seu estado natural.

8 - Não é utopia pensar-se na sobrevivência das espécies que, pela poluição, poderão sofrer mutações, ou mesmo serem extintas, como a cavalinha, *Equisetum giganteum* L.

9 - Na planície costeira do Rio Massiambu e da Madre (Embaú) desenvolve-se a mais evoluída flora da restinga do Sul do Brasil, ricamente representada na sucessão vegetal desta região fitogeográfica, desde a hidrossera (etapas submersas, flutuantes, paludosa, tanto de água doce como salgada, brejosa e subseqüentes) até a xrossera (na etapa arenosa da ante-dunas: *halófitas* e *psamófitas*, das dunas móveis, semifixas e fixas: *xermófitas* e *mesófitas* e, na rochosa, as etapas dos líquenes, musgos e *xerófitas rupícolas*).

10 - A preservação da Restinga do Maciambu será uma contribuição meritória para a botânica, tanto brasileira como mundial.

11 - No contexto geral da conservação de amostras de vegetação catarinense, a Baixada Maciambu-Embaú deve merecer a preferência.

12 - Essa baixada abriga o ecossistema mais expressivo da costa sul brasileira (água, solo, flora e fauna), sendo, portanto de excepcional importância para cumprimento dos objetivos de preservação da área.

13 - A ocorrência de cinco tipos de vegetação na área dá condição ecológica para que aí possam viver todos os animais e aves existentes em Santa Catarina nas montanhas, os animais maiores, como antas, bugio, mãos-peladas; na baixada litorânea, inúmeras aves aquáticas têm o seu *habitat* ideal, como maçaricos, frangos d'água, garças, colhereiros, biguás, patos-arminho, *cunhundus*, etc. e mesmo a ema, ou *nhandu* (*Rhea americana*) poderá ser introduzida¹.

14 - A expressiva lâmina líquida superficial da Baixada do Maciambu, composta de um lago, lagoinhas, meandros do rio da madre (Embaú) e, ainda, o próprio Oceano Atlântico, propicia um ambiente apropriado ao ciclo de plantas e animais, pois que as plantas aquáticas e o *plancton*, fornecedores de alimentos para a fauna aquática, permitem a desova e o desenvolvimento de peixes e crustáceos, marinhos e da água doce.

15 - As diversas aves migratórias (pombos marinhos, andorinhas, etc) mantêm seu habitat temporário nas praias litorâneas da Gamboa e Pinheira, podendo, evidentemente, a área funcionar como Estação de Aves Migratórias e como Posto de Registro dessas aves, em convênio com entidades nacionais e internacionais.

16 - Parte do litoral, incluídas as ilhas oceânicas próximas, deva ser mantida in natura, como refúgio de aves marinhas migratórias e nativas.

17- Com a reposição da riquíssima fauna aquática, exterminada pelo homem na planície costeira muito bem representada por animais de pelo e aves maiores (emas, cervos-galheiros, capivaras, patos-arminho, colhereiros, garças, etc) e a multiplicação natural da fauna montesa, em virtude de um refúgio seguro nas florestas protegidas, teremos, no aspecto florístico, uma representação completa, na área, de todas as espécies de aves e animais existentes no Estado de Santa Catarina”.

18 - Que a área de 900 km² localizada no conjunto orográfico dominado pela Serra do Tabuleiro abrangendo parte dos municípios de Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio e São Martinho tem significativa importância para a região litorânea catarinense pelo seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, paisagístico e turístico.

19 - Que a destruição indiscriminada dos recursos naturais se dá co evidente desequilíbrio ecológico na área e com graves reflexos culturais e econômicos.

20 - Que a implantação do Parque não entrará em choque com as metas de desenvolvimento urbano e industrial do Estado, mas favorecerá a manutenção do crescimento, compatibilizando-o com a qualidade de vida da população em sua vizinhança e servirá, ainda, como fator minimizante da poluição em suas áreas de influência, notadamente na área da Grande Florianópolis.

21 - Que a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro terá grande repercussão social e política, pois implica numa guinada a favor da cultura e bem

estar social da população, mudando, inclusive, o curso da história de Santa Catarina, por favorecer a convivência sadia do homem com a natureza, onde, até hoje, a ação humana foi, com raras exceções, de depredação, rapina e destruição.

22 - Que tanto autoridades governamentais como cientistas tem se preocupado com a preservação desta área, excepcionalmente bem dotada pela natureza, cujo ecossistema deverá ser preservado em benefício de ecologia e cultura catarinense.

23 - Que a área apresenta um relevo imponente e de características especiais, esculpido graças ao intenso fraturamento que se abateu sobre a grande variedade de rochas ocorrentes na área e ressaltados pelos picos rochosos desnudos em seu brutal contraste com a planície que se estende até o oceano.

24 - Que a sua posição de tampão para os ventos do sul mantém um clima ameno no lado norte e que os benefícios da regulação térmica e pluvial são evidentes para a agricultura e população, beneficiando-se esta por uma temperatura refrescante, no estio.

25- Que o morro do Cambirela, Serra do Tabuleiro e Serra do Capivari, por sua situação ao longo da costa oceânica e sua expressiva altura (1.268m), torna-se o mais importante regulador climático da Grande Florianópolis e áreas vizinhas, condensando o ar úmido, produzido pela evaporação da água oceânica, com generosas precipitações pluviais.

26 - Que esse condensador de ar dita o regime de chuvas e forma, diariamente, extratos e cúmulos que, ao anoitecer, iluminados pelos raios solares, forma esplendorosos desenhos, tão notórios, que levam a capital dos catarinenses a se conhecida como “Cidade dos ocasos raros”.

27 - Que aumenta continuamente o consumo de água potável na área da Grande Florianópolis.

28 - Que o total consumo, pela população de Florianópolis, das águas do manancial de Pilões, no Rio Vargem do Braço, quando de longas estiagens, leva a CASAN a estudar a captação das águas do Rio Cubatão, parcialmente alimentado pelas vertentes da área.

29 - Que as três primeiras indústrias pesadas no sul do Estado, já implantadas ou em fase de implantação, como a Usina Térmica Jorge Lacerda da ELETROSUL, ICG (Indústria Carbônica Catarinense) e Siderúrgica Catarinense, dependem dos mananciais existentes na área a ser abrigada no Parque.

30 - Que a gradativa implantação de outros empreendimentos industriais na área da Grande Florianópolis, importa em crescente demanda pelo consumo de água.

31 - Que há necessidade de se suprir em águas não poluídas projetos agrícolas de técnicas avançadas.

32 - Que a água razoavelmente pura, livre de contaminantes, pesticidas ou efluentes químicos industriais, será fornecida às granjas e projetos pecuários (gado leiteiro) pelos mananciais da área.

33 - Que há urgência de medidas com vistas à proteção de inúmeros mananciais, ainda puros, permanentemente alimentados pelo filete interno hídrico, gerado pela lenta absorção do húmus, esponja viva mantida pela floresta.

34 - Que o complexo gnáissico das Serras do Cambirela, Tabuleiro e Capivari evidenciam, numa paisagem soberba, a dureza da rocha como impedimento de erosão.

35 - Que é indispensável a preservação do manto vegetal para evitar a erosão do solo, nas encostas de terrenos muito ondulados (1.268 m), e o conseqüente assoreamento do leito dos Rios Cubatão, D'Una, da Madre (Embaú) e Massiambu.

36 - Que a presença dos cinco tipos de vegetação na área (Restinga, floresta atlântica, matinha nebulosa, campo e floresta de Araucária) é característica única deste, entre todos os parques brasileiros.

37 - Que a Serra do Tabuleiro, por sua posição geográfica, representa uma importante barreira fitogeográfica no sul do Brasil, por delimitar a dispersão de muitas espécies vegetais do clima tropical, evitando, por causa da friagem ao lado sul, o desenvolvimento dessas espécies, exigentes do clima mais quente.

38 - Que a área do Parque será de, aproximadamente, 900 km², representando apenas 1% da área total do Estado.

39 - Que o mínimo de área verde proposto pela FAO (ONU) é de doze metros quadrados de área verde por habitante e que por sua situação dentro da área da Grande Florianópolis, a área atenderá a este imperativo de salubridade urbana, bem como será uma alternativa para o lazer.

40 - Que, em termos gerais, a cobertura florestal ideal de um estado ou país, no sentido de um perfeito equilíbrio ecológico seria de um mínimo de 33%.

41 - Que a topografia extremamente acidentada do estado catarinense equacionando-se, inclusive, o problema da erosão do solo, seria de um mínimo de 50% o ideal da área florestada.

42 - Que uma reserva florestal de cerca de 900 km², e de excepcionais características como a área em questão, será alvo e fonte perene de pesquisas para nossos centros acadêmicos, laboratórios, herbários e museus.

43 - Que com a preservação da área, as espécies raras (*Campomanesia littoralis* Legrand, *Ornithocephalus reitzii* Pabst, *Rudgea xii* Reitz, *Anthurium polonense* Reitz, *Anemia alfredi-rohrii* Brade e outras, já em vias de extinção – *Laelia purpurata* Lindley, *Campomanesia littoralis* Legrand) serão protegidas, possibilitando a auto-regeneração de áreas devastadas.

44 - Que a vegetação age positivamente sobre o filete de rolamento das águas diminuindo sensivelmente, a erosão e a evaporação, alimentando o filete de infiltração de água, impedindo futuras catástrofes do tipo “enchente de Tubarão”.

45 - Que a ação da floresta além de benéfica no abastecimento de água, melhora o solo e o clima muitos quilômetros além de seus limites.

46 - Que a vegetação nativa é a melhor garantia de fixação das dunas, dos pântanos beira-rio e de áreas montanhosas, evitando o assoreamento do leito dos rios e das bacias oceânicas.

47 - Que nunca é demais se enfatizar a importância das plantas e suas associações na formação do solo e na evolução da sociedade heterogenia típica de nossas florestas.

48 - Que é necessário preservar os expressivos maciços florestais nativos em diferentes áreas de Santa Catarina, para manter-se um razoável estoque genético vegetal e garantir-se árvores matrizes de sementes a serem usadas em projetos de reflorestamento.

49 - Que a proteção da fauna é um dos objetivos importantes na criação de um parque e a conservação ambiente vegetal torna a área um refúgio seguro para as espécies, mesmo a dos arredores, e garante a preservação de todas as espécies da região, bem como garantirá refúgio para as aves marinhas migrantes.

50 - Que a costa catarinense, na região é importante criadouro da baleia, fora da Antártica, fato que, por si só, faz pesar sobre o Governo Catarinense o compromisso internacional de proteção da área, especialmente contra a poluição

das águas, podendo, de outro lado, ser um criadouro de baleias explorado como atração turística, e com isso carrear renda maior ao Estado.

51 - Que a pesquisa biológica terá estoque permanente de material para estudar a biologia, as doenças e as mutações das espécies de animais.

52 - Que, em atendimento ao ponto de vista dos técnicos do DEF/MEC o ensino da ecologia no primeiro grau deve ser introduzindo indiretamente através de uma extensão da cadeira de Ciências, com excursões a parques, reservas, jardins botânicos, arboretos, herbários, jardins zoológicos e outros locais onde a natureza é estudada e preservada.

53 - Que a área da Serra do Tabuleiro poderá servir para visitas de estudantes e demonstrações práticas de preservação da natureza que será um dos pontos mais importantes do ensino de ecologia no primeiro grau.

54 - Que a área terá múltiplas possibilidades, em relação ao lazer e ao turismo.

55 - Que na área haverá ampla possibilidade de os turistas exercitarem o esporte, entre nós incipientes, de, com seus binóculos, observarem os hábitos dos animais de pelo e das aves.

56 - Que em determinados locais há possibilidade de manterem-se tratadores de animais e aves aquáticas, onde o turista poderá observar *in natura* espécies de animais de pelo, inclusive os de grande porte (antas, cervos-galheiros, veados, pacas etc.) e aves aquáticas, marinhas ou de água doce.

57 - Que em face da grande atração que as áreas verdes oferecem ao turista, a área será um permanente chamariz para os que queiram conviver com a natureza, especialmente em fins de semana.

58 - Que o complexo de montanhas oferecerá excelentes áreas com diversos climas, desde o frio até o temperado e quente que, servidas por um sistemas de estradas e acessos bem conservados, propiciarão todas as opções para um turismo de serra, onde há abundância de água, sob a forma de rios, cachoeiras e piscinas naturais; e que a construção de mirantes em locais privilegiados, mostrará ao turista paisagens belíssimas, sobretudo as de planície do quaternário, da orla marítima e das ilhas oceânicas.

59 - Que a restauração do Forte de Nossa Senhora da Conceição, situado na ilhota da Barra Sul da Ilha de Santa Catarina, dará ao Parque um local próprio para a instalação de um museu de ordem geral regional, especialmente voltado para a fauna e a flora locais, e que poderá funcionar como base física para estudos e pesquisas e para a exibição de animais e plantas, tanto terrestres quanto marinhos.

9.4 APÊNDICE D

ROTEIRO DE PESQUISA 1

- Prioridades nos temas de pesquisa e extensão.
- Principais empecilhos à pesquisa, aos projetos e aos objetivos do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.
- Como é considerada a questão dos conflitos no parque do ponto de vista:
 - 1 - dos objetivos e função do parque;
 - 2 - da população atingida pela implantação dele
- Região mais conflituosa do entorno
- Possíveis motivos e soluções para os conflitos apresentados
- Área de maior intensidade de conflitos e por que
- Projetos de turismo ou de emprego e renda e participação da população
- Desafios diante da localização geográfica do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
- Como é visto o tema conflitos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
- Material ou fonte de informação disponíveis sobre o assunto
- Possíveis contribuições deste estudo e definição de prioridade em relação às áreas do entorno
- Delimitações físicas do Parque

9.5 APÊNDICE E

ROTEIRO DE PESQUISA 2

Tendo em vista que o documento “Produto básico de zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (SOCIAMBIENTAL, 2002) contemplou com muitas informações baseadas em documentos, órgãos oficiais e entrevistas, o roteiro da pesquisa passou por duas fases:

- confirmação das informações; e
- complementação dos dados diante do objeto pesquisado.

Relacionamos no primeiro tópico as questões expressamente abordadas com os moradores da Baixada do Maciambu, em separado de outras questões, relativas às instituições pesquisadas, também abordadas, mas ou de forma indireta, ou resultantes de observações colhidas nas reuniões de que participamos.

População

- Há quanto tempo mora aqui? (Se antes da criação do parque, perguntar como sobrevivia; se depois, a que atividades dedicou); perguntar a diferença entre viver naquela época e nos dias atuais.

- O que é proteção da natureza?
- Como o parque está sendo protegido?
- Havia famílias morando na área antes da criação do parque?
- Estado pagou indenização?
- O que faziam? O que fazem agora?
- Há leis do Estado para viver aqui? Pedir opinião.
- De onde vem a renda familiar?
- O que acha de morar aqui?
- O que o deixaria mais feliz aqui?
- Instituições: Qual é o papel do/da:
 - Estado;
 - Prefeitura (de qual município);
 - Emater (de qual município);
 - Outros órgãos.

- Organizações: quais são as que melhor representam suas aspirações e por quê?
- Quais são os conflitos existentes na Baixada do Maciambu?
- O que é EIA/Rima?

Instituições

- Quais são os conflitos na Baixada do Maciambu e na Praia da Pinheira?
- Qual o seu papel e interesse nesses conflitos?
- Quais são as outras instituições com atribuições idênticas e/ou contrárias às suas funções na resolução desses conflitos?
- Relação entre si das atividades das diferentes instituições nas ações na Baixada do Maciambu.
- Aponte alternativas de renda para os moradores.
- Quais são as leis que regem a Baixada do Maciambu que dizem respeito aos seus interesses?
- Qual é a demarcação física da baixada?
- Qual é a maior demanda de intervenção nos conflitos apresentados?
- Qual a frequência desses acontecimentos?
- Quais os meios usados para resolver a situação?
- Quais os fatores determinantes dos conflitos na Baixada do Maciambu?
- Como atuam as outras instituições?
- Qual é a principal causa geradora de conflitos?
- O que e por que proteger os recursos naturais da Serra do Tabuleiro?
- Qual foi a participação no EIA/Rima?

ANEXOS

ANEXO A

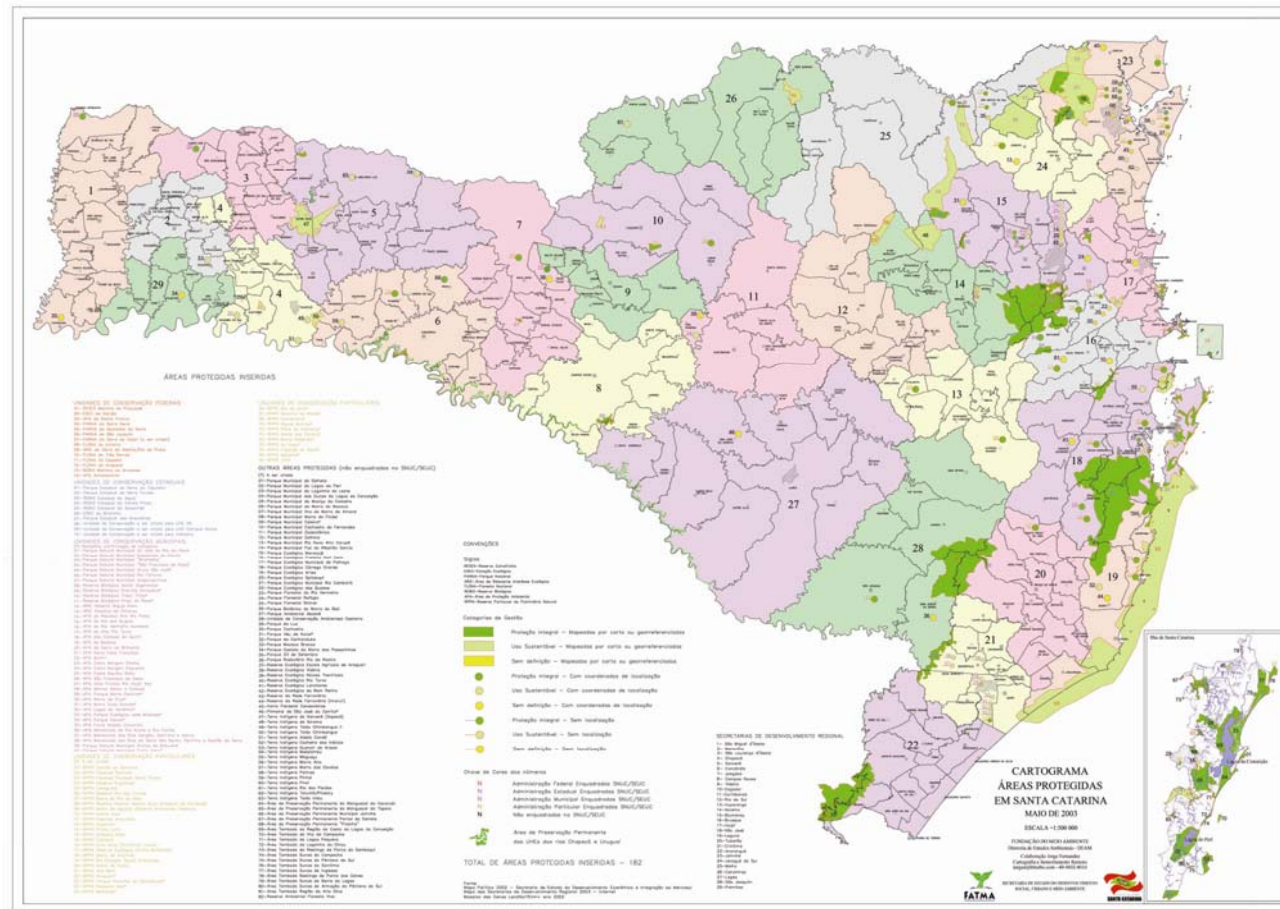


Figura 1A – Unidades de Conservação no Estado de Santa Catarina.

ANEXO B

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTES AO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

LEIS

LEI Nº 5.276, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976.

Autoriza o Poder Executivo a alienar bens imóveis, visando à modernização do Sistema Penitenciário e ao desenvolvimento urbano do Estado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, total ou parcialmente, bens imóveis localizados no Município de Florianópolis, com área aproximada de 6.500.000,00 m² (seis milhões e quinhentos mil metros quadrados), onde estão instalados o Horto Florestal de Canasvieira a Colônia Penal Agrícola Urbana Müller Salles e a Penitenciária Estadual de Florianópolis, compreendendo o Manicômio Judiciário e a Cadeia Pública.

Parágrafo Único - A alienação far-se-á mediante licitação, após realizada em âmbito nacional a pré-qualificação de empresas, reunidas ou não em consórcio.

Art. 2º - A alienação prevista no artigo anterior visa a permitir, conjunta ou isoladamente:

I - a construção e equipamento de novas bases físicas para o Sistema Penitenciário Estadual;

** II - a obtenção de recursos financeiros para a indenização das áreas integrantes e necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto nº 1.260, de 1 de novembro de 1976.*

*** Com a nova redação dada pela Lei nº 5.746 de 11 de agosto de 1980.**

III - a aquisição ou construção, para o Grupamento do Leste Catarinense, em locais e condições a serem indicados pelo respectivo Comando, de unidades residenciais com área total de 3.200,00 m² (três mil e duzentos metros quadrados), aproximadamente;

IV - edificações e instalações de interesse e indicadas pelo Ministério da Marinha, para atendimento de compromissos assumidos em decorrência das obras da nova ligação ilha-continente e da implantação do seu sistema viário.

** Parágrafo único - As edificações referidas no item I deste artigo far-se-ão, de preferência, em imóveis já pertencentes ao Estado.*

*** Com a nova redação dada pela Lei nº 5.746 de 11 de agosto de 1980.**

Art. 3º - Nenhum dos estabelecimentos penais a serem alienados será desativado sem. que outro o substitua.

** Art. 4º - Os imóveis referidos no artigo 1º desta Lei poderão ser alienados a quem se comprometer neles desenvolver empreendimentos de natureza urbanística, residencial ou comercial, podendo o Governo do Estado executar diretamente os projetos para serem comercializados após a conclusão do empreendimento, respeitadas a legislação municipal pertinente e as demais exigências estabelecidas.*

*** Com a nova redação dada pela Lei nº 5.746 de 11 de agosto de 1980.**

Art. 5º - O edital poderá admitir que o pagamento total ou parcial dos imóveis a serem alienados, desde que atenda aos objetivos previstos no artigo 29, seja efetuado através das seguintes modalidades, isoladas ou em conjunto:

I - em espécie;

II - entrega de bem. imóvel edificado ou não;

III - construções;

IV - entrega de equipamentos;

V - prestação de serviços.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, para a execução de projetos de desenvolvimento urbano, imóveis desapropriados ou adquiridos, marginais às vias de acesso a cidades do Estado, observado o disposto em regulamento a ser aprovado pelo Governador do Estado.

* Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a constituir comissões especiais para o desenvolvimento das tarefas necessárias à execução da presente Lei, podendo atribuir o referido encargo a órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta ou a Fundação instituída e mantida pelo Governo do Estado.

* Parágrafo único - A atribuição dos encargos de agente delegado de que trata este artigo será estabelecida em Decreto do Chefe do Poder Executivo".

* Com a nova redação dada pela Lei nº 5.746 de 11 de agosto de 1980.

Art. 8º - As despesas necessárias à execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 18 de novembro de 1976

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Publicada no DOSC de 07.12.1976

LEI Nº 5.746, DE 11 DE AGOSTO DE 1980.

Altera a Lei nº 5.276, de 18 de novembro de 1976, e dá outras providências. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1980. v. 7, p. 36-37.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O item II e o parágrafo único do art. 2º; e os artigos 4º e 7º da Lei nº 5.276, de 18 de novembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º -

.....
II - a obtenção de recursos financeiros para a indenização das áreas integrantes e necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975.

III -

IV -

Parágrafo único - As edificações referidas no item I deste artigo far-se-ão, de preferência, em imóveis já pertencentes ao Estado.

Art. 4º - Os imóveis referidos no art. 1º desta Lei poderão ser alienados a quem se comprometer neles, desenvolver empreendimentos de natureza urbanística, residencial ou comercial, podendo o Governo do Estado executar diretamente os projetos para serem comercializados após a conclusão do empreendimento, respeitadas a legislação municipal pertinente e as demais exigências estabelecidas.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a constituir comissões especiais para o desenvolvimento das tarefas necessárias à execução da presente Lei, podendo atribuir o referido encargo a órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta ou a Fundação instituída e mantida pelo Governo do Estado.

Parágrafo Único - A atribuição dos encargos de agente delegado de que trata este artigo será estabelecida em decreto do Chefe do Poder Executivo".

Art. 2º - Os recursos financeiros provenientes da alienação do imóvel onde está situada a Colônia Penal Agrícola Urbano Müller Salles, de que trata o art. 1º da Lei nº 5.276, de 18 de novembro de 1976, serão aplicados na proporção de 1/3 (um terço) na modernização do Sistema Penitenciário Estadual, e 2/3 (dois terços) no pagamento de indenização por desapropriação ou compra de imóveis necessários à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, resguardado o cumprimento das disposições contidas nos itens III e IV, do artigo 2º da referida Lei.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 18 de agosto de 1980

JORGE KONDER BORNHAUSEN

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 19.08.80

LEI Nº 10.584, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1997.

Dispõe sobre a área da Ponta do Papagaio, sita no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e adota outras providências. ***Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]***, Florianópolis, v. 64, nº 15.800, p. 1, nov. 1997.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a área da Ponta do Papagaio sendo considerada área de Proteção Especial, mantida sobre a mesma o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com os seguintes limites confrontantes:

a) - NORTE: Tendo como partida o limite da faixa dos 33 m (trinta e três metros) junto à praia do Sonho na linha que segue ao Sul conforme descrito na alínea "b" do art. 2º do Decreto nº 8.857, de 11 de setembro de 1979, onde segue uma linha a partir desta intersecção sempre respeitando a faixa dos 33 m (trinta e três metros) da maré média em direção à antiga Ilha dos Papagaios Grandes até atingir a fralda do morro da mesma, na extremidade sul da praia do Sonho;

b) - LESTE: Atingida a fralda, segue por esta uma linha até atingir a faixa de 33 m (trinta e três metros) da maré média, agora junto ao início da praia da Pinheira no seu lado norte;

c) - SUL: A partir daí, segue uma linha sempre mantendo o limite dos 33 m (trinta e três metros) da maré média até atingir a intersecção da linha também descrita na alínea "b" do art. 2º do Decreto antes referido, junto à praia da Pinheira;

d) - OESTE: Nesta intersecção, junta-se à linha descrita na alínea "b" do Decreto já referido, até atingir o ponto inicialmente descrito.

Art. 2º - A área englobada face às delimitações impostas pelo artigo ficará mantida sobre o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Publicada no DOSC de 11.11.97

LEI Nº 10.733, DE 15 DE ABRIL DE 1998.

Altera a redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.584, de 11 de novembro de 1997. ***Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]***, Florianópolis, v. 65, n. 15.900, p. 1, abr. 1998.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A ementa e o artigo 1º da Lei nº 10.584, de 11 de setembro de 1997, passarão a ter a seguinte redação:

“Dispõe sobre a desanexação da área da Ponta do Papagaio do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e adota outras providências.”

“**Art. 1º** - Fica a área da Ponta do Papagaio desanexada do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sendo considerada Área de Proteção Especial, mantida sobre a mesma o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com os seguintes limites e confrontações:”

Art. 2º - Os limites e confrontações do art. 1º ficam inalterados, bem como os demais artigos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 15 de abril de 1998

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Publicada no DOSC de 15.04.98

ANEXO C

INSTRUMENTOS LEGAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTES AO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

DECRETOS

DECRETO Nº 1.260 DE 1ª DE NOVEMBRO DE 1975.

Cria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. ***Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]***, Florianópolis, v. 40, n. 10.358, p. 4-7, nov. 1975.

O **GOVERNADOR DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 93, item XIX, da Constituição Estadual, e,

Considerando que a área de 900 km² localizada no conjunto orográfico dominado pela Serra do Tabuleiro abrangendo parte dos municípios de Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio e São Martinho tem significativa importância para a região litorânea catarinense pelo seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, paisagístico e turístico;

Considerando a destruição indiscriminada dos recursos naturais com evidente desequilíbrio ecológico na área com graves reflexos culturais e econômicos;

Considerando que, entre os objetivos da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, está o da criação de parques estaduais, ou reservas ecológicas equivalentes;

Considerando a urgência de medidas com vistas à proteção de inúmeros mananciais, ainda puros, permanentemente alimentados pelo filete interno hídrico, gerado pela lenta absorção do húmus, esponja viva mantida na floresta;

Considerando o contínuo aumento de consumo de água potável na área da Grande Florianópolis fornecida pelos rios ali existentes;

Considerando o total consumo, pela população de Florianópolis, das águas do manancial de Pilões, no Rio Vargem do Braço, quando de longas estiagens, o que leva a CASAN a estudar a captação das águas do Rio Cubatão, parcialmente alimentados pelas vertentes da área;

Considerando que as três primeiras indústrias pesadas no Sul do Estado, já implantadas ou em fase de implantação (Usina Térmica Jorge Lacerda da ELETROSUL, I.C.C. e SIDERÚRGICA CATARINENSE) dependem dos mananciais existentes na área a ser abrangida pelo Parque;

Considerando a gradativa implantação de outros empreendimentos industriais na área da Grande Florianópolis, importando em crescente demanda pelo consumo de água;

Considerando a necessidade de se suprir com águas não poluídas projetos agrícolas de técnicas avançadas;

Considerando que a água razoavelmente pura, livre de contaminantes, pesticidas ou efluentes químicos industriais, será fornecida às granjas e projetos pecuários (gado leiteiro) pelos mananciais da área;

Considerando o expressivo complexo aquático, compreendido pelos Rios Massiambu e da Madre (Embaú) e diversos alagados, que deverá ser mantido como reservatório líquido para pesquisa, conservação e reposição de espécies aquáticas, visando o equilíbrio ecológico;

Considerando que parte do litoral, incluídas as ilhas oceânicas próximas, deva ser mantida *in natura*, como refúgio de aves marinhas migratórias e nativas;

Considerando apresentar a baixada do Rio Massiambu afloramentos de rochas, morros e dunas, e a baixada do Rio da Madre, gley pouco úmido sutrófico de textura média, relevo plano, substrato de sedimentos recentes mixto com gley úmido distrófico álico de textura argilosa de sedimentos recentes;

Considerando o revestimento do complexo montanhoso das Serras Cambirela, Tabuleiro e Capivari, da parte mais baixa até 500 m de altitude, de solo podzólico vermelho amarelo, de textura argilosa, relevo ondulado, substrato de granito, e, de 600 m até os picos Cambirela, de solo distrófico, de textura argilosa com substrato de granito;

Considerando ser indispensável a preservação do manto vegetal natural para evitar a erosão do solo, nas encostas de terrenos muito ondulados (1.268 m) e o consequente assoreamento do leito dos Rios Cubatão, D'Una, da Madre (Embaú) e Massiambu;

Considerando que protegidas as áreas ora em apreciação poderão as áreas contíguas ter melhor aproveitamento agropecuário;

Considerando a ocorrência na área de uma interessante variedade de rochas, destacando-se, nas elevações, as rochas cristalinas dos Grupos Tabuleiro, Pedras Grandes, Itajaí e São Bento, e nas planícies, sedimentos de idade quaternária, com as características seguintes:

a) - Grupo Tabuleiro: Engloba as rochas mais antigas do Estado, de idade Pré-Cambriana Média e Inferior; sendo representado, na área, especialmente por magmatitos homogêneos e granitos, e ocorrendo em áreas isoladas da parte oriental dos maciços;

b) - Grupo Pedras Grandes: Com idade Pré-Cambriana Superior, é o grupo de maior distribuição na área, sendo representado pelo Granito Jaguaruna, na área sudeste; pelo Granito Rio Chicão, na porção Sul; e pelo Granito Palmeira do Meio, que constitui a porção central do maciço da Serra do Tabuleiro;

c) - Grupo Itajaí: É representado, na área, por rochas extrusivas de composição granítica, os riolitos da Formação Campo Alegre, de idade Eo-Paleozóica sendo essas rochas, de cor escura, textura pórpora e estrutura fluidal características, que sustentam muitas das principais cristas das elevações, dando feições peculiares e de grande beleza à morfologia regional;

d) - Grupo São Bento: A esse Grupo pertencem numerosos diques de diabásio, da Formação Serra Geral, e tidos como de idade Jurássica-Cretácea; sendo que os diabásios recortam as rochas cristalinas mais antigas e, menos resistentes ao intemperismo, além de intensamente fraturados, dando origem a depressões que funcionam como importantes reservatórios de água subterrânea;

e) - Sedimentos recentes: Ocorrem nas várzeas dos rios, mas principalmente na extensa planície que constitui a baixada do Massiambu, sendo constituídos por aluviões fluviais, cordões de restingas marinhas e dunas eólicas; essa baixada abriga o ecossistema mais expressivo da costa sul-brasileira (água, solo, flora e fauna), sendo portanto de excepcional importância para cumprimento dos objetivos de preservação da área;

Considerando que a área apresenta um relevo imponente e de características especiais, esculpido graças ao intenso fraturamento que se abateu sobre a grande variedade de rochas ocorrentes na área e ressaltado pelos picos rochosos desnudos em seu brutal contraste com a planície que se estende até o oceano;

Considerando que o Morro do Cambirela, Serra do Tabuleiro e Serra do Capivari, por sua situação ao longo da costa oceânica e sua expressiva altura (1.268 m), torna-se o mais importante regulador climático da Grande Florianópolis e áreas vizinhas, condensando o ar úmido, produzido pela evaporação da água oceânica, com generosas precipitações pluviais;

Considerando que esse condensador de ar dita o regime de chuvas e forma, diariamente, extratos e cúmulos que, ao anoitecer, iluminados pelos raios solares, formam esplendurosos desenhos, tão notórios, que levam a Capital dos catarinenses a ser conhecida como "Cidade dos ocasos raros";

Considerando que os benefícios da regulação térmica e pluvial são evidentes para a agricultura e população, beneficiando-se esta por uma temperatura refrescante, no estilo;

Considerando que em consequência da topografia da área que abrange uma vasta planície litorânea do quaternário recente e um expressivo conjunto montanhoso de até 1.268 m de altura, contamos com a presença de todos os tipos de vegetação existentes no Estado de Santa Catarina, a saber: a Restinga Litorânea, a Mata Pluvial Atlântica, a Mata de Araucária, a Vegetação dos Campos e a Matinha Nebular;

Considerando que a presença desses cinco tipos de vegetação na área é característica única deste entre todos os parques brasileiros;

Considerando que a Serra do Tabuleiro, por sua posição geográfica, representa uma importante barreira fito geográfica no sul do Brasil, por delimitar a dispersão de muitas espécies vegetais do clima tropical, evitando, por causa da friagem ao lado sul, o desenvolvimento dessas espécies, exigentes do clima mais quente;

Considerando que sua posição de tampão para os ventos do sul mantém um clima mais ameno no lado norte;

Considerando que nos levantamentos botânicos, realizados pelo Herbário "Barbosa Rodrigues" (1950-1964) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (1969-1974) foram encontradas, na área, diversas espécies novas para a ciência (*Camponesia littoralis* Legrand, *Ornithotephalus reitzii* Pabst, *Rudgea littoralis* Smith & Downs, *Leandra Pilonensis* Wurdak, *Philodendron renauxii* Reitz, *Anthurium pilonense* Reitz, *Anemia alfredi-rohrii* Brade e outras, já em vias de extinção (*Laelia purpurata* Lindley, *Campomanesia littoralis* Legrand);

Considerando que com a preservação da área, essas espécies raras serão protegidas, possibilitando a auto-regeneração de áreas devastadas;

Considerando que a preciosa presença do *Equisetum giganteum* Linné (rabo-de-cavalo ou cavalinha) um dos últimos representantes de um dos grupos vegetais mais antigos existentes (350 milhões de anos) merece a conservação da área em seu estado natural;

Considerando que na planície costeira dos Rios Massiambu e da Madre (Embaú) desenvolve-se a mais evoluída flora da restinga do sul do Brasil, ricamente representada na sucessão vegetal desta região fitogeográfica, desde a hidrossera (etapas submersa, flutuantes paludosa, tanto de água doce como salgada, brejosa e subseqüentes) até a xerossara (na etapa arenosa da ante-duna): halófitas e psamófitas, das dunas móveis, semi-fixas e fixas: xermófitas e mesófitas e, na rochosa, as etapas dos líquens, musgos e xerófitas rupícolas);

Considerando que a preservação da Restinga do Massiambu será uma contribuição meritória para a botânica, tanto brasileira quanto mundial;

Considerando que no contexto geral de conservação de amostras de vegetação catarinense, a Baixada Massiambu-Embaú deve merecer a preferência;

Considerando que a vegetação age positivamente sobre o filete de rolamento das águas diminuindo, sensivelmente, a erosão e a evaporação, alimentando o filete de infiltração da água, impedindo futuras catástrofes do tipo "enchente de Tubarão";

Considerando que a ação da floresta além de benéfica no abastecimento de água, melhora o solo e o clima muitos quilômetros além de seus limites;

Considerando que a vegetação nativa é a melhor garantia de fixação das dunas, dos pântanos beira-rio e das áreas montanhosas, evitando o assoreamento dos rios e das bacias oceânicas;

Considerando que nunca é demais enfatizar-se a importância das plantas e suas associações na formação do solo e na evolução da sociedade heterogênea típica de nossas florestas;

Considerando que é necessário preservar os expressivos maciços florestais nativos em diferentes áreas de Santa Catarina, para manter-se um razoável estoque genético vegetal e garantir-se árvores matrizes de sementes a serem usadas em projetos de reflorestamento;

Considerando que a missão econômica de Santa Catarina é eminentemente florestal, devido as suas condições climáticas e topográficas, muito onduladas e favoráveis à formação de florestas homogêneas e heterogêneas;

Considerando que não é utopia pensar-se na sobrevivência das espécies que, pela poluição, poderão sofrer mutações, ou mesmo, serem extintas, como a cavalinha, *Equisetum giganteum* Linné;

Considerando que uma reserva florestal de cerca de 900 km², e de excepcionais características como a área em questão será alvo e fonte perene de pesquisas para nossos centros educacionais, laboratórios, herbários e museus;

Considerando que a ocorrência de cinco tipos de vegetação na área, dão condições ecológicas para que aí possam viver todos os animais e aves existentes em Santa Catarina nas montanhas, os animais maiores, como antas, bugios, mão-peladas; na baixada litorânea, cervos-galheiros, já exterminados, poderão ser repostos com facilidade; na planície litorânea, inúmeras aves aquáticas têm o seu habitat ideal, como maçaricos, frangos d'água, garças, colhereiros, biguás, patos-arminho, cunhundos, etc. e mesmo a ema, ou nhandu (*Rhea americana*) poderá ser reintroduzida;

Considerando que diversas aves migratórias (pombos marinhos, andorinhas, etc.) mantém seu habitat temporário nas praias litorâneas de Gamboa e Pinheira, podendo evidentemente, a área funcionar como Estação de Aves Migratórias e como Posto de Registro dessas aves, em convênio com entidades nacionais e internacionais;

Considerando que a proteção da fauna é um dos objetivos importantes na criação de um parque e a conservação do ambiente vegetal torna a área um refúgio seguro para as espécies, mesmo as dos arredores, e garante a preservação de todas as espécies da região, bem como garantir refúgio para as aves marinhas migrantes;

Considerando que a costa catarinense, na região, é importante criadouro de baleias, fora da Antártida, fato que, por si só, faz pensar sobre o Governo Catarinense o compromisso internacional de proteção da área, especialmente contra a poluição das águas, podendo, de outro lado, ser um criadouro de baleias explorado como atração turística;

Considerando que a pesquisa biológica terá estoque permanente de material para estudar a biologia, as doenças e as mutações das espécies de animais;

Considerando que a expressiva lâmina líquida superficial da Baixada do Massiambu, composta de um lago, lagoinhas, meandros do Rio da Madre (Embaú) e, ainda, o próprio Oceano Atlântico, propicia um ambiente apropriado ao ciclo de plantas e animais, pois que as plantas aquáticas e o plâncton, fornecedores de alimentos para a fauna aquática, permitem a desova e o desenvolvimento de peixes e crustáceos, marinhos e de água doce;

Considerando que em termos gerais, a cobertura florestal ideal de um estado ou país, no sentido de um perfeito equilíbrio ecológico seria de um mínimo de 33%;

Considerando que a topografia extremamente acidentada do estado catarinense equacionando-se, inclusive, o problema da erosão do solo, seria de um mínimo de 50% o ideal da área florestada;

Considerando que a área do Parque será de, aproximadamente, 900 km², representa apenas 1% da área total do Estado;

Considerando que o mínimo de área verde proposto pela FAO (ONU) e de doze metros quadrados de faixa verde por habitante e que por sua situação dentro da área da Grande

Florianópolis, a área atenderá a este imperativo de salubridade urbana, bem como seria uma alternativa para o lazer;

Considerando que a topografia acidentada das montanhas, que se elevam até 1.250 m, e a baixada, de formação quaternária, com inúmeros cordões de restinga, a orla marítima, composta de belíssimas praias e ilhas oceânicas compõem o quadro que, dificilmente, encontra similar no mundo;

Considerando que os cordões semicirculares arenosos da restinga, com suas elevações secas e baixios brejosos que repetem, sempre, em curvas maiores, a Praia da Pinheira, representam uma aula viva de formação geológica do quaternário recente;

Considerando que os geólogos reunidos em Seminário, na Praia da Joaquina, (junho de 1975) foram unânimes em reconhecer a preservação desse valioso monumento geológico por parte das autoridades catarinenses;

Considerando que o complexo gnássico das Serras do Cambirela, Tabuleiro e Capivari evidenciam, numa paisagem soberba, a dureza da rocha como impedimento de erosão;

Considerando que a cobertura vegetal, como tal, atrairá o turista, e a condição excepcional da presença de todos os tipos de vegetação existentes em Santa Catarina confere ao Estado a prerrogativa de ter representadas em uma só área, todas as suas regiões fitogeográficas, como: a restinga, com seus ricos campos litorâneos, onde reina a paleira butiá; a exuberante floresta atlântica; a interessante matinha nebulosa, com curiosos representantes andinos e antárticos; o campo e a majestosa Floresta da Araucária;

Considerando que a reposição da riquíssima fauna aquática, exterminada pelo homem na planície costeira muito bem representada por animais de pelo e aves maiores (emas, cervos-galheiros, capivaras, patos-arminhos, colhereiros, garças, etc.) e a multiplicação natural da fauna montesa, em virtude de um refúgio seguro nas florestas protegidas, teremos, como no aspecto florístico, uma representação completa, na área, de todas as espécies de aves e animais existentes no Estado de Santa Catarina;

Considerando serem as águas fronteiriças do Parque um Criadouro importante de baleias, fora das águas gélidas da Antártida, poderá este fenômeno ser largamente explorado pelo turismo a carrear renda maior ao Estado, em vez de se abaterem, como outrora, esses curiosos animais mamíferos do mar;

Considerando que a restauração do Forte de N. Senhora da Conceição, situado na ilhota da Barra Sul da Ilha de Santa Catarina, dará ao Parque um local próprio para a instalação de um museu de ordem regional, especialmente voltado para a fauna e a flora locais, e que poderá funcionar como base física para estudos e pesquisas e para a exibição de animais e plantas, tanto terrestres quanto marinhos;

Considerando que a área terá múltiplas possibilidades, em relação ao lazer e ao turismo;

Considerando que os conjuntos de loteamento existentes nas praias oceânicas poderão ser disciplinados e aproveitados como áreas de lazer (hotelaria, camping) e centro turístico;

Considerando que o complexo de montanhas oferecerá excelentes áreas com diversos climas, desde o frio até o temperado e quente que, se servido por um sistema de estradas e acessos bem conservados, propiciarão todas as opções para um turismo de serra, onde há abundância de água, sob a forma de rios, cascatas e piscinas naturais; e que a construção de Mirantes em locais privilegiados, mostrarão ao turista paisagens belíssimas, sobretudo as da planície do quaternário, da orla marítima e das ilhas oceânicas;

Considerando que em determinados locais há a possibilidade de manterem-se tratadores de animais e aves aquáticas, onde o turista poderá observar "in natura" espécies de animais de pelo, inclusive os de grande porte (antas, cervos-galheiros, veados, pacas, etc.) e aves aquáticas, marinhas ou de água doce;

Considerando que, na área haverá ampla possibilidade de os turistas exercitarem o esporte, entre nós incipiente, de, com seus binóculos, observarem os hábitos dos animais de pelo e das aves;

Considerando que em face da grande atração que as áreas verdes oferecem ao turista, a área será um permanente chamariz para os que queiram conviver com a natureza, especialmente em fins de semana;

Considerando que a implantação do Parque não entrará em choque com as metas de desenvolvimento urbano e industrial do Estado, mas favorecerá a máquina do crescimento, compatibilizando-o com a qualidade de vida da população em sua vizinhança e servirá, ainda, como fator minimizante da poluição em suas áreas de influência, notadamente na área da Grande Florianópolis;

Considerando que a natureza foi dadivosa para com Santa Catarina; que o nosso Estado é um jardim plantado no sul do Brasil; seu litoral é adornado com uma centena de belíssimas praias, rodeadas de verdejante paisagem; seu planalto, com os campos entremeados de bosques verde-escuros de Araucária, empolga o visitante; a Serra Geral, com seus soberbos aparatos e “canyons” é um espetáculo cênico que nada deixa a desejar em confronto com as paisagens da Cordilheira dos Andes ou dos Alpes;

Considerando que estes dotes da pródiga natureza são parte integrante e inseparável do catarinense;

Considerando que, em atendimento ao ponto de vista dos técnicos do DEF/MEC o ensino da Ecologia no primeiro grau deve ser introduzido indiretamente através de uma extensão da cadeira de Ciências, com excursões a parques, reservas, jardins botânicos, arboretos, herbários, jardins zoológicos e outros locais onde a natureza é estudada e preservada;

Considerando que a área da Serra do Tabuleiro poderá servir para visitas de estudantes e demonstrações práticas de preservação da natureza que será um dos pontos mais importantes do ensino de ecologia no primeiro grau;

Considerando que a área da Serra do Tabuleiro terá grande repercussão social e política, pois implica numa guinada a favor da cultura e bem estar social da população, mudando, inclusive, o curso da história de Santa Catarina, por favorecer a convivência sadia do homem com a natureza, onde, até hoje, a ação humana foi, com raras exceções, de depredação, rapina e destruição;

Considerando que tanto autoridades governamentais como cientistas tem se preocupado com a preservação desta área, excepcionalmente bem dotada pela natureza, cujo ecossistema deverá ser preservado em benefício da ecologia e cultura catarinenses;

Considerando que esta preocupação ensejou:

a) - a assinatura de Decretos Presidenciais:

- **Decreto nº 30.443**, de 25 de janeiro de 1952, publicado no Diário Oficial de 28 de janeiro de 1952, declarando “remanescentes”, de acordo com o artigo 5º letras a e b, do Decreto nº 23.793/1934 as florestas e vegetação existentes no Vale do Massiambu, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizadas no Vale dos rios Massiambu Grande e Massiambu Pequeno, Distrito de Enseada de Brito, Município de Palhoça;

- **Decreto nº 30.444**, de 25 de janeiro de 1952, publicado no Diário Oficial de 28 de janeiro de 1952, declarando “protetoras” de acordo com o art. 4º, letras “a” e “b”, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas e vegetações existentes na “Mata dos Pilões”, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizadas no Vale do Rio da Vargem do Braço ou Rio dos Pilões, Distrito de Santo Amaro da Imperatriz, Município de Palhoça, medindo aproximadamente 40.000.00 m²; e

- **Decreto nº 50.813**, de 20 de junho de 1961, declarando “protetoras”, de conformidade com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica:

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item 1, da Constituição, decreta:

Art. 1º - São declaradas protetoras, nos termos do artigo 4º, letras "a", "b", "f" e "g" do Código Florestal, aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas tanto de domínio público como as de propriedade privada, existentes ao longo da encosta atlântica das Serras Geral e do Mar, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo."

b) - a publicação de trabalhos apresentados em Congressos Nacionais de Botânica, relacionados com o levantamento da flora e fauna na área, entre os quais destacam-se:

- **"Parque do Massiambu - Exposição de Motivos para sua criação"** - de autoria de P. Raulino Reitz, in Anuário brasileiro de Economia Florestal - Ano 12 – Nr. 12 págs. 196-210, Rio de Janeiro, 1960;

- **"Características, Importância e Aspectos da Vegetação da Serra do Tabuleiro (SC)"** - da autoria de Roberto M. Klein; trabalho apresentado ao XXVII Congresso Nacional de Botânica, em 26.01.1975;

- **"Conservacionismo em Santa Catarina"** - da autoria do P. Raulino Reitz, in Sellowia nr. 17, Ano XVII, págs. 9-28, Itajaí, 1965; ver páginas 12, 19, 24 e 27;

- No **"Ciclo de debates sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição"** - promovido pelo IBGE, em 3-4/09/75, foi apresentada uma moção de apoio à criação do Parque da Serra do Tabuleiro pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

- No **"Simpósio Internacional sobre o Quaternário"** realizado em julho do corrente ano, mais de 50 geólogos nacionais e estrangeiros assinaram moções sugerindo ao Governo do Estado de Santa Catarina a criação do Parque da Serra do Tabuleiro integrando a baixada quaternária dos rios Massiambu e da Madre;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro visando proteção e à preservação dos mananciais de água, da flora, da fauna, de determinados aspectos geológicos, da paisagem e dos locais apropriados ao lazer e à atração turística, e que possui as características a seguir:

I - Área: 900 km² (90.000 ha);

II - Localização e Confrontações: Partindo da foz do Rio Massiambu os limites do Parque da Serra do Tabuleiro se estendem pelo leito deste rio até a ponte da BR-101; desta segue pelo leito da BR-101 até o cruzamento da antiga rodovia estadual Palhoça-Paulo Lopes, rumando, desde aí, pelo divisor de águas até a cota altimétrica de 100 m (cem metros) de altitude; sempre pela cota de cem metros segue para o norte contornando os vales do Massiambu Grande e Massiambu Pequeno até encontrar novamente, mais ao norte, a BR-101 que cruza contornando o Morro dos Cavalos a leste; na mesma cota, ainda mais ao norte, cruza a BR-101 e contorna, em idêntica cota altimétrica, todo o Morro do Cambirela, atravessa o Rio Cachoeira do Braço e o Rio Vargem do Braço, sobe para a cota de 300 metros no lado oeste do Morro Queimado a leste da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes; prosseguindo com a cota de 300 metros atravessa a estrada de Vargem do Braço, o Rio Águas Claras, o Ribeirão Vermelho, o Rio das Antas até a Vila de Queçaba; junto desta Vila, no lado oeste, o limite corre pela rodovia estadual Queçaba-São Bonifácio até o norte da Escola do Alto Capivari onde sobe para a cota de 600 metros pelo Vale do Córrego, à margem direita do Rio Capivari, atravessa na mesma cota o Rio Capivari, o Córrego Roesner, o Córrego Avelino, o Rio Moller, o Córrego Estreito, o Córrego Neve, o Rio Serraria até o Rio Atafona; pelo Rio Atafona a divisa sobe até a sua cabeceira e segue rumo sul pelo divisor de águas do Rio do Ponche e Rio Capivari até a cabeceira do Córrego Rincão e prossegue em direção sueste (SE) pelo divisor dos afluentes do Rio do Ponche até o ponto em que o Rio do Ponche faz um cotovelo e muda seu curso norte-sul para a direção este-oeste (este cotovelo tem aproximadamente as seguintes coordenadas UTN na folha do IBGE, escala 1/50.000: 710,6 km 6900,9 km; a região ao sul da linha cotovelo do Rio do Ponche, na

localidade de Espraiado, tem formato quase triangular e se estende para o sul aproximadamente 15 km; a delimitação definitiva desta área será feita quando a folha de cartografia SH-22 - B - II - 1, em execução, estiver publicado pelo IBGE); do Espraiado segue rumo norte pela cota altimétrica de 100 m (cem metros); passa pelo Rio das Cachoeiras, mais ao norte pelo Rio João de Barbosa até atingir a estrada do Albardão seguindo por esta até a BR-101; prosseguindo, a linha divisória corre pelo lado leste da BR-101 rumo sul até o Rio Paulo Lopes, desce por este até o primeiro riacho pelo qual sobe até a estrada Paulo Lopes - Gamboa e continua pelo pé do morro até o Oceano Atlântico como representado no mapa que é parte integrante deste Decreto;

III - Serão parte do Parque as terras de Marinha compreendidas entre a foz do Rio Embaú à foz do Rio Massambu e as ilhas oceânicas: Siriú, Coral, Moleques do Sul, Três Irmãs, Fortaleza e dos Cardos, para o que o Governo do Estado promoverá as medidas indispensáveis junto ao Ministério da Marinha e o Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, no sentido de ser autorizada a inclusão dos mencionados bens pertencentes à União (item II do artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil) ao patrimônio do Parque;

IV - Situação Geográfica: o Parque fica situado entre os paralelos de 27°41'37" X 28°04'04" S e os meridianos de 48°34'00" X 48°55'27" W Gr. e sua área territorial se localiza nos Municípios de Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio e São Martinho.

Art. 2º - A utilização das áreas localizadas na orla marítima compreendidas nos limites definidos no item III do artigo anterior que se encontram devidamente ocupadas por particulares, deverá ser objeto de autorização pela Administração do Parque que se manifestará de acordo com os interesses do Estado no que se refere aos objetivos definidos no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - A Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente ficará com o encargo da Administração do Parque.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 1º de novembro de 1975.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 07.11.75

DECRETO Nº 2.335, DE 17 DE MARÇO DE 1977.

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terras destinadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. ***Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]***, Florianópolis, v. 42, n. 10.699, p. 1, mar. 1977.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando das atribuições que lhe confere o art. 93, itens XVIII e XIX, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no art. 189, da Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 5.101, de 20 de junho de 1975,

DECRETA:

Art. 1º - São declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, as seguintes áreas de terras:

I - o mangue dos rios Cubatão e Aririú, no Município de Palhoça, limitado ao norte pela linha d'água da Baía Sul; pelo Rio Pacheco; ao oeste, pela divisa natural do próprio mangue (zona da preamar), mais as terras de marinha;

II - a Ilha do Largo e as Ilhas do Andrade, situadas na Baía Sul, próximas ao mangue do Rio Cubatão, e a Ilha dos Papagaios Pequenos, situada junto a Ilha dos Papagaios Grandes;

III - o sopé do Morro dos Cavalos, situado no Município de Palhoça, com limites ao norte, descendo pela rodovia que parte da BR-101, antiga estrada Laguna-Florianópolis, em direção ao norte, por uma distância de 600 metros, até alcançar a quota altimétrica de 80 metros, e seguindo por esta cota altimétrica, em direção leste, até encontrar a Linha Telegráfica, e desta em direção 0°00' norte magnético, percorrendo uma distância de 250 metros, até uma estrada que dá acesso à Ponta do Morro dos Cavalos, e seguindo por ela até a distância de 700 metros, onde passa a seguir a linha do mar, contornando o Morro dos Cavalos, até o estuário do Rio Massiambu, e acompanhando este rio até a ponta da BR-101 e, desta ponta, acompanhando a BR-101, até a quota altimétrica de 100 metros;

IV - o delta interno do Rio Massiambu formado pelo conjunto de ilhas, a montante da ponta da BR-101, sobre o Rio Massiambu;

V - a Ponta dos Naufragados, situada na extremo sul da Ilha de Santa Catarina, no Município de Florianópolis, com limites, ao norte, a partir da foz de um córrego sem denominação, que deságua no Costão da Guarita, e subindo por ele, em direção a leste, até a sua nascente; daí, por linha seca, sempre em rumo leste, até encontrar outro ribeirão, também sem denominação, em um local onde forma acentuado cotovelo, subindo por ele até a nascente, no sentido do leste, dali, por linha seca, ainda mesmo rumo, até encontrar a nascente do outro córrego, descendo então por ela até sua foz no Oceano Atlântico, entre a Ponta do Pasto e Saco da Baleia; deste ponto, pela linha do mar contornando a ponta sul da Ilha de Santa Catarina até encontrar o córrego sem denominação inicialmente referido;

VI - a Ponta da Gamboa, situada no município de Garopaba, com limites a partir da extremidade sul litorânea do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e pelo oeste, por estreita faixa litorânea de terras de marinha até os primeiros afloramentos rochosos na linha seca ao sul, até a quota altimétrica de 100m., continuando por esta quota, rumo oeste, até encontrar a linha telegráfica, seguindo por esta, rumo ao sul, até encontrar a rodovia Gamboa-Garopaba; pelo leste seguindo a linha do mar até as dunas de Areias do Macacu;

VII - as dunas de Areias do Macacu e Lagoa do Siriú, limitando ao norte a partir do cruzamento da linha telegráfica por sobre a rodovia Gamboa-Garopaba, pelo leste, seguindo leito desta rodovia até a ponta sobre o sangradouro da Lagoa do Siriú, pela margem oeste da lagoa do Siriú até a ponta brejosa, ao sul da mesma lagoa, de onde continua pela rodovia Gamboa-Garopaba, seguindo por esta, rumo sul até o pequeno promontório do Morro da Ponta do Biguá, incluindo este um pequeno costão, até o início da praia de Garopaba, onde termina o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; pelo leste, pela linha do mar até a Ponta da Gamboa;

Parágrafo Único - Os bens públicos Federais de qualquer espécie, porventura situados na área referida neste artigo, não estão abrangidos pela presente declaração expropriatória.

Art. 2º - Fica autorizada a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terras referidas no artigo anterior, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder, se alegar urgência, de conformidade com o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 maio de 1956.

Art. 3º - As áreas de terras mencionadas no art. 1º deste decreto passam a fazer parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de março de 1977.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 23.03.77

DECRETO Nº 8.857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre a desanexação de áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e estabelece outras providências. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1979. v. 6, p. 329-334.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens III, XVIII e XIX, da Constituição do Estado, e

Considerando a necessidade de agilização da efetiva implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Considerando que tal implantação se tornará viável em menor espaço de tempo mediante a exclusão de parte das áreas de terras que os compõem, face à carência de recursos para indenizações;

Considerando que as áreas excluídas, num total de 3.625 hectares, são ocupadas por 118 pequenos agricultores, que tem como única fonte de subsistência a agricultura;

Considerando que essa exclusão diminuirá sensivelmente problemas de ordem social na região;

Considerando a importância da manutenção de “áreas especiais” na zona balneária da orla marítima, com 6.050 lotes urbanos, num total de 775 hectares,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desanexadas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975, e excluídas dos efeitos dos Decretos nºs 1.261, de 1º de novembro de 1975, e 2.335, de 17 de março de 1977, as seguintes áreas:

I - Área em São Bonifácio, com 1.330 hectares, situadas entre as terras do Perímetro Urbano da sede de São Bonifácio e as terras da CIAMA - Companhia Madeireira Santo Amaro Indústria e Comércio com os seguintes limites e confrontações:

a) - NORTE - Partindo do marco, de concreto, nº 114, fixado na divisa das terras de Balduino Haverroth com a CIAMA, segue acompanhando esta divisa, no rumo Nordeste, pela distância de 1.000 metros até encontrar o marco, de concreto nº 113, cravado na divisa com terras de Dorvalino Degering; sempre por esta divisa, no rumo Sueste, pela distância de 1.050 metros, até o marco nº 112; deste sempre pela mesma extrema, rumo Nordeste, distância de 600 metros, até o marco nº 111; deste pela mesma divisa, rumo Sueste, distância de 450 metros, até o marco nº 110; daí ainda pela mesma divisa, no rumo Nordeste, distância de 500 metros, até encontrar o marco nº 109.

b) - LESTE - Deste marco, de concreto, nº 109, no rumo Sueste, acompanhando a divisa das terras de Artur Buss, com a CIAMA, pela distância de 430 metros, até o marco nº 108; deste, no rumo Sudoeste, pela mesma divisa, distância de 400 metros, até o marco nº 107, deste ainda pela mesma divisa, no rumo Sueste, distância de 2.050 metros, passando pelos marcos nºs 106, 105-A e 105-B, até o marco nº 105; deste marco, seguindo por linha seca, por terras de Artur Buss, depois André Haverroth, Aloísio Rohling e Albertino Rohling, no rumo Sudoeste, distância de 2.270 metros, passando pelos marcos nºs 104 e 103-A, até encontrar o marco nº 103, cravado no alto morro denominado Spitzkopf; deste ponto, por linha seca, seguindo o rumo Sueste, distância de 2.750 metros, passando por terras de Albertino Rohling, Gregório Rohling, Francisco Exterkoetter e divisa da CIAMA, passando pelo marco nº 102, até encontrar o marco de concreto nº 101, cravado na margem Sul da estrada particular da CIAMA; deste marco, acompanhando a extrema da CIAMA, por linha seca, rumo Sudoeste, distância de 1.080 metros, até o marco nº 100-A; deste ponto, por

linha seca, no rumo Noroeste, distância de 1.350 metros, passando por terras de Artur Buss, até o marco nº 100, cravado no alto Morro Rebentão; deste no rumo Sueste, ainda por terras de Artur Buss, pela distância de 1.650 metros, até o marco nº 99, cravado no alto Morro denominado Morro das Pedras;

c) - SUL E OESTE - Deste marco de concreto, acompanhando o antigo perímetro do Parque, seguindo por linha seca, no rumo Noroeste, pela distância de 3.200 metros, até a margem do Rio Atafona, na curva de nível de 600 metros e continuando daí, acompanhando sempre a mencionada curva de nível em direção ao Norte até o marco de concreto nº 114, descrito inicialmente.

II - Área em Queçaba e Rio Novo, com 1.875 hectares, situada entre as localidades de Queçaba, Rio Novo, Rio Cubatão e Rio do Cedro, com os seguintes limites e confrontações:

a) - LESTE - Inicia o novo perímetro do Parque, no marco de concreto nº 156, cravado a Leste do perímetro urbano de Queçaba, entre o Rio Cubatão e a Estrada Municipal do mesmo nome, deste marco segue para o Sul, subindo o Rio Cubatão, passando pelos marcos nºs 156 e 143, encontrando-se neste ponto a confluência dos seus afluentes Rio do Salto e Rio Novo;

b) - SUL - Subindo o Rio Novo, até encontrar a Estrada Estadual Águas Mornas-São Bonifácio, passando pelos marcos nºs 142 e 141, até o marco 140;

c) - OESTE - Acompanhando em direção ao Norte a Estrada Estadual, pelo antigo perímetro do Parque, até a sua bifurcação Rancho Queimado- São Bonifácio;

d) - NORTE - Seguindo a mesma Estrada Estadual, em direção a Águas Mornas, até encontrar em Queçaba a estrada municipal do Rio Cubatão, seguindo por esta até o marco nº 156, descrito inicialmente.

III - Área em Santo Amaro da Imperatriz, com 280 hectares, situada ao Sul do perímetro urbano de Santo Amaro da Imperatriz na face norte do Morro Queimado, com os seguintes limites e confrontações:

a) - NORTE E LESTE - Partindo do marco nº 177, de concreto cravado em uma laje de pedra, na altura da curva de nível de 100 metros, segue pela distância de 1.300 metros, no rumo Nordeste, por terras de Jacinto Isidoro e Manoel Cardoso, até o marco nº 178; deste marco de concreto, segue no rumo Sueste, pela distância de 1.050 metros, por terras de Vicente Miranda e Augusto Passig Neto até o marco nº 179, cravado na divisa das terras de Orlando Becker; deste marco, segue no rumo sudoeste, distância de 1.200 metros, por terras de Orlando Becker, até encontrar o marco nº 180;

b) - SUL E OESTE - Deste marco, por linha seca distância de 2.000 metros, rumo Noroeste, até o marco nº 177, já descrito inicialmente.

IV - Área em Enseada de Brito, com 140 hectares, situada na região dos morros da Guarda da Canela, Massiambu Pequeno, dos Cavalos e a localidade de Enseada de Brito, entre a linha de alta tensão da Eletrosul e os morros acima mencionados, com os seguintes limites e confrontações:

a) - NORTE E LESTE - Partindo do marco de concreto nº 202, por linha seca, no rumo Sueste, distância de 2.400 metros, passando por terras de José João dos Passos, Martiminiano Manoel Martins, Amaro dos Passos, Sociedade Carreteira Ltda., Oscar Pereira, Júlio da Silva Cordeiro, Herdeiros de José Maria Cardoso da Veiga e de Eladio Olsen da Veiga; deste ponto segue por linha seca, rumo Sudoeste, distância de 1.950 metros, até o marco nº 210, passando por terras de Herdeiros de Eladio Olsen da Veiga e de José Maria Cardoso da Veiga, Manoel Antônio Candido, Lídio Manoel Fernandes, Osvaldo Candido, José de Souza e Augusto Pinto da Rosa;

b) - SUL E OESTE - Partindo do marco nº 210, cravado a distância de 20 metros da linha de alta tensão da Eletrosul, segue em direção Noroeste por terras devolutas, pela distância de

550 metros, até encontrar o marco nº 209, deste marco no rumo Nordeste, distância de 680 metros, passando pelo marco nº 208, até o marco nº 207, deste no rumo Noroeste, distância de 530 metros, até encontrar o marco nº 206, deste no rumo Nordeste, distância de 500 metros, até o marco nº 205, deste pela distância de 300 metros, rumo Nordeste, até o marco nº 204; deste marco, segue no rumo Noroeste, distância de 2.600 metros até encontrar o marco nº 202, descrito inicialmente.

Art. 2º - Ficam igualmente desanexadas as áreas próximas às Praias da Pinheira e do Sonho e às Vilas da Pinheira e da Guarda do Embaú, consideradas "áreas especiais", mantido sobre as mesmas o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com os seguintes limites e confrontações:

a) - NORTE - Partindo do ponto localizado na estrada geral BR-101 - Praia do Sonho, a 500 metros da faixa de marinha, segue no rumo Leste, em linha reta, por distância de 500 metros até encontrar a faixa de marinha da Praia do Sonho;

b) - LESTE - Deste ponto, situado a 33 metros da maré média, na divisa com terras de marinha, na face leste da Praia do Sonho, segue por linha paralela a referida faixa, em direção ao Sul, pela Praia do Sonho, Praia da Pinheira, Vila da Pinheira e Praia de Cima, até encontrar o início da fralda do morro da Guarda do Embaú; segue pela fralda do morro da Guarda do Embaú até a margem do Rio Embaú;

c) - SUL - Deste ponto segue pela margem do Rio Embaú, em direção a Oeste até a distância de 500 metros;

d) - OESTE - Deste ponto situado a margem do Rio Embaú, segue por linha seca em direção ao Norte até encontrar o marco de divisa das terras da Vila da Pinheira com terras da Sociedade Balneária Pinheira Ltda. localizado a 500 metros da faixa de marinha, deste ponto pela divisa com terras da Sociedade Balneária Pinheira Ltda., paralela a 500 metros da faixa de marinha, até o final das terras loteadas da referida Sociedade, continuando a linha paralela, com a mesma distância da Praia do Sonho, até o ponto descrito inicialmente.

Art. 3º - O limite da parte Sul do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em complemento ao Decreto N/SETMA nº 1.260, de 1º/11/75, tem a seguinte descrição:

Do marco cravado à margem esquerda do Rio do Ponche, onde o mesmo forma um cotovelo, do lado Norte da Serraria de Otolivio Antonio Henrique, segue por linha seca, rumo 61°35' SE, pela distância de 1.000 metros, passando por terras de Otolivio Antonio Henrique e Nereu Henrique, até o marco de concreto "FATMA-95"; deste marco com deflexão a direita de 88°40', rumo 27°05' SO, por terras de Nereu Henrique, Alfredo Kratz, Balduino Doerner, Heribaldo Doerner, Gregório Exterkoetter e Ricardo Wenz, segue por distância de 2.486 metros, até o marco nº 94-7; daí com rumo 51°53' SE, distância de 236,20 metros, passando por terras de Ricardo Wenz, segue por linha seca até o marco nº 94-6; deste marco, passando em terras de Ricardo Wenz, com o rumo de 19°25' SE, segue por distância de 134 metros, até o marco nº 94-5; segue, deste marco, com rumo 18°35' SO, distância de 1.200 metros, passando por terras de Ricardo Wenz, até o marco nº 94-4; continuando deste marco, com o rumo 11°35' SO, distância de 100 metros, passando em terras de Ricardo Wenz, até o marco nº 94-3; deste, segue com o rumo de 78°25' NO, distância de 40 metros, ainda por terras de Ricardo Wenz, até o marco nº 94-2; daí com o rumo de 11°35' SO, pela distância de 14 metros, até o marco nº 94-1; seguindo deste marco, com o rumo de 27°05' SO, pela distância de 1.190 metros, passando por terras de Ricardo Wenz, até o marco de concreto "FATMA-94"; deste marco, cravado a margem de uma estrada vicinal, segue acompanhando a referida estrada, pela distância de 671,50 metros, até o marco "FATMA-93", de concreto cravado a margem da estrada; deste marco, segue por linha seca no rumo de 29°30' SO, pela distância de 853 metros, por terras de Augusto Voss, até o marco "FATMA-92"; deste marco segue por linha seca, no rumo 16°14' SE, pela distância de 2.130 metros, passando por terras de Silvestre Schneider, Nelson Schneider e Antonio Stock, até o marco "FATMA-91"; deste marco continua por linha seca, no rumo 82°00' NO; pela distância de 1.865 metros, passando por terras de Antonio Stock, Joaquim Schneider Ern, até o marco de concreto "FATMA-90"; deste marco segue com o rumo 80°58' NO, pela distância de 277 metros, passando nas terras de Edmundo Ern, até o marco de concreto "FATMA-89"; deste marco com o rumo 17°55' NO, segue pela distância de 509 metros, até o marco de concreto "FATMA-88", passando pelas terras de Edmundo Ern e Joaquim

Petriz; do marco nº 88, segue com o rumo de 15°45' NO, pela distância de 886 metros, até o marco de concreto "FATMA-87", passando por terras de Joaquim Petriz; deste marco, com rumo 41°30' NO, segue pela distância de 1.953 metros, passando por terras de Joaquim Petriz, Francisco Hermann, Elmo Petersen e Otto Klaumann, até o marco de concreto "FATMA-86"; deste com o mesmo rumo; passando pelas terras de Otto Klaumann, por distância de 332 metros até o marco de concreto "FATMA-85"; prosseguindo deste marco, com o rumo 63°20' SO, por terras de Helmuth Dero, Max Petersen e Lindolfo Ern, distância de 1.556 metros, até o marco de concreto "FATMA-84"; deste marco, segue com o rumo 28°37' SE, por distância de 1.387,80 metros, pelas terras de Lindolfo Ern e Guilherme Augusto Berkembrock, até o marco "FATMA-83"; deste marco, segue com o rumo 12°10' SE, distância de 2.164,20 metros, 91,30 metros e 1.073 metros, passando pelos marcos "FATMA-82"; "FATMA-81", até o marco "FATMA-80", por terras de Guilherme Augusto Berkembrock, Alberto Esteffen e Bertolino Feuzer; do marco 80, segue com o rumo 89°35' SE, por distância de 385,50 metros e 3.100 metros, respectivamente até o marco "FATMA-79" e "FATMA-78", passando pelas terras de Balduino Feuzer e Antônio Rocha; daí, com o rumo 84°55' SE, segue por distância de 909 metros pelas terras de Antônio Rocha e Romildo Stock, até o marco de concreto "FATMA-77", deste com o rumo 11°15' SO, segue por distância de 2.100 metros, passando em terras de Romildo Stock e Dolvino Ern, até o marco de concreto "FATMA-76"; deste com o rumo 61°54' SO, passando por terras de Dolvino Ern e Sebastião Feuzer, pela distância de 1.915 metros, até o marco de concreto "FATMA-75", deste marco com rumo 13°20' SO, passando por terras de Sebastião Feuzer e Rodolfo Feuzer, por distância de 1.326 metros, até o rumo de concreto "FATMA-74"; deste com o mesmo rumo, pelas terras de Rodolfo Feuzer e Antônio Schmitz, segue por distância de 1.261 metros, até o marco nº 73-B; desse marco, segue com o rumo 81°30' SO, pelas terras de Antônio Schmitz, por distância de 119 metros, até o marco 73-A; desse, segue por distância de 3.483 metros, pelas terras de Antônio Schmitz, Silvestre Schmitz, Antônio de Souza e Maria Trindade Lanes de Lima, com o rumo 13°20' SO, até o marco de concreto "FATMA-73" deste marco, com rumo 47°20' SE, continua pelas terras de Maria Trindade Lanes de Lima, por distância de 934 metros, até o marco nº 72-A, deste continuando pelas terras de Maria Trindade Lanes de Lima, Leonardo F. Marciano, Oscar Joaquim e Gil Joaquim, segue com o rumo 35°19' SE, por distância de 2.514 metros, até o marco de concreto "FATMA-72"; desse marco segue com o rumo 46°19' SE por distância de 1.050 metros, passando em terras de Gil Joaquim e Sotero Souza, até o marco de concreto "FATMA-70"; desse marco, com o rumo 22°27' SE, segue pelas terras de Fernando Prepeta, por distância de 1.455 metros até o marco de concreto "FATMA-71"; daí com o rumo 35°37' SE, segue pelas terras de Eli Gervásio, por distância de 646 metros, até o marco "FATMA-69"; desse, com o rumo 66°33' NE, passando por terras de Daniel Faust e Antônio M. Homem, segue por distância de 396 metros, até o marco de concreto "FATMA-68", daí segue com o mesmo rumo, por distância de 619 metros, passando pelas terras de Antonio Homem e Florentino Laurentino Albino, até o marco de concreto "FATMA-67"; desse marco, com o rumo 18°45' NE, segue por distância de 2.444 metros, passando pelas terras de Florentino Laurentino Albino e terras da Rede Ferroviária Dona Theresa Cristina, até o marco de concreto "FATMA-66"; daí segue com o rumo 09°12' NE, por distância de 590 metros, passando ainda pelas terras da R.F.D.T.C. até o marco de concreto "FATMA-65"; desse marco, com rumo 41°48' NE, segue por distância de 2.512 metros, passando pelas terras da R.F.D.T.C. e Orlando Inácio, até o marco de concreto "FATMA-64"; daí segue com o rumo 00°24' NO, por distância de 688 , metros, pelas terras de Orlando Inácio até o marconº 63-B; desse marco, com o rumo 71°49' NO, segue por distância de 96,20 metros, ainda pelas terras de Orlando Inácio, até o marco nº 63-A; daí segue com o rumo 01°56' NO, por distância de 3.494,50 metros, pelas terras de Rene Cardoso Marcelino e Edu Bittencourt, até o marco "FATMA-63"; desse marco, com o rumo 00°50' NO, segue por distância de 893,70 metros, ainda pelas terras de Edu Bittencourt, até o marco de concreto "FATMA-62"; daí, no rumo 44°52' NO, percorrendo a distância de 582,40 metros, passando por terras de posse de Celso José Alves, até o marco de concreto "FATMA-61"; desse marco, com rumo 43°45' NE, segue por distância de 2.375 metros, pelas terras de posse de Celso José Alves, Cia. Docas de Imbituba e Sady José Alves, até o marco nº 60-B; daí, no rumo 15°05' NE, percorrendo a distância de 270 metros, pelas terras de Sady José Alves, até o marco, nº 60-B; daí, no rumo 15°05' NE, percorrendo a distância de 270 metros, pelas terras de Sady José Alves, até o marco nº 60-A; desse marco, com o rumo de 60°54' NE, segue por distância de 510,80 metros, ainda por terras de Sady José Alves e João Leopoldo, até o marco de concreto, "FATMA-60"; daí continuando por linha seca, no rumo 00°46' NO, percorrendo a distância de 3.962 metros pelas terras de João Leopoldo, Bertolino Moraes, Francisco Ferreira, Moacir Barbosa, Vicente Faust, Júlio Saturno e Antônio Rohling, até o marco "FATMA-59"; desse marco, com o rumo 88°28' NE, segue por distância de 502 metros, pelas terras de Antônio Rohling e Vicente Faust, até o marco de concreto "FATMA-58"; daí continuando por linha seca, no rumo de 29°35' NE, percorrendo a distância de 212 metros,

ainda pelas terras de Vicente Faust, até o marco nº 57-B, desse marco, com o rumo 38°53'NE, segue por distância de 883 metros, pelas terras de Manoel Pires, até o marco nº 57-A; daí no rumo 57°53'NE, percorrendo a distância de 780 metros, pelas terras de Manoel Pires, até o marco "FATMA-57", desse marco com o rumo 10°55'NE, segue por distância de 2.075 metros, pelas terras de Manoel Pires, Antônio Joaquim, Lino Machado e Odilon Gracelino Inácio, até o marco 56-A; daí, no rumo 15°20'NO, percorrendo a distância de 580 metros, pelas terras de Odilon Gracelino Inácio, até o marco de concreto "FATMA-56"; deste marco, com o rumo 11°00'NE, distância de 2.180 metros, pelas terras de Odilon Gracelino Inácio, José Sckel, Adolfo Cargnin e Guido Amboni, até o marco "FATMA-55"; daí, no rumo 18°15'NE, percorrendo a distância de 560 metros pelas terras de Guido Amboni, até o marco "FATMA-54"; desse marco, com o rumo 33°25'NE, segue por distância de 1.430 metros, passando pelas terras de Guido Amboni, até o marco "FATMA-53"; desse marco, finalmente, com o rumo 51°45'NE, segue por distância de 200 metros, pelas terras de Ramildo José Cardoso, até o marco de concreto "FATMA-52"; cravado a margem direita do Rio Espraiado, a 3 metros do lado Oeste da ponte sobre o referido rio, na localidade de Espraiado, ponto constante da descrição dos limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, no decreto inicialmente mencionado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, em 11 de setembro de 1979.

JORGE KONDER BORNHAUSEN

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 13.09.79

DECRETO Nº 17.720, DE 25 DE AGOSTO DE 1982.

Retifica os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. ***Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]***, Florianópolis, v. 48, n. 12.041, p. 3-5, ago. 1982.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens III e XIX, da Constituição do Estado,

Considerando a necessidade de agilização da efetiva implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro;

Considerando que, as desanexações de áreas promovidas pelo Decreto nº 8.857, de 11 de setembro de 1979, modificaram consequentemente, os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam retificados os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criados pelo Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975, de acordo com a seguinte descrição:

I - O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro está situado entre os paralelos: 27°41'37'' e 28°13'17'' Latitude Sul e Meridianos 48°34'00'' e 48°55'27'' Longitude Oeste, dando início em um marco de concreto nº 01, na divisa da faixa de marinha, da ponta do Biguá, no litoral do Município de Garopaba, partindo deste marco em rumo oeste até o marco de concreto nº 1, cravado à margem da Estrada Municipal de Paulo Lopes-Garopaba, continuando deste marco pela margem da referida estrada, sempre em direção oeste, por linhas quebradas, passando pelos marcos de concreto nºs 2 e 3 até o marco nº 4, cravado à margem da Lagoa do Siriú, deste marco segue em direção ao norte, sempre pela margem da referida lagoa, passando pelos marcos nºs 5 e 7, marco nº 7-A, daí em

diante, passando então, a acompanhar a Estrada Municipal Garopaba-Paulo Lopes, ainda na mesma direção, até o marco nº 8; deste marco, segue ainda em direção norte, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 9 a 11, até o marco nº 12, cravado próximo à ponta da Gamboa, no Município de Paulo Lopes; deste marco, segue em direção oeste, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 13 a 17, até o marco nº 18, cravado na divisa da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101, à margem esquerda do Rio Paulo Lopes, nas proximidades da sede do Município de Paulo Lopes; do marco nº 18, acompanhando a divisa da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101, em direção ao norte, segue por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 19 a 21, até o marco nº 22, cravado no limite leste da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco, atravessando a BR-101, de leste para oeste, segue pela Estrada Municipal, no Município de Palhoça, em direção a oeste, até o marco nº 23, cravado na cabeceira da ponte à margem do Rio Sulana; deste marco por linhas quebradas, segue em direção noroeste, passando pelos marcos nºs 24 e 25 até o marco nº 26, cravado a 100 metros de uma serraria, construída à margem do Rio João Barbosa; deste marco segue em direção ao sul, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 27 e 28, até o marco nº 29, cravado próximo à localidade de Morretes; deste marco segue em direção a oeste, por linhas quebradas, passando pelo marco nº 30, até o marco nº 31, cravado no morro da Gurita, entre as cachoeiras do Sul e do Norte, divisa dos Municípios de Palhoça e Paulo Lopes; deste marco, segue em direção ao sul, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 32 a 58, no Município de Paulo Lopes, até o marco nº 59, cravado a 85 metros do Rio Chicão, limite entre os Municípios de Paulo Lopes e Imaruí; do marco nº 59, continuando por linhas quebradas, em direção ao sul, segue passando pelos marcos nºs 60 e 66, até o marco nº 67, cravado no lado sul do morro do Aratingaúba; deste marco, segue por linha reta, em direção oeste, ainda no Município de Imaruí, passando pelo marco nº 68, até o de nº 69, cravado a 100,00 metros do Rio Três Cachoeiras; deste marco segue em direção ao norte, por linhas quebradas, até o marco nº 77, cravado próximo a um ribeirão, afluente do Rio Chicão, limite dos Municípios de Imaruí e São Martinho, na região do Canto dos Hoepers; do marco nº 77, segue pelo Município de São Martinho, em direção oeste, passando pelos marcos nºs 78 e 79, até o marco nº 80, cravado a 100,00 metros da margem esquerda do Rio Capivaras; deste marco, ainda no Município de São Martinho segue por linhas quebradas em direção noroeste, passando pelos marcos nºs 81 a 83, até o marco nº 84, cravado nas proximidades do Rio Lídio; deste marco, segue em direção noroeste, pelo Município de São Bonifácio, por linha reta, até o marco de nº 85, cravado próximo à localidade de Rio Engano; deste marco segue por linhas quebradas, em direção sueste, sempre no Município de São Bonifácio, passando pelos marcos nºs 86 a 90, até o marco nº 91, cravado em um morrete situado entre os Rios Engano e Chicão; do marco nº 91, segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nº 92 a 94, até o marco nº 95, cravado à margem de um caminho que dá acesso à localidade de Rio do Ponche; deste marco segue por linhas quebradas, em direção ao norte, passando pelos marcos nºs 96 a 102, até o marco nº 103, cravado no alto do morro denominado Spitzkopf, situado a nordeste da sede do Município de São Bonifácio; do marco nº 103, segue, por linhas quebradas, em direção nordeste e noroeste, passando pelos marcos nºs 104 a 123, até o marco nº 124, cravado à margem da Estrada Estadual Águas Mornas-São Bonifácio; deste segue por linha quebrada, em direção norte, passando pelos marcos nº 125 a 127, até o marco nº 128, cravado na divisa dos Municípios de São Bonifácio e Águas Mornas, seguindo daí, ainda, em direção norte, pelo Município de Águas Mornas, passando pelos marcos nºs 129 a 139, sempre acompanhando a mencionada Estrada Estadual, até o marco nº 140, cravado à margem direita do Rio Novo; na cabeceira da ponte; deste marco segue, agora acompanhando o caminho vicinal, que margeia o Rio Novo e Rio Cubatão, em direção a nordeste, passando pelos marcos nºs 141 a 155, até o marco nº 156, cravado no morro a leste da localidade de Queçaba, deste marco, segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nºs 157 a 160, até o marco nº 161; deste marco segue, por linhas quebradas, em direção leste, atravessando aos 1.600,00 metros o Rio Vermelho, divisor entre os Municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, seguindo por este último Município, passando pelos marcos nºs 162 a 169, até o marco nº 170, cravado à margem da Estrada Municipal de acesso à localidade de Vargem do Braço; deste marco segue, por linhas quebradas, sempre pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz, em direção norte; passando pelos marcos nºs 171 a 175, até o marco nº 176, cravado no Morro Queimado, próximo a localidade de Estrada Velha; deste marco, segue sempre para leste, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 177 a 194, até o marco nº 195, cravado à margem direita do Rio Araçá, divisor dos Municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, deste marco continua por linhas quebradas, em direção leste, passando pelos marcos nºs 196 a 199, até o marco nº 200, cravado a 20,00 metros a oeste da Linha de Alta Tensão da ELETROSUL; deste marco, sempre pelo Município de Palhoça, segue em direção ao sul, acompanhando a mesma Linha de Alta Tensão, pelo seu lado oeste, passando pelos marcos nºs 201 a 203, até o marco nº 204, cravado a 20,00 metros a

oeste, da mesma Linha de Alta Tensão; deste marco segue em direção ao sul, por linhas quebradas, contornando a face da Serra do Cambirela, passando pelos marcos nºs 205 a 209, até o marco nº 210, cravado a oeste da Vila da Enseada de Brito, a 20,00 metros da já mencionada Linha de Alta Tensão; seguindo daí, por linhas quebradas, acompanhando ainda a mesma Linha de Alta Tensão, pelo seu lado oeste, passando pelo marco nº 211 e no marco 212 atravessa para o lado leste, até o marco nº 213, cravado à margem da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco, por linhas quebradas, segue em direção oeste, passando pelos marcos nºs 223 a 225, até o marco nº 226, cravado à margem esquerda do Rio Massiambu Grande; deste marco, por linhas quebradas, segue em direção sueste, passando pelos marcos nºs 227 e 228, até o marco nº 229, cravado à margem leste da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco em direção ao norte, por linhas quebradas, acompanhando a margem da faixa de domínio da referida Rodovia Federal, passando pelo marco nº 230 até 231, cravado à margem da faixa de domínio da referida Rodovia Federal, na cabeceira da ponte sobre o Rio Massiambu; deste marco segue em direção a oeste, depois a leste, contornando o delta do Rio Massiambu, passando pelos marcos nºs 232 e 233, até o marco nº 234, cravado à margem leste da já mencionada faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco segue em direção sul, por linhas quebradas, acompanhando o limite da já referida faixa, passando pelo marco nº 235 até o marco nº 214, cravado no alto do Morro dos Cavalos; deste marco segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nºs 215 a 221, até o marco nº 222, crava do no limite da faixa de Terrenos de Marinha, na Ponta do Morro dos Cavalos; deste marco segue, em direção sul, atravessando a foz do Rio Massiambu até o marco nº 250, cravado na divisa de Terras de Marinha com terrenos alodiais, deste marco, segue ainda em direção ao sul, pela distância de 198,00 metros, divisa entre o mangue e terras ocupadas por moradores de Passagem ou Passo do Massiambu, até o marco nº 251; deste, segue em direção a oeste, pela distância de 164,00 metros, pela divisa entre o mangue e terras de moradores da Vila de Passagem do Massiambu, até o marco nº 252; deste, segue em direção ao sul, pela distância de 48,00 metros, até o marco nº 253; deste segue em direção a oeste, por distância de 72,00 metros, até o marco nº 254; deste segue em direção sul, pela distância de 57,00 metros, até o marco nº 255, cravado à margem da Estrada Geral de acesso a Passagem do Massiambu e Praia do Sonho; seguindo, deste marco, em direção a leste, pela distância de 174,00 metros, pela margem da referida Estrada, até o marco nº 256, cravado à margem sul da mesma Estrada; seguindo daí, na direção sul, pela distância de 805,00 metros, até o marco nº 257; deste marco, segue em direção a leste, pela distância de 70,00 metros até o marco nº 258, seguindo daí em direção ao norte, pela distância de 128,00 metros, até o marco nº 259; deste marco segue em direção a leste, pela distância de 42,00 metros, até o marco nº 260, cravado margem da Estrada geral que serve aos moradores da Vila da Passagem do Massiambu; daí segue em direção ao norte, pela margem da referida Estrada, pela distância de 20,00 metros até o marco nº 261; deste marco, segue em direção a leste, pela distância de 66,00 metros, até o marco nº 262; seguindo daí, na direção, pela distância de 84,00 metros, até o marco nº 263, cravado na divisa com terras do Patrimônio do Estado de Santa Catarina; deste marco, segue em direção a nordeste, pela distância de 558,00 metros, até o marco nº 264; daí, segue em direção a sueste, pela distância de 140,00 metros, até o marco nº 265; seguindo, deste marco, no rumo nordeste, pela distância de 71,00 metros, até o marco nº 266, cravado à margem norte da Estrada de acesso à Praia do Sonho; seguindo daí, pela margem da referida Estrada, por distância de 136,00 metros, até o marco nº 267; seguindo deste ponto, em direção nordeste, pela distância de 252,00 metros, até o marco nº 268; deste marco, segue em direção ao nordeste, pela distância de 326,00 metros, até o marco nº 269; daí, segue em direção a norte, pela distância de 138,00 metros, até o marco nº 270, seguindo, deste marco, em direção a leste, pela distância de 360,00 metros, até o marco nº 271, cravado à margem da rua que dá acesso ao Porto da Passagem; seguindo deste marco, em direção ao norte, pela passagem da referida rua, por distância de 84,00 metros, até o marco nº 272, cravado à margem da referida rua, na divisa das Terras de Marinha com terrenos alodiais da Vila da Passagem do Massiambu; seguindo deste marco pela divisa com faixas dos Terrenos de Marinha da Baía do Sul, passando pela Ponta do Capim, até um ponto situado à distância de 300,00 metros a leste da foz do Rio Boto, e daí por linha seca, no rumo sudoeste, pela distância de 600,00 metros, até o marco nº 378, cravado à margem da estrada de acesso à Praia do Sonho, seguindo deste marco pela referida estrada, em direção a leste até o marco nº 377, cravado à margem da mencionada estrada, situado a 500,00 metros da faixa dos Terrenos de Marinha, deste marco segue para o sul, por linha paralela à faixa dos Terrenos de Marinha, até o marco nº 309, cravado na divisa com terras de Reinaldo Ferreira de Souza e José Antônio Curi; deste marco segue por linha seca em direção a oeste, até o marco nº 310; deste marco sempre pela mesma divisa segue em direção ao sul, por distância de 400,00 metros, até o marco nº 311; deste marco, ainda pela mesma divisa, segue em direção a leste, até o marco nº 341, cravado na mesma divisa, e situado a

500,00 metros da faixa de Terrenos de Marinha; deste marco segue para o sul, por linha paralela à faixa dos Terrenos de Marinha, passando pelos marcos nºs 314, 476, 469, 325, 339, 347, 232, 395, 490, 464, 383, 462, 366, 474, 348, 343, 360, 282, 312, 203, até o marco nº 277 cravado em um morrete, situado à margem da Estrada Estadual de acesso à Vila da Pinheira; deste marco segue por linha quebrada, em direção ao sul, passando pelos marcos nºs 427, 344 e 465, até o marco nº 493, cravado à margem do Rio Embaú; deste marco segue pela margem do referido Rio, em direção leste, até o marco nº 488; seguindo deste marco, sempre pela fralda do morro da Guarda do Embaú, passando pelos marcos nºs 396, 324, 380, 248, 249 e 364, até o marco nº 482, cravado na faixa de Terrenos de Marinha na Praia de Cima; deste marco segue sempre pela divisa com Terras de Marinha, em direção ao sul, contornando o Morro da Guarda do Embaú pela Praia da Gamboa, Ponta do Faísca, Ponta da Gamboa, Praia do Siriú, até a Ponta do Biguá, no marco de nº 1 descrito inicialmente, tudo conforme a planta nº 01, do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, escala 1:100.000, com área de 900 km² (novecentos quilômetros quadrados) elaborado pela Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, entidade supervisionada pelo Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HENRIQUE HELION VELHO DE CÓRDOVA

Governador do Estado.

Publicado no DOSC de 26.08.82

DECRETO Nº 18.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1982. v. 9, p. 346-350.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens III, XVIII e XIX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letras "f" e "k", 6º e 15, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, artigo 199 da Lei Estadual nº 5089, de 30 de abril de 1975, com a redação da Lei nº 5.516 de 28 de fevereiro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as áreas de terras particulares de até 900 km² (novecentos quilômetros quadrados), necessárias à implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, situadas nos municípios de Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Garopaba.

Art. 2º - As áreas de terras, de que trata o artigo anterior, estão situadas entre os paralelos: 27º41'37" e 28º13'17" Latitude Sul e meridianos 48º34'00" e 48º55'27" Longitude Oeste, dando início em um marco de concreto de nº 01, na divisa da faixa de marinha, da Ponta do Biguá, no litoral do município de Garopaba, partindo deste marco em rumo oeste até o marco de concreto nº 1, cravado à margem da Estrada Municipal de Paulo Lopes-Garopaba, continuando deste marco pela margem da referida estrada, sempre em direção oeste, por linhas quebradas, passando pelos marcos de concreto nºs 2 e 3 até o marco nº 4, cravado à margem da Lagoa do Siriú; deste marco segue em direção ao Norte, sempre pela margem da referida Lagoa, passando pelos marcos nºs 5 e 7, marco número 7-A, daí em diante passando, então, a acompanhar a Estrada Municipal Garopaba-Paulo Lopes, ainda na mesma direção, até o marco nº 8; deste marco, segue ainda em direção norte, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 9 a 11, até o marco nº 12, cravado próximo à ponta da Gamboa, no município de Paulo Lopes. Deste marco, segue em direção oeste, por linhas quebradas, passando, pelos marcos nºs 13 a 17, até o marco nº 18, cravado na divisa da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101, à margem esquerda do Rio Paulo Lopes, nas proximidades da sede do município de Paulo Lopes; do marco nº 18, acompanhando a divisa da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-

101, em direção ao norte, segue por linha quebrada, passando pelos marcos nºs 19 a 21, até o marco nº 22, cravado no limite leste da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco, atravessando a BR-101, de leste para oeste, segue pela Estrada Municipal, no município de Palhoça, em direção a oeste, até o marco nº 23, cravado na cabeceira da ponte à margem do Rio Sulana; deste marco por linhas quebradas, segue em direção noroeste, passando pelos marcos nºs 24 e 25 até o marco nº 26, cravado a 100,00 metros de uma serraria, construída à margem do Rio João Barbosa; deste marco segue em direção ao sul, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 27 e 28, até o marco nº 29, cravado próximo à localidade de Morretes; deste marco segue em direção a oeste, por linhas quebradas, passando pelo marco nº 30, até o marco nº 31, cravado no morro da Curita, entre as cachoeiras do Sul e do Norte, divisa dos municípios de Palhoça e Paulo Lopes; deste marco, segue em direção ao sul, por linhas quebradas, passando pelos marcos nºs 32 a 58, no município de Paulo Lopes, até o marco nº 59, cravado a 85,00 metros do Rio Chicão, limite entre os municípios de Paulo Lopes e Imaruí; do marco nº 59, continuando por linhas quebradas em direção ao sul, segue passando pelos marcos nºs 60 e 66, até o marco nº 67, cravado no lado sul do morro do Aratingaúba; deste marco, segue por linha reta, em direção oeste, ainda no município de Imaruí passando pelo marco nº 68, até o de nº 69, cravado a 100 metros do Rio Três Cachoeiras; deste marco segue em direção ao norte, por linhas quebradas, até o marco nº 77, cravado próximo a um ribeirão, afluente do Rio Chicão, limite dos Municípios de Imaruí e São Martinho, na região do Canto dos Hoepers; do marco nº 77, segue pelo município de São Martinho, em direção oeste, passando pelos marcos nºs 78 e 79, até o marco nº 80, cravado a 100,00 metros da margem esquerda do Rio Capivaras; deste marco, ainda no município de São Martinho segue por linhas quebradas em direção noroeste, passando pelos marcos nºs 81 a 83, até o marco nº 84, cravado nas proximidades do Rio Lídio; deste marco, segue em direção noroeste, pelo município de São Bonifácio, por linha reta, até o marco de nº 85, cravado próximo à localidade de Rio Engani; deste marco segue por linhas quebradas, em direção sueste, sempre no município de São Bonifácio, passando pelos marcos nºs 86 a 90, até o marco nº 91, cravado em um morrete situado entre os Rios Engano e Chicão; do marco nº 91, segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nºs 92 e 94, até o marco nº 95, cravado à margem de um caminho que dá acesso à localidade do Rio do Ponche; deste marco segue por linha quebrada, em direção ao norte, passando pelos marcos nºs 96 a 102, até o marco nº 103, cravado no alto do morro denominado Spitzkopf, situado a nordeste da sede do município de São Bonifácio; do marco nº 103, segue por linhas quebradas, em direção nordeste e noroeste, passando pelos marcos nºs 104 e 123, até o marco nº 124, cravado à margem da Estrada Estadual Águas Mornas-São Bonifácio; deste segue por linha quebrada, em direção norte, passando pelos marcos nºs 125 a 127, até o marco nº 128, cravado na divisa dos municípios de São Bonifácio e Águas Mornas, seguindo daí, ainda, em direção norte, pelo município de Águas Mornas, passando pelos marcos nºs 129 a 139, sempre acompanhando a mencionada Estrada Estadual, até o marco nº 140, cravado à margem direita do Rio Novo, na cabeceira da ponte; deste marco segue, agora acompanhando o caminho vicinal, que margeia o Rio Novo e Rio Cubatão, em direção a nordeste, passando pelos marcos nºs 141 a 155, até o marco nº 156, cravado no morro a leste da localidade de Queçaba; deste marco, segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nºs 157 a 160, até o marco nº 161; deste marco segue, por linhas quebradas, em direção leste, atravessando aos 1.600 metros o Rio vermelho, divisor entre os municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, seguindo por este último município, passando pelos marcos nºs 162 a 169, até o marco nº 170, cravado à margem da Estrada Municipal de acesso à localidade de Vargem do Braço; deste marco segue, por linhas quebradas, sempre pelo município de Santo Amaro da Imperatriz, em direção norte, passando pelos marcos nºs 171 a 175, até o marco nº 176, cravado no Morro Queimado, próximo a localidade de Estrada Velha; deste marco segue para leste, por linhas quebradas, passando pelos nºs 177 a 194, até o marco nº 195, cravado à margem direita do Rio Araçá, divisor dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, deste marco, continua por linhas quebradas, em direção leste, passando pelos marcos nºs 196 a 199, até o marco nº 200, cravado a 20,00 metros a oeste da Linha de Alta Tensão da ELETROSUL; deste marco, sempre pelo município de Palhoça, segue em direção ao sul; acompanhando a mesma Linha de Alta Tensão, pelo seu lado oeste passando pelos marcos nºs 201 a 203, até o marco nº 204, cravado a 20,00 metros a oeste da mesma Linha de Alta Tensão; deste marco segue em direção sul, por linhas quebradas, contornando a face leste da Serra do Cambirela, passando pelos marcos nºs 205 a 209, até o marco nº 210, cravado a oeste da Vila de Enseada de Brito, a 20,00 metros da já mencionada Linha de Alta Tensão; seguindo daí, por linhas quebradas, acompanhando ainda a mesma Linha de Alta Tensão, pelo seu lado oeste, passando pelo marco nº 211 e no marco nº 212 atravessa para o lado leste, até o marco nº 213, cravado à margem da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco, por linhas quebradas, segue em direção oeste, passando pelos marcos nºs 223 a 225, até o marco nº

226, cravado à margem esquerda do Rio Massiambu Grande; deste marco por linhas quebradas, segue em direção sueste, passando pelos marcos nºs 227 a 228, até o marco nº 229, cravado à margem leste da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco em direção ao norte, por linhas quebradas, acompanhando a margem da faixa de domínio da referida Rodovia Federal, passando pelo marco nº 230 até 231, cravado à margem da faixa de domínio da referida Rodovia Federal, na cabeceira da ponte sobre o Rio Massiambu; deste segue em direção a oeste, depois a leste, contornando o delta do Rio Massiambu, passando pelos marcos nºs 232 a 233, até o marco nº 234, cravado à margem leste da já mencionada faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101; deste marco segue em direção ao sul, por linhas quebradas, acompanhando o limite da já referida faixa, passando pelo marco nº 235 até o marco nº 214, cravado no alto do Morro dos Cavalos; deste marco segue por linhas quebradas, em direção nordeste, passando pelos marcos nºs 215 a 221 até o marco nº 222, cravado no limite da faixa de terrenos da Marinha, na Ponta do Morro dos Cavalos; deste ponto segue em direção ao sul, atravessando a foz do Rio Massiambu até o marco nº 250, cravado na divisa de terras de Marinha, com terrenos alodiais; deste marco, segue ainda em direção ao sul, pela distância de 198 metros, divisa entre o mangue e terras ocupadas por moradores de passagem ou Passo do Massiambu, até o marco nº 251; deste, segue em direção a oeste, pela distância de 164 metros, pela divisa entre o mangue e terras de moradores da Vila de Passagem do Massiambu, até o marco nº 252; deste segue em direção ao sul, pela distância de 48 metros, até o marco nº 253; deste, segue em direção a oeste, por distância de 72 metros, até o marco nº 254; deste segue na direção sul, pela distância de 57 metros, até o marco nº 255, cravado à margem da Estrada Geral de acesso à Passagem do Massiambu e Praia do Sonho; seguindo deste marco, em direção a leste, pela distância de 174 metros, pela margem da referida Estrada, até o marco nº 256, cravado à margem sul da mesma Estrada; seguindo daí, na direção sul, pela distância de 805 metros, até o marco nº 257; deste marco, segue em direção a leste, pela distância de 70 metros até o marco nº 258, seguindo daí em direção ao norte, pela distância de 128 metros, até o marco nº 259; deste marco, segue em direção a leste, pela distância de 42 metros, até o marco nº 260, cravado à margem da Estrada Geral que serve aos moradores da Vila da Passagem do Massiambu; daí segue em direção ao norte, pela margem da referida Estrada, pela distância de 20 metros até o marco de nº 261; deste marco segue em direção a leste, pela distância de 66 metros, até o marco nº 262; seguindo daí, na direção, pela distância de 84 metros, até o marco nº 263, cravado na divisa com terras do patrimônio do Estado de Santa Catarina; deste marco, segue em direção a nordeste, pela distância de 558 metros, até o marco nº 264; daí segue em direção a sueste, pela distância de 140 metros, até o marco nº 265; seguindo, deste marco, no rumo nordeste, pela distância de 71 metros, até o marco nº 266, cravado à margem norte da Estrada de acesso à Praia do Sonho; seguindo daí, pela margem da referida Estrada, por distância de 136 metros, até o marco nº 267; seguindo deste ponto, em direção nordeste, pela distância de 252 metros, até o marco nº 268; deste marco, segue em direção noroeste, pela distância de 326 metros, até o marco nº 269; daí segue em direção a norte, pela distância de 138 metros, até o marco nº 270; seguindo deste marco, em direção a leste, pela distância de 360 metros, até o marco nº 271, cravado à margem da rua de acesso ao ponto da Passagem; se seguindo deste marco, em direção ao norte, pela margem de referida rua, por distância de 84 metros, até o marco nº 272, cravado à margem da referida rua, na divisa de terras de Marinha com terrenos alodiais da Vila da Passagem do Massiambu; seguindo, deste marco pela divisa com a faixa dos terrenos de Marinha da Baía do Sul, passando pela Ponta do Capim, até um ponto situado à distância de 300 metros a leste da foz do Rio Boto, e daí por linha seca no rumo sudoeste, pela distância de 600 metros, até o marco nº 378, cravado à margem da estrada de acesso à Praia do Sonho, seguindo deste marco, pela referida estrada, em direção a leste até o marco nº 377, cravado à margem da mencionada estrada, situado a 500 metros da faixa dos terrenos de Marinha; deste marco segue para sul, por linha paralela à faixa dos terrenos de Marinha, até o marco nº 309, cravado na divisa com terras de Reinaldo Ferreira de Souza e José Antonio Curi; deste marco segue por linha seca em direção a oeste, até o marco nº 310; deste marco sempre pela mesma divisa segue em direção ao sul, por distância de 400 metros, até o marco nº 311; deste marco, ainda pela mesma divisa, segue em direção a leste, até o marco nº 341, cravado na mesma divisa, e situado a 500 metros da faixa dos terrenos de Marinha; deste marco segue para o sul, por linha paralela à faixa dos terrenos de Marinha, passando pelos marcos nºs 314, 476, 469, 325, 339, 347, 232, 395, 490, 464, 383, 462, 366, 474, 348, 343, 360, 282, 312 e 203, até o marco nº 277 cravado em um morrete, situado à margem da Estrada Estadual de acesso à Vila da Pinheira; deste marco segue por linha quebrada, em direção ao sul, passando pelos marcos nºs 427, 344 e 465, até o marco nº 493, cravado à margem do Rio Embaú; deste marco segue pela margem do referido Rio, em direção leste, até o marco nº 488; seguindo deste marco, sempre pela fralda do Morro da Guarda do Embaú, passando pelos marcos nºs 396, 324, 380, 248, 249 e 364, até o marco nº 482, cravado na faixa de terrenos de Marinha na

Praia de Cima; deste marco segue sempre pela divisa com terras de Marinha, em direção ao sul, contornando o Morro da Guarda do Embaú pela Praia da Gamboa, Ponta do Faísca, Ponta da Gamboa, Praia do Siriú, até a Ponta do Biguá, no marco de nº 01 descrito inicialmente, tudo conforme Planta nº 01, do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, escala 1:100.000, com área de 900 km² elaborada pela Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, entidade supervisionada pelo Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Fica a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação de Administração Patrimonial, autorizada a promover e a executar a desapropriação a que se refere este Decreto.

Parágrafo Único - O Governo do Estado será representado, nos atos expropriatórios amigáveis, pelo Coordenador de Administração Patrimonial da Secretaria da Fazenda e, nos atos judiciais, pela Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 4º - Nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência nos processos de desapropriação, para fins de emissão de posse dos bens abrangidos por este Decreto.

Art. 5º - É delegada à Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, entidade supervisionada pelo Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN, a administração e a fiscalização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Art. 6º - As despesas com a execução da desapropriação de que se trata este Decreto correrão à conta do item 4210.00 vinculado ao Projeto 2701.03070211.080 aquisição de bens imóveis do orçamento de encargos gerais do Estado - recursos sob a supervisão da Secretaria da Fazenda.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 20 de dezembro de 1982.

HENRIQUE HELION VELHO DE CÓRDOVA

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 21.12.82

DECRETO Nº 24.598, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1984.

Dispõe sobre a implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984. v. 11, p. 234-235.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, incisos I e III da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 1.260, de 01 de novembro de 1975 e 18.766, de 20 de dezembro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Grupo Executivo de Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sob a presidência do Superintendente da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, e integrado por outros quatro membros designados, respectivamente, pelo Secretário de Estado Chefe do Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN, pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, pelo Secretário da Fazenda e pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 2º - O Grupo Executivo funcionará vinculado ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN.

Art. 3º - Compete ao Grupo Executivo:

I - promover o processo discriminatório administrativo, para identificação das terras devolutas existentes na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, através da Comissão Especial criada para os fins da Lei Federal nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, e do Decreto Estadual nº 22.607, de 29 de junho de 1984;

II - promover a desapropriação amigável das propriedades particulares reconhecidas, celebrando os acordos e subscrevendo os termos necessários;

III - determinar a realização de avaliações dos imóveis a serem adquiridos e aprovar os respectivos laudos;

IV - compatibilizar a existência de propriedade particular no território do Parque com o zoneamento aprovado, quando possível, celebrar acordos com os mesmos proprietários, para assegurar a permanência na área, sob a condição de que estes, sem o ônus para o Estado, aceitem através de escritura pública as limitações e servidões administrativas decorrentes da criação do Parque;

V - solicitar à Procuradoria Geral do Estado, quando necessário, a propositura da ação de desapropriação;

VI - remeter à Procuradoria Geral do Estado os títulos de propriedade particular que não forem reconhecidos, para a propositura das ações competentes, inclusive reintegração na posse, após concluído o processo discriminatório;

VII - inscrever no registro competente o patrimônio afetado ao Parque como bem público inalienável;

VIII - propor o reassentamento dos posseiros legítimos, nos termos da legislação específica;

IX - administrar os recursos postos à sua disposição;

X - desincumbir-se de outras competências que lhe venham a ser cometidas;

XI - prestar contas de suas atividades.

Parágrafo Único - A Comissão Especial, a que se refere o inciso I deste dispositivo, será constituída através de portaria do Secretário de Estado Chefe do Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN sendo integrada, por um bacharel em direito, que a presidirá, e pelos representantes da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado junto ao Grupo Executivo, criado pelo artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º - Ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN, à Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, e à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento caberá, em conjunto, proporcionar e assegurar ao Grupo Executivo as condições necessárias ao cumprimento do disposto no presente Decreto, inclusive quanto à cessão de pessoal, veículos e espaço físico.

Art. 5º - Fica aprovado o cronograma básico, anexo ao presente Decreto, relativo ao processo discriminatório administrativo incidente sobre a área "A" do território do Parque Estadual.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 28 de dezembro de 1984.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Publicado no DOSC de 28.12.84

ANEXO D**FOTOS**

Fonte: Arquivo/FATMA. Fotografia tirada (2005).

Figura 1D – Um outro ângulo do Mosaico da Enseada do Maciambu, 1957.



Fonte: Arquivo FATMA (2005)

Figura 2D – Edificações Documentadas na Enseada da Baixada do Maciambu – Praia da Pinheira, 1975.